



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELLA PEDROSO MACHADO

**Ideologia e Psicologia: mapeamento e análise da produção no
campo da Psicologia Latino-Americana (1969-2000)**

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

GABRIELLA PEDROSO MACHADO

3. Título do trabalho

Ideologia e Psicologia: mapeamento e análise da produção no campo da psicologia Latino-Americana (1969 - 2000)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Professor do Magistério Superior**, em 06/03/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Pedrosa Machado, Discente**, em 07/03/2025, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5212374** e o código CRC **6CC9C67D**.

GABRIELLA PEDROSO MACHADO

Ideologia e Psicologia: mapeamento e análise da produção no campo da Psicologia Latino-Americana (1969-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Orientador: Professor Doutor Fernando Lacerda Júnior.

Goiânia
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado, Gabriella Pedroso
Ideologia e Psicologia: mapeamento e análise da produção no campo da psicologia Latino-Americana (1969 -2000) [manuscrito] / Gabriella Pedroso Machado. - 2025.
227 f.

Orientador: Prof. Fernando Lacerda Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Psicologia . 2. Ideologia. 3. Marxismo. 4. Bases Históricas. I. Lacerda Júnior, Fernando, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 11 da sessão de Defesa de Dissertação de **GABRIELLA PEDROSO MACHADO** que confere o título de **Mestra em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (24/02/2025)**, a partir das **15:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"Ideologia e Psicologia: mapeamento e análise da produção no campo da psicologia Latino-Americana (1969 - 2000)"**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior (PPGP/FE/UFG)**, doutor em **Psicologia** pela **PUC/Campinas**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^º. Dr^ª. **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (PPGP/UFRN)**, doutora em **Psicologia Clínica** pela **USP** - integrante titular externa e Prof^º. Dr^ª. **Livia Gomes dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela **PUC/SP** - integrante titular interna. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Fernando Lacerda Junior, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Lacerda Junior

Prof^º. Dr^ª. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

Prof^º. Dr^ª. Livia Gomes dos Santos

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 06/03/2025, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Professor do Magistério Superior**, em 06/03/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Pedroso Machado, Discente**, em 07/03/2025, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira**, Usuário **Externo**, em 17/06/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5212290** e o código CRC **4F3FC314**.

Referência: Processo nº 23070.012395/2025-21

SEI nº 5212290

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, à minha mãe, Isabel, e à minha irmã, Danna, por serem minha base, meus amores e minha rede de afeto desde sempre. O apoio imensurável de vocês foi fundamental em cada etapa desta trajetória acadêmica que venho trilhando, vocês são meu porto seguro. Esta conquista é, em grande parte, fruto do incentivo e da força que sempre me deram.

Às minhas queridas amigas e minha família escolhida, cultivada ao longo de mais de dez anos: Marina, Pabliny, Marianna, Bruno e Thaís. Vocês são parte essencial da minha vida, não há palavras para expressar o quanto sou grata pela amizade, pelo carinho e por todos os momentos de alegria e apoio que compartilhamos. Nos momentos mais desafiadores, vocês estiveram ao meu lado, isso fez toda diferença.

Ao Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior, pelas orientações e pelo trabalho conjunto desenvolvido ao longo de vários anos. Sua paciência nas leituras, suas correções e sugestões, desde os tempos da Iniciação Científica (IC) até esta dissertação, foram fundamentais para meu crescimento acadêmico. Obrigada por me apresentar a teoria marxiana e me possibilitar uma formação crítica.

À Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Farias de Oliveira e à Prof.^a Dr.^a Livia Gomes dos Santos, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições a esta pesquisa, tanto no exame de qualificação quanto na defesa final. Sou imensamente grata pelo tempo e pela generosidade que dedicaram a este projeto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissional de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada, meu agradecimento.

Resumo

Os estudos acerca da categoria *ideologia* estão presentes no campo do conhecimento desde o período do Iluminismo, principalmente nas discussões sobre a validade ou não de certas teorias e proposições. As discussões abrem um campo para diversos significados e defesas do que é ideologia, constituindo, ainda hoje, um meio de discussão diverso e polissêmico. Contudo, mais do que um conceito, a ideologia é uma categoria que faz parte do ser social. Diante disso, buscou-se compreender como ocorreu, na Psicologia, a apropriação dessa categoria e sua relação com as teorias marxistas, quais as principais concepções de ideologia e a natureza do debate entre Psicologia e ideologia. Para tanto, foi realizado um levantamento em periódicos, livros, capítulo de livros, dissertações de Psicologia latino-americanos que tratassem da temática entre as décadas de 1970 e 1990. Ao todo, foram analisados 108 textos por meio de um roteiro de estudos estruturado criado para atender aos objetivos da pesquisa. Ao final, detectamos influência marxista mais presente na década de 1980, já a década de 1990, apesar de ainda apresentar textos com influências marxistas, foi marcada por maior ecletismo e utilização do marxismo como teoria complementar, o que indica o início de um giro gradual para subjetividade por meio da linguagem, da comunicação e dos signos. Ainda, detectou-se a presença quase geral de concepções de ideologia em sentido gnosiológico, entendida, em sua maioria, como mistificação da realidade em oposição à ciência.

Palavras-chave: Psicologia; ideologia; marxismo; bases históricas.

Abstract

Studies on the ideology category have been present in the field of knowledge since the Enlightenment period, mainly in discussions about the validity or otherwise of certain theories and propositions. Discussions about ideology open up a field for different meanings and defenses about what ideology is, which is still a diverse and polysemic field of discussion today. However, more than just different concepts of ideology, it is a category that is part of the social being. The present work aims to understand how the appropriation of the ideology category occurred in Psychology and its relationship with Marxist theories, what are the main conceptions of ideology and the nature of the debate between Psychology and ideology. To this end, a survey was carried out in Latin American journals, books, book chapters, and psychology dissertations that dealt with the topic of ideology between the 1970s and 1990s. A total of 108 texts were analyzed that address the topic of ideology in Psychology, through a study guide structured to meet the research objects. In the end we detected: Marxist influence more present in the 1980s and the 1990s, despite still presenting texts with Marxist influences, is marked by greater eclecticism and the use of Marxism as a complementary theory; the beginning of a gradual turn towards subjectivity through language, communication, and signs. An almost general presence of conceptions of ideology in a gnoseological sense was detected, mostly understood as a mystification of reality as opposed to science.

Keywords: Psychology; ideology; Marxism; historical bases.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição temporal dos artigos analisados.....	88
Figura 2 - <i>Filiação institucional geral</i>	89
Figura 3 - <i>Filiação institucional: outros países da América Latina</i>	90
Figura 4 - <i>Filiação institucional por década</i>	91
Figura 5 - <i>Local de publicação por texto</i>	92
Figura 6 - <i>Periódicos que mais publicaram sobre ideologia entre 1970 e 1990</i>	92
Figura 7 - <i>País de publicação por texto na década 1970</i>	93
Figura 8 - <i>País de filiação institucional dos autores 1970</i>	93
Figura 9 - <i>País de publicação por texto década 1980</i>	94
Figura 10 - <i>País de filiação institucional dos autores 1980</i>	94
Figura 11 - <i>País de publicação por texto na década 1990</i>	95
Figura 12 - <i>País de filiação institucional dos autores 1990</i>	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - <i>Seleção dos textos nas bases de dados on-line</i>	86
Quadro 2 - <i>Seleção dos textos em outros locais</i>	86
Quadro 3 - <i>Autores que aparecem mais de uma vez no levantamento</i>	96
Quadro 4 - <i>Dados gerais do levantamento</i>	99
Quadro 5 - <i>Levantamento década de 1970 (textos analisados)</i>	100
Quadro 6 - <i>Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista</i>	112
Quadro 7 - <i>Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia</i>	113
Quadro 8 - <i>Principais concepções de ideologia dos textos de 1970</i>	115
Quadro 9 - <i>Levantamento da década de 1980 (textos analisados)</i>	116
Quadro 10 - <i>Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista 1980</i>	150
Quadro 11 - <i>Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia em 1980</i>	152
Quadro 12 - <i>Principais concepções de ideologia dos textos 1980</i>	154
Quadro 13 - <i>Levantamento década de 1990 (textos analisados)</i>	157
Quadro 14 - <i>Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista 1990</i>	196
Quadro 15 - <i>Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia 1990</i> .	198
Quadro 16 - <i>Principais concepções de ideologia dos textos 1990</i>	200

SUMÁRIO

1	Introdução	13
1.1	Justificativa e Probelma de Pesquisa	13
1.2	Teses Teórico- Metodológicas sobre Psicologia, Marxismo e Ideologia	18
2	Ideologia e Conhecimento: Gênese e Desenvolvimento	26
2.1	Desenvolvimento Histórico do Termo Ideologia no Campo do Conhecimento Antes de Marx	26
2.1.1	Ideologia antes do termo ideologia: realidade e conhecimento	27
2.1.2	Os ideólogos do iluminismo e o surgimento do termo ideologia	31
2.2	Ideologia em Marx: Definições n’A Ideologia Alemã	40
2.2.1	A concepção de história	42
2.2.2	Crítica ao idealismo	47
2.2.3	A concepção de ideologia	50
2.3	Ideologia Posterior a Marx: A Tradição Marxista	60
2.3.1	A Segunda Internacional e a primeira geração de marxistas	61
2.3.2	A ideologia após a Revolução Russa: algumas concepções.....	67
3	Ideologia na Psicologia: Mapeamento de 1969 a 2000.....	77
3.1	Objetivos da Pesquisa	82
3.2	Procedimentos Metodológicos.....	83
3.3	Procedimento de busca do material	83
3.4	Análise das informações sobre os textos.....	88
3.5	Análise de conteúdo dos artigos	98
3.5.1	Ideologia na Psicologia latino-americana da década de 1970	99
3.5.1.1	<i>Presença de marxismo na década de 1970.....</i>	<i>112</i>
3.5.1.2	<i>Natureza do debate Psicologia e ideologia na década de 1970.....</i>	<i>113</i>
3.5.1.3	<i>Concepções de ideologia na década de 1970.....</i>	<i>115</i>
3.5.2	Ideologia na Psicologia latino-americana na década de 1980	115
3.5.2.1	<i>Presença de marxismo na década de 1980.....</i>	<i>150</i>
3.5.2.2	<i>Natureza do debate Psicologia e ideologia na década de 1980.....</i>	<i>152</i>
3.5.2.3	<i>Concepções de ideologia na década de 1980.....</i>	<i>154</i>
3.5.3	Ideologia na Psicologia latino-americana da década de 1990	157
3.5.3.1	<i>Presença de marxismo na década de 1990.....</i>	<i>196</i>
3.5.3.2	<i>Natureza do debate Psicologia e ideologia na década de 1990.....</i>	<i>198</i>
3.5.3.3	<i>Concepções de ideologia na década de 1990.....</i>	<i>200</i>
4	Considerações Finais: Ideologia na Psicologia ao Longo de Trinta Anos.....	204

Referências.....	216
Apêndice A - Roteiro de Leitura	227

1 Introdução

1.1 Justificativa e Problema de Pesquisa

Antes de ingressar na graduação, já estava familiarizada com a existência de programas de Iniciação Científica (IC), grupos de estudos e projetos extensão que compõem as atividades da universidade. Por isso, logo nos primeiros anos, já tinha como objetivo participar do programa de IC mesmo sem saber muito sobre correntes ou teorias que me interessavam na Psicologia. No intuito de conhecer as correntes da área, de início, frequentei alguns grupos de estudos.

Durante os primeiros dois anos da graduação, participei de grupos de diferentes abordagens teóricas. No primeiro ano, ingressei no coletivo de estudos sobre Ontologia, Epistemologia e Ciência. No segundo ano, por pouco menos de seis meses, participei de um grupo sobre Gestalt e, durante o segundo semestre desse mesmo ano, participei do primeiro plano de trabalho de iniciação científica, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (NEPPEC), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Renata Leite Soares. Nesse período, fiz parte do grupo de estudos vinculado ao projeto realizado entre os anos de 2016 e 2017.

O objetivo do plano de trabalho era investigar o processo histórico de implantação da psicanálise no Brasil, por meio das publicações na *Revista Percurso* (vinculada ao Instituto Sedes Sapientiae). Ao final da pesquisa, foram encontrados pouquíssimos trabalhos publicados que tratassem da chegada da psicanálise no Brasil e seus desdobramentos. Dentre os poucos textos encontrados, notamos que a maioria das discussões sobre o processo histórico era descrita de forma internalista e não abordava explicitamente a difusão da psicanálise e sua história.

Na época, chegamos à conclusão de que a psicanálise, pelo menos nos artigos lidos, era pensada como instrumento de análise de outros temas da realidade social brasileira ou assuntos

internos do próprio campo psicanalítico, ou seja, ela própria não realizava uma análise crítica da sua história (Machado & Soares, 2017).

Após finalizar o primeiro plano de trabalho de Iniciação Científica, a ideia era continuar estudando a história da implantação da psicanálise no Brasil, porém, ao final, por questões burocráticas, não foi possível dar continuidade à pesquisa. Apesar da teoria psicanalítica não ter me despertado interesse de estudo, tive vontade de estudar sobre seu processo histórico de implantação e sobre a crítica de como a própria disciplina estuda ou não seu processo histórico. Com a impossibilidade de continuar com o estudo, busquei outros projetos de IC.

Em meados de 2017, participei da disciplina Laboratório de Atividades Integradas: Psicologia, Política e Ideologia I, ministrada pelo Prof. Dr. Filipe Boechat. Na ocasião, foram introduzidas algumas categorias da teoria marxista: consciência, ideologia e concepção materialista de história. As categorias pareciam explicar de forma mais objetiva a realidade social, algo que me incomodava desde o início do curso quando estudava teorias específicas da Psicologia que, a meu ver, não explicavam de forma satisfatória a realidade social e o cotidiano. Assim, em 2018, comecei a participar do grupo de estudos Marxismo e Psicologia, coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior. A partir daí, desenvolvi trabalhos de IC sob a sua orientação até o final da graduação.

Todos os trabalhos realizados entre 2018 e 2021 se relacionam com a crítica marxista da Psicologia, embasada especialmente nas obras de Karl Marx e Georg Lukács. O primeiro estudo, elaborado entre 2018 e 2019, foi um levantamento de trabalhos da psicologia comunitária brasileira da década de 1980, com a finalidade de identificar influências da teoria marxista. Nesse trabalho, levantamos discussões sobre a importância das categorias marxistas para problematizar a relação entre a Psicologia (ciência) e a sociedade e os limites dos projetos de transformação social presentes nos trabalhos de psicologia comunitária. Ao final,

encontramos uma relação residual do marxismo como fundamento teórico de práticas comunitárias em Psicologia (Machado & Lacerda Jr., 2022).

Durante a realização do plano de trabalho, foi possível entrar em contato e aprofundar estudos sobre a teoria marxiana, compreender a discussão sobre emancipação política e emancipação humana, assim como sua importância para compreensão das próprias ciências burguesas, que têm como limite a emancipação política. Também entrei em contato, de forma mais sistemática, com as discussões sobre o método em Marx e os fundamentos básicos da produção científica marxiana e sua atualidade por meio dos estudos de Netto (2011) e Yamamoto (1987, 2016).

A partir daí, cresceu meu interesse em estudar a relação entre ciência e sociedade, os limites e as funções das ciências modernas, em especial, da Psicologia. O plano de trabalho que desenvolvemos entre 2019 e 2020 (Machado & Lacerda Jr., 2020) teve como objetivos estudar a categoria *ideologia* na obra de Lukács (2013), *Para uma ontologia do ser social II*, e problematizar os projetos societários que hegemonomizam as ciências psicológicas. O estudo da ideologia nessa obra madura indicou lineamentos gerais para a crítica de projetos societários na Psicologia enquanto ciência e profissão. Destacamos, nesse trabalho, a importância dos estudos sobre essa categoria e sua relação com a ciência, em específico, a Psicologia.

Lukács (2013) resgata o sentido ontológico da ideologia e a compreende como determinado conjunto de ideias que exerce função social nas disputas de classes da nossa sociedade, além de se caracterizar como verdadeiras ou falsas. Essa compreensão abre espaço para discussões importantes sobre a função da Psicologia na reprodução da ordem, possibilita o desvelamento de projetos políticos apologéticos e estabelece limites e possibilidades enquanto ciência particular.

Em seguida, em novo plano de trabalho (Machado & Lacerda Jr., 2021), estudamos o surgimento e o desenvolvimento da Psicologia não de forma internalista, mas como parte do

próprio movimento de constituição e estabelecimento do capitalismo. Como apontam Figueiredo (1989), Yamamoto (1987) e Lacerda Jr. (2010), a teoria lukácsiana da decadência ideológica burguesa nos dá subsídios para compreender o processo de surgimento da Psicologia e sua relação apologética com a ordem burguesa, assim como aponta limites intransponíveis da atuação dessa área na sociedade atual. Portanto, o último plano de trabalho de IC, desenvolvido entre 2020 e 2021, buscou justamente a relação entre o processo de decadência ideológica e o surgimento da Psicologia moderna.

Em todos os estudos anteriores, abordamos, de diferentes maneiras, a relação entre ciência psicológica, ideologia e sociedade. A partir daí, surge o questionamento acerca da existência, no campo da Psicologia, de debates sobre a categoria ideologia e o modo como foi apropriada e compreendida em produções teóricas da área. Se as ciências não são neutras e sua constituição é determinada por processos sociais, então nos perguntamos: O que as discussões sobre a categoria ideologia na Psicologia poderiam nos revelar sobre os projetos societários hegemônicos em seu interior e sobre seu vínculo com os processos histórico-sociais?

Assim, no trabalho de conclusão de curso, estudei a relação entre ideologia e Psicologia, uma ciência que nasceu vinculada às necessidades capitalistas de controle e adaptação, marcada, muitas vezes, por concepções subjetivistas que mistificam processos sociais da realidade (Lacerda Jr., 2010; Parker, 2014)¹. Por meio de um levantamento em produções brasileiras², publicadas entre 1980 e 2019, analisamos as concepções de ideologia apropriadas pela Psicologia. Os objetivos específicos foram: 1) identificar as concepções de ideologia

¹ Por se tratar de um estudo que parte de um recorte temporal e a ordem cronológica dos textos importa, optamos por não seguir a recomendação da American Psychological Association (APA) de inserir os autores no texto em ordem alfabética.

² Levando em conta as críticas da década de 1970, que se estenderam até década de 1980, acerca da crise na Psicologia social e o problema da psicologia hegemônica, importada principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE) para a realidade latino-americana, momento que se abre espaço na Psicologia social para novas abordagens e adentramento de categorias da realidade social como ideologia, a ideia inicial era realizar um levantamento para compreender como se deu os estudos sobre ideologia na Psicologia latino-americana de forma geral. Porém, por se tratar de um trabalho menor, com tempo reduzido, optamos por investigar somente as produções brasileiras e/ou veiculadas em periódicos brasileiros.

utilizadas em trabalhos de Psicologia; 2) verificar quais autores apareciam como referências teóricas nas publicações; 3) investigar quais as relações entre Psicologia e ideologia eram estabelecidas; e 4) verificar se existiam diferenças nos debates predominantes em períodos históricos distintos (Machado, 2021).

Nesse estudo, vimos o movimento de aproximação da Psicologia com as teorias marxistas da ideologia na década de 1980 do século passado, assim como o processo de afastamento do marxismo a partir de 1990. Nessa última década, foi marcante o aparecimento de noções subjetivistas de ideologia centradas em conceitos como linguagem, discurso e signos. A tendência subjetivista predominou até 2019 quando, na segunda década do século XXI, aparece um pequeno grupo de pesquisadores que retomam o debate da ideologia vinculado à tradição marxista. Ao final da pesquisa, ficaram abertas algumas questões que poderiam ter sido aprofundadas: necessidade de estudar as determinações dos movimentos ocorridos nesse período, de entender que se esse movimento se deu de forma geral na América Latina e qual a função social das teorias subjetivistas.

Em resumo, o primeiro momento da minha trajetória acadêmica foi marcado pela busca de explicações, na própria Psicologia e em suas vertentes teóricas, sobre o ser humano e sobre o desenvolvimento histórico dessa ciência. Somente em um segundo momento, quando fui apresentada às teorias marxistas, busquei explicações objetivas sobre a realidade social humana e o desenvolvimento das ciências, em especial, da Psicologia. Nos trabalhos de pesquisa, ficou evidente meu interesse pelos problemas do conhecimento e do desenvolvimento histórico das ciências, como isso se relaciona com o desenvolvimento social-econômico e quais são os limites e as funções das ciências.

Diante disso, o presente estudo busca compreender o processo de apropriação da categoria ideologia pela Psicologia. Para tanto, investigamos e mapeamos como a ideologia foi apropriada em trabalhos científicos da Psicologia latino-americana entre os anos 1960 e 2000.

1.2 Teses Teórico-Methodológicas sobre Psicologia, Marxismo e Ideologia

Vale destacar que a ideologia aparece como problema apenas para algumas correntes ou algumas perspectivas da área. Nas correntes que alguns chamam de psicologia tradicional ou psicologia dominante, ela não aparece como uma questão. Um bom exemplo é o levantamento realizado aqui, que indica que, na Psicologia social, somente alguns teóricos muito específicos, preocupados com processos de mudanças sociais e em criticar o papel da área, transformaram a ideologia em um problema da disciplina.

Autores vinculados à psicologia crítica não defendem uma teoria única que defina o termo, nem um modelo de sociedade específico associado a esse conceito. De modo geral, a acepção é usada para abranger abordagens dentro da Psicologia que se posicionam contra a psicologia dominante e questionam tanto a sociedade quanto a própria ciência (Lacerda Jr., 2010, 2013). Certos momentos históricos são capazes de potencializar movimentos na Psicologia ou certos setores dela buscam ultrapassar o irracionalismo e o positivismo dominantes. Em momentos de ofensiva e levantes sociais, temos o surgimento de críticas e teorias que contestarão essa psicologia hegemônica, incorporando novas categorias nesse campo do conhecimento, como a ideologia.

Parker (2014) defende que a psicologização da exploração, proposta por algumas psicologias, tem impactos significativos na maneira como entendemos a ideologia. De acordo com o autor, na Psicologia, a ideologia é simplificada à percepção individual que as pessoas têm do mundo, ou seja, é vista como um conjunto de crenças sobre a vida. Dessa forma, indivíduos com perspectivas consideradas incorretas são considerados detentores de uma falsa consciência. Sendo assim, o interesse em pesquisar como a Psicologia latino-americana se apropriou da categoria ideologia surge devido à preocupação em analisar essas posições mais críticas dentro da disciplina e verificar como se estabelece essa relação.

Buscamos com esta pesquisa avançar no diálogo com outras produções de pesquisadoras e pesquisadores da Psicologia que têm como horizonte a emancipação humana pela organização e pela revolução da classe trabalhadora. Nesta atividade, a crítica da Psicologia busca demonstrar sua instrumentalidade para o capital ao conformar o ser humano à ordem existente. Apesar disso, é importante disputar politicamente a posição da classe trabalhadora na Psicologia e criar espaços de tensão e enfrentamento no campo científico. Sendo assim, é interessante avançar, a partir da proposta de Yamamoto (1987), no sentido de continuar criando tensões e apresentando críticas tanto às psicologias que propõem transformação social, quanto à Psicologia “tradicional” e à apologética que ela realiza.

Além de problematizar a produção científica da Psicologia sobre a categoria ideologia, intentamos compreender seu lugar e sua função na realidade social, assim como os horizontes políticos predominantes no seu interior. Para tanto, propomos análises que não partem da própria Psicologia, mas a situam como parte de uma realidade histórico-social contraditória e atravessada por relações de exploração. Isso é especialmente importante porque o surgimento dessa ciência tem relação com uma mudança no conhecimento burguês.

Lukács (1968/2010), a partir da sua leitura de Marx, aponta dois momentos da burguesia na relação com o processo de conhecimento. O primeiro inicia com o Renascimento e se esgota com o hegelianismo, é marcado pela defesa da razão e por teses humanistas e dialéticas. Buscava-se conhecer a realidade e suas contradições, considerando o movimento da realidade em sua totalidade. O segundo momento, entre 1830 e 1848, é marcado por uma conversão da classe burguesa em classe conservadora. Nesse processo de conhecimento, o objetivo último passa a ser a legitimação da manutenção do *status quo*, mesmo que isso envolva ignorar contradições e processos de fetichização da realidade (Coutinho, 1972/2010; Lara, 2013). Como afirma Lukács (1968/2010, p. 61):

A diferença reside ‘apenas’ em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece no imediatismo e cata ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo [...], ambos os períodos da ideologia burguesa, portanto, têm como fundamento objetivo os problemas centrais do desenvolvimento capitalista.

A construção do conhecimento não se dá de maneira independente dos movimentos da sociedade e da história. O período no campo do conhecimento em que a classe burguesa deixa seu momento “heroico” é denominado por Lukács de decadência ideológica da burguesia, a partir do qual surgem ciências altamente fragmentadas e especializadas, dentre elas, a Psicologia (Lacerda Jr., 2010).

As ciências passam a trilhar seus caminhos de pesquisa de acordo com as demandas do capital de maneira predominante, isso opera como influência decisiva no surgimento e no desenvolvimento da Psicologia (Parker, 2014). Como disciplina, a área ganha legitimidade afirmando o individualismo e naturalizando regras e comportamentos de como os indivíduos e o mundo deveriam ser. Assim, atua não só como estudo sobre o indivíduo, mas como forma de controle sobre suas relações, colocando-o como objeto e o fragmentando em partes mensuráveis (Lacerda Jr., 2010; Parker, 2014).

A Psicologia nasce justamente quando a burguesia já está em decadência, devido às próprias necessidades do sistema burguês de uma ciência que dê conta do controle e da individualização do ser humano. Dessa forma, o ponto central diante de toda diversidade presente na Psicologia é a unidade na função ideológica, que exerce a apologética ao capital

(Lacerda Jr., 2010). Mesmo algumas das psicologias que se propõem alternativas, como afirma Yamamoto (1987), acabam inconscientemente corroborando com o sistema burguês.

O marxismo ultrapassa os limites do pensamento decadente ao sublinhar que o ser social é radicalmente histórico e social. Todo o conhecimento que cancela a historicidade é no máximo uma abstração, só existe no campo da nossa imaginação. Como apontam Marx e Engels (2007, p. 94) “não é a consciência que determina a vida, mas vida que determina a consciência”. Portanto, é necessário investigar a historicidade dos processos sociais e suas determinações materiais para o processo de conhecimento.

A ontologia marxiana também se orienta para a totalidade. Como a realidade social é um conjunto de processos articulados, não é possível conhecer de fato uma parte sem investigar suas relações em um todo. Por isso, uma ontologia do ser social é necessária para produção do conhecimento sobre qualquer parte da totalidade social (Netto, 2011; Tonet, 2018).

Estudar a ideologia da perspectiva ontológica significa estudá-la a partir do próprio movimento da sociedade. Em *A ideologia alemã* (1845-1846), Karl Marx e Friedrich Engels dão as bases para compreensão da gênese e do desenvolvimento da ideologia e deixam evidente a dependência genética da ideologia com a realidade material, relacionada de forma essencial com a dinâmica do ser social. Estava já delineado ali uma análise da ideologia nos quadros da ontologia, a compreensão do ser social (Vaisman, 2010).

A investigação da função que as ideologias desempenham na vida social e de como a categoria é estudada importa para todo campo científico cujo objetivo é realizar uma análise crítica de si mesmo, identificando projetos de sociedade que o atravessam (Löwy, 2009; Netto, 2009; Lacerda Jr., 2019). Debates críticos que reconhecem sua determinação ideológica são fundamentais para compreensão da Psicologia em um contexto social constituído por disputas econômicas, políticas e ideológicas. Portanto, para analisar e fazer propostas que coloquem a Psicologia como aliada na luta anticapitalista, é importante compreender a ideologia dominante

na própria produção do conhecimento, entendendo-a como indicador da relação dessa ciência com o mundo em que vivemos.

Desde o início, os debates sobre a categoria têm sido marcados por um leque diverso de significados e por intensas disputas (Eagleton, 1997; Konder, 2002). Eagleton (1997, p. 15) evidencia essa diversidade enumerando uma série de definições:

a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; c) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder dominante; d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistemática distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre a realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Mais do que teorias abstratas, os diversos significados da ideologia são constitutivos e atuam tanto no desenvolvimento das ciências modernas, quanto na realidade social humana (Lacerda Jr., 2019). Nesse sentido, pesquisar a produção da Psicologia sobre ideologia pode contribuir com a história da disciplina e com a compreensão da sua função social e de quais projetos de sociedade ela efetiva.

O surgimento da ideologia enquanto conceito no campo das ciências ocorreu em um período histórico específico, o Iluminismo, quando filósofos e cientistas começaram a se perguntar sobre a parcialidade das idéias, questão que se tornou importante após a ascensão da burguesia e o seu enfrentamento contra o Antigo Regime (Chauí, 1980; Eagleton, 1997).

Posteriormente, as discussões tomaram novos rumos e se modificaram de forma importante a partir das elaborações de Marx. Considerando que o autor modifica as discussões sobre ideologia localizando-a no campo da realidade social, nos debruçamos sobre sua concepção. Devido aos limites para um trabalho de mestrado, optamos por estudar somente a *A ideologia alemã*, obra em que Marx e Engels delinearam sua concepção de história, defendendo a relação de dependência da ideologia com a materialidade (Vaisman, 2010).

O foco nessa publicação também resulta da preocupação central desta pesquisa ser a relação entre ciência e ideologia. Em *A ideologia alemã*, os autores elaboram a relação entre ciência e ideologia para criticar o idealismo alemão. Cientes das limitações de se trabalhar apenas com um texto, afirmamos que essa obra apresenta contribuições ímpares para as discussões aqui propostas. A apropriação da teoria do próprio Marx sobre ideologia é essencial para realizar comparações e análises conceituais do seu estudo pela Psicologia, pois parcela expressiva das discussões sobre o tema na Psicologia brasileira partem, de alguma maneira, do conceito marxiano de ideologia (Machado & Lacerda Jr. ano, no prelo).

Entendemos que o teórico alemão oferece recursos teórico-metodológicos que possibilitam a apropriação de várias determinações da realidade, o que é fundamental para profissionais, pesquisadoras e pesquisadores compreenderem os processos estruturais e conjunturais de cada momento histórico, além de se orientar para o objeto específico, apreendendo as conexões entre singular e universal, entre o específico e a totalidade da vida social-econômica (Netto, 2011).

Desta forma, neste trabalho, para o estudo da ideologia na Psicologia, começamos destacando, ainda que de forma geral, a sua posição no processo de conhecimento. No entanto, como nosso foco é compreender a forma como essa ciência estudou essa categoria, pesquisamos inicialmente os fundamentos teóricos e históricos necessários para compreender a gênese e o desenvolvimento da ideologia.

Assim, em um primeiro momento, realizamos o estudo da produção de Marx sobre ideologia, em especial, na obra *A ideologia alemã*. Também foram estudados os trabalhos de alguns comentadores dessa obra. Em um segundo momento, apresentamos o estudo elaborado do processo histórico de desenvolvimento da categoria ideologia no campo do conhecimento. Para as discussões sobre ideologia após a obra de Marx, expusemos alguns debates sobre ideologia abordando fundamentalmente a relação entre ciência e ideologia. Somente após esse momento, apresentamos o levantamento de textos da Psicologia latino-americana sobre ideologia publicados entre 1969 e 2000.

Optou-se por fazer uma análise das publicações por entendermos que as ciências apresentam função social em determinados contextos históricos, tendo em vista a problemática do conhecimento e conseqüentemente com a ideologia, pois, como aponta Bernal (1939, p. 3), as ciências podem ser ferramentas que afastam ou aproximam do avanço social, e a ciência “deve ser vista à luz dos problemas do presente e de um futuro realizável. É em relação a estes que temos que determinar as funções imediatas da ciência”.

Como o próprio Lukács (1968/2010) apresenta em sua tese da decadência da ideologia, as ciências fazem parte da sociedade e têm uma dependência relativa, portanto, das tendências do capital, do irracionalismo ou do positivismo. Investigar a própria ciência, desvelar as suas tendências é uma tarefa importante, assim como apontar problemas e avanços como contribuição para o campo da História da Psicologia.

Tendo em vista o exposto, o trabalho divide-se da seguinte maneira. Após esta parte introdutória, realizamos, no segundo capítulo, o resgate histórico do processo de desenvolvimento do termo ideologia no campo do conhecimento. Discorreremos sobre os debates que deram lugar ao surgimento da categoria ao tratar principalmente da relação entre realidade e conhecimento. Em seguida, apresentamos o contexto de surgimento do termo ideologia sob a influência do Iluminismo e da obra do francês Antoine-Louis-Claude Destutt

de Tracy e seu grupo de pensadores, além de indicar alguns aspectos dos pensamentos de Immanuel Kant e Georg W. Hegel que abriram novos caminhos para a discussão sobre ideologia.

No terceiro capítulo, expomos a ideologia na obra de Marx, especificamente em *A ideologia alemã*. Para tanto, apresentamos a concepção de história presente em Marx e Engels, a crítica dos autores ao idealismo alemão e sua concepção de ideologia. Discutimos algumas tendências na tradição marxista após a morte de Marx e Engels, com ênfase nos debates sobre ciência e ideologia. Para tanto, descrevemos a situação do marxismo na Segunda Internacional, na Terceira Internacional e no marxismo ocidental, para então expor as análises e discussões acerca do levantamento dos estudos de ideologia na Psicologia latino-americana.

Por fim, apresentamos as conclusões obtidas a partir da leitura integral do conteúdo dos textos selecionados.

2 Ideologia e Conhecimento: Gênese e Desenvolvimento

O presente capítulo descreve o processo de surgimento das discussões sobre ideologia e sua articulação com o Iluminismo e a consolidação da ciência moderna. Primeiramente, apresentamos 1) o conjunto de reflexões filosóficas sobre o conhecimento no período anterior ao surgimento do termo ideologia e 2) o surgimento do termo com o trabalho de Destutt de Tracy. Depois, tratamos do entendimento de Marx sobre ideologia, sobretudo na obra escrita em parceria com Engels, *A ideologia alemã*. Consideramos essencial seu estudo, pois, com Marx, a ideologia passa de um conceito idealista do Iluminismo para a concreticidade material (Larraín, 2007; Vaisman, 2010). Portanto, essa obra foi um ponto de virada no entendimento da ideologia. Por último, realizamos uma revisão acerca do desenvolvimento da categoria ideologia no marxismo após a morte do revolucionário alemão, resumindo algumas das principais tendências e destacando os autores citados.

2.1 Desenvolvimento Histórico do Termo Ideologia no Campo do Conhecimento Antes de Marx

O termo ideologia carrega grande quantidade de significados e definições no campo do conhecimento, na sua dimensão política e prática. Além da enorme frequência com que é utilizado no senso comum e no meio acadêmico, sua utilização pode se dar sem elaboração teórica ou aparecer em debates teórico-políticos acalorados. De qualquer forma, é um campo de discussão que, até o presente, não se esgotou e apresenta diversos problemas e questões não resolvidas no campo das ciências (Eagleton, 1997).

Para tratar do surgimento e do desenvolvimento do termo ideologia no campo do conhecimento, demarcamos a existência de dois momentos iniciais: (1) as discussões no campo filosófico sobre a relação entre conhecimento e realidade antes da existência do termo ideologia, que ocorrem entre o período greco-medieval e os primórdios do Iluminismo; (2) os

debates no contexto do Iluminismo, após a Revolução Francesa, em que o termo ideologia é criado por Destutt de Tracy. A partir de então, a ideologia entra no vocabulário filosófico não apenas como conceito, mas como disciplina para análise das ideias.

2.1.1 Ideologia antes do termo ideologia: realidade e conhecimento

A tematização da ideologia “como o registro de pressões deformadoras atuando sobre o processo de elaboração do conhecimento” (Konder, 2020, p. 23) tem uma longa história. Segundo Konder, a ideologia pode ser encontrada desde o momento em que os gregos começaram a pensar sobre os problemas humanos mais gerais, sobretudo, sobre o que é o conhecimento. Para exemplificar, cita a análise de Platão do mito da caverna, o qual advertia que seres humanos poderiam estar vendo sombras e não a realidade.

Vários séculos depois, a questão do conhecimento e sua relação com a realidade permanece sendo problematizada. Nesse sentido, relacionam-se com a ideologia questões como de fato se conhece a realidade ou os equívocos que podem ser cometidos pelas ciências. Por isso, a teoria do conhecimento foi um dos temas mais importantes na filosofia clássica e, a partir do século XIX, passou a ser chamada de ideologia (Konder, 2020).

A mudança expressa a complexificação do conhecimento e o avanço dos estudos científicos modernos. Nesse processo, vários pensadores vão se deparando com diversos problemas e questões. Quanto mais se conhece, mais se evidencia o quanto se desconhece. Essa constatação, já no Renascimento, fez Nicolau de Cusa lançar a ideia de “douta ignorância”, isto é, reconhecer os limites do conhecimento humano diante da infinitude de Deus (Konder, 2020). Maquiavel também é apontado como um dos autores do Renascimento que abordou questões relacionadas à ideologia antes do termo surgir. Suas críticas acerca das práticas políticas humanas anteciparam algumas questões que seriam discutidas posteriormente: 1) parcialidade dos julgamentos e críticas por estes se vincularem aos interesses e às necessidades

individuais; 2) relação entre poder, dominação e religião; 3) o uso da força e da fraude para a manutenção no poder (Larraín, 2007).

Entre os diversos pensadores que discutiram temas associados à problemática do conhecimento, Francis Bacon é apontado como aquele que chega mais perto dos debates futuramente associados à ideologia. Larraín (2007), Vaisman (2010) e Konder (2020) destacam que a teoria sobre os ídolos pode ser considerada a precursora da preocupação filosófica com a ideologia, ainda que sem receber esse nome. Para Bacon (2000/2003), em sua obra *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*, era imperativo libertar a humanidade dos ídolos, ou seja, das noções falsas que afetam o conhecimento:

Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade, como, mesmo depois de seu pórtico logrado e descerrado, poderão ressurgir como obstáculo à própria instauração das ciências, a não ser que os homens, já precavidos contra eles, se cuidem o mais que possam. (Bacon, 2000/2003, p. 14).

Bacon defende a valorização de um conhecimento empírico fundado na observação direta dos fatos, pois uma relação direta com as coisas liberta o ser humano de noções falsas, isto é, dos ídolos, que afastam o ser humano do conhecimento do real. Segundo Vaisman (1996), independente da validade e da exatidão teórica da defesa do precursor das discussões sobre ideologia, o fato é que ela aponta a relação estreita entre ideologia e conhecimento, assim como elabora explicitamente os obstáculos ao conhecimento verdadeiro, os elementos irracionais que ocupam a mente, dificultando a apreensão total da realidade. Para Larraín (2007), tais elementos estão presentes em diversas discussões posteriores acerca da ideologia.

O aparecimento da palavra “ideologia” no vocabulário filosófico, no Iluminismo, não é casual, mas resultado do processo de transformação ocorrido na transição do Antigo Regime para o capitalismo, que ocasionou mudanças expressivas tanto no plano material, como no

campo do conhecimento científico (Tonet, 2018). Esse processo tem seu início no século XVI e seu aprofundamento nos séculos XVIII e XIX, quando há o desenvolvimento da produção capitalista. A partir de então, a racionalidade humana e a forma de produzir conhecimento se modificam: o ser humano passa a ser o centro das questões (Lacerda Jr., 2010).

Coutinho (1972/2010) aponta dois momentos da história da filosofia burguesa: O primeiro vai do Renascimento até a obra de Hegel e é marcado pela afirmação da racionalidade humanista e do movimento progressista. Nesse momento da burguesia enquanto classe revolucionária, surgem novas ciências e formas de pensar e entender a vida social. É aí que emerge o termo ideologia. O segundo momento, entre 1830 e 1848, é caracterizado por um processo de decadência e abandono de conquistas racionais do período anterior.

A burguesia e seus ideólogos naquele primeiro momento expressavam os interesses do povo na luta contra o regime feudal. Nesse processo, há uma virada no pensamento: abre-se a possibilidade e a necessidade de conhecimento racional da realidade humana, importante para combater o ideário feudal centrado em um Deus como resposta às questões humanas (Coutinho, 1972/2010). O ideário feudal limitava os seres humanos, pois, se os fenômenos são determinados por uma divindade que é a essência das coisas, a ação humana não produz o mundo. Portanto, resta a aceitação às determinações de uma força externa (Lacerda Jr., 2010).

Na transição do mundo feudal para o moderno, as transformações políticas, econômicas e sociais derrubaram a mera aceitação da realidade estática. A necessidade de reconhecer as mudanças realizadas pela ação humana passa a ser o foco no processo de conhecimento (Lacerda Jr., 2010). De Galileu Galilei a Georg Hegel, afirma-se a centralidade da razão humana e a possibilidade de descobrir as leis racionais que subordinam a realidade e são possíveis de serem apreendidas pelo pensamento humano (Coutinho, 1972/2010). A tarefa passa a ser conhecer o mundo e a práxis humana por meio da razão. Esta ganha centralidade no campo do conhecimento, em especial, na ciência e na filosofia.

O desenvolvimento do mundo burguês, tanto no plano econômico-social como no cultural, representou uma grande revolução na história da humanidade. Como explica Coutinho (1972/2010, p. 25):

Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção, de suas formas de divisão do trabalho. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução.

Em síntese, uma nova racionalidade foi gestada com o mundo burguês. Com o Iluminismo francês, passamos “do Reino da irrazão (do absolutismo feudal) para o da razão (o do capitalismo liberal)” (Coutinho, 1972/2010, p. 26). Cabe ao próprio ser humano a tarefa de realizar essa passagem para o “mundo” da razão. Porém, para os filósofos do Iluminismo, a atividade humana é entendida de forma abstrata, idealista e individualista como atividade exclusiva da consciência e modificada por ela.

A nova objetividade capitalista permitiu novas explicações e a materialização de novos conceitos para compreender a realidade humana (Coutinho, 1972/2010). O pensamento moderno toma a postura lógico-gnosiológica, na qual o interesse é o sujeito e sua relação com o conhecimento. O ponto central é explicar como a natureza pode servir aos interesses da burguesia em ascensão (Lacerda Jr., 2010).

A nova racionalidade rompe com a ideia de uma essência divina e coloca o ser humano no centro das reflexões. Porém, a capacidade de pensar também apresentava limites ao conhecimento: a história seria limitada pela natureza humana, ou seja, existiria uma natureza humana que se generaliza para toda a história. Portanto, só seria mutável aquilo que está posto no nível fenomênico. Assim, a nova racionalidade não rompe completamente com a

imobilidade greco-medieval ao afirmar que nem tudo podia ser totalmente transformado pela atividade humana: “daí a fragilidade das abordagens gnosiológicas: ao olharem somente para o processo de conhecimento, perdem de vista a totalidade do processo de autoconstrução humana que caracteriza o mundo social” (Lacerda Jr., 2010, p. 52).

Seja como for, o declínio do pensamento greco-medieval e o desenvolvimento moderno trouxeram novas possibilidades explicativas. Com o ser humano no centro dos questionamentos, abriu-se espaço e possibilidade para novas discussões e categorias. É nesse momento de transformações e mudanças da realidade objetiva e nos processos de conhecimento que surge, no campo das ciências e da filosofia, pela primeira vez, o termo ideologia.

2.1.2 Os ideólogos do iluminismo e o surgimento do termo ideologia

A palavra “ideologia” só entrou de fato no vocabulário filosófico entre o final do século XVIII e o início do século XIX, graças ao filósofo iluminista Destutt de Tracy. Nascido na aristocracia francesa, ele renegou sua classe de origem e se tornou um dos grandes representantes da burguesia revolucionária francesa. Envolveu-se com as ideias iluministas (estudou M. de Voltaire, barão de Holbach e Étienne Condillac), lutou como soldado na Revolução Francesa e foi preso no período do Terror (Eagleton, 1997).

Enquanto esteve preso, deu início às elaborações sobre um projeto de ciência voltada à análise sistemática das ideias. A proposta era mapear a origem e o desenvolvimento de todas as ideias por meio de uma ciência central, da qual todas as outras ciências partiriam. Eagleton (1997) afirma que a ideologia surgiu em condições completamente ideológicas, pois a constituição de uma ciência das ideias estava vinculada à busca por uma política racional que antagonizaria a política irracionalista do Terror. A ideologia, portanto, promoveria o uso da razão para o desenvolvimento do Estado e da sociedade.

As ideias de Destutt de Tracy eram marcadas pelo otimismo do Iluminismo, inclusive em seu componente político, acreditava que os conflitos e a barbárie do Terror poderiam ser contornados pela filosofia e pela educação graças ao estudo das ideias.

Para isso era necessário, afirmava De Tracy, ‘um Newton da ciência do pensamento’, e ele próprio era um óbvio candidato ao posto. Uma vez que toda ciência repousa em idéias, a ideologia desalojaria a teologia como soberana de todas elas, garantindo-lhes unidade. Reconstruiria completamente a política, a economia e a ética, partindo dos processos mais simples de sensação até as regiões mais sublimes do espírito. (Eagleton, 1997, p. 68).

Depois da prisão, Destutt de Tracy reuniu um grupo de filósofos que se engajaram com a proposta de construção de uma ciência das ideias, além de retomar seu projeto após ter sido convidado para trabalhar no Instituto Nacional de Paris. O nome da nova ciência foi pensado por ele como um neologismo composto pelos termos *eidos* e *logos*: ideologia. Retirada do grego, a ideologia almejava ser uma ciência prática, em oposição à metafísica, capaz de diagnosticar as raízes da ignorância humana (Kennedy, 1979; Eagleton, 1997).

A princípio, Napoleão Bonaparte aprovava o trabalho dos filósofos do Instituto Nacional de Paris. Destutt de Tracy foi, até mesmo, convidado pelo imperador a se juntar como soldado numa campanha no Egito. Mas o clima amistoso mudou em pouco tempo. Quando o imperador se voltou contra o idealismo revolucionário burguês, os ideólogos se tornaram antagonistas em um conflito entre o liberalismo político e o governo autoritário (Eagleton, 1997).

Nesse contexto, Napoleão afirmou que os ideólogos não ajudavam o homem a conhecer melhor e, com ironia, os comparou aos metafísicos que buscavam combater. Culpou os ideólogos pela derrota militar na Rússia e por outros revezes políticos e militares que serviram como justificativa para fechar a seção de Destutt de Tracy no Instituto Nacional de Paris. A crítica de Napoleão não era um total equívoco: de fato, o ideólogo e seus colaboradores

defendiam as ideias como a base de toda a vida social e entendiam que era possível “deduzir uma política de princípios a priori” (Eagleton, 1997, p. 69).

Portanto, tentavam combater a metafísica que concebia as ideias como entidades espirituais, mas, ao mesmo tempo, afirmavam que as ideias eram o alicerce que sustentava todo o restante (Kennedy, 1979; Eagleton, 1997). A crítica de Napoleão atinge o racionalismo extremado dos ideólogos, pois aponta algo de irracional:

A seu ver, esses pensadores tanto se empenharam em sua investigação das leis da razão que ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados tão divorciados da realidade prática. [...] Desse modo, o termo ideologia gradualmente deixou de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de idéias abstratas e desconexas. (Eagleton, 1997, p. 71).

Apesar das críticas de Napoleão, Destutt de Tracy continuou pesquisando e estudando a ideologia. Em 1815, terminou o último de quatro volumes da sua principal obra: *Elementos da ideologia*. Apesar do empenho na elaboração das ciências das ideias, o termo ideologia recebeu conotação contrária à de uma ciência das ideias e passou a significar o mesmo que um engano, como se fosse o contrário de ciência. Isso mostra que o surgimento da ideologia no campo do conhecimento não é a história de um termo qualquer, mas, sim, de uma arma teórica estreitamente vinculada às lutas e à história da burguesia revolucionária (Eagleton, 1997).

Como afirma Eagleton, em pouco tempo a palavra começou a ser usada como sinônimo de sistema de ideias. Dessa forma, o ideólogo não seria a pessoa quem faz análise das ideias, mas quem expõe sistematicamente certas ideias, buscando, inicialmente, estudar e compreender o alicerce material do pensamento humano. Não entendia as ideias como autônomas ou misteriosas. Era “uma tentativa de resistir as ideias a seu domínio, enquanto produtos de certas leis mentais e fisiológicas” (Eagleton, 1997, p. 65).

Nesse primeiro projeto de ideologia (Eagleton, 1997), dedicou enorme atenção à consciência, destacando a ironia dos filósofos começarem a acreditar que as ideias eram as únicas coisas que existiam. Os primeiros ideólogos franceses defendiam as ideias como a base da vida social humana, o que os tornava idealistas.

A proposta de uma ciência das ideias encerra, ela própria, processos ideológicos. Eagleton (1997) indica dois deles: 1) no século XVIII, a contraposição aos misticismos, assim como a defesa da razão estavam relacionados com a própria posição ideológica da burguesia; 2) a defesa da neutralidade científica e da racionalidade associa-se com certos interesses políticos. Assim, pode-se afirmar que a ideologia nasce “como uma crítica totalmente ideológica da ideologia” (Eagleton, 1997, p. 66). Em outras palavras, a ideologia tinha uma função dentro dos conflitos políticos e sociais da época: operava na defesa de uma classe específica, a burguesia revolucionária, que tinha como objetivo edificar uma nova sociedade.

Sua causa, no entanto, encerrava uma contradição debilitante. Pois se sustentavam, por um lado, que os indivíduos eram os produtos determinados do próprio meio, insistiam, por outro, ser possível elevar-se acima desses determinantes inferiores mediante o poder da educação. Assim que as leis da consciência humana se desnudassem ao exame científico, essa consciência poderia ser transformada, na direção da felicidade humana, por um projeto pedagógico sistemático [...] Se tudo deve ser submetido à luz translúcida da razão, não se deveria incluir aí a própria razão? (Eagleton, 1997, p. 66).

Ligado ao desejo iluminista de um mundo regido pela razão está o combate às superstições e aos misticismos do Antigo Regime. Portanto, ser um ideólogo significava também fazer um estudo crítico dos sistemas de ideias e dos processos da ciência com o objetivo de livrar o mundo de crenças irracionais e dogmáticas. Sendo assim, a ideologia vinculava-se ao próprio processo de transformação social e econômica após a queda da aristocracia medieval e a ascensão da burguesia revolucionária.

Em síntese, em um primeiro momento, a ideologia, enquanto ciência das ideias, é uma proposta que tem um projeto político de sociedade. Seria “um golpe revolucionário” (Eagleton, 1997, p. 67) nas camadas da sociedade medieval católica. A proposta de ideologia surge quando o monopólio do conhecimento sai das mãos da classe dirigente e passa para um grupo de cientistas e teóricos associados à burguesia. Contudo, defende-se, partindo da ideia da ideologia como categoria ontológica, que, com os iluministas, a ideologia não consegue dar conta de resolver o dilema do processo de conhecimento, pois, de forma geral, ela fez parte de uma tentativa de reorganização social.

Como já mencionado, esse primeiro projeto de ideologia como ciência não se consolidou, mas, sim, o sentido pejorativo de falseamento e mistificação das ideias. Konder (2020) aponta Jean-Baptiste Fourier como um dos pensadores que utilizaram o termo ideologia em sentido negativo, associado à deformação do pensamento. Segundo o autor, para aprofundar a questão da ideologia, os teóricos franceses precisavam de pressupostos que ainda não estavam presentes em sua cultura. Era preciso partir de uma nova forma de abordar os problemas do sujeito do conhecimento, concebendo-o como ser ativo na construção do conhecimento.

Essa foi a principal contribuição de Kant e Hegel, que abriram um novo caminho para a problematização da ideologia, pois situaram a discussão na relação entre sujeito e objeto, apresentando questionamentos acerca da influência do sujeito no objeto durante o processo de conhecimento (Konder, 2020).

Kant (1724-1804) produz sua teoria na Alemanha ainda com o desenvolvimento capitalista incipiente, porém, em um momento posterior ao dos primeiros iluministas, quando o capitalismo avançava de forma expressiva por toda a Europa. Aponta os problemas do empirismo e do racionalismo propondo uma nova forma de entender a relação com o processo de conhecimento. Sua primeira questão é saber o que é possível conhecer, estabelecendo os

limites e as possibilidades da razão. Por isso, propõe uma articulação entre a razão e os dados do sentido (Tonet, 2018).

O polo fundamental do conhecimento em Kant é o sujeito. A produção do conhecimento não se dá por uma relação entre sujeito e objeto, mas entre dois momentos do próprio sujeito: 1) as sensações produzidas pelos sujeitos são o substrato do conhecimento, ou seja, o que sabemos do objeto não é o objeto em-si, mas aquilo que as nossas sensações produzem em contato com o objeto externo; 2) a razão que, partindo das sensações, dá sentido para aquilo que vem da própria experiência. Em Kant “os dados do sentido são a matéria e a razão a forma do conhecimento” (Tonet, 2018, p. 42).

Portanto, fica evidente que, para Kant, é a subjetividade que cria o mundo. Tanto as singularidades como a totalidade são produções dos sujeitos da consciência. Isso porque não é possível conhecer a essência das coisas, apenas sua aparência (o fenômeno tal como aparece para nós). A centralidade está no sujeito e o mundo é construído pela atividade teórica dos sujeitos (Tonet, 2018).

Não é possível existir uma correspondência entre o conhecimento e a realidade efetiva, a verdade de uma teoria só pode ser definida como coerência e consistência interna do discurso. Do mesmo modo, bom, os critérios de verdade deverão ser – e serão – o rigor metodológico (o cuidado na execução dos passos exigidos pelo método, a vigilância quanto à intervenção de elementos estranhos ao conhecimento) e a intersubjetividade. O rigor metodológico expressa o formalismo que caracteriza o método científico moderno, pois é unicamente a forma e não o conteúdo que garante – na medida em que pode garantir – o sucesso do conhecimento. Por sua vez, a intersubjetividade, ou seja, o debate entre os cientistas é a maneira de tentar escapar do relativismo, consequência que brota da não existência de parâmetros objetivos para a validação do conhecimento. (Tonet, 2018, p.47).

No pensamento moderno de Kant, tudo é desdobramento de tendências individuais que estão para além das relações sociais. Se a razão é uma propriedade inata, então é possível afirmar a neutralidade da ciência. Assim, as distorções do conhecimento seriam fruto de má fé ou algum problema metodológico (Tonet, 2018).

Hegel, considerado por Marx o último grande filósofo da burguesia, apresenta continuidades e rupturas com o pensamento iluminista. Permanece com entendimento a-histórico de essência e a razão ainda aparece com primazia. Porém, devido ao contexto histórico posterior à Revolução Francesa em que viveu, rompe com a ideia iluminista de analisar a vida social por meio de leis da natureza. Dessa forma, o lugar que a natureza ocupa no pensamento iluminista dá lugar à concepção de espírito, o que “permite abordar a relação entre indivíduo e sociedade em um patamar superior ao dos iluministas, mas resulta também em certos enrijecimentos, na inversão da dialética histórica” (Lacerda Jr., 2010, p. 79-80). O sujeito da história é o espírito/razão, e a atividade humana é predicado (Lacerda Jr, 2010).

Hegel supera a dicotomia entre essência e fenômeno presente em todo o pensamento anterior, pois defende a unidade e a indissociabilidade entre essência e aparência. Também apresenta uma concepção de história e tenta compreender a vida social de forma universal. Porém, existem as limitações provenientes do pensamento burguês (Lacerda Jr., 2010). Para ele, assim como para outros filósofos idealistas da burguesia, o pensamento cria a realidade, considerada manifestação externa do pensamento (Tonet, 2018). Hegel menciona a ideologia, no sentido de ciência das ideias, só para descartá-la como redução do pensamento às sensações.

A ideologia como ciência proposta por Destutt de Tracy também não se firmou. Ao mesmo tempo, a crítica à religião e à metafísica, que antecede a noção negativa de ideologia, se desenvolvia sem uma conexão formal com o termo. É sua preocupação com a relação entre filosofia e religião que estabelece as premissas para uma crítica mais profunda, apesar de suas ambiguidades (Larraín, 2007).

As teorias anteriores a Marx prepararam Destutt de Tracy para sua elaboração, um divisor de águas no campo teórico. Isso porque não descarta totalmente a produção anterior, mas estuda, absorve o que há de melhor e supera criando um novo paradigma no campo do conhecimento. Ao romper com a elaboração kantiana da primazia do sujeito, lança bases para uma ontologia da totalidade e defende a possibilidade de se conhecer a realidade social, pois as determinações do objeto mostram o caminho para se conhecer. Apesar de também considerar que o ser humano é entendido como o sujeito da ação, avança no sentido de defender uma radical historicidade da essência e afirmar que a realidade social material produz ideias e conhecimento, não o inverso. Assim, rompe decisivamente com o idealismo dos pensadores modernos da burguesia (Lacerda Jr., 2010; Tonet, 2018; Konder, 2020).

Hegel aproximou a história da ontologia e destacou o papel do homem na criação do ser social, mas, como todo idealista, sua ontologia ainda colocava a atividade humana como um desdobramento de determinações a-históricas. Marx foi além: partiu da aproximação entre história e ontologia realizada por Hegel, assim como do olhar deste para o mundo social, mas superou todo elemento logicista e transcendental que existia em Hegel (Lacerda Jr., 2010, p. 93).

Para que emergisse a crítica da ideologia em Marx, foi necessário o desenvolvimento de uma teoria mais ampla sobre a sociedade e a história. Por essa razão, o desenvolvimento das discussões sobre ideologia nos estudos do socialista alemão vincula-se à construção do materialismo histórico (Larraín, 2007).

Na próxima seção, trataremos das formulações acerca da ideologia em *A ideologia alemã*. Parte da literatura sobre o assunto aponta que essas formulações encontram-se espalhadas em suas publicações (Vaisman, 1996; Larraín, 2007; Pinho, 2013). O ideal seria trabalhar seus escritos de forma integral, porém, devido aos limites de um trabalho como este, optamos por examinar apenas essa obra, pois é o texto que sistematiza sua concepção de história, utilizada

para criticar outras formas de conhecimento, especialmente a dos idealistas alemães. Como a preocupação principal desta pesquisa é estabelecer a relação entre conhecimento, ciência e ideologia, entendemos que a análise desse exemplar nos dá um bom panorama sobre a concepção marxiana de ideologia.

Como aponta Pinho (2013), as obras anteriores, como os *Manuscritos econômicos-filosóficos* e *A sagrada família*, ajudam a compreender o processo de construção da crítica marxiana, formulada de forma mais complexa em *A ideologia alemã*. Apesar de termos encontrado nos textos acima fragmentos que corroboram a noção de ideologia presente neste último, o tema central abrange outras discussões. Por exemplo, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, a discussão maior gira em torno do trabalho, da relação com a propriedade privada e a alienação do trabalho. Em *A sagrada família*, a crítica principal é direcionada ao caráter especulativo e elitista presente na filosofia de Bruno Bauer e complexificada na obra *A ideologia alemã* (Netto, 2012).

Portanto, apesar da crítica ao idealismo de Hegel e dos neohegelianos de esquerda estar presente em publicações anteriores e por entender que os fundamentos dessa crítica estão também nessa obra de Marx, nos deteremos somente a ela, pois julgamos que ela contempla os objetivos aqui propostos, bem como o limite de tempo imposto, impossibilitando o trabalho com toda a bibliografia marxiana. Além disso, entendemos que esse livro traz elementos importantes que sintetizam elaborações anteriores dos autores e apresenta o gérmen de outros tantos textos elaborados por Marx posteriormente.

A ideologia alemã não só apresenta as bases da sua dialética materialista, da concepção de história que vai guiar suas obras posteriores e nelas se desenvolver, como expõe uma crítica importante ao idealismo vigente na época e a necessidade de superação da tradição idealista alemã. Sendo assim, trata-se de uma obra que abre espaço para um acerto de contas com toda a tradição filosófica da qual bebeu e por meio da qual exerceu sua superação.

2.2 Ideologia em Marx: Definições n'A Ideologia Alemã

Antes de adentrarmos a obra *A ideologia alemã* (1845-1846), é importante traçar ao menos alguns pontos acerca do contexto no qual foi produzida. Marx vinha de um período de juventude influenciado pela filosofia de Hegel e por seus contemporâneos neohegelianos de esquerda, que concebiam o Estado como a realização da razão, defendendo a necessidade de seu aperfeiçoamento para atender aos interesses universais dos seres humanos. Porém, nos anos de 1842-1843, como redator da *Gazeta Renana*, ele se vê sem respostas, pois percebe que seus referenciais teóricos não davam conta de explicar a realidade e dar resoluções ao problema da emancipação humana. Assim, começa sua revisão crítica e o contato com categorias como economia política, graças à relação com Engels (Pinho, 2013).

Entre 1845 e 1846, após uma breve estadia na Inglaterra (Manchester), onde entrou em contato direto com as indústrias e a organização operária, em um período marcado pela intensificação das lutas de classe, teve suas convicções reforçadas tanto com relação à atuação política, quanto no que se refere ao desenvolvimento teórico. Como os próprios autores afirmam, *A ideologia alemã* foi um ajuste de contas com a filosofia anterior. É a obra que expressa a mudança importante que Marx estava realizando: de uma influência do idealismo hegeliano para concretização de uma teoria materialista da história (Yamamoto, 1994).

A ideologia alemã foi a segunda colaboração entre Marx e Engels.³ De 1845 a 1846, os dois teóricos se dedicaram a elaborar os primeiros manuscritos e, a partir de então, articularam propostas para publicação do material até 1847, quando deixaram de lado o projeto. Nas palavras de Marx (2008, p. 49), abandonaram “o manuscrito à crítica roedora dos ratos”. A primeira publicação ocorreu somente em 1932 (Netto, 2020).

³ A primeira foi o livro *A sagrada família* (1844-1845), um conjunto de ensaios produzidos por Marx e Engels, publicado em 1845, que deu início às colaborações entre os dois pensadores. Nesse texto, os autores estabelecem críticas à filosofia especulativa e elitista e declaram a ruptura com Bruno Bauer e os Livres de Berlim, ruptura essa que vai alcançar seu ápice, no sentido de elaboração “filosófica-textual”, com a produção de *A ideologia alemã* (Netto, 2020, p. 133).

Trata-se de um texto polêmico, mas de grande importância, pois apresenta as bases que atravessam seus escritos posteriores, com análises mais concretas sobre as sociedades burguesas. Porém, como salienta Larraín (2007), a obra traz conclusões mais gerais para, depois, se lançar em análises mais detalhadas da produção capitalista. Apesar de ser um trabalho incompleto e sem os acabamentos finais, Marx e Engels apresentam sua concepção de história, assim como as categorias centrais da dialética marxiana desenvolvidas em obras subsequentes.

Podemos dizer que o livro apresenta a primeira versão mais elaborada da concepção materialista de história. Em um processo de negação e superação, os autores realizam um ajuste de contas com a tradição filosófica idealista alemã. É nessa obra que o termo ideologia aparece pela primeira vez nos escritos de Marx. Isso, por si só, justifica sua importância para o estudo da ideologia (Larraín, 2007; Sader, 2007; Netto, 2010; Konder, 2020).

Na obra, segundo Larraín (2007), não há definição formal de ideologia, boa parte do texto é composta por ironias e metáforas sobre o idealismo da filosofia alemã. Porém, isso, na visão do autor, não anula a importância do estudo da ideologia na obra ou seu caráter teórico. É importante assinalar que em nenhum escrito de Marx a categoria ideologia aparece de forma sistematizada, com definição formal. Assim, o estudo da ideologia nessa obra – como em vários de seus textos – exige uma investigação atenta em seus parágrafos para encontrar, como aponta Netto (2020, p. 155), “algumas pepitas de ouro” que incorporam e avançam no entendimento acerca da história, do individualismo burguês e da ideologia.

Ademais, salvo o *Prefácio* de 1859, o livro *A ideologia alemã* é o único texto em que se encontra uma discussão mais geral das principais ideias de Marx sobre a sociedade e a história (Larraín, 2007). No primeiro capítulo⁴, na parte intitulada *Feuerbach e história: rascunhos e anotações*, Marx traz de forma explícita a definição de história e lança as bases históricas do

⁴ Utilizamos a tradução brasileira da editora Boitempo de 2007.

vir a ser humano. Essa proposta fundamenta o desenvolvimento dos estudos acerca do capital como modo de produção específico da sociedade burguesa. O teórico também inaugura as bases para discussões e aprofundamentos posteriores.

Trataremos das discussões apresentadas na obra em análise privilegiando a ideologia. Para tanto, dividimos a exposição em três pontos: 1) a concepção materialista de história; 2) a crítica ao idealismo alemão que percorre toda a obra; 3) a concepção crítica de ideologia presente em *A ideologia alemã*. Esses três pontos não estão separados na obra marxiana, porém, para fins expositivos, optamos por dividir esses três grandes assuntos problematizados ao longo de toda publicação. Sendo assim, Marx inaugura as bases do seu desenvolvimento teórico posterior não como um rompimento com seus trabalhos de juventude, mas como um contínuo desenvolvimento e como complexificação de estudos e análises empreendidos pelo autor.

2.2.1 A concepção de história

Marx e Engels criticam em duas frentes o idealismo dos filósofos alemães: de um lado, julgam os chamados hegelianos de esquerda, em especial, Bruno Bauer e Max Stirner; por outro lado, encerram suas críticas ao materialismo de Ludwig Feuerbach, por essa corrente de pensamento não entender o ser humano na relação social e nem sua determinação histórica, concebendo-o apenas no campo da abstração.

Os autores iniciam o texto afirmando que só existe a possibilidade de libertação do ser humano por meio da atividade real no mundo real, isto é: “um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionado por condições históricas” (Marx & Engels, 2007, p. 29). Essa afirmação é reiterada durante todo o texto em seu confronto com o idealismo e sua defesa da mudança do indivíduo por meio da mudança no pensamento. Além de criticarem a a-historicidade presente em Feuerbach, afirmam a historicidade da vida humana:

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (Marx & Engels, 2007, p. 30).

Segundo Netto (2011), nessa obra, Marx e Engels lançam os três pressupostos fundamentais da ontologia humana. O pressuposto inicial é o trabalho, os seres humanos devem viver para fazer história, ou seja, precisam, primeiramente, assegurar condições básicas de existência (alimento, moradia, vestimenta, entre outras coisas). Sendo assim, o primeiro ato histórico é a atividade de produção para satisfação das necessidades, condição essencial que deve ser cumprida diariamente.

O segundo pressuposto é o de que, para a satisfação de necessidades primárias, que, por sua vez, criam novas necessidades a partir da satisfação das necessidades e articulação entre os seres humanos, transmissão de conhecimento, vão se construindo periodicamente novas necessidade. A partir do momento em que essas necessidades primárias são satisfeitas e os conhecimentos compartilhados, abre-se um infinito de possibilidade de realização, de um salto ontológico em direção à socialização ou ao surgimento do ser social.

O terceiro pressuposto é o de que o início do processo histórico exige a procriação, quando surge a família, a qual se modifica ao longo do desenvolvimento humano. Os autores apontam para a ideia de família não como conceito fixo, conforme era compreendido até então, mas como um processo que se relaciona e modifica com o movimento e os processos históricos de produção da relação de troca e transformação que o homem estabelece com a natureza (Marx & Engels, 2007).

Os pressupostos apontam que o ser humano se distingue dos outros animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, ou seja, sua própria vida material: “O que eles são coincide, pois, com a sua produção, tanto com *o que* produzem como também o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx & Engels, 2007, p. 87). Esses três pressupostos não existem de forma separada, pois são três momentos da atividade social que coexistem desde o princípio. A produção da vida por meio do trabalho ou da procriação aparece numa relação dupla entre natural e social:

Social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’ –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. Mas é claro, também, que na Alemanha é impossível escrever tal história, pois aos alemães faltam não apenas a capacidade de concepção e o material, como também a ‘certeza sensível’, e do outro lado do Reno não se pode obter experiência alguma sobre essas coisas, pois ali já não ocorre mais nenhuma história. Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (Marx & Engels, 2007, p. 34).

Os pressupostos são deduzidos da análise do real pelos autores. É a realidade que mostra que a reprodução dos seres humanos depende da produção da vida material pelo trabalho. Isso significa que o processo de criação passa necessariamente pela consciência, a qual se desenvolve e se complexifica de maneira articulada com a produção material (Netto, 2020).

Marx e Engels (2007, p. 40) definem a história como “o suceder de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores”. Sendo assim, existe continuidade, mas, além da continuação da atividade passada, há, também, um processo de superação de condições antigas. Assim, a história é um processo de incorporação e de superação. Afirmam que, no processo de desenvolvimento histórico, o modo de produção produz um intercâmbio entre as nações, reduz o isolamento entre elas e, assim, cada vez mais, a história humana se torna uma história mundial.

Essa transformação da história humana para uma história mundial não é um ato abstrato, fruto de um espírito mundial, resulta da ação real humana que pode ser analisada a partir da materialidade cotidiana dos indivíduos. Esse processo de expansão histórico-mundial ocorre enquanto os indivíduos são, mais e mais, submetidos a um poder estranho (alienado): o mercado mundial. Então, se existimos em uma sociedade em que o processo de produção aliena o sujeito de si mesmo e dos outros, também produzimos uma consciência alienada capaz de inverter os processos da realidade na consciência.

A partir dessa análise, Marx e Engels (2007) afirmam a tese de que há relação direta entre as relações sociais materiais que os seres humanos estabelecem entre si e os processos de consciência. O homem só terá desenvolvimento pleno de suas atividades intelectuais na medida em que a realidade material possibilite uma atividade livre e realize o máximo de suas potencialidades. Em uma realidade cindida, as relações sociais e a atividade da consciência

também serão cindidas: “a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais” (Marx & Engels, 2007, p. 41).

Apontados os aspectos mais gerais da história, os autores destacam a consciência como parte indissociável do ser social, ou seja, não concebem a consciência como pura ou estática: “desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens” (Marx & Engels, 2007, p. 35). A produção da vida humana é determinada tanto por sua organização física quanto pela consciência. A complexificação e o desenvolvimento das necessidades do ser social e o processo de divisão social do trabalho também complexificam e desenvolvem os processos de consciência (Marx & Engels, 2007).

Marx e Engels (2007) defendem a história explicada a partir da realidade. Essa concepção consiste “em desenvolver o processo real da produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada” (p. 42). Desse modo, só é possível a consciência se aproximar do movimento da realidade partindo da práxis material. É a partir desta que se explica a formação das ideias e não o contrário. Esta tese fundamenta as principais críticas dos autores aos jovens hegelianos e ao seu idealismo, os quais explicam a realidade partindo das ideias:

[todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’ ou sua transformação em ‘fantasma’, ‘espectro’, ‘visões’ etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provém essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (Marx & Engels, 2007, p. 43).

2.2.2 Crítica ao idealismo

A crítica de Marx e Engels (2007) que atravessa todo o manuscrito está em torno do idealismo, em especial, por partir das ideias para então entender a vida humana. Os autores partem do ser humano real, ativo e histórico, e da compreensão de que a consciência não é algo anterior ou separado. Assim seguem em sua crítica principal aos filósofos idealistas alemães:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. (Marx & Engels, 2007, p. 94).

Ao se contraporem ao idealismo argumentando que os seres humanos estão no processo de “desenvolverem sua produção” e “intercâmbio materiais”, transformam, além da realidade material, a consciência, as ideias e os pensamentos. Sendo assim, ao contrário do que pensavam os filósofos alemães: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx & Engels, 2007, p. 94).

No acerto de contas dos autores com a filosofia hegeliana, há uma crítica profunda da filosofia alemã de sua época, sobretudo, da redução da possibilidade de mudança ao mundo das ideias. Para os hegelianos, os entraves humanos são fruto da consciência: “a nenhum desses

filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (Marx & Engels, 2007, p. 84). Assim, ironizam e criticam o idealismo dos jovens hegelianos por proclamarem a realização de grandes mudanças por meio de suas ideias.

A crítica alemã, até em seus mais recentes esforços, não abandonou o terreno da filosofia. Longe de investigar seus pressupostos gerais-filosóficos, todo o conjunto de suas questões brotou do solo de um sistema filosófico determinado, o sistema hegeliano. Não apenas em suas respostas, mas já nas próprias perguntas havia uma mistificação. (Marx & Engels, 2007, p. 83).

A filosofia alemã (representada principalmente pelas figuras de Bruno Bauer e Max Stirner) é ideológica justamente porque se descola da realidade material e generaliza o ser humano em determinada conformação social e histórica, como se fosse o ser humano geral, definitivo. Um exemplo dessa crítica específica estaria nas resoluções propostas por Stirner:

Ele não ‘apreende’ o ‘mundo’, mas apenas suas ‘fantasias delirantes’ como o Seu mundo e o apropria a Si. Ele apropria o mundo como sua representação do mundo e, de acordo com a sua representação, o mundo é a sua propriedade representada, a propriedade de sua representação, sua representação enquanto propriedade, sua propriedade enquanto representação, sua representação própria ou sua representação da propriedade; e tudo isso expresso na frase incomparável: ‘relaciono tudo a Mim mesmo’. (Marx & Engels, 2007, p. 131).

“A vida do indivíduo se resume à diversidade da *consciência*. Naturalmente, as modificações físicas e sociais que ocorrem com os indivíduos e que produzem uma consciência modificada não guardam nenhum interesse para Stirner” (Marx & Engels, 2007, p. 132). Além disso, conforme os autores, “Ele exagera a *consciência* dominante da classe que mais dele se

aproximam em seu ambiente mais próximo, fazendo dela a consciência normal da ‘vida humana’” (Marx & Engels, 2007, p. 133).

Esse modo de pensar que separa a consciência da produção material transforma a história em história das ideias: “uma história de espíritos e fantasmas” (Marx & Engels, 2007, p. 134). A história real, fundamento dessa história ideal, só é mencionada pelos idealistas com o objetivo de dar “corpo para esses fantasmas”, isto é, dar uma aparência de realidade a uma ideia. Essa é uma perspectiva religiosa: em vez de explicar a partir das relações empíricas e mostrar como uma forma específica de produzir a vida e de intercâmbio estão relacionadas com uma forma de sociedade e uma determinada forma de Estado, o idealismo produz uma determinada forma de consciência religiosa (Marx & Engels, 2007).

Para esses ideólogos, como denominam os autores, a modificação da realidade depende da “boa vontade” dos seres humanos. As relações sociais são reduzidas às ideias. No entanto, a própria separação entre as relações sociais e as ideias é um produto das relações sociais: “esse idealizado soerguimento acima do mundo é a expressão ideológica da impotência dos filósofos diante do mundo. Suas fanfarrônicas ideológicas são desmentidas diariamente pela práxis” (Marx & Engels, 2007, p. 366). Tanto os filósofos que eles criticam diretamente, quanto os ideólogos em geral colocam a realidade “de cabeça para baixo” (p. 77). Em outras palavras, entendem a sua ideologia como o que impulsiona e como objetivo das relações sociais gerais, ao passo que, suas ideias são apenas expressão e sintoma da realidade. A seguir, um resumo dessa crítica:

Mostramos que a autonomização dos pensamentos e das ideias é uma consequência da autonomização das condições e relações pessoais dos indivíduos. Mostramos que a ocupação sistemática exclusiva com esses pensamentos por parte dos ideólogos e filósofos e, desse modo, a sistematização desses pensamentos é uma consequência da divisão do trabalho e que, principalmente, a filosofia alemã é uma consequência das

condições pequeno-burguesas alemãs. Os filósofos teriam somente de dissolver sua linguagem na linguagem comum, da qual ela foi abstraída, para reconhecer que ela é a linguagem deturpada do mundo real e dar-se conta de que nem os pensamentos nem a linguagem constituem um reino próprio; que eles são apenas manifestações da vida real. (Marx & Engels, 2007, p. 429).

Aqui, o processo ideológico nada mais é do que a apologética das relações reais. Na ideologia, ao não se conhecer o processo histórico e suas determinações, fica fácil construir com o uso de alguns “fantasmas” a ideia de um “absoluto”, como fazem Stirner e outros filósofos alemães: “o idealismo alemão não se distingue da ideologia de todos os outros povos por nenhuma diferença específica. Também esta última considera o mundo como dominado por ideias, as ideias e conceitos como princípios determinantes” (Marx & Engels, 2007, p. 524).

2.2.3 A concepção de ideologia

O processo mais geral da constituição do ser social define as bases para a discussão sobre ideologia. Marx e Engels (2007) a entendem como um dos produtos da consciência. Esta é materialmente determinada, por isso a ideologia deve ser analisada a partir do processo de divisão do trabalho, com destaque para a cisão entre trabalho material e espiritual. Com essa separação, a consciência passa a ser capaz de “representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo” (p. 35). Dessa divisão, surge a possibilidade de se construir a religião, a filosofia, as ideologias e teorias que, mesmo em contradição com a realidade material, existem porque expressam contradições das próprias relações sociais existentes e da forma de produção de determinada época:

É completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um único resultado: que esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição

entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida [*aufgehoben* 15]. É evidente, além disso, que ‘espectros’, ‘nexos’, ‘ser superior’, ‘conceito’, ‘escrúpulo’ são a mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele ligada. (Marx & Engels, 2007, p. 36).

Os autores explicitam que a atividade do homem não se resume à produção material, mas envolve produções simbólicas e ideais. Por outro lado, evidenciam que a produção espiritual tem bases materiais e sociais. Como explicam, a ideologia está alocada no âmbito da produção da consciência e, por isso, sua relação nem sempre é direta com as lutas de classes, ainda que ambas estejam relacionadas:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma

época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (Marx & Engels, 2007, p. 47).

A produção humana não se restringe à produção material, e as formas ideológicas não existem de maneira autônoma, pois estão vinculadas à produção material da vida, mais especificamente à divisão de classes sociais. A ideologia está determinada pelas condições materiais impostas pelo modo de produção de cada época. Se as ideias dominantes são a expressão das relações sociais, então são marcadas pelas lutas de classes sociais. A classe que domina materialmente tem o domínio também no campo das ideias, pois a ideologia produzida por ela coloca seus interesses como universais.

O termo ideologia aparece com sentido crítico-negativo. Negativo porque entendem que é parte da ideologia a inversão na qual os homens e suas relações aparecem de “cabeça para baixo” (Netto, 2020), tal como ocorre com os filósofos alemães. No entanto, a inversão realizada pelo idealismo alemão não é um mero equívoco da consciência, está relacionada com as contradições da sociedade material dividida em classes sociais. Contradições que só podem ser resolvidas na materialidade da vida. Sendo assim, a análise da ideologia é uma análise crítica no sentido de propor um exame racional do conhecimento a partir da compreensão de seus fundamentos reais, de condicionantes e limites estabelecidos no processo histórico real (Netto, 2020).

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o

seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (Marx & Engels, 2007, p. 94).

A forma de ser e a consciência do ser humano estão vinculadas ao modo como a vida em sociedade é produzida. A consciência se desenvolve a partir da produção da atividade humana, das relações sociais estabelecidas. Se a realidade em si aparece invertida, se o ser que produz sua vida perde de vista a sua relação com a produção e não se reconhece no mundo material, isso se expressa na consciência também de forma invertida.

A ideologia não representa a totalidade dos processos de consciência, mas é uma parte do processo de constituição das ideias, esse é outro ponto importante. Os seres humanos não realizam reflexões sobre uma realidade já formada e estática, mas a representam na medida em que atuam nela. Todas as formas de consciência, incluindo a ideologia, nascem e estão intimamente ligadas à realidade social. Para Marx e Engels (2007), a diferença entre as ideias em geral e as ideias ideológicas está no fato de que as ideias expressam de forma consciente, real ou ilusória as atividades de produção humana e sua relação com a atividade social e política. As ideias podem expressar a prática social de forma indevida, isso não ocorre por algum defeito no processo de consciência, mas por causa das limitações da própria realidade social. Como os próprios autores afirmam:

As representações que esses indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural [*Beschaffenheit*]. É claro que, em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. A suposição contrária só seria possível no caso de, além do espírito dos indivíduos reais e

materialmente condicionados, pressupor-se ainda um espírito à parte. Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam. (Marx & Engels, 2007, p. 93).

Quando os autores falam dessa forma limitada de atividade material, estão criticando uma prática que reproduz a contradição expressa nas relações sociais divididas em classe sociais. Trata-se de uma atividade alienada que transforma a produção, a vida social e os produtos da consciência. É por isso que as ideias devem ser explicadas desde as contradições da vida material de produção, pois as inversões da vida material geram formas invertidas de consciência (Larraín, 2007).

Os indivíduos que não estão mais subsumidos à divisão do trabalho foram representados pelos filósofos como um ideal sob o nome ‘o homem’, e todo esse processo que aqui expusemos foi apreendido como o processo de desenvolvimento ‘do homem’, de modo que ‘o homem’ foi, em cada fase histórica, furtivamente introduzido por sob os indivíduos precedentes e apresentado como a força motriz da história. O processo inteiro foi, então, apreendido como processo de autoalienação [*Selbstentfremdung*] ‘do homem’, e isso ocorreu essencialmente porque o indivíduo médio da fase posterior [foi] sempre introduzido sub-repticiamente na fase anterior e a consciência posterior nos indivíduos da fase anterior. Com essa inversão, que desde o início abstrai das condições reais, foi possível transformar a história inteira num processo de desenvolvimento da consciência. (Marx & Engels, 2007, p. 74).

Dessa forma, deixam evidente, ao longo do manuscrito, que os conflitos políticos são expressão das próprias contradições materiais reais – cuja raiz reside na divisão do trabalho. Dividem o ser humano em classes sociais que se desdobram em interesses antagônicos

separando indivíduo e comunidade. Essa divisão do trabalho também se expressa na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que permite que intelectuais pensem a realidade partindo da consciência e tomando a realidade parcial da classe dominante como universal.

Porém, a divisão da sociedade capitalista em classes, em especial entre burguesia e trabalhadores, também carrega consigo a possibilidade de superação da dominação burguesa, pois existe um antagonista, a classe trabalhadora, que porta potencial revolucionário. Seu ponto de vista abre a possibilidade de se conhecer a realidade tal como ela é e revolucioná-la. Ponto de vista não significa consciência imediata da classe operária, mas a perspectiva dos seus interesses historicamente objetivos (Löwy, 1978).

Ao contrário da burguesia, os interesses do proletariado vão ao encontro dos interesses da grande maioria. Sua perspectiva é mais universal, porque tem como interesse a abolição da exploração de classes para dar fim à sua dominação. Por isso, o proletariado não tem necessidade de ocultar partes da realidade. É por isso que a classe trabalhadora é a primeira classe revolucionária que não só pode, como tem a necessidade de construir um conhecimento objetivo da realidade para transformá-la. Contudo, é importante frisar que isso tudo se abre como possibilidade e não como determinação que necessariamente vai se realizar (Löwy, 1978).

A divisão do trabalho, que já encontramos acima (p. [34-5]) como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si

próprios. No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe. A existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária. (Marx & Engels, 2007, pp. 47-48).

O trecho evidencia a relação entre produção espiritual e realidade social material, destacando como a produção da consciência remete à sociedade dividida em classes e à luta entre elas. Os filósofos denominados jovens hegelianos são criticados por Marx e Engels (2007) porque suas teorias transformavam conflitos sociais materiais em problemas que deveriam ser resolvidos no âmbito da consciência, ignorando ou desconhecendo as contradições reais que são a base dos conflitos sociais.

Onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. A dificuldade começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à

ordenação do material, seja de uma época passada ou do presente, quando se passa à exposição real. (Marx & Engels, 2007, p. 95).

A consciência como abstração vazia é colocada em relação íntima com a realidade. Das contradições existentes, aparecem duas possibilidades: análise da realidade material ou distorção. Portanto, para os autores, a ideologia é essa forma específica de consciência que inverte, mistifica e distorce conflitos reais. A concepção marxista de ideologia fica evidente nas críticas lançadas principalmente a Bauer e a Stirner por estabelecerem explicações somente no campo das ideias e da abstração, o que faz com que as contradições reais desapareçam (Larraín, 2007).

De forma geral, Marx e Engels (2007) parecem entender a ideologia como um produto da consciência, proveniente de uma prática material limitada (a produção capitalista). Ideias que ocultam, mistificam, ignoram ou inventam contradições reais estão associadas a interesses específicos de classe que favorecem a classe dominante. É possível concluir do manuscrito que há uma relação entre a produção material, suas contradições e os conflitos de classe nos quais os interesses da classe dominante se propõem.

Uma realidade limitada e suas contradições se projeta em formas ideológicas de consciência. Sendo assim, podemos entender que a ideologia é uma tentativa da consciência de resolver essas contradições que não podem ser resolvidas sem revolução e transformação social prática. Essas respostas no nível da consciência efetivam o ocultamento ou a representação parcial das contradições realmente existentes.

Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam. (S. M.). (Marx & Engels, 2007, p. 93).

Conforme explicam, a ideologia não é uma inversão arbitrária da consciência e intencional que busca ocultar ou inverter parte da realidade. O caráter falseador ou distorcido atribuído a ela está na própria sociedade dividida em classes e no caráter alienado da produção social. A ideologia está necessariamente vinculada aos interesses da classe dominante, o que mostra que o ocultamento e/ou a distorção das contradições são decisivos para reprodução de contradições sociais que possibilitam a classe dominante se reproduzir como dominante (Larraín, 2007). Marx e Engels (2007, p. 195) apontam um exemplo disso na própria produção dos filósofos idealistas:

A forma característica que assumiu na Alemanha o liberalismo francês, que se baseia em reais interesses de classe, encontramos novamente em Kant. Nem ele, nem os burgueses alemães, de quem ele foi o porta-voz eufemístico, perceberam que na base dessas ideias teóricas estavam os interesses materiais dos burgueses e uma vontade condicionada e determinada pelas relações materiais de produção; por essa razão, ele separou essa expressão teórica dos interesses que ela expressa, fez das determinações materialmente motivadas da vontade dos burgueses franceses puras autodeterminações da 'vontade livre', da vontade em si e para si, da vontade humana, transformando-a, desse modo, em puras determinações conceituais ideológicas e postulados morais.

Larraín (2007) argumenta que, nesse momento do pensamento de Marx e Engels, eles produzem um conceito de ideologia crítico e restrito. Crítico, pois afirma e investiga distorções, inversões ou ocultamentos das contradições na consciência; restrito, porque não se refere a todos os tipos de erros ou distorções. Os autores não colocam a ciência como contraponto da ideologia, como fizeram em muitas discussões posteriores. A ideologia aqui não aparece como erro que desaparece com a chegada da ciência, faz parte da vida de um grupo específico, que se desenvolve a partir da própria existência de contradições sociais, de modo que só pode deixar de existir em uma sociedade na qual as contradições sejam resolvidas na realidade material:

Se trata, tão somente, de esclarecer essas fraseologias teóricas a partir das relações reais existentes. A dissolução real, prática, dessas fraseologias, o afastamento dessas representações da consciência dos homens, só será realizada, como já dissemos, por circunstâncias modificadas e não por deduções teóricas. (Marx & Engels, 2007, p. 45).

Os autores deixam explícito o caráter histórico do processo de constituição das ideias, em específico, da ideologia, que aporta a classe dominante na luta de classes. O processo ideológico favorece a classe dominante a partir da possibilidade de separação entre ideais e vida material. A mistificação da realidade se expressa cada vez mais na medida em que a classe dominada ganha força:

Quanto mais cresce, em decorrência, a discórdia na própria classe dominante e entre esta e a classe dominada, é claro que tanto mais inautêntica se torna a consciência que originalmente correspondia a essa forma de intercâmbio, isto é, ela cessa de ser a consciência que corresponde a ela, e tanto mais as representações sobre essas relações de intercâmbio que vinham sendo transmitidas, representações essas em que os interesses pessoais reais etc. são declarados como universais, descambam para meras frases de efeito idealizadoras, para a ilusão consciente, para a hipocrisia proposital. (Marx & Engels, 2007, p. 283).

Por um lado, a ideologia filosófica que os autores criticam é sintoma da sociedade alemã no século XVIII, marcada pelo atraso material de produção. A Alemanha era constituída por uma pequena burguesia atrasada economicamente e que, diante dos avanços na Inglaterra e na França, estimava as ideias inglesas e francesas. Como a admiração não era resultado e expressão da realidade, surgiu uma filosofia centrada em ideias abstratas que ocupavam o lugar das relações de produção capitalistas (Larraín, 2007).

Por outro lado, a crítica demonstra a superioridade de uma ciência proletária, capaz de incorporar ciências parciais produzidas pelos filósofos da burguesia, ultrapassando-as e

negando suas limitações que ocultam determinações da realidade. Apesar do ponto de vista do proletariado não ser condição suficiente para o conhecimento objetivo por si só, ele oferece maiores possibilidades de acesso à objetividade. Para a classe operária, o conhecimento da realidade objetiva é uma forma de luta e uma arma indispensável para a revolução, enquanto a burguesia tem a necessidade de ocultar as contradições da realidade (Löwy, 1978).

O problema da ideologia na crítica que aparece n’*A ideologia alemã* é que existe uma realidade cindida pela divisão de classes sociais que vem da divisão do trabalho. Sendo assim, para fazer uma crítica à ideologia, é necessário realizar primeiro a crítica da econômica política burguesa. Esse é o grande diferencial de Marx e Engels em comparação aos ideólogos alemães e aos pensadores do Iluminismo. Ambos defendem que primeiro é necessário olhar para a realidade.

Por fim, pensamos que Marx e Engels (2007) historicizam a questão da ideologia ao destacarem que a categoria faz parte do ser social. Portanto, talvez a ideologia não tenha uma solução única, uma definição final. Dessa forma, avançam ao preencher uma lacuna no debate sobre ideologia:

[...] faltava à *ideologia*, tal como os *ideólogos* que a propunham, algo que, sintomaticamente, também faltava ao imperador que a repelia: a capacidade de se debruçar com espírito *crítico e autocrítico* sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas. (Konder, 2020, p. 24).

2.3 Ideologia Posterior a Marx: A Tradição Marxista

Neste tópico passamos por algumas contribuições posteriores a Marx que trataram, modificaram ou ampliaram a concepção marxiana de ideologia. Como não foi feito um estudo detalhado da obra de cada autor, utilizamos textos de comentaristas importantes no campo de discussão da ideologia (a saber: Eagleton, 1997; Larraín, 2008, 2009; Löwy, 2009; Konder,

2020). Entendemos que a revisão do desenvolvimento dos debates sobre o tema é importante para compreendermos o caminho e os rumos que essa categoria tomou após Marx.

Tratamos de algumas tendências desenvolvidas na tradição marxista após a morte de Marx e Engels, com ênfase nos debates sobre a relação entre ciência, conhecimento e ideologia. O objetivo foi citar as principais tendências que marcaram o debate sobre ideologia no contexto de desenvolvimento do marxismo nos períodos da Segunda Internacional, da Terceira Internacional e do marxismo ocidental.

Discutimos, primeiro, sobre o marxismo da Segunda Internacional e as duas principais tendências que dividiram os marxistas do período: o revisionismo e o marxismo ortodoxo. Em outro momento, apresentamos o contexto de desenvolvimento do marxismo durante a hegemonia da Terceira Internacional e o surgimento do chamado marxismo ocidental (Anderson, 1976). Esse viés da teoria marxista inaugura um novo momento, a separação entre teoria e prática política, mas, ao mesmo tempo, aprofunda debates antes secundarizados pela teoria marxista.

2.3.1 A Segunda Internacional e a primeira geração de marxistas

Marx morreu em 1883 e Engels em 1895. No período seguinte, interpretações problemáticas sobre a obra de Marx predominaram entre os próprios teóricos que reivindicavam o marxismo (Larraín, 2008; Konder, 2020). Na primeira geração de marxistas, ligados à Segunda Internacional, as discussões sobre ideologia foram deixadas em segundo plano, o foco estava em análises econômicas sobre o capitalismo e a construção da teoria política marxista.

A preocupação com a categoria ideologia só foi retomada, de fato, a partir dos anos 1920, com teóricos marxistas historicistas⁵, conforme aponta Löwy (2009), como parte do marxismo ocidental, como definido por Anderson (1976). Embora os termos não sejam sinônimos – já que o marxismo ocidental abrange uma tradição mais ampla –, alguns pensadores dessa corrente adotaram essa perspectiva que Löwy caracteriza como marxismo historicista. O surgimento e o desenvolvimento do marxismo ocidental serão detalhados na próxima seção.

A situação descrita da primeira geração de marxistas não significou uma total inexistência de discussões sobre ideologia. Duas principais tendências foram identificadas por Larraín (2008): 1) a concepção de ideologia como totalidade das formas de consciência; 2) a concepção de ideologia como ideias das classes sociais em conflito.

Alguns fatores explicam as tendências nos debates sobre ideologia: 1) a existência de certas ambiguidades e a ausência de uma definição sistemática nas próprias obras de Marx e Engels, abrindo espaço para mudanças nas interpretações que os sucederam (Larraín, 2008); 2) a falta de acesso às principais obras em que Marx e Engels discutiram ideologia (*A ideologia alemã* e os *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de 1844), publicadas somente nos anos 1930 (Konder, 2020); e 3) o clima político e histórico da época que dividiu o marxismo em duas tendências, uma revisionista e outra ortodoxa, possibilitando a entrada de concepções positivistas, evolucionistas, deterministas e economicistas (Larraín, 2008; Löwy, 2009; Konder, 2020).

⁵ Löwy (2009, pp. 146-147) define como a “corrente metodológica no seio do pensamento marxista que se distingue pela importância central atribuída à historicidade (dialeticamente concebida) dos fatos sociais e pela disposição em *aplicar o materialismo histórico a si mesma*. Ela se caracteriza também pela incorporação de certos temas do historicismo ‘clássico’ no quadro de sua teoria do conhecimento – não de forma eclética, mas por uma apropriação crítica que nega/conserva/supera (*Aufhebung*) estes temas, no seio de uma visão de mundo marxista. [...] Esta corrente pôde, ao contrário do marxismo-positivismo, enfrentar desafio do ‘princípio da carruagem’ e dar ao materialismo histórico sua coerência de concepção global que não admite exceções e que não hesita em dar conta de suas próprias determinações histórico-sociais”. Essa perspectiva era representada principalmente por Georg Lukács, Karl Korsch, Antonio Gramsci e Lucien Goldmann, representantes do que Anderson (1976) vai denominar de marxismo ocidental.

Com relação ao primeiro fator, Larraín (2008) destaca três fontes de confusão em relação ao significado de ideologia proposto por Marx e Engels. Primeiro, haveria algumas afirmações ambíguas e pouco objetivas em seus textos, que, de forma isolada, possibilitaram a definição mais ampla de ideologia, como totalidade da consciência social ou ideias políticas de uma classe social. Como exemplo, o autor cita o *Prefácio* de 1859, tomado como o momento em que Marx adota uma concepção mais ampla de ideologia, entendida por alguns como a esfera da superestrutura, isto é, a esfera das formas de consciência social.

Outra questão que abriria espaço para ambiguidades seria o uso, por Marx e Engels, de termos como “ideólogos”, “classes ideológicas” e outros para se referir aos intelectuais e às classes sociais (Larraín, 2008). Essas expressões podem ser tomadas em sentido universal, como se os ideólogos elaborassem ideologias de todas as classes, sem exceção. Além disso, o uso do termo “ideólogos” pode levar à conclusão de que os autores se referiam também ao proletariado. Apesar de existir essa possibilidade de interpretação, Larraín (2008) argumenta que os autores deixam bem explícita sua definição de “ideólogo”, associando-a sempre à classe dominante.

A terceira fonte de ambiguidades estaria no fato de que, em alguns momentos, ideologia e determinação social da consciência foram tratadas simultaneamente, sem explicitar diferenças (Larraín, 2008). A existência dessas ambiguidades e confusões nos seus textos foi agravada pelo fato de que boa parte das obras importantes para compreensão da teoria marxiana da ideologia não foi lida pelas primeiras gerações de marxistas. Esse segundo fator contribuiu para mudança do sentido negativo da ideologia para o sentido positivo. Grande parte dos pensadores das primeiras gerações (Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Gueorgui Plekhanov, Eduard Bernstein, entre outros) faleceu antes de *A ideologia alemã* ser publicada. Isso significa que não tiveram contato com o trabalho que apresenta a concepção negativa de ideologia (Konder, 2020).

Não existem dúvidas sobre o significado crítico e negativo que Marx e Engels atribuem à ideologia em *A ideologia alemã*. Portanto, não é equivocado afirmar que a ausência do acesso ao citado livro foi relevante no processo de desenvolvimento dos debates sobre ideologia no marxismo. Segundo Larraín (2008), essa falta de acesso talvez não tenha sido fator tão decisivo para compreender outras categorias de Marx que aparecem em escritos posteriores. Porém, no caso da ideologia, isso criou problemas.

En ausencia de *La ideología alemana* los dos textos más influyentes para la discusión del concepto fueron el ‘Prefacio’ de 1859 de Marx y el Anti-Dühring de Engels. Ambos eran muy frecuentemente citados por las nuevas generaciones de marxistas, especialmente en lo que respecta a la relación entre ideología y superestructura. Como hemos visto, estos dos textos contienen ambigüedades significativas y no hacen una distinción adecuada entre la relación base-superestructura y el fenómeno ideológico. (Larraín, 2008, p. 22).⁶

Por mais que a ausência de acesso à obra *A ideologia alemã* tenha sua importância no desenvolvimento das concepções posteriores de ideologia, é preciso destacar que as elaborações teóricas não estão separadas do mundo material, ou seja, as reflexões teóricas têm relação com as lutas políticas e os processos sociais que inevitavelmente as afetam. Assim, também é preciso olhar para processos sociais e político-econômicos que condicionam os debates teóricos (Larraín, 2008).

Konder (2020) aponta que a historicidade e a dialética da teoria marxiana entre os primeiros marxistas perderam espaço para certo positivismo e evolucionismo darwinista. Da mesma forma, Löwy (2009) indica que, entre o final do século XIX e o início do século XX, as ideias positivistas estavam bastante disseminadas e acabaram adentrando movimentos

⁶ Devido à quantidade de citações em outro idioma presentes nesta pesquisa, optamos por não usar o destaque itálico por uma questão estética e para não prejudicar a leitura do texto.

operários socialistas da Segunda Internacional. Dois movimentos dominaram: o revisionismo da obra de Marx, que tem como principal representante Eduard Bernstein, e o marxismo ortodoxo, com tendências evolucionistas, cujo principal representante foi Karl Kautsky. Nesse período, avançaram correntes que tinham como objetivo transformar o marxismo em uma teoria “puramente científica”, carregada pelo viés de neutralidade transportado das ciências naturais (Löwy, 2009).

Bernstein afirmava que as ideias proletárias sobre Estado, economia e história não estavam livres da ideologia no socialismo moderno. O autor faz uma crítica positivista de Marx e recorre a Kant e Auguste Comte para recusar a dialética entre ciência e socialismo. Assim, propõe uma separação bem demarcada entre uma ética socialista com inspiração em Kant e uma ciência da sociedade que fosse neutra, empírica e positiva no sentido defendido por Comte (Larraín, 2008; Löwy, 2009).

Outra tendência entre autores da Segunda Internacional foi marcada por combinar darwinismo com a teoria marxista para apontar o socialismo como uma consequência natural evolutiva. Dessa maneira, não existiria a necessidade de uma revolução. Essa leitura marcou o chamado marxismo ortodoxo, que teve como um dos principais representantes Karl Kautsky (Löwy, 2009).

A interpretação realizada pela primeira geração de marxistas dos escritos de Marx e Engels esteve bastante conectada às especificidades das práticas e das lutas políticas. A Primeira Guerra Mundial, a expansão imperialista do capital e a Revolução Russa em 1917 mudaram a situação política. Após a revolução, as interpretações sobre as obras de Marx e Engels foram monopolizadas pela burocracia autoritária do stalinismo. Assim, o economicismo presente na Segunda Internacional se agregou a uma interpretação oficial soviética, difundida por meio da Terceira Internacional (Larraín, 2008). Após a consolidação do partido único na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), consolidou-se um marxismo oficial, marcado por

dois pontos principais: 1) tendências mecanicistas e economicistas; e 2) codificação feita pelo stalinismo do marxismo (Larraín, 2008).

Löwy (2009) aponta que, apesar da dominância do revisionismo e da ortodoxia, existiram outras intervenções que escaparam de leituras positivistas, como de Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo. Esses autores destacaram a relação entre o ponto de vista da classe trabalhadora e a teoria marxista e atribuíram para a ideologia o sentido positivo, indicando a perspectiva das classes sociais. Sendo assim, o marxismo aparece como o ponto de vista da classe trabalhadora.

Lenin defende que não pode existir uma ciência imparcial em uma sociedade que tem seu fundamento na luta de classes. Luxemburgo também afirmava que uma ciência social não-partidária é uma ilusão na sociedade de classes, pois só é possível em uma sociedade sem classes. A ideologia, em Lenin, é concebida como campo de luta em que se expressam diferentes interesses contraditórios de classes. Por isso descreve uma ideologia proletária e uma ideologia burguesa. Larraín (2008) afirma que as concepções de Lenin serviram para cristalizar o processo de mudança do significado de ideologia, influenciando de forma importante os debates.

Em resumo, a falta de acesso aos textos de Marx e Engels, somada a ambiguidades textuais e à situação política e social enfrentada pela primeira geração de marxistas, fizeram com que o tema da ideologia ficasse em um plano secundário ou caminhasse para definições mais gerais e positivas, ao invés do sentido crítico e negativo existente na obra seminal. Em boa medida, pensadores marxistas entre o final do século XIX e o início do XX se contentaram com a concepção sociológica de ideologia, preocupando-se em evidenciar as expressões mais imediatas dos interesses de classe.

2.3.2 A ideologia após a Revolução Russa: algumas concepções

A partir da década de 1920, o marxismo passa por nova reconfiguração intelectual. O contexto de consolidação da Revolução Russa, da Segunda Guerra Mundial, da ascensão do fascismo e da Guerra Fria marcaram a formação de gerações de marxistas. Nesse período, ocorreu uma mudança de eixo nos debates marxistas tanto com relação à geração de intelectuais, quanto no que se refere à sua localização geográfica. Esse movimento de mudança ocorreu de forma gradual e complexa, tendo sua gestação entre as duas guerras mundiais (Anderson, 1976).

O contexto entre as duas grandes guerras foi marcado pela ascensão do stalinismo e do fascismo, além de uma profunda crise do capitalismo. Apesar disso, a existência de um “marxismo oficial” colaborou diretamente para dispersar a relação orgânica entre a teoria marxista e a prática política do proletariado ocidental. Esse processo de ruptura entre teoria e prática começou de forma discreta na década de 1920 e foi se difundindo até se estabelecer no final da década de 1960 (Anderson, 1976).

Após a consolidação da burocracia soviética na Terceira Internacional, houve o processo de stalinização dos partidos comunistas europeus, que resultou em uma pressão política cada vez maior sobre os trabalhos teóricos. Estes deveriam estar de acordo com as exigências da burocracia e da política stalinistas. As questões acerca do desenvolvimento capitalista e a condução da luta de classe eram reservadas aos comitês internos instalados na União Soviética. Assim, as possibilidades da atividade intelectual nas fileiras dos partidos comunistas europeus ficaram bastante limitadas (Anderson, 1976).

A ascensão da burocracia soviética foi resultado de diversos fatores: atraso industrial da URSS e seu isolamento político-econômico. Como aponta Mandel (1982, pp. 84-85) “todo este agitado período não foi propício à formação de quadros, técnica e culturalmente qualificados,

no seio da classe operária” e, assim, de forma geral, a maior parte dos quadros do partido foi levada pela burocratização.

Mandel (1982) e Löwy (2009) destacam que o stalinismo ultrapassa a figura de Josef Stalin, expressa o desenvolvimento de uma camada social burocrática, composta por membros vindos do movimento operário russo, que se tornou uma força social independente, separada e com interesses diferentes do proletariado. Portanto, a burocracia manteve seu poder como instituição política e ideológica. Por não ser uma classe social, não consegue criar uma visão de mundo nova e, por isso, sua ideologia tem como principais características “deformação/mascaramento do marxismo e sua transformação em *ideologia* conservadora de um poder, de um sistema social e político estabelecido, da dominação de um Stand social privilegiado” (Löwy, 2009, p. 195).

Assim, o stalinismo “é expressão da degenerescência burocrática do primeiro Estado operário” e, ideologicamente, produziu uma deformidade “apologética e pragmática” da teoria de Marx e Engels (Mandel, 1982, p. 88). Esta, ao invés de ser instrumento para análise da realidade e para fortalecer as lutas da classe trabalhadora por emancipação, tornou-se instrumento de justificação das decisões do Estado na URSS e dos partidos estalinistas de forma geral.

Para estabelecer sua dominação, a burocracia defendeu seu ponto de vista como se fosse do proletariado. A burocracia tem, portanto, “necessidade de uma *ocultação ideológica*” (Löwy, 2009, p. 195). A ideologia stalinista se refletiu nos partidos comunistas que defendiam a União Soviética, daí sua relação com as ciências ser marcada por “uma instrumentalização radical da ciência, uma tendência à sua ‘ideologização’ total e, portanto, à abolição de sua autonomia relativa” (Löwy, 2009, p. 195).

Consequentemente, uma grande parte dos teóricos desse período foram exilados, retirados dos partidos ou isolados do movimento. Em alguns casos, pensadores adotaram a estratégia de

desenvolver trabalhos sem tocar nos problemas centrais da estratégia revolucionária e na luta de classes como forma de tentar escapar do controle e da censura da burocracia. Com o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o processo de controle nos partidos comunistas se acentua, e o trabalho intelectual se torna cada vez mais sufocado (Anderson, 1976).

A burocratização stalinista foi marcada por um mecanicismo na compreensão de categorias marxistas e na censura daqueles que não adotassem as premissas dos partidos. Fez com que o pensamento marxista criativo se deslocasse para o Ocidente e não conseguisse lugar no interior dos partidos da classe trabalhadora. Dessa forma, aqueles que não quiseram abandonar o partido, fizeram acordo de silêncio com relação à política em seus trabalhos intelectuais. Outros realizaram seus estudos fora das organizações políticas. “Desde 1925 a 1968, o marxismo não parou, [...] mas avança por um desvio sem fim afastado de todo e qualquer prática política revolucionária. O divórcio entre ambos foi determinado por toda a época histórica” (Anderson, 1976, p. 57). Por isso, a característica que diferencia o chamado marxismo ocidental é “o divórcio estrutural entre este marxismo e a prática política” (Anderson, 1976, p. 42).

O trabalho teórico genuíno foi impossível no campo político dos partidos comunistas. Assim, a “característica oculta do marxismo ocidental” é que ele resulta da derrota da revolução socialista para além da Rússia, criando um contexto que marcou toda uma geração: “os seus mais importantes trabalhos foram produzidos, sem exceção, em situações de isolamento político e de desespero” (Anderson, 1976, p. 58).

Além dos limites impostos pelo stalinismo, outro ponto também contribuiu para constituição do marxismo ocidental. A partir da década de 1950, século XX, o capitalismo se consolidou e avançou, contrariando as previsões de crise iminente. A durabilidade do capitalismo colocou a teoria marxista em um novo lugar. Larraín (2008) aponta que os feitos da Revolução Russa não se repetiram em outros lugares, abrindo-se um novo período de

aumento nos conflitos de classe. Isso propiciou, na tradição marxista, maior interesse sobre a importância da ideologia tanto na preservação do sistema capitalista, como para seu potencial fim. No novo contexto, muitos voltaram-se para discussões filosóficas a fim de tentar compreender as derrotas sofridas. Nesse período, uma das categorias marxistas que volta a ganhar destaque no debate é a ideologia.

Löwy (2009) chama uma parte dos autores marxistas do século XX de historicista por darem centralidade à historicidade dos fatos sociais e colocarem para si mesmos a crítica materialista histórica. Essa vertente, ao contrário do marxismo positivista, deu “ao materialismo histórico sua coerência de concepção global que não admite exceções e que não hesita em dar conta de suas próprias determinações histórico-sociais” (Löwy, 2009, p. 147).

Alguns dos representantes dessa corrente são Georg Lukács, Antonio Gramsci e Emma Goldman. Apesar de diferenças importantes em suas obras, os autores apresentam certa unidade no que se refere à já citada centralidade na historicidade (Eagleton, 1997; Löwy, 2009). Nas obras revisadas que fazem sínteses sobre o estudo da ideologia no campo de conhecimento marxista (Eagleton, 1997; Larraín, 2008; Löwy, 2009; Konder 2020), um dos principais nomes que aparecem é o de Lukács. Em todos os estudos, o que ganha destaque é sua obra de juventude: *História e consciência de classe*, de 1923. Ele foi um importante estudioso das obras de Marx e da ideologia, contudo seu entendimento sobre o tema foi sofrendo alterações ao longo de seus anos de estudo, tendo suas primeiras elaborações nessa obra até seu trabalho mais tardio e maduro, *Para uma ontologia do ser social II* (Lukács, 2013).

Em sua obra de juventude, a ideologia não é um discurso fora da realidade, mas expressão das limitações da própria realidade e da posição objetiva da burguesia. A ideologia não é mentira ou erro aleatório, mas expressão no âmbito da consciência da realidade fragmentada e cindida que a ideologia burguesa defende. Lukács, apesar de empregar o sentido positivo de

ideologia, sob influência da Segunda Internacional, afirma o marxismo como expressão ideológica da consciência de classe do proletariado (Eagleton, 1997).

Críticos do jovem Lukács (Eagleton, 1997; Larraín, 1988, 2008; Konder, 2020) apontam alguns problemas na concepção de ideologia e de consciência defendida nos seus primeiros escritos. Parece compreender a autoconsciência do proletariado como prática revolucionária em si, problema que o próprio autor admitiu posteriormente quando afirmou ter exagerado no papel que dá à ideologia e à luta ideológica nos seus primeiros trabalhos (Larraín, 1988). Um dos principais problemas apresentados acerca do conceito de ideologia do autor foi a superestimação idealista dos processos de consciência, ou seja, a consciência e a ideologia ganham grande autonomia, em alguns momentos parecendo que a ideologia determina a prática (Eagleton, 1997; Larraín, 2008).

Entendemos que sua maior contribuição acerca da ideologia está em *Para uma ontologia do ser social*. Nessa obra, a ideologia é apresentada como uma categoria ontológica, e o autor faz um estudo, voltando-se à centralidade da categoria trabalho como processo fundante e modelo de toda atividade do ser social. Essa foi a base para o desenvolvimento de todas as outras categorias, ainda que, com o processo de complexificação social, não se reduzam ao trabalho (Carli, 2007; Vaisman 2010).

Segundo Lukács, para um conjunto de ideias ser ideológico precisa desempenhar função social nas disputas sociais em dado momento histórico. Assim, o problema da ideologia só é compreendido partindo da análise do ser social e da função social que certas ideias desempenham na sociedade de classes. Portanto, o autor amplia e contribui de forma importante na discussão sobre ideologia, superando as recorrentes dicotomias entre falsidade e verdade ou ciência e ideologia (Costa, 2006; Carli, 2007).

Sendo assim, a ideologia, de modo geral, “é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”, além de

“uma superestrutura que advém de uma base econômica” (Lukács, 2013, pp. 464-465). Contudo, o autor nega a compreensão da ideologia a partir do seu uso negativo, como arbitrariedade formada na consciência singular. Defende que uma ideia, independente do seu caráter de verdade ou falsidade, não pode ser considerada ideologia, tendo isso como critério.

Por mais popular ou difundida que sejam essas ideias, essa condição ainda não as coloca como ideologia. A ideologia está vinculada à função social que essas ideias desempenham, ou seja, ideias que apresentam função social dentro dos conflitos sociais de classe. “A ideologia é um meio de luta social, que caracteriza toda a sociedade, pelo menos as da pré-história da humanidade” (Lukács, 2013, p. 465).

O trajeto de uma ideia para o campo ideológico pode ser consciente ou não e pode ocorrer por meio de várias mediações. A grande inovação do pensamento lukacsiano é, portanto, analisar a ideologia a partir de uma perspectiva ontológica que entende seu ser na função social que exerce nos momentos conflituos e no cotidiano do ser social. Sendo assim, a ideologia não se restringe a uma classificação gnosiológica de verdade ou falsidade (Vaisman, 2010).

Além de Lukács, o pensador italiano Gramsci também tratou a ideologia com sentido positivo, mas articulou, de forma inovadora, a ideologia com o conceito de hegemonia. Uma das suas maiores contribuições foi defender a importância da hegemonia ideológica como dominação pelo consenso. Gramsci rejeita o uso exclusivamente negativo de ideologia e, da mesma forma, se opõe à noção de ideologia como ideias arbitrárias e especulações individuais (Larraín, 2008).

Também defende a distinção entre ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias ou tradicionais que devem ser submetidas a uma crítica negativa. As chamadas de tradicionais nada mais são que aquelas ideias arbitrárias de indivíduos, que não criam mais do que tensões individuais e polêmicas. Por outro lado, as ideologias orgânicas são necessárias e constituem a visão de mundo que se manifesta nas artes, nas ciências, no direito e em todos os

âmbitos da vida individual e coletiva. O próprio marxismo não escapa à ideologia, pois, segundo o autor, é pela ideologia que uma classe pode exercer hegemonia sobre as outras. Assim, entender a missão hegemônica da ideologia proletária é parte essencial da formação de consciência de classe (Eagleton, 1997; Larraín, 2008; Löwy, 2009; Konder, 2020).

Lukács e Gramsci foram, provavelmente, os nomes mais expressivos nos debates sobre ideologia entre os chamados marxistas historicistas (Konder, 2020; Larraín, 2009). Esta corrente, de forma geral, produziu respostas importantes sobre o problema da objetividade científica e colocou o marxismo sob avaliação a partir de seus próprios critérios críticos (Löwy, 2009).

Um último pensador do marxismo ocidental relevante nessa breve passagem cuja teoria sobre ideologia influenciou diversos trabalhos posteriores é o filósofo Louis Althusser, quem defendeu o marxismo com viés estruturalista (Coutinho, 1972/2010). Uma das diferenças presentes na concepção proposta pelo autor é sua posição contrária ao que considera marxismo humanista. Althusser assume uma posição neopositivista ou estruturalista adotando o conceito de corte epistemológico para separar a ideologia da ciência e recusar a relação entre ciência marxista e ponto de vista de classe (Löwy, 2009).

Para Althusser, a ideologia tem uma existência materializada nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que se expressam na escola, na família, na religião etc. Desse modo, a ideologia não é ideal ou subjetiva e não depende dos processos da consciência, sendo entendida no nível objetivo da realidade. Influenciado por Jacques Lacan, Althusser defende que a ideologia está na prática humana, porém os sujeitos não a conhecem, pois é inconsciente. Sua função é garantir coesão entre os seres humanos e as atividades que devem desempenhar. Logo, a ideologia é entendida como processo anterior à luta de classes, onipresente e parte da sociabilidade humana (Larraín, 2008).

Sobre a relação entre ciência e ideologia, Althusser defende que ambas são opostas. Ao recuperar a ideia negativa da categoria em análise, entende que a oposição entre ideologia e ciência é entre o que é falso e verdadeiro, irracional e racional. A ideologia seria, portanto, a pré-história das ciências. Para o autor, coexistem esferas da ciência, isto é, o materialismo histórico, e da filosofia, o materialismo dialético (Larraín, 2008).

Pero al hacer esto supone que es posible distinguir al Marx filósofo envuelto en la lucha de clases del Marx científico, separado y preocupado por la verdad objetiva. En último término Althusser introduce un dualismo que opone el reino de las verdades científicas al reino de las ideologías de clase, como en la mejor de las tradiciones racionalistas o positivistas. (Larraín, 2008, p. 136).

Em seus últimos trabalhos, Althusser faz uma autocrítica e abandona a posição negativa de ideologia. O autor defende uma ideologia proletária sobre a qual se constitui o partido comunista, que interpela os indivíduos como sujeitos militantes contra o sistema. Apesar dessas mudanças, entende a ideologia como processo que vem de fora do indivíduo, o que torna os sujeitos meros receptáculos, portadores de certos significados ideológicos para os quais foram constituídos (Larraín, 2008).

A ideia inicial do autor era a busca de um marxismo não reducionista e mais rigoroso em oposição às interpretações historicistas e humanistas de Marx. Os maiores problemas e as ambiguidades de sua obra nascem deste núcleo: ao defender uma autonomia absoluta das ciências e atribuir menor valoração dos sujeitos para defender uma autonomia da ideologia, acaba se envolvendo em vários problemas (Larraín, 2008). Apesar dos limites da sua explicação sobre ideologia, Eagleton (1997, p. 134) defende que Althusser avançou bastante no campo da ideologia entendendo-a como processo “indispensável à produção dos sujeitos humanos”.

Larraín (2008) sintetiza três aspectos ou polaridades da evolução do termo ideologia pós-Marx: 1) conceber a ideologia como subjetiva/ideal ou objetiva/material; 2) compreender a

ideologia como superestrutura determinada ou discurso autônomo; 3) adotar a ideologia em sentido negativo ou positivo/neutro. O fato de Marx ter defendido o conceito negativo de ideologia não invalida outras posições que defendem o sentido positivo/neutro. É importante reconhecer o avanço de outros teóricos do marxismo acerca da problemática da ideologia, até porque o contexto mudou com o avanço do capitalismo. Sendo assim, podemos entender a importância do conceito negativo de Marx e ao mesmo tempo o avanço de alguns conceitos relevantes para compreensão dos processos ideológicos na sociedade atual (Larraín, 2008).

É fato que o marxismo modificou o conceito de ideologia proposto por seu fundador. Larraín (2008) afirma que o renascimento do interesse acerca das discussões sobre ideologia no final da década de 1960 se deve principalmente a Gramsci e Althusser. O conceito original de Marx, por mais importante que seja, não teve a influência e a importância que tiveram as teorias mais recentes. Isso é resultado de vários fatores importantes apontados por Larraín: 1) influência do estruturalismo e da linguística, correntes mais compatíveis ao espírito da época, deixando de lado a relevância da práxis do sujeito na história; 2) aumento da influência e da aceitação do relativismo, o que fez o tema da verdade perder sua relevância; 3) crítica da noção do sujeito como ser anterior ao discurso ideológico e defesa da concepção de sujeito construído pelo discurso; 4) contradições e conflitos sociais passam a ser compreendidos como variáveis, com resoluções não garantidas e dependentes de políticas e encontros particulares, sem um modelo direcionado para um fim específico.

Por todas essas razões, o conceito de ideologia de Marx não voltou a ter influência hegemônica, apesar de seguir como aporte na tradição da crítica social e das ciências sociais. A crítica de Marx ao sistema capitalista segue sendo a mais relevante já concebida, porém os fracassos do socialismo real e os avanços de um capitalismo de caráter neoliberal no mundo minaram sua força no contexto atual. Apesar, disso alguns autores vão fazer jus a sua teoria, fazê-la avançar e ampliá-la sem perder sua materialidade e criticidade.

No próximo capítulo, exploraremos a influência do pensamento de Marx na Psicologia, com ênfase em suas reflexões sobre ideologia. Analisaremos se as transformações que a concepção sofreu após Marx se expressam nos estudos da Psicologia, como a categoria ideologia foi incorporada ou reinterpretada nessa área e se seu desenvolvimento na disciplina refletiu as tendências expressas nesta seção.

3 Ideologia na Psicologia: Mapeamento de 1969 a 2000

Na Psicologia na América Latina, os estudos e o pensamento sobre ideologia iniciaram a partir da década de 1970. Durante 1980 e 1990, os debates se intensificaram e apareceram associados à configuração de um campo crítico, inspirado por propostas de transformar a Psicologia e a sociedade (Montero, 1991, 1994; Guareschi, 2013; Lacerda Jr., 2013).

Psicologia crítica é a denominação que abarca um leque muito amplo e heterogêneo de trabalhos e vertentes teóricas que questionam a orientação da Psicologia às elites, propõem mudanças na atuação dos psicólogos, realizam discussões teóricas sobre a função social dessa ciência, defendem propostas de reconstrução teórica da Psicologia e afirmam a importância de certas categorias sociais. Parte importante da psicologia crítica é o conjunto de debates na Psicologia social crítica (Lacerda Jr., 2013).

O desenvolvimento de uma Psicologia social crítica na América Latina está vinculado ao que se denominou de crise desse ramo em específico. Naquele período, a realidade latino-americana estava marcada por profundos conflitos sociais, governos ditatoriais, desigualdade social e reorganização de movimentos sociais da classe trabalhadora, o que marcou inflexões no campo da Psicologia, em especial, na Psicologia social. Psicólogos e psicólogas viram lacunas nos recursos teóricos e metodológicos disponíveis para dar conta da realidade social latino-americana (Martín-Baró, 1983/2017; Lane, 1994/2006a; Montero, 2004; Lacerda Jr., 2013).

O capitalismo dependente latino-americano favoreceu a reprodução de uma Psicologia hegemônica conservadora que justifica a ordem social, mas com espaços de contestação e busca por transformação social. A partir da década de 1980, essa ciência passou por algumas mudanças: expansão de universidades ofertando cursos de Psicologia, surgimento de novos campos de atuação, além dos tradicionais (escola, empresa e clínica), e aparecimento de novos conceitos e metodologias. Toda essa conjuntura não fez com que a psicologia hegemônica,

vinculada às elites, desaparecesse, mas abriu espaço para o surgimento de novas práticas e teorias que hoje configuram o que se chama de psicologia crítica (Montero, 2004; Lacerda Jr., 2013; Silva, 2019).

Com relação à situação específica da Psicologia brasileira, as discussões acerca da “crise da Psicologia”, da transformação social e das psicologias críticas se generalizam, de fato, a partir de 1980, pois, na década anterior, o país vivia sob o regime de ditadura militar. O que pode ser uma das explicações para as “poucas propostas alternativas e o afastamento da Psicologia Social com os problemas do país” (Silva, 2019, p. 57), pelo menos em periódicos e textos publicados em um momento ainda marcado por censura, medo da violência e repressão da ditadura (Silva, 2019).

Porém, a partir da década de 1980, a produção da Psicologia social brasileira envolve debates sobre psicologias alternativas que visam à transformação e à crítica social. Portanto: “não foi espaço de mera reprodução, apropriação ou produção de teorias que sustentaram ideologicamente o capitalismo dependente, mas espaço de crítica – que se manifestou, primeiramente, nos distintos e *frequentes* debates sobre a ‘crise’ da psicologia” (Lacerda Jr., 2013, p. 225).

Dentre as novidades teóricas que aparecem em um primeiro momento, estão as discussões acerca da ideologia e sua importância na construção de uma psicologia crítica. Autores como Soares (1980), Martín-Baró (1983/2017), Lane (1983), Patto (1984/2022), Montero (1994), Guareschi (1995, 1996), entre outros, apontam a importância da categoria ideologia para a Psicologia, tanto em discussões epistemológicas e metodológicas sobre a própria ciência, como para realizar análises de processos psicossociais.

O presente estudo fundamenta-se na tradição marxista e dá continuidade a trabalhos anteriores. Portanto, entendemos que as ciências não são neutras e não estão isoladas do mundo social, são parte da realidade social dos seres humanos e influenciadas pelo contexto histórico

de cada período. Sendo assim, estudar a produção científica em específico nos ajuda a compreender a função social de teorias e propostas.

As análises empreendidas partem de fundamentos da tradição marxista⁷, que compreende o ser humano enquanto ser histórico e social, produto e produtor de sua realidade. Como escrevem Netto (2011), Yamamoto (2016) e Tonet (2018), não existe método marxista se isso significar um conjunto de regras predeterminadas para se conhecer a realidade. O método em Marx somente pode ser compreendido como forma de se conhecer o ser social em um determinado tempo histórico e como lógica de investigação marcada pela prioridade do objeto, isto é, o ponto de partida é sempre o objeto a ser pesquisado.

Para Marx, a teoria tem significado diferente do concebido por positivistas, empiristas e pós-modernos. É uma forma peculiar de conhecimento, entre outras: “o conhecimento teórico é conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo”, assim, a teoria é, para Marx, a “reprodução ideal do movimento real do objeto” pelo sujeito que pesquisa (Netto, 2011, pp. 20-21). A reprodução teórica da estrutura e da dinâmica do objeto será mais próxima do real quando o pesquisador for fiel ao objeto (Netto, 2011; Yamamoto, 2016).

Conhecer o objeto teoricamente exige postura ativa do pesquisador que busca o máximo possível saturar a compreensão de determinações sociais concretas, as quais são processuais, estão em permanente movimento e são articuladas com a totalidade. Categorias expressam modos de ser em uma determinada sociedade, portanto, são objetivas, reais, históricas e transitórias, tal como a realidade. A sociedade burguesa, sendo a forma de organização da

⁷ De acordo com Netto (2006), a tradição marxista trata de interpretações, revisões, atualizações etc. que se baseiam e se referem ao pensamento de Marx. Não se refere a um corpo teórico único, sendo assim, não podemos falar de um marxismo, mas sim de vários pensamentos diferentes entre si ou então de uma tradição marxista que apresenta diferenças, aproximações e afastamentos. Tradição marxista ou marxismo não é, portanto, a mesma coisa que pensamento marxiano: conjunto de ideias desenvolvidas pelo próprio Marx. Trata-se dos desenvolvimentos e entendimentos posteriores diferentes entre si com base nos trabalhos de Marx.

produção mais complexa até o momento, é aquela em que há maior desenvolvimento e diferenciação categorial. Portanto, a teoria da sociedade burguesa deve apreender de forma ideal toda a riqueza categorial e de determinações, contradições e mediações (Netto, 2011).

Para os estudos das categorias, como aponta Netto (2011), temos que realizar uma análise da gênese e do desenvolvimento do objeto, assim como de sua estrutura e função na organização atual. Dessa forma, para estudar a categoria ideologia na Psicologia, começamos com seu desenvolvimento no processo de conhecimento para, depois, pensar como foi tratada em uma disciplina específica.

Como destacado na Introdução, antes desta pesquisa, foi realizado um levantamento sobre a produção da Psicologia brasileira acerca da ideologia entre 1980 e 2019 (Machado & Lacerda Jr., no prelo). Neste estudo, buscou-se identificar quais as tendências na produção da Psicologia na América Latina acerca do tema ideologia. Para melhor compressão de como chegamos na presente pesquisa, descrevemos, a seguir, os resultados e as principais tendências identificadas na primeira investigação.

No primeiro levantamento, realizamos uma busca nas seguintes bases de dados on-line: Scientific Electronic Library Online (SciELO), portal de Periódicos de Psicologia (PePsic), Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (Indexpsi) e Google Acadêmico. A verificação foi complementada com a busca em referências de livros da área. Um dos critérios de exclusão foi a eliminação de textos que não mencionavam a palavra “ideologia” no título e de textos com temáticas muito específicas, sem uma discussão mais profunda sobre ideologia, realizada pelo próprio mecanismo de busca. A nacionalidade e a formação dos autores não foram critérios de exclusão, apenas a veiculação em periódicos brasileiros. Ao final da seleção, restaram 26 textos publicados entre 1980 e 2019.

Entendemos que a escolha metodológica de ter excluído trabalhos que não tinham o descritor “ideologia” no título influenciou os resultados. Para análise dos textos, foi feito um

roteiro de leitura, contendo ficha catalográfica, dados como país, autor, ano de publicação, periódico veiculado, vínculo institucional. A segunda parte foi composta por questões para análise dos dados: 1) qual concepção de ideologia; 2) principais autores de referência; 3) influência de teorias marxistas; 4) qual a relação estabelecida entre ideologia e Psicologia (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Os textos levantados da década de 1980 apresentaram de forma mais explícita a influência das obras de Marx ou de outros pensadores marxistas, principalmente Althusser e Gramsci. Nesse período, ideologia era compreendida, de forma geral, como fenômeno que mistifica e falseia a realidade social em prol da classe dominante. Além disso, a maioria dos textos dessa época apontam a ideologia como categoria importante para realizar críticas à Psicologia e para compreender a própria realidade social e os processos psicossociais (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Já na década de 1990, identificamos o início do movimento de revisão do marxismo e o aparecimento de novas tendências. Os textos, de forma geral, partem de uma preocupação maior com conceitos como emoção, processos subjetivos e simbólicos. A ideologia aparece de forma coadjuvante em análises acerca do discurso, da consciência, do sofrimento psíquico. O foco em mudanças éticas surge em nível mais individualizado. Porém, com relação ao conceito de ideologia em si, permanece a noção negativa de ideologia e a noção de verdade e falsidade (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

O que muda de modo mais evidente são as discussões temáticas e os autores utilizados. Apesar de ainda vermos a influência do marxismo, há predomínio de discussões que enfatizam a necessidade de ampliar e revisar a crítica marxista e girar para novas categorias, com ênfase na linguagem, no discurso, na comunicação, nos signos. Assim, vê-se o início do giro para a subjetividade nas produções brasileiras encontradas, intensificado nos textos no período posterior (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Entre 2000 e 2009, o conceito de ideologia mantém-se prioritariamente como mistificação da realidade, contudo, há o distanciamento ainda maior de teorias que partem da prioridade ontológica da objetividade e das contradições da realidade material. Nesse momento, verificou-se a quantidade maior de corrente teóricas e ecletismo. Embora alguns textos ainda mantenham relação mais direta com a teoria de Marx, identificamos a presença de autores da teoria crítica da escola de Frankfurt e a leitura de Marilena Chauí acerca da ideologia. A ênfase dos estudos sobre a articulação entre Psicologia e ideologia recaí em processos subjetivos e simbólicos, localizando a ideologia no campo da linguagem (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Já os textos de 2010 a 2019 seguem duas tendências diferentes: 1) manutenção da tendência de revisar ou completar as teorias marxistas com conceitos e discussões mais subjetivistas; 2) reaparecimento de textos e pesquisas que retomam a teoria marxistas e marxiana e apresentam como foco a objetividade das relações materiais na sociedade capitalista, partindo daí para pensar a categoria ideologia (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Assim, partido desse estudo anterior, esta pesquisa buscou aprofundar a investigação sobre como a Psicologia se apropriou da categoria ideologia, estendendo a pesquisa para América Latina em geral, ampliando os mecanismos de seleção para explorar quais as concepções de ideologia presentes, a existência da influência marxista, os principais autores de referência, os debates realizados, além de compreender se as tendências presentes em cada década, nos periódicos brasileiros encontrados no trabalho anterior, se repetem ou se diferem do presente levantamento.

3.1 Objetivos da Pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivo geral explorar como a categoria ideologia foi apropriada e estudada pela Psicologia latino-americana. Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

- Investigar se existem influências marxianas e/ou marxistas entre as concepções de ideologia utilizadas nas produções latino-americanas.
- Identificar as concepções de ideologia e os autores de referência utilizados na produção acadêmica da Psicologia latino-americana.
- Sistematizar os debates sobre ideologia e Psicologia.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa teórica, realizada por meio de um trabalho bibliográfico, com leitura e análise de textos, com o objetivo de investigar a apropriação da categoria ideologia pela Psicologia na América Latina. O levantamento foi dividido em diferentes etapas e partiu de pesquisas anteriores associadas aos estudos do grupo de estudos do qual faço parte e que estão sendo realizadas há vários anos.

A pesquisa bibliográfica permitiu acessar informações e reunir dados dispersos em publicações para construção de um quadro conceitual sobre um objeto (Lima & Míoto, 2007). Assim, realizou-se um estudo em que se buscou mapear e discutir a produção acadêmica da Psicologia acerca da categoria ideologia para apreender o conhecimento existente sobre a temática nessa área.

3.3 Procedimento de busca do material

Parte-se da tese de que as discussões sobre ideologia no campo da Psicologia na América Latina iniciaram-se entre a década de 1960 e 1970 (Montero, 1991, 1994; Guareschi, 2013),

período de aparecimento de propostas de psicologias alternativas e de contrapsicologia⁸ no Brasil (Yamamoto, 1987). Por isso, realizamos o levantamento de 1960 a 2000. O texto mais antigo que encontramos foi de 1969, portanto, o arco temporal abarcado é entre os anos 1969 e 2000. A ideia inicial era fazer uma busca até 2022, porém decidimos restringir o período até o ano 2000, pelo enorme volume de textos encontrados e por supor que o período considerado pode apontar dados relevantes acerca do processo desenvolvimento da categoria ideologia no campo da Psicologia. Os materiais selecionados foram artigos completos em periódicos científicos on-line e textos físicos em bibliotecas, livros, capítulos de livros, resenhas de livros, entrevistas e dissertações completas.

A busca foi realizada entre 2023 e 2024, seguindo distintos procedimentos. Em primeiro lugar, definimos as bases de dados e os periódicos latino-americanos de Psicologia nos quais seria realizado o levantamento, a saber, Índice de Psicologia (Indexpsi), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Difusión de Alertas en la Red (Dialnet), Scientific Electronic Library Online Ediciones de Revistas Electrónicas Hispanoamericanas e Scientific Electronic Library Online Revistas brasileiras (Scielo nacional e hispano-americano), Periódicos de Psicologia (PePsic), Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc), Bibliografía Latinoamericana (Biblat) e Repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em segundo momento, foi realizada uma busca nas referências de textos selecionados nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Pontifícia Universidade Católica de

⁸ Os termos “Psicologia alternativa” e “contra-psicologia” podem ter vários sentidos. Aqui são compreendidos a partir das definições propostas por Yamamoto (1987) às vertentes que surgiram na Psicologia, principalmente entre a década de 1970 e 1980: a primeira vertente se refere àquelas tentativas dentro da Psicologia de buscar saídas que incluíssem a maioria da população que não tinham acesso à Psicologia até então, buscando oferecer seus serviços a essas populações. Trabalhos principalmente localizados em instituições públicas ou diretamente em comunidades específicas. A segunda vertente trata dos estudos que surgiram criticando a Psicologia teoricamente: questionavam a função social do psicólogo, apontando a relação entre a sociedade capitalista e como a Psicologia contribui com a dominação burguesa. A contra-psicologia, segundo autor, não seria apenas um movimento de contestação da Psicologia hegemônica, mas também a proposta de uma reconstrução crítica das teorias psicológicas, uma das soluções comumente encontradas seria a utilização da teoria marxista junto à psicanálise.

Goiás (PUC-GO), em livros e teses/dissertações, para encontrar textos mais antigos e que poderiam não aparecer em bases on-line. Em cada base de dados, o levantamento foi realizado da seguinte forma:

- 1) **Redalyc:** a busca foi restringida à disciplina Psicologia e ao período entre 1960 e 2000, em países da América Latina, o que resultou em 1.464 textos. Ao final da leitura de todos os resumos disponíveis, foram selecionados 23 artigos com a palavra “ideologia” nos textos integrais.
- 2) **Dialnet:** na busca dessa base, usamos os descritores “ideologia e psicologia”, organizamos os textos por ano de publicação, refinando para o período entre 1960 e 2000. No total, encontramos 68 artigos. Após a leitura de todos os resumos, fizemos a busca pelo termo “ideologia” na íntegra. Desse escritos encontrados, restaram apenas 3 textos.
- 3) **Biblat:** nessa base, foi realizada uma busca avançada, especificando a disciplina Psicologia e a palavra-chave “ideologia”. Foram encontrados 52 trabalhos, dos quais selecionamos 19 após a leitura dos resumos e a busca pela palavra “ideologia”.
- 4) **CAPE:** nessa base de periódicos, a busca geral compreendeu os descritores “ideologia e psicologia”, refinada pela data e pela nacionalidade. Dos 21 textos encontrados, 8 foram selecionados.
- 5) **SciELO:** nessa base, foi realizada a busca com os descritores “ideologia e psicologia”, refinada por data. Dos 7 textos levantados, selecionamos 3 que preenchiam os requisitos.
- 6) **PePSIC:** a busca usando os mesmos descritores levantou 3 artigos e apenas 1 não foi selecionado.
- 7) **Indexpsi:** a busca com os descritores “ideologia e psicologia” resultou em 24 artigos, sendo que 16 foram selecionados.
- 8) **LILACS:** por fim, nessa base, a pesquisa pelos descritores “ideologia e psicologia” resultou em 25 artigos, dos quais apenas 2 foram selecionados.
- 9) Com relações aos textos de Ignacio Martín-Baró, foi utilizado o levantamento realizado por Mendonça (2017), que discute especificamente o conceito de ideologia na obra de Martín-Baró. Excluímos as repetições.

Quadro 1

Seleção dos textos nas bases de dados on-line

Base de dados	Descritor Utilizado	Nº total de textos encontrados	Nº de textos selecionados
Biblat	Ideologia	52	19
CAPES periódicos	Ideologia e Psicologia	21	8
Dialnet	Ideologia e Psicologia	68	3
Indexpsi	Ideologia e Psicologia	24	15
LILACS	Ideologia e Psicologia	25	2
PePSIC	Ideologia e Psicologia	3	2
Redalyc	Ideologia	1464	23
Scielo	Ideologia e Psicologia	7	3
Total		1664	75

Ainda fizemos buscas na biblioteca da UFG e na PUC-GO, além da biblioteca pessoal do orientador deste trabalho, em sumários de livros, dissertações e referências de textos em geral que tratam do assunto.

Quadro 2

Seleção dos textos em outros locais

Livros e outros	Local	Nº de capítulos selecionados
Diversos	Biblioteca do orientador	10 textos
Dissertação Gabriel Mendonça	Repositório PUC-CAMPINAS	18 textos
Psicología: Ideología y ciencia	Google acadêmico	Livro na integra
Livro Psicología Social	Biblioteca orientador	2 capítulos
Lattes Guaresqui	Biblioteca PUC-Go e UFG	5 textos
Livro Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil	PDF	1 Capítulo
Livro Psicología social o homem em movimento	Biblioteca pessoal	3 capítulos
Livro Construcción y crítica de la psi social	Biblioteca UFG	3 capítulos
Livro As crises e alternativas da psicologia	Biblioteca pessoal	Na integra
Livro O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho	Biblioteca pessoal	Na integra
Livro Novas Veredas da Psicologia	Biblioteca UFG	4 Capítulos
Livro mutações do cativo	Biblioteca UFG	2 Capítulos
Livro paradigmas em psi social	Biblioteca UFG	1 Capítulo

Estes foram os critérios de inclusão: 1) autor com filiação institucional em instituições de ensino da América Latina e/ou 2) textos veiculados em periódicos ou editoras latino-americanas. A nacionalidade dos autores dos textos não foi critério de exclusão. Para todas as

bases de dados, utilizou-se os seguintes critérios de exclusão: 1) textos e artigos que não estavam veiculados a periódicos latino-americanos e autores sem vínculo com instituições latino-americanas. Portanto, textos que não cumpriram pelo menos um desses requisitos foram excluídos; 2) textos que não discutiam sobre ideologia e só continham a palavra sem maiores explicações. Foi realizada a leitura dos resumos de todos os textos encontrados e feita a busca pela palavra “ideologia” nos arquivos disponíveis na íntegra.

Após abandonar a proposta de realizar um estudo sobre a produção de conhecimento da ideologia na Psicologia da América Latina entre os anos de 1960 e 2022, devido à grande quantidade de textos levantados, restringimos o levantamento para o período entre o final da década de 1960 (quando aparece o primeiro artigo levantado) e o final do século XX. De 123 trabalhos inicialmente selecionados, incluindo livros, artigos, dissertações e resenhas de Psicologia, foram analisados 108 textos (15 trabalhos não foram avaliados por falta de acesso on-line ou físico), publicados entre os anos 1969 e 2000.

Para auxiliar na análise do levantamento, foi construído um roteiro de leitura (Apêndice A), dividido em duas partes. A primeira sistematiza informações sobre o texto: referência, nome do autor⁹, ano de publicação, país de publicação, país de filiação institucional, tipo de texto (artigo, capítulo de livro, resenha de livro, entrevista) e existência de outros textos de um mesmo autor. A segunda trata do conteúdo do texto a partir de questões associadas aos objetivos desta pesquisa: 1) O texto apresenta influências marxistas?; 2) Qual a concepção de ideologia presente no texto?; 3) Como o texto relaciona Psicologia e ideologia?; e 4) Quem são os autores que embasam a concepção de ideologia defendida no texto? A partir desse roteiro, foram realizadas duas análises: descrição do primeiro eixo do roteiro referente às informações sobre o texto; análise do conteúdo do texto a partir das questões presentes na segunda parte do roteiro.

⁹ Em caso de dois autores foram considerados os dados do primeiro autor.

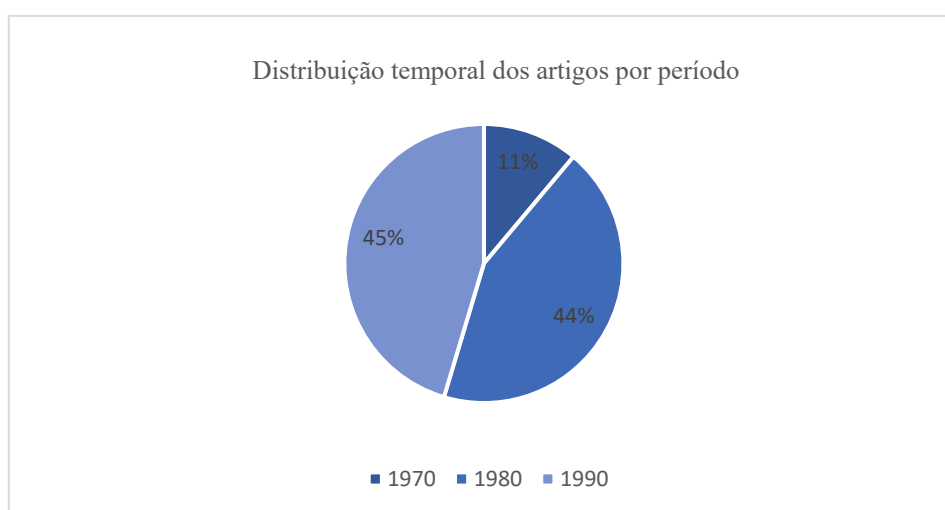
3.4 Análise das informações sobre os textos

As análises realizadas a partir das informações sistematizadas na primeira parte do roteiro apresentam nome do autor, ano de publicação, país de publicação, país de filiação institucional do autor, tipo de texto (artigo, capítulo de livro, resenha de livro, entrevista) e outros textos de um mesmo autor no levantamento.

Os textos foram analisados por período, com base no primeiro levantamento realizado em periódicos brasileiros, em que identificamos certos períodos em que houve mudanças nas discussões acerca da ideologia pela Psicologia (Machado & Lacerda Jr., no prelo). Sendo assim, optou-se por continuar a análise por períodos para ser possível analisar se o que vimos na pesquisa anterior também se confirma aqui. A figura 1 mostra o crescimento considerável no número de produções sobre ideologia no campo da Psicologia a partir da década de 1980, sendo que 45% das publicações foram feitas nessa época. Na década de 1990, também vemos um número considerável de textos: 44 % dos textos levantados.

Figura 1

Distribuição temporal dos artigos analisados

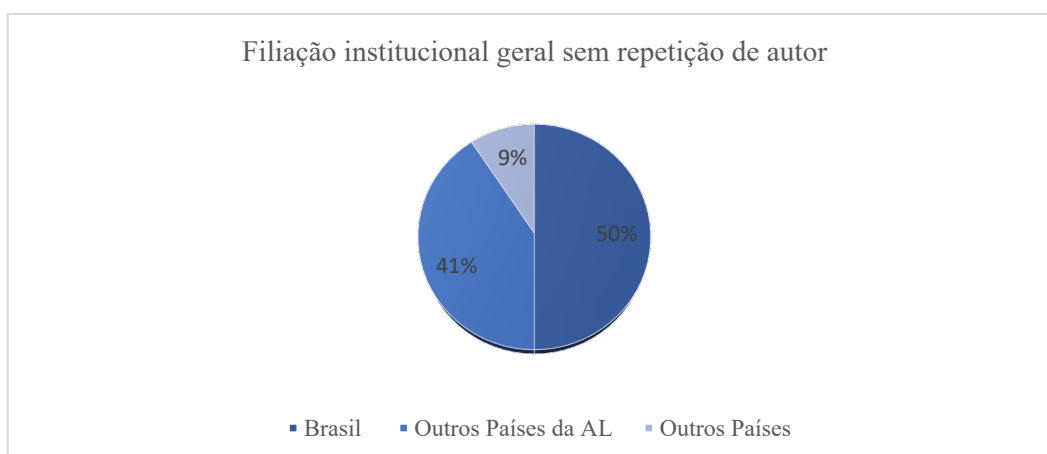


Na primeira pesquisa realizada, não encontramos textos da década de 1990 em bases online, o que entendemos ter sido provavelmente em decorrência da escolha metodológica, restrita à busca pela palavra “ideologia” no título. De fato, constatou-se que boa parte dos textos que discutem sobre ideologia no período não têm a palavra no seu título. Sendo assim, derruba-se aqui a hipótese de diminuição da produção sobre a categoria ideologia nesse período e verifica-se aumento ou pelo menos a manutenção da produção, visto que não temos acesso a tudo que já foi produzido na América Latina. Uma razão para o aumento a partir de meados da década de 1980 pode estar relacionado, também, ao crescimento no número de periódicos existentes, processo notado a partir da segunda metade dos anos 1990 do século passado.

Outra vez, salientamos que pode existir várias publicações em outros periódicos e editoras de outros países que não conseguimos encontrar. Isso é especialmente válido para os escritos entre as décadas de 1960 e 1980, acessíveis somente em consultas físicas. Por isso, não descartamos a possibilidade de que os resultados seriam outros se tivéssemos a oportunidade de pesquisar nas principais bibliotecas. Analisando o país de filiação institucional dos autores (figura 2) e desconsiderando as repetições, a maior parte dos textos encontrados foi escrita no Brasil, país de origem de metade dos autores encontrados no levantamento.

Figura 2

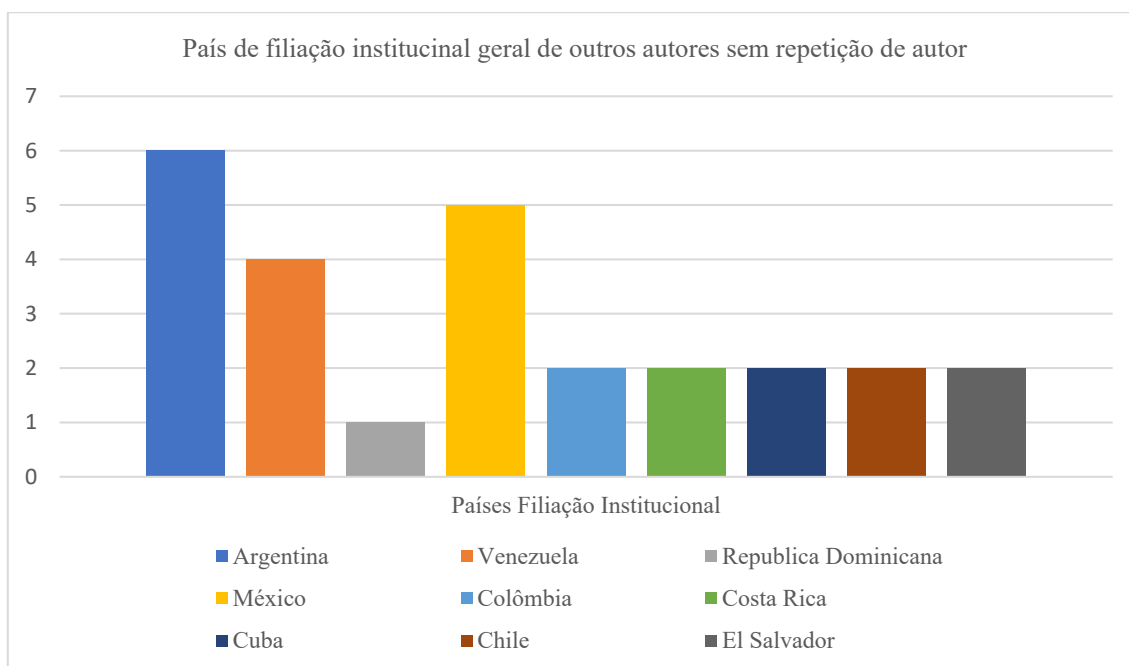
Filiação institucional geral



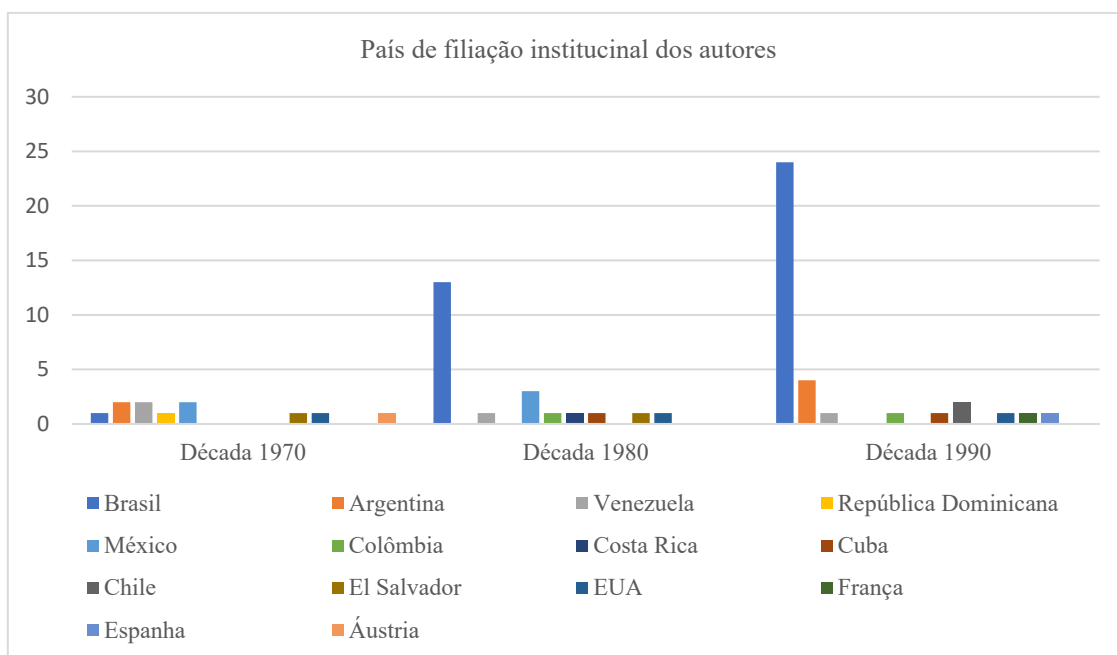
Fora do Brasil, o país com o maior número de autores com produções sobre ideologia foi a Argentina e, em seguida, o México e a Venezuela (figura 3).

Figura 3

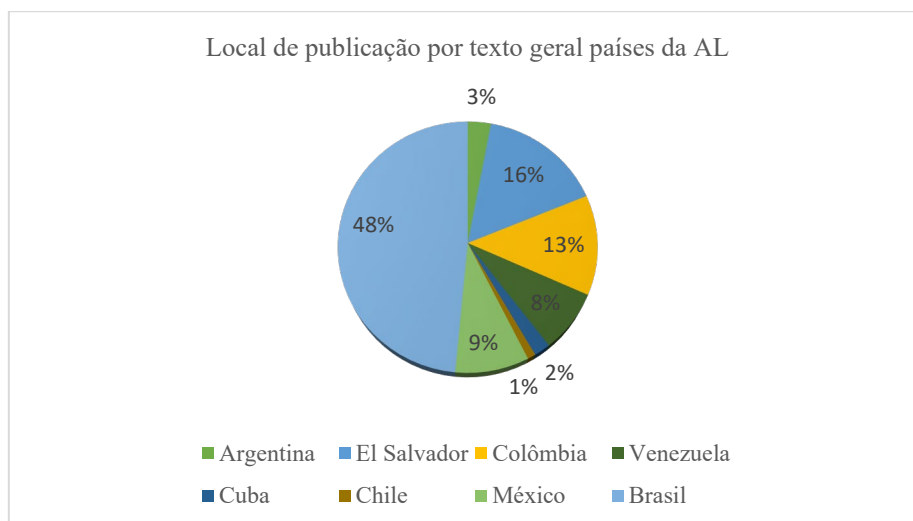
Filiação institucional: outros países da América Latina



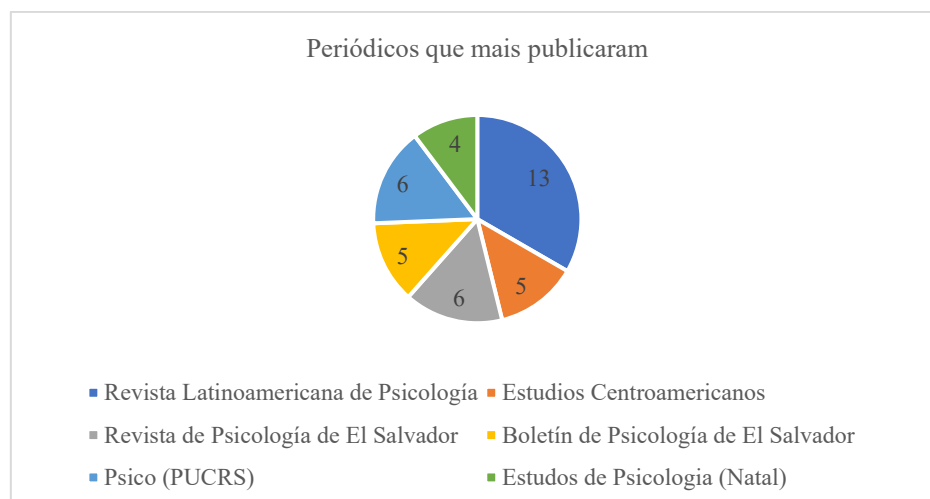
Porém, se analisarmos o país de filiação institucional dos autores ao longo das décadas, pode-se notar que nem sempre o Brasil foi o local com maior número de publicações (figura 4). Na década de 1970, os países com maior quantidade de pesquisadores produzindo sobre o tema eram Argentina, Venezuela e México. Já a partir da década de 1980, identifica-se o crescimento no número de autores brasileiros. O aumento das produções brasileiras, a partir de meados da década de 1980, pode estar relacionado ao final da ditadura no Brasil, quando o tema da ideologia pode aparecer relacionado a discussões mais críticas. Destaca-se também o medo da censura e da violência do Estado (Silva, 2019).

Figura 4*Filiação institucional por década*

Com relação aos países dos periódicos ou editoras que veicularam as produções selecionadas, também se mantém o predomínio brasileiro. No entanto, nota-se que o segundo país foi El Salvador, o que resulta da grande produção de Martín-Baró ter sido publicada, originalmente, em editoras ou periódicos salvadorenhos. Em seguida, foi marcante a presença da Colômbia (figura 5), país da *Revista Latinoamericana de Psicología*, a qual publicou diversos textos sobre Psicologia e ideologia de autores de diversos lugares da América Latina, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990.

Figura 5*Local de publicação por texto*

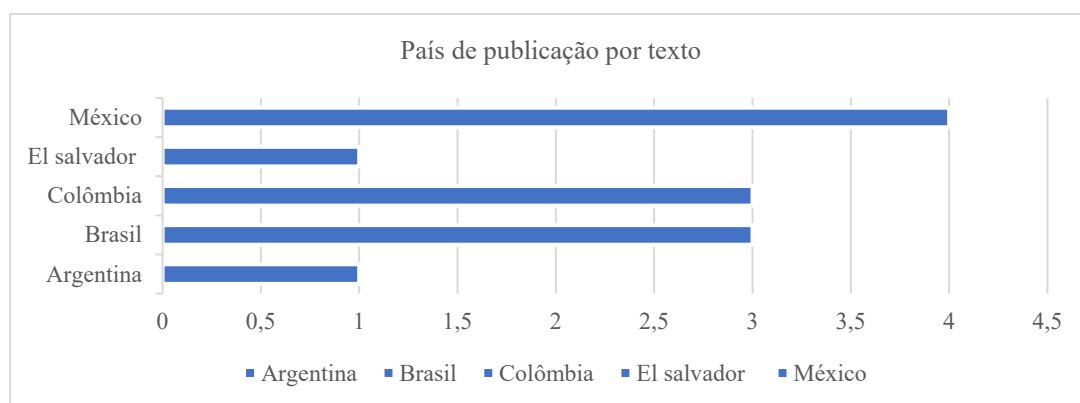
A *Revista Latinoamericana de Psicología* aparece na figura 6 com o maior número de artigos publicados sobre a temática investigada, seguida da *Revista de Psicología*, de El Salvador, principalmente devido à produção de Martín-Baró, e pela *Revista Psico*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com destaque para produção de Pedrinho A. Guareschi.

Figura 6*Periódicos que mais publicaram sobre ideologia entre 1970 e 1990*

Quando se compara os dados ao longo das diferentes décadas, pode-se perceber algumas tendências importantes. Na década 1970, nota-se o predomínio de publicações em editoras e periódicos mexicanos (figura 7), seguidos de publicações na Colômbia e no Brasil.

Figura 7

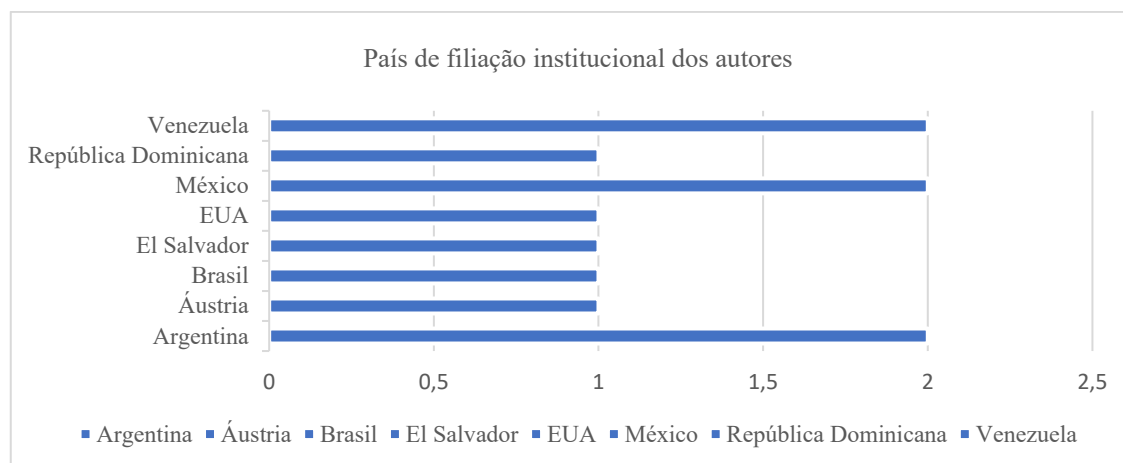
País de publicação por texto na década 1970



Sobre a filiação institucional dos autores, nota-se predomínio da Venezuela, do México e da Argentina, com dois autores de cada país e, em seguida, trabalhos publicados por autores da República Dominicana, de El Salvador, do Brasil, dos EUA e da Áustria (figura 8).

Figura 8

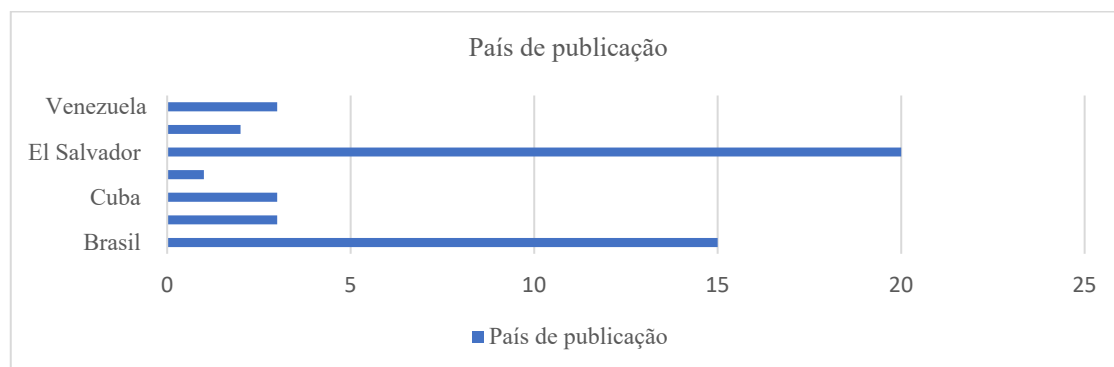
País de filiação institucional dos autores 1970



Já na década 1980, o país de origem com o maior número de publicações em editoras e periódicos é o Brasil, seguido de El Salvador e da Colômbia (figura 9).

Figura 9

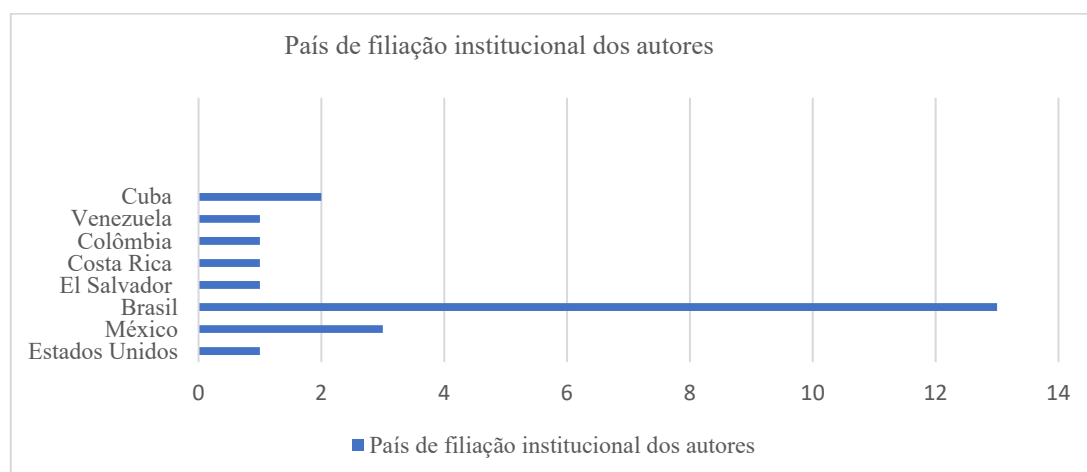
País de publicação por texto década 1980



Com relação aos países de filiação institucional dos autores, verificamos o predomínio do Brasil, com 13 autores, seguido do México, com 3 autores, de Cuba, com 2 autores, e diversos países com apenas 1 autor: El Salvador, Costa Rica, Colômbia, Venezuela, EUA (figura 10).

Figura 10

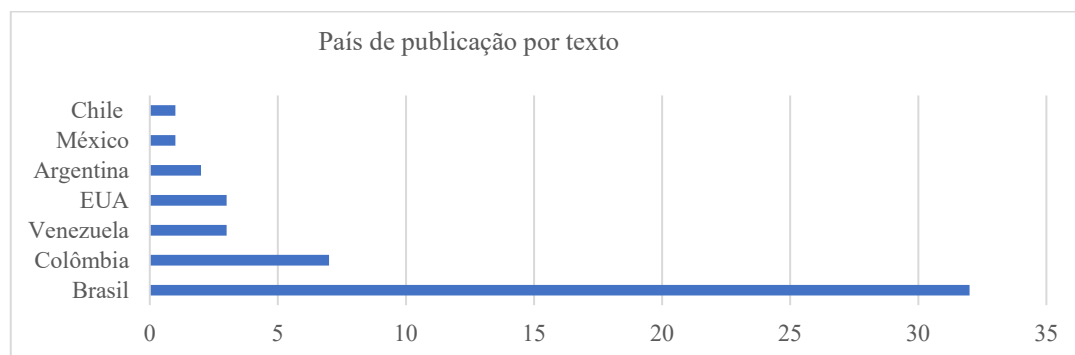
País de filiação institucional dos autores 1980



Na década de 1990, o local de publicação permanece sendo o Brasil. Em seguida, aparecem Colômbia, Venezuela e EUA (figura 11).

Figura 11

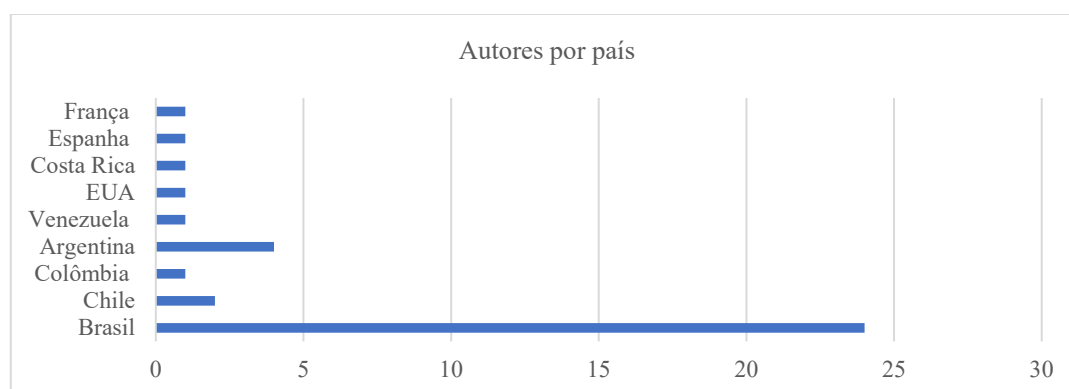
País de publicação por texto na década 1990



Com relação aos países de filiação institucional dos autores¹⁰, também permanece o predomínio de autores brasileiros, 24. Em seguida, aparecem Chile e Argentina, com 2 autores, e Colômbia, Venezuela e EUA, com 1 autor (figura 12).

Figura 12

País de filiação institucional dos autores 1990



¹⁰ Consideramos apenas o primeiro autor nos textos que tem mais de uma autoria.

A análise de quem são os autores com publicações sobre Psicologia e ideologia revelou uma pequena quantidade de autores com produção contínua (Quadro 3).

Quadro 3

Autores que aparecem mais de uma vez no levantamento

Autores	Quantidade de texto no levantamento	Textos/Ano
Ignacio Martín-Baró	22 textos	Martín-Baró, 1971/2015; 1974; 1980; 1981; 1982; 1983/2017; 1985a/1990; 1985b/1990; 1985c/1992; 1985d; 1985e; 1985f; 1985g/2021; 1986a; 1986b; 1987a; 1987b; 1987/2017; 1988a/1990; 1988b; 1989.
Maritza Monetro	10 textos	Montero 1979; 1984a; 1984b/1990; 1987; 1990; 1991, 1994a; 1994b/2006. Montero & Dorna, 1993; Montero & Sánchez, 1993.
Pedrinho Arcides Guareschi	8 textos	Guareschi, 1982; 1983; 1985; 1993; 1994; 1995; 1996; 2000.
Silvia Lane	5 textos	Lane, 1983/2012; 1984/2012; 1994/2006a; 1994/2006b; 1999.
Maria Helena Patto	3 textos	Patto, 1984; 1997/2000; 1999/2000.
Bernando Jiménez-Domínguez	2 textos	Jiménez-Domínguez, 1984/1990; 1985
Oswaldo Yamamoto	2 textos	Yamamoto, 1987; 1996.
Magda Dimenstein	2 textos	Dimenstein, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000
Leon Crochík	2 textos	Crochík, 1990; 2000

Apenas cinco autores encontrados têm mais de dois textos articulando Psicologia e ideologia, e nove autores têm mais de um texto. Os nomes que se destacam são figuras que deram centralidade para a ideologia como objeto da Psicologia: Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Paolo Guareschi, Silvia Lane e Roberto Patto. Por exemplo, Martín-Baró (1983/2017, p. 121) afirma que a Psicologia Social deve assumir “como objeto o exame da ideologia e suas funções, isto é, do que há de ideológico na ação humana”. Lane (1983/2013, p. 44) explica que “captar o *ideológico* e o nível de consciência de um indivíduo, num dado momento, apresenta-se como problema fundamental para pesquisa em psicologia social”. Montero (1994, p. 143) propõe “que la psicología social, en tanto que psicología política, retome el concepto de

ideologia”, assim como Guareschi (1996, p. 83) que, em seus textos, destaca a centralidade da ideologia para Psicologia, defendendo a importância dessa categoria nos dias atuais, pelo fato de “nossa sociedade e nosso mundo tornarem-se, a cada dia, mais ‘imateriais’, sempre mais sustentados numa comunicação verbal e simbólica”. Esses nomes também são referência importante entre os pioneiros da psicologia crítica na América Latina, por serem figuras que, ao longo da década de 1980, participaram ativamente, da Psicologia latino-americana, buscando referências e propostas de mudança social vinculadas à classe trabalhadora.

Inicialmente, na década de 1970, o Brasil não tem protagonismo nas discussões sobre ideologia e Psicologia na América Latina. O país passa a se destacar a partir da década de 1980. Ao contrário da reduzida quantidade de textos encontrados no primeiro levantamento em periódicos brasileiros, vemos uma grande quantidade de textos a partir da década de 1980, inclusive, se compararmos com as produções brasileiras nesse período. Enquanto, no primeiro levantamento, foram encontrados 6 textos, neste presente levantamento o número subiu para 16

Não só dentro da Psicologia, mas fora dela, especificamente no Brasil, na transição de 1970 para 1980, vê-se o início da abertura democrática, a própria expansão de universidades e do conhecimento. Esse são fatores que influenciam a crise e o interesse por outras categorias na Psicologia e não expressam apenas um movimento interno nessa área. Não aprofundaremos nessa questão aqui, mas, sim, em algumas hipóteses, além do aumento da pós-graduação, a partir da década de 1980, da ascensão do novo sindicalismo, da consolidação das teorias sociológicas brasileiras e latino-americanas em geral. Assim, a Psicologia começa a olhar para fora e vê uma produção um pouco mais consolidada, embora recente em outras áreas do conhecimento (Lacerda Jr., 2013; Silva, 2019).

Quando realizamos a mesma comparação nos textos da década de 1990, a discrepância entre os dois levantamentos é ainda maior. No primeiro, foram encontrados apenas quatro texto

e nenhum em bases on-line, enquanto neste levantamento foram encontrados 26 textos. Sendo assim, não é possível falar de uma produção escassa acerca da temática da ideologia na Psicologia. Levando em conta o presente levantamento, a temática tem espaço significativo na Psicologia social crítica e os autores que mais publicaram sobre o tema de 1970 a 1990 foram Ignacio Martín-Baró, Maritza Monetro e Pedrinho Guareschi.

Ademais, nota-se que, tirando o período da década de 1970, nas outras duas décadas, o Brasil aparece com a maior quantidade de textos. Por terem sido produzidos no Brasil e o acesso ser mais fácil, a produção brasileira é limitada com relação a outros países, possivelmente devido ao número expressivo de programas de pós-graduação no país e da expressiva produção científica, além do contexto histórico que o Brasil vivia – início da abertura democrática, consolidação e disseminação de uma sociologia marxistas brasileira, ascensão no novo sindicalismo. Contudo, foram encontradas quantidade expressiva de trabalhos sobre a temática, o que torna possível algumas generalizações sobre a produção acerca da ideologia no campo da Psicologia.

3.5 Análise de conteúdo dos artigos

Também foi realizada uma análise de conteúdo da produção de acordo com a segunda parte do roteiro de leitura (Apêndice A). Além disso, a leitura se deu em ordem cronológica e a exposição foi dividida em três décadas de produção: 1969-1979, 1980-1989 e 1990-2000. Como afirmado anteriormente, no primeiro levantamento, identificou-se uma mudança nas concepções predominantes em cada período (Machado & Lacerda Jr., no prelo). Desse modo, a ideia foi verificar se a tendência identificada no estudo anterior se generalizava neste levantamento mais amplo.

Apresentamos a seguir o quadro geral do levantamento (quadro 4) e, durante a exposição, a descrição de cada texto publicado por período. Ao final de cada década, expomos uma síntese

geral sobre o período, destacando os seguintes temas: presença ou não de influências marxistas na produção, destacando os autores mais citados; descrição de como se dá a articulação entre Psicologia e ideologia; e as concepções de ideologia mais recorrentes.

Quadro 4

Dados gerais do levantamento

Década	Concepções de ideologia	Temáticas gerais	Autores
1970	1) Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão. 2) Ideologia como falsa consciência. 3) Ideologia como dimensão da linguagem.	1) Análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência: ideologia vs ciência. 2) Análise de processos psicossociais	Marx e Engels
1980	1) Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão. 2) Ideologia como falsa consciência. 3) Conjunto de ideias e práticas que representam uma determinada sociedade em um momento histórico, tem sua expressão nas instituições sociais.	1) A análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência: ideologia vs ciência 2) Análise de processos psicossociais	Althusser, Marx-Engels e Gramsci, Lenin, Lukács.
1990	1) Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão. 2) Ideologia como falsa consciência. 3) Ideologia como dimensão da linguagem/comunicação e emoção	1) Análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência. 2) Análise de processos psicossociais. 3) Ideologia como uma categoria importante para a Psicologia social e/ou apontam como a ideologia deve ser utilizada no campo Psicologia social e política	Autores da Escola de Frankfurt, John B. Thompson e Marilena Chauí

3.5.1 Ideologia na Psicologia latino-americana da década de 1970

O primeiro período do levantamento agrupa textos publicados entre 1969 e 1979, ou seja, ao longo da década de 1970 (com exceção de dois textos). Neste caso, foram encontrados 12 textos (quadro 5).

Quadro 5

Levantamento década de 1970 (textos analisados)

Ano	Texto	Autor	Tipo de texto
1969	<i>Historia de la psicología en la argentina</i>	René Gotthelf	Cap. de livro
1969	<i>A Psicanálise entre a ideologia e a crítica da ideologia</i>	Igor Caruso	Artigo
1971	<i>Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política</i>	Eliseo Verón	Artigo
1971	<i>Del pensamiento alienado al pensamiento creativo</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1974	<i>Elementos de concientización socio-política en los curricula de las universidades</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1975	<i>Psicología: ideología y ciencia</i>	Néstor A. Braustein, Marcelo Paternac, Gloria Benedito e Frida Saal.	Livro
1977	<i>Análisis conductual aplicado a la educación: ¿Liberación o domesticación?</i>	Miguel J. Escala e Julio C. Sánchez	Artigo
1977	<i>Algumas questões para a reflexão do psicólogo escolar relativas à Psicologia do Desenvolvimento</i>	Melany Schwartz Copit	Artigo
1978	<i>Recesiones. La Psicología en la China popular</i>	Emílio Ribes	Resenha
1979	<i>Psicología e Ideología</i>	Nohan Chomsky	Artigo
1979	<i>La clase social: sus derivaciones psicosociales</i>	Maritza Montero	Cap. de Livro
1979	<i>Valores y motivaciones sociales</i>	José Miguel Salazar	Cap. de Livro

O primeiro texto publicado na década de 1970 foi o de Gotthelf (1969), em que não é possível notar influências marxistas, já que autor trata da primeira fase da História da Psicologia argentina e não apresenta a concepção de ideologia que defende. Destaca que os estudos psicológicos, no início da Psicologia na Argentina, estavam vinculados aos estudos sobre a filosofia e a ciência da ideologia, tal como foram realizados por teóricos iluministas (Antoine-Louis-Claude, Destutt de Tracy, Étienne Condillac, Pierre-Jean-Georges Cabanis, John Locke etc.).

Na primeira parte do texto, o autor discute as principais características do ensino de Psicologia no período colonial, quando ainda era um ramo da filosofia e não uma disciplina independente. A separação em relação à filosofia ocorre apenas no final do século XIX, com o surgimento da psicologia experimental. Ao tratar do momento independente da Psicologia, Gotthelf (1969) retoma o ensino, o qual era inspirado na ideologia do Iluminismo. A ideologia,

portanto, aparece como uma etapa do pensamento na Psicologia argentina. Em 1819, se inicia o ensino do “ideologismo” ou da ideologia.

[Juan Crisóstomo Lafinur] Su psicología se apoya en la Ideología, especialmente cuando expone su doctrina de las facultades de la inteligencia. En su obra presenta el método del análisis y habla de ‘elementos’ y de ‘leys de Asociación’, aplicables a lo físico y a lo moral, lo que denota la influencia mecanicista del XVIII. (Gotthelf, 1969, p. 20).

Portanto, conforme explica, “Después de Lafinur continuó la enseñanza de la Ideología Juan Manuel Fernández de Agüero, primer profesor de filosofía de la universidad de Buenos Aires y que ocupó la Cátedra de 1822 a 1827 (Gotthelf, 1969, p. 23). O autor não está discutindo ideologia como categoria ou defendendo uma concepção, narra a História da Psicologia na Argentina e destaca sua relação com a ideologia enquanto ciência das ideais, tal como Destutt de Tracy e os iluministas de sua época originalmente conceberam.

Gotthelf (1969, p. 25) descreve os professores que assumiram a disciplina e destaca como a teoria que marca o primeiro período era a mesma de ideólogos franceses:

En 1828 se hizo cargo de la Cátedra de Ideología de la Universidad de Buenos Aires el Dr. Diego Alcorta. [...] Su obra, siguiendo el plan de Destutt de Tracy, se divide en tres partes. En la primera trata el ‘Estudio del entendimiento humano o Metafísica’, en la segunda el ‘Estudio de los procederes del entendimiento humano o Lógica’ y la tercera está dedicada a la ‘Retórica’.

Caruso (1969) apresenta a influência marxiana em um debate psicanalítico influenciado principalmente por Sigmund Freud e Jacques Lacan, no qual define a ideologia como falsa consciência ou fenômeno coletivo que oculta certos aspectos da realidade social. A ideologia seria o aspecto coletivo de um processo de racionalização, rígido e unilateral que transforma o pensamento dialético em pensamento reificado: “a ideologia que é correspondente coletivo

desse processo, provoca a alienação do homem num sistema reificado (coisificado)” (Caruso, 1969, p. 13). O autor faz ainda um paralelo entre a estrutura psíquica do ego e a ideologia, relacionando o psiquismo individual com o âmbito social.

Quando a dominação pressiona o indivíduo, acaba tendo necessidade das racionalizações que ele fabrica e que são, com frequência, bem míopes, porque nada mais fazem que escorar uma ideologia que contribuirá, a seu turno, para sustentar a continuidade da estrutura dominante. O Ego e a civilização são formações complementares recíprocas. Aquele é condição desta e vice-versa. Mas o excesso de conflitos perturba e contamina o desenvolvimento de um e de outro. Os ‘comportamentos falhos’, seja do indivíduo, seja da civilização, favorecem o eclodir da falsa consciência: ideologia. (Caruso, 1969, p. 17).

O autor trabalha com duas questões. A primeira explora a psicanálise como forma de lidar com a falsa consciência e a possibilidade de tomar consciência, além de problematizar a relação das estruturas psíquicas do ego com a ideologia. Para o autor, quando “a psicanálise se tornou análise do ego, fez-se também a si mesma *crítica das ideologias*” (Caruso, 1969, p. 17). A segunda questão é a crítica da própria ideologia na psicanálise e a necessidade de autocrítica da psicanálise e do psicanalista para uma compreensão da “miséria do mundo” e da sociedade em que vivemos.

Existe, pelo mundo afora, número grande de psicanalistas que fazem da psicanálise instrumento de adaptação às exigências sociais. Esta atitude não corresponde, de forma alguma, ao sentido original e autêntico da psicanálise, porque esta ‘re-questiona’, mediante a tomada de consciência, do mecanismo inconsciente de defesa. (Caruso, 1969, p. 18).

Conforme explica o autor, “A vontade de recolocar em exame a realidade não muda, evidentemente, o fato de que a psicanálise é o resultado de um desenvolvimento histórico

concreto no interior duma classe social. [...] ela também depende de certas ideologias” (Caruso, 1969, p. 19). Ao apontar a origem burguesa da psicanálise e criticar suas tendências ideológicas e históricas em uma sociedade burguesa, diz ser necessário:

Reconhecer que o homem que observa a evolução está dentro dessa mesma evolução e não pode abstrair-se como juiz intangível e soberano. *O crítico participa da miséria criticada.* É chamado a desmascarar e a combater essa miséria – não somente no Outro mas, antes de tudo, no seu próprio Ego, realizando a tomada de consciência e fazendo disto sua ‘práxis’. (Caruso, 1969, p. 20).

No que se refere à psicanálise, afirma que, “a despeito de sua origem burguesa, em virtude de suas premissas metodológicas, está pronta a deixar-se interrogar não somente sobre o mundo do homem, mas também sobre si mesma, que faz parte deste mundo” (Caruso, 1969, p. 22). A autocrítica da psicanálise pode, ainda segundo o autor, ser um mecanismo interessante para encorajar os sujeitos a se defrontarem com suas verdades ilusórias.

Ainda que o homem não tenha conquistado, até agora, o uso da própria soberania, e aceite, fácil e voluntariamente, a alienação dentro das repressões e da mistificação da ideologia, a psicanálise não cessa de encorajá-lo ao reexame, à crítica dessas ilusórias certezas. (Caruso, 1969, p. 23).

O capítulo de Verón (1971) apresenta uma discussão sobre as diferenças entre estudos clássicos da ideologia sob influência de Marx e Engels e estudos da sociologia atual. Conforme aponta, a discussão da teoria marxiana é mais ampla e apreende a realidade social de forma mais geral, enquanto a sociologia atual discute a ideologia de modo fragmentado, focada nos detalhes da vida cotidiana individual. O texto critica o método de análise da sociologia por ser fragmentário e propõe um novo método que enfatiza a comunicação.

Para o autor, a ideologia é uma dimensão da comunicação e deve ser analisada a partir das mensagens. No entanto, afirma que o foco não é o que aparece de imediato na comunicação,

mas na organização implícita das mensagens. A ideologia aparece como sistema de regras semânticas que expressam um determinado nível de organização das mensagens. Assim, a análise da ideologia seria a busca por categorias semânticas e sobre como é construída a comunicação social. Nas suas palavras,

La ideología es entonces un nivel de significación que puede estar presente en cualquier tipo de mensajes, aun en el discurso científico. Cualquier material de la comunicación social es susceptible de una lectura ideológica. Esto implica que la información ideológica a que nos referimos no se comunica, sino que se metacomunica o, si se prefiere, lo que aquí llamamos ideología opera por connotación y no por denotación (cf. Barthes, 1957). La ‘lectura ideológica’ de la comunicación social consiste pues en descubrir la organización implícita o no manifiesta de los mensajes. (Verón, 1971, p. 6).

O esforço do autor é aproximar o estudo da comunicação de massas ao problema da ideologia. Afirma que a transformação tecnológica da estrutura da comunicação na sociedade urbano-industrial exige uma revisão profunda da metodologia sociológica clássica para o estudo dos processos ideológicos. Por isso, a análise da ideologia exige descobrir a organização implícita nas mensagens, por meio da decomposição destas: “la función normativa o conativa de los mensajes ideológicos deriva de las propiedades mismas de la comunicación. No resulta de ninguna presunta intencionalidad de ocultamiento o disimulación, como ha sido planteado generalmente en los estudios clásicos sobre ideología” (Verón, 1971, p. 7).

Portanto, Verón (1971) apresenta uma crítica ao que considera como modelo clássico marxista, cita principalmente Marx e Engels e propõe um novo modelo de análise influenciado pela Análise do Discurso e pela semiótica de Charles Peirce.

Os próximos dois textos encontrados no levantamento são de Martín-Baró (1971/2015, 1974). Em ambos, o autor apresenta duas concepções de ideologia: 1) como visão de mundo

social, valores e atitudes mais gerais; 2) com sentido negativo ou como falsa consciência que impede o conhecimento da realidade em favor de uma classe específica. No texto de 1971, trabalha de forma mais evidente a noção de ideologia como ideias gerais ou uma visão de mundo, destacando-a em dois momentos do texto: primeiro, quando critica “una política ideologicamente ciega” (p. 457), que aparece em análises tanto da direita como da esquerda, que realizam críticas a-históricas e, por isso, são incapazes de compreender a realidade social; segundo, quando afirma que “negar una ideología es la peor de todas las ideologías” (p. 459). Nesse sentido, ideologia aparece como ideias gerais ou visão de mundo, negar que existem visões de mundo diferentes seria a pior forma de lidar com elas.

De forma geral, Martín-Baró (1971/2015) se opõe ao pensamento alienado, isto é, acomodado, fixo e fatalista ao pensamento crítico, o qual tem como características historicidade, consciência e dialética. A formação de um pensamento crítico seria decisiva para enfrentar a alienação presente na realidade social da América Central. Nessa direção, “Martín-Baró afirma estar na ordem estrutural opressora as raízes fundamentais da consciência alienada que se manifesta no povo latinoamericano e impede o desenvolvimento de sua inteligência e pensamento” (Mendonça, 2017, p. 119).

Os principais autores que cita são Herbert Marcuse, Jean Piaget e Paulo Freire. Contudo, não aponta de forma direta quais as referências na concepção de ideologia que atravessa o texto. Em outro trabalho, Martín-Baró (1974) traz de forma mais evidente a concepção de ideologia, com sentido negativo, como um processo que impede ou dificulta o conhecimento científico da realidade. Assim, “Ni las explicaciones más ideológicamente viciadas consiguen ocultar la situación de inhumanidad e injusticia en que se debaten nuestras sociedades” (p. 766).

Si lo político es, pues, una dimensión esencial de la realidad humana, la concientización será un simple mecanismo ideológico cuando no incida inmediata y directamente sobre

ella. En este sentido, se puede afirmar que la ignorancia de lo político es la negación de un proceso conscientizador. (Martín-Baró, 1974, p. 771).

Logo, “No descender a la concreción es uno de los más peligrosos engaños ideológicos: es fácil aceptar los conceptos y teorías cuando no pasan de ser eso, abstracciones” (Martín-Baró, 1974, p. 772). O termo ideologia também aparece como visão de mundo vinculada a classes sociais, quando destaca que as universidades devem ter um projeto político específico orientado para a classe trabalhadora, promovendo conscientização e realizando interesses do povo. Um processo político só promove conscientização se tem um projeto político e não é um “simples mecanismo ideológico” de manutenção da ordem. A discussão em geral gira em torno da proposta de uma universidade conscientizadora.

Braunstein et al. (1975), no livro *Psicología: ideología y ciencia*, apresentam influências teóricas do marxismo e da psicanálise, além de trabalhar com três definições de ideologia: 1) ideologia como representações imediatas ou empíricas da realidade que precede o aparecimento de uma ciência; 2) ideologia como discurso político em que representações deformadas da realidade são usadas pela classe dominante para legitimar sua dominação; 3) ideologia como discurso científico, sendo uma das três instâncias sociais e por meio das quais é garantida a inclusão dos sujeitos nos processos sociais.

O livro tem como objetivo discutir a cientificidade da Psicologia, problematizando o que chama de psicologia da consciência e psicologia do comportamento. Os autores apontam essas psicologias como ideológicas e a psicanálise, como a verdadeira ciência da Psicologia, apoiando-se também no marxismo. Os principais autores que embasam o texto são Karl Marx, Friedrich Engels e Sigmund Freud:

[...] el psicoanálisis, ciencia del proceso de sujetación, es la disciplina que da cuenta de la reproducción de las relaciones de producción en los sujetos que se incorporan a la

instancia ideológica de los modos de producción analizados por el materialismo histórico desde Marx en adelante. (Braunstein et al., 1975, p. 17).

Segundo os autores, as teorias em si não são capazes de transformar a realidade, seria ilusório acreditar nisso. Porém, também o é pensar que mudanças essenciais podem ocorrer sem o conhecimento da realidade que se quer mudar. Sendo assim, orienta as práticas de transformação das estruturas e afirma a necessidade de lutar contra os interesses das classes dominantes, além de denunciar as ciências que corroboram essa ideologia existente e deformam o conhecimento. Portanto, deve-se: “Reivindicando permanentemente la relación que liga entre sí a todos los conceptos de una ciencia y señalando como ideológico todo intento de fragmentarla o de infiltrarla con nociones provenientes de campos teóricos que le son ajenos” (Braunstein et al. 1975, p. 19).

Escala e Sánchez (1977) não apresentam uma concepção explícita ou discussão focada na ideologia. Essa aparece como característica de certas ideias, como visão de mundo que atua em favor do povo ou do sistema dominante. Não há uma clara referência marxista, embora indiquem Paulo Freire e Burrhus Skinner como autores que embasam sua concepção.

Os autores discutem os modelos de educação, partindo de Freire, para fazer o debate. Afirmam que a educação não é neutra, mas que toda educação é concreta e se dá em uma sociedade concreta. Assim, contrapõem duas práticas educativas apontadas por Freire: a educação bancária e a educação problematizadora. A primeira tem como resultado a alienação e a domesticação dos estudantes ao sistema dominante, enquanto a segunda está a serviço da libertação.

Também listam características da Análise do Comportamento na América Latina, tais como ausência de discussão sobre os critérios que guiam suas aplicações; desvinculação com ideologias de transformação e mudança; e utilização de descobertas em laboratório sem o devido recorte e adequação em contextos sociais. Após essa caracterização, apontam possíveis

relações entre educação transformadora e Análise do Comportamento, buscando uma reorientação crítica das investigações e aplicações da segunda. Para tanto, fazem algumas recomendações e destacam que, mesmo a Análise Comportamental, está distante das ideologias de mudança na América Latina, mas a primeira não está condenada a ser instrumento de domesticação. Pelo contrário, desde que cumpridas uma série de recomendações, a Análise do Comportamento pode contribuir para processos de mudança social.

Copit (1977) defende a necessidade de uma análise da ideologia na Psicologia a partir de David Ingleby e Hilton Japiassu para revelar como a categoria contribui para a manutenção da ordem atual em detrimento do desenvolvimento humano, considerando o ser humano como ser histórico e social. A ideologia aparece aqui como ideias instrumentais para manutenção da classe dominante, contribuindo para adaptação do ser humano à ordem vigente e para a defesa de um projeto político específico de dominação.

Assim, aponta a “natureza conservadora do trabalho do psicólogo, desde que se devota à adaptação do homem ao sistema vigente, ao invés de tentar adaptar esse último às necessidades humanas” (Copit, 1977, p. 37).

Recomenda Ingleby (1974) que, para corrigir a distorção sistemática de percepção, que impede a aquisição de conhecimento e sua boa aplicação, é necessária a análise pelo psicólogo da ideologia derivada da estrutura do poder, que, por sua vez, apoia. É por esse caminho, segundo ele, que se poderia ocasionar uma mudança na relação prevalecente entre os conhecimentos e a práxis psicológicos e a ordem sócio-econômica existente. (Copit, 1977, p. 38).

O autor ainda apresenta algumas questões na Psicologia do desenvolvimento. Primeiro, a questão do status atual do campo, problematizando que não se conhece o processo de desenvolvimento humano na sua globalidade. A Psicologia só consegue oferecer explicações relativas e processos específicos sem grande possibilidade de generalização. Não haveria

integração sistemática dos dados existentes e faltaria um corpo teórico que permitisse a integração de diferentes conhecimentos.

Copit (1977) propõe a construção de uma disciplina de Psicologia do desenvolvimento que integre as várias formas específicas de psicologias do desenvolvimento. Assim, seria possível o conhecimento do processo de desenvolvimento psicológico por meio de princípios mais gerais, considerando o ser humano de forma mais globalizadora.

A resenha de Ribes (1978) sobre o livro *La psicología em la China Popular* tem como objetivo comentar alguns aspectos que surgem da interação entre uma concepção política de ciência e o desenvolvimento comparado com o que se conhece a partir de marcos ideológicos diferentes. Apesar de não fazer uma discussão específica sobre o que é ideologia, entende-se que ela aparece nesse texto como deformação e ideias dominantes de uma sociedade determinada.

Como es natural en el caso de la psicología y en el de otras disciplinas científicas de joven formación, su falta de definición y ubicación precisas la han hecho víctima de los vaivenes ideológicos que se producen con los cambios en la estructura social. En el caso de China Popular, esto ha llevado a la repetición histórica de las deformaciones de objeto y de método que han sido características de la evolución de la psicología en otros países socialistas. (Ribes, 1978, p. 278).

Na discussão realizada ao longo da resenha, aponta a ideologia como impedimento para ciência, sendo assim, afirma a oposição entre ideologia e ciência: “Es la ciencia la que valida al concepto filosófico, y no viceversa. Cuando se pretende hacer lo contrario, se cae en un proceso de ideologización de la ciencia como modo de producción del conocimiento, que equivale a negarla como proceso” (Ribes, 1978, p. 278).

Salazar (1979), em seu texto sobre valores e motivações sociais, traz duas concepções de ideologia: influenciada por Serge Moscovici, como concepções e valores mais gerais; e

inspirada pela tradição marxista, como falsa consciência. Ao longo do texto, percebe-se o predomínio da concepção de ideologia como ideias e valores gerais.

Ideología, en un sentido amplio, se refiere a la organización de ideas y conceptos de cualquier aspecto de la realidad. Por tanto, una ideología, una ideología incluye los valores o las ideas de lo que es bueno o malo. Ahora bien, en concepto de ideología ha sido también utilizado para referirse a ideas falsas, o que son contrapuestas a la ciencia, estableciéndose una diferencia entre conciencia (ideas que reflejan la realidad) e ideología (que vendría a ser una falsa conciencia). (Salazar, 1979, p. 131).

O autor afirma que a Psicologia social deve investigar a ideologia dos valores, das atitudes e das crenças, buscando compreender o comportamento social do ser humano. No capítulo de sua autoria na obra *Psicologia social*, propõe analisar a ideologia a partir dos valores da liberdade e da igualdade. Conforme descreve, a ideologia apresenta certas funções para o indivíduo: 1) responder e enfrentar problemas importantes da vida; 2) orientar repostas com relação a sua cultura; 3) dispor à aceitação e à obrigação com certa posição.

En cualquiera de sus sentidos, los valores constituyen parte muy importante de la ideología de un sujeto y podrán reflejar los intereses de su grupo o los de la clase dominante que tiene en sus manos el control de los medios de socialización. Aunque la conducta no puede explicarse únicamente en términos de ideas o de valores, sí constituyen una importante variable interviniente, y en algunos casos, una causa importante de ciertas conductas. (Salazar, 1979, p. 132).

Montero (1979), na mesma obra, utiliza o termo para caracterizar certas ideias ou visões de mundo, sem uma discussão específica sobre o conceito de ideologia. Pode-se dizer que ideologia aparece nesse texto como visão de mundo, sendo a ideologia burguesa vista como ideologia de classe, que nasce da realidade sócio-material. Nota-se, de forma geral, uma

discussão sobre ideologia como característica das classes sociais e parte da realidade psicossocial.

La relación existente entre clases dominantes y clases dominadas (proletariado, clase trabajadora) es tal, que los valores, intereses, actitudes, y en general la ideología de la burguesía es, debido a su control del proceso de producción, la que se impone como modelo y fija las pautas de conducta básica a seguir en una sociedad, fijando al mismo tiempo metas y las motivaciones de los individuos dentro de ellas. (Montero, 1979, p. 320).

Porém, traz uma concepção de ideologia mais restrita, como falsa consciência, que tem relação com o desenvolvimento da classe burguesa como classe dominante no processo histórico:

Esa separación entre ambas formas de conciencia se produce en algún momento del devenir histórico debido a las condiciones existentes, y esto va a explicar el porqué, en un momento dado, y a causa del control de esas condiciones por una clase dominante, se impone a las otras una forma de conciencia que puede estar más o menos lejana de la posible para sí, y que constituirá una **falsa conciencia**, una conciencia alienada. (Montero, 1979, p. 321).

Por isso, para Montero (1979), os estudos acerca das classes sociais e seus aspectos psicossociais são importantes para a Psicologia social. O texto apresenta como referências diversos autores de base marxista além do próprio Marx: Georg Lukács, Nicos Poulantzas, Alain Touraine e Lucien Séve.

O último texto da década de 1970 encontrado neste levantamento é o de Chomsky (1979), quem faz uma crítica sobre o status científico do behaviorismo de B. F. Skinner e Richard Herrnstein. Para isso, toma a ideologia como ideologia capitalista instrumental para a dominação, destacando: 1) a dicotomia entre ciência e ideologia/falsidade; e 2) a função das

ideias dominantes de corroborar com as ideias capitalistas. Em sua crítica, afirma que a ideologia capitalista e o behaviorismo seriam quase tautologias, pois o segundo cumpre a função de produzir a adaptação e o controle do comportamento humano, favorecendo os interesses da classe burguesa. A teoria behaviorista, segundo o autor, apresenta-se como científica, porém, analisando de perto, serve como neutralizadora e ocultadora da realidade social capitalista.

Skinner não está dizendo nada acerca de liberdade e dignidade, embora ele use as palavras de uma forma estranha e idiossincrásica. **Suas especulações** são desprovidas de conteúdo científico e nem sequer atingem as linhas gerais de uma ciência possível do comportamento humano. Além disso, Skinner impõe certos limites arbitrários à investigação que virtualmente garante o malogro continuado. (Chomsky, 1979, p. 10).

Ainda nas suas palavras, “A incapacidade de Harnstein em ver o que seus dados sugerem de imediato é outra indicação de sua aceitação acrítica e aparentemente inconsciente da ideologia capitalista em sua forma mais grosseira” (Chomsky, 1979, p.46).

3.5.1.1 Presença de marxismo na década de 1970

Quadro 6

Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista

Presença ou não de marxismo	Textos	N (%)
Apresentam influência marxistas	Caruso (1969), Verón (1971), Martín-Baró (1971/2015; 1974), Braunstein cols. (1975), Ribes (1978), Salazar (1979), Montero (1979), Chomsky (1979).	9 (75%)
Não tem influência marxistas	Gotthelf (1969), Escala e Sanchez (1977), Copit (1977)	3 (25%)

Com relação aos autores, existe uma diversidade de referências e, com relação à ideologia, a grande maioria não traz uma referência específica para sua noção de ideologia. Em síntese, podemos notar a influência do que se entendia na época como concepção marxiana de ideologia

como “falsa consciência”, mistificação ou inversão da realidade relaciona à classe dominante. Estão presentes em alguns textos outros autores que dialogam com o marxismo, fazem críticas ao sistema social e às ciências, a saber: Freire, Marcuse, Japiassu, Moscovici, Pierce. Também é possível perceber a influência da psicanálise de Freud em alguns textos (Caruso, 1969; Braunstein et al., 1975), enquanto outros dois indicam a influência do behaviorismo radical (Escala & Sánchez, 1977; Chomsky, 1979).

De forma geral, na década de 1970, a maioria dos textos encontrados (75%) demonstra alguma influência marxistas em suas análises e/ou referências utilizadas. Porém, em grande parte, as análises e as discussões mesclam outras correntes teóricas principalmente com as ideias de Marx e Engels. Um exemplo são os textos de Caruso (1969) e Braustein (1975), cuja defesa é de uma leitura marxista para análise da realidade social, lançando mão da psicanálise para olhar a subjetividade e entender as duas teorias como complementares.

Moscovici também aparece como proposta para complementar a teoria marxiana (Salazar, 1979). Em Verón (1971), a noção marxiana é apresentada assim como a proposta de revisão do conceito de ideologia marxiano por meio da análise da ideologia pela linguagem/comunicação, considerada mais interessante para o momento em que a sociedade estava. Outros textos ainda a associam ao behaviorismo (Chomsky, 1979; Escala & Sánchez, 1977).

3.5.1.2 Natureza do debate Psicologia e ideologia na década de 1970

Quadro 7

Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia

Temática centrais		
Principais discussões	Textos	N (%)
Análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência: ideologia vs ciência	Gotthelf (1969), Braustein (1975), Escala e Sánchez (1977), Copit (1977), Ribes (1978), Chomsky (1979).	6 (50%)
Análise de processos psicossociais	Caruso (1969), Verón (1971), Martín-Baró (1971/2015, 1974), Montero (1979), Salazar (1979)	6 (50%)

Os textos apresentam grande variedade de temáticas e enfoques na articulação entre ideologia e Psicologia, mas podemos dividi-los em dois tipos de discussões: 1) **Textos que discutem a relação entre ideologia e ciência**; 2) **Textos que relacionam a Psicologia com processos sociais e/ou psíquicos**.

Os **textos que discutem a relação entre ideologia e ciência** são aqueles que apresentam críticas à Psicologia em geral ou às teorias e às disciplinas específicas da área e utilizam a ideologia para estabelecer e caracterizar sua crítica ou ainda exibem uma especificidade na História da Psicologia, como é caso de Gotthelf (1969). Os trabalhos que abordam a relação entre ciência e ideologia, nesse primeiro período, predominantemente, opõem ideologia e ciência como contrárias. A ideologia aparece como fenômeno que impede ou dificulta a construção de uma ciência conhecedora da realidade, apontando, assim, uma relação dicotômica entre verdade científica e falsidade ideológica.

Os **textos que relacionam a Psicologia com processos sociais e/ou psíquicos** articulam a ideologia com aspectos psicossociais. Por exemplo, há a realização de um paralelo entre psiquismo como ego e ideologia (Caruso, 1969). Outros textos mostram a relação da ideologia com aspectos da realidade social como educação, consciência de classe, valores e atitudes.

Vale dizer que, nesse primeiro período, encontramos autores de diversos campos da Psicologia: História da Psicologia (Gotthelf, 1969), Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da educação (Copit, 1977; Escala & Sánchez, 1977), Psicologia social (Martín-Baró, 1971/2015, 1974; Montero, 1979; Salazar, 1979), psicanálise (Caruso, 1969; Braunstein et al., 1975), behaviorismo (Escala & Sánchez, 1977), além de autores que não são da Psicologia, mas têm suas publicações em periódicos da área (Verón, 1971; Chomsky, 1979).

3.5.1.3 Concepções de ideologia na década de 1970

Quadro 8

Principais concepções de ideologia dos textos de 1970

Concepção de ideologia	Textos
Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão	Martín-Baró (1971/2015, 1974), Escala e Sánchez (1977), Copit (1977), Salazar (1979), Montero (1979).
Ideologia como falsa consciência	Caruso (1969), Martín-Baró (1971/2015, 1974), Braunstein et al. (1975), Ribes (1978), Montero (1979), Chomsky (1979).
Ideologia como dimensão da linguagem	Verón (1971)
Outros	Gotthelf (1969)

Também há uma grande diversidade de noções acerca da definição de ideologia, mas identificamos o predomínio de duas grandes concepções: 1) **ideologia como visão de mundo ou cosmovisão vinculada às classes sociais**; e 2) **ideologia como falsa consciência ou processo que dificulta e impede o conhecimento da realidade favorecendo, assim, a classe dominante**. Há algumas definições que aparecem com menor frequência: ideologia como dimensão da linguagem, que surge de forma implícita na organização sintática de mensagens, favorecendo a dominação social; e ideologia como disciplina científica, dedicada ao estudo de representações da realidade.

3.5.2 Ideologia na Psicologia latino-americana na década de 1980

No segundo período do levantamento, a década de 1980, encontramos 53 escritos que tratam da ideologia. Destes, não conseguimos acesso a 6 textos¹¹, o que resultou em 47 textos entre 1980 e 1989 lidos e analisados.

¹¹ 1) Thoma, H. (1985). El influjo de la ideología nacional-socialista sobre procesos de identificación y de escisión en un caso fronterizo de neurosis obsesiva: esbozo. *Revista de Psicoanálisis*, 42(04), 883-895; 2) Lartigue, M.T., & Díaz, Sustaeta, F. (1987). Un analisis critico de las tesis de posgrado de el departamento de psicologia de la universidad iberoamericana (1976-1986). *Revista Mexicana de Psicología*, 4(1), 74-78; 3) Capello, H. M. (1988). Acerca de la conciencia nacional. *Fundamentos y Crónicas de Psicología Social Mexicana*, 1(1), 123-134; 4) Ibanez, D. G. (1988). Hacia una reconstrucción crítica de la psicología social. *Fundamentos y Crónicas de Psicología Social Mexicana.*, 1(1), 3-23; 5) Amilivia, S. (1989). Democratización y reencuentro: realidad, ilusión, efectos ideológicos. *Revista Universitaria de Psicología*, s/v (1), 65-74; 6) Cortez, G, Solano,

Quadro 9

Levantamento da década de 1980 (textos analisados)

Ano	Título do texto	Autor	Tipo de texto
1980	<i>Fantasma sobre un gobierno popular en El Salvador</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1980	<i>Crisis, dependencia y contradicciones de la psicología en América Latina</i>	Armando Campos Satelices, Abelardo Brenes e Santiago Quevedo Reyes	Artigo
1980	<i>Recesiones: Ideología y Conductismo</i>	María Cecilia Castro Fernando Fergusson	Resenha de livro
1980	<i>Psicologia social e ideologia: a inserção de um novo/velho conceito e suas consequências para análise dos fenômenos psico-sociais.</i>	Jorge Coelho Soares	Dissertação
1981	<i>El psicoanálisis y su ideología</i>	Santiago Ramírez.	Artigo
1981	<i>El liderazgo del Monseñor Romero: un análisis psicosocial</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1981	<i>Ideología y conducta</i>	Javier Alatorre Rico	Resenha de livro
1982	<i>Teoria e ideologia em psicologia</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1982	<i>El llamado de la extrema derecha</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1983	<i>Entre o individuo e a sociedade</i>	Ignacio Martín-Baró	Cap. de Livro
1983	<i>A função social do psicólogo</i>	Helena Freitas Campos	Artigo
1983	<i>Algumas considerações sobre epistemologia e pesquisas</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1983	<i>Consciência/alienação a ideologia no nível individual</i>	Silvia Lane	Capítulo de livro
1984	<i>Família, emoção e ideologia</i>	José Roberto T. Reis	Capítulo de livro
1984	<i>Psi-Pol: notas críticas sobre la psicología dominante</i>	Bernardo Jiménez-Domínguez	Capítulo de livro
1984	<i>Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicología escolar</i>	Maria Helena S. Patto	Livro
1984	<i>La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos.</i>	Maritza Montero	Artigo
1984	<i>La psicología de la dependencia: de la ideología a la alienación</i>	Maritza Montero	Capítulo de livro
1984	<i>A psicología social e uma nova concepção do homem para a Psicología.</i>	Silvia Lane	Capítulo de Livro
1984	<i>Proposta de um caminho para a psicología junto à classe oprimida por uma psicología popular</i>	Cezar Wagner de Lima Gois	Artigo
1985	<i>De la conciencia religiosa a la conciencia política</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>El hacinamiento residencial: ideologización y verdate de un problema real.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>Conflicto social e ideología científica: de Chile a El Salvador</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>El papel del psicólogo en el contexto centroamericano.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>La encuesta de opinión pública como instrumento de desideologizador</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>Valores del universitario salvadoreño de primer ingreso.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1985	<i>O psicólogo e sua ideologia</i>	Antonio Carlos Gil.	Artigo

N. C., Guevara, M., Azucena, S. E., & Pocasangre, C.M. (1989). La identidad nacional del salvadoreño. *Revista de Psicología de El Salvador*, 8(32), 135-146.

Ano	Título do texto	Autor	Tipo de texto
1985	<i>Ideologia: o ponto fundamental da discussão</i>	Wanderlei Codo	Fascículo
1985	<i>Cambios sociopolíticos y desarrollos históricos en psicología.</i>	Bernardo Jiménez Domínguez	Capítulo de Livro
1985	<i>Contexto sócio-político-ideológico da comunicação na américa latina</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1986	<i>La ideología familiar en El Salvador</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1986	<i>Hacia una psicología de la liberación</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1986	<i>La historia de la psicología en sus manuales de estudio</i>	Manuel Calviño Valdés-Faully & Carolina de la Torre Molina	Artigo
1986	<i>La terapia familiar y la ideología</i>	Guillermo Bernal	Artigo
1987	<i>Psicología e educação popular</i>	Leoncio Camino	Artigo
1987	<i>Representações sociais das mães a respeito da criança.</i>	Luiz Fernando Rolim Bonin	Artigo
1987	<i>A crise e as alternativas da psicología</i>	Oswaldo Yamamoto	Livro
1987	<i>A traves del espejo: una aproximación teórica al estudio de la consciencia social en América Latina</i>	Maritza Montero	Capitulo de livro
1987	<i>Psicología, ideología y política un marco conceptual para su analisis en America Latina.</i>	Fernando L. González Rey	Capitulo de livro
1987	<i>O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1987	<i>Del opio religioso a la fe libertadora</i>	Ignacio Martín-Baró	Capitulo de livro
1987	<i>Aí piensam los salvadoreños urbanos (1986-1987)</i>	Ignacio Martín-Baró	Livro
1988	<i>La violencia en centroamerica: una vison psicossocial.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1988	<i>La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en el salvador.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1989	<i>Psicología política do trabalho na América Latina.</i>	Ignacio Martín-Baró	Artigo
1989	<i>O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista</i>	Marco Antonio Figueiredo	Livro

Assim como na seção anterior, resumiremos as principais características destacadas em cada texto. No entanto, é importante lembrar que, nesse período, encontramos 19 textos de Martín-Baró, expostos em bloco, pois, apesar de romper a ordem cronológica, possibilitam apreender a continuidade do pensamento do autor. O mesmo foi feito com outros autores que publicaram mais de um texto no período, a saber: Martiza Montero, Pedrinho Guareschi, Bernardo Jiménez-Domínguez e Silvia Lane.

No primeiro texto de Martín-Baró (1980), o autor, desde sua postura realista crítica¹², porta alguma influência marxista, utiliza categorias como classe social, classe dominante, alienação

¹² Realismo crítico é uma concepção contrária ao idealismo metodológico cuja realidade concreta é ponto principal da investigação.

e ideologia para problematizar a realidade de El Salvador. Ideologia, nesse texto, aparece como concepção de mundo vinculada a uma classe social, considerada falseadora/ocultadora da realidade social, ainda que sem romper seu vínculo com a realidade. Para o autor, o discurso da classe dominante salvadorenha é falseador e usado para justificar a realidade do país. Por isso, afirma a importância de se “desvelar lo que de engañoso hay en el discurso ideológico que las clases medias reciben de la oligarquía, y alterar la dirección consciente de su apoyo social” (Martín-Baró, 1980, p. 287).

La entidad y fuerza principal del fantasma no está, sin embargo, en su apoyo de ‘verdad’ sino en su estructura valorativa y, por tanto, afectiva. Es el mismo dinamismo que anima a toda ideología como conciencia social desde unos intereses de clase. (Martín-Baró, 1980, p. 280).

Problematizando os fantasmas que atuam como armas ideológicas no conflito de classe, aponta como a classe média salvadorenha é captada pelo discurso da oligarquia (classe dominante). Os fantasmas são ideias que amedrontam a classe média em relação à possibilidade de um governo popular: “los fantasmas son armas ideológicas que activan el conflicto dando respuesta mental a los temores y anhelos de los diversos grupos” (Martín-Baró, 1980, p. 277). Desenvolvendo ideias falsas sobre a realidade e opondo os interesses populares aos interesses da classe média, os fantasmas servem para aproximar esta última dos interesses das oligarquias do país. Assim, o autor argumenta que os fantasmas sociais apresentam uma dinâmica similar à das ideologias:

Poco importa que estos fantasmas sean espontáneos o hayan sido inducidos por la propaganda y presión de la oligarquía. El hecho es que parecen estar ahí presentes y su acción puede restar eco a las demandas populares y fuerza a sus aspiraciones de una organización social distinta. Más aún, parecería que la campaña propagandística de la

oligarquia, estructurada en términos ideológicos, encuentra eco en las vivencias correspondientes al estilo de vida de las clases medias. (Martín-Baró, 1980, p. 287).

Em outro texto, Martín-Baró (1981) oscila entre a ideia de ideologia como visão de mundo dominante e como mecanismo social que obstrui a realidade e dificulta a consciência da classe dominada acerca de suas condições e de se entender como sujeitos da sua história (Mendonça, 2017). Defende que o contraponto da dominação ideológica é a conscientização pela desideologização. Sendo assim, o processo de crítica da ideologia possibilita conhecer os processos históricos da sociedade e mobilizar ações de transformação social. Portanto, ideologia também aparece em sentido negativo de ocultação e impedimento para consciência.

Es más, el favoritismo individualista, el espejismo del ascenso a través de la competencia individual y, en definitiva, todos los mecanismos ideológicos de promoción particular y privada terminaron de cerrar el ámbito psicosocial que podría permitir que la clase dominada salvadoreña pasara, según la terminología clásica, de ser una clase en sí a ser una clase para sí. (Martín-Baro, 1981, p. 163).

Já Martín-Baró (1982) concebe a ideologia como visão de mundo geral ao tratar de “esquerda” e “direita” como ideologias diferentes ligadas à realidade histórica concreta. Porém, também, toma a ideologia em sentido negativo ao analisar o Arena, partido da extrema direita em El Salvador, a partir de seus pronunciamentos, ideias e propaganda.

Para analizar la ideología de ARENA como brazo político de la extrema derecha salvadoreña en las actuales circunstancias, examinaremos primero sus pronunciamentos y propaganda y, luego, sus símbolos y estilo de acción pública. Para completar el análisis ideológico habrá que remitir este discurso, conceptual y formal, al proceder concreto del partido y de sus miembros en las diversas situaciones. (Martín-Baro, 1982, p. 458).

Martín-Baró (1983/2017) apresenta algumas das principais referências que influenciam sua concepção de ideologia, em especial, Karl Marx e Louis Althusser. O autor transita entre a defesa da concepção de ideologia como falsa consciência e mistificação da realidade social e a concepção de ideologia como valores e visão de mundo vinculados a um grupo social ou a indivíduos de determinados grupos.

Defende que a ideologia não é um elemento externo, mas gerada por interesses presentes em uma determinada realidade social e histórica. Assim, também está vinculada às ações, aos valores e aos esquemas cognitivos das pessoas e de grupos socialmente determinados. Critica a caracterização althusseriana, devido à sua fundamentação estruturalista que retira o papel ativo do sujeito na realidade, concluindo que a ideologia está intimamente vinculada à ação:

A ideologia é o conjunto de pressupostos ou os ‘pré-supostos’ da vida cotidiana de cada grupo social, pressupostos triviais ou essenciais para os interesses do grupo dominantes. Na medida em que uma ação é ideológica, ela se relaciona com uma classe social e com certos interesses, ou seja, é influenciada por interesses do grupo que dão sentido e significado social para ação. Obviamente, nem toda ação é igualmente ideológica. (Martín-Baró, 1983/2017, p. 119).

O autor critica a Psicologia social hegemônica de sua época, principalmente a norte-americana, denuncia seu caráter ideológico e vinculado aos interesses da classe dominante e propõe a construção de uma nova Psicologia social, apontada como o estudo da dimensão ideológica da ação.

Definir a psicologia social como o estudo científico da ação ideológica. Ao falar de ideológico, estamos expressando a ideia de influência ou relação interpessoal, de relação entre o pessoal e o social; mas também estamos afirmando que a ação é uma síntese de objetividade, de conhecimento e valoração que não é necessariamente consciente, ou seja, afirmamos que a ação é marcada por conteúdos que são valorados

e historicamente relacionados com uma estrutura social. (Martín-Baró, 1983/2017, p.117-118).

Para o autor, o estudo e a identificação da função ideológica busca “o determinismo exercido por interesses e valores sociais dominantes sobre as ações de pessoas e grupos reais” (Martín-Baró, 1983/2017, p.122), para superar um entendimento simplista dos mecanismos de mistificação da realidade que estão presentes na Psicologia social.

Martín-Baró (1985/1990a), em outro texto, defende a concepção de ideologia como sistema de pensamentos e estuda a ideologia da classe dominante, caracterizada como falseamento ou distorção para atender aos objetivos desse grupo.

Cada ordenamiento social exige la elaboración de un universo simbólico que cumpla vanas funciones críticas para su supervivencia y reproducción: a) Darles un sentido frente a los grandes interrogantes de la existencia humana; b) Justificar su valor para todos los sectores de la población; c) Permitir su interiorización normativa en los grupos y personas. Es ellas, que me estoy refiriendo a las principales funciones que se suelen asignar a una ideología. Cabe añadir que, al ejercer estas funciones, a la ideología operativiza y oculta al mismo tiempo los intereses de las clases dominantes, generando una falsa conciencia, una distorsión entre la configuración de la realidad y su representación en la conciencia de los grupos y personas. (Martín-Baró (1985/1990a, p. 105).

Neste cenário, o autor debate o papel da Psicologia social diante do avanço da violência e da opressão do povo pela oligarquia. Afirma que o papel desse ramo é desvendar a ideologia dominante e realizar o processo de desideologização do povo, desvendando a exploração e a opressão existentes:

Si a la psicología social le compete el estudio de lo ideológico en el comportamiento humano, su mejor aporte al desarrollo de la democracia en los países latino-americanos

consistirá en desenmascarar toda ideología antipopular, es decir, aquellas formas de sentido común que operativizan y justifican un sistema social explotador y opresivo. (Martín-Baró 1985/1990a, p. 106).

Em outro texto do mesmo ano, Martín-Baró (1985/1990b, p. 60) afirma que o senso comum é lugar privilegiado da ideologia, que, aqui, novamente, aparece como falsa consciência e ideias da classe dominante: “El saber más importante desde un punto de vista psicológico no es el conocimiento explícito y formalizado, sino ese saber inserto en la praxis cotidiana, las más de las veces implícito, estructuralmente inconsciente e ideológicamente naturalizado”.

Nesse artigo, a discussão gira em torno especificamente da função do psicólogo no contexto centro-americano, a qual, para o autor, como já afirmado em textos anteriores, deve ser desideologizar e contribuir para a tomada de consciência de grupos e pessoas. Defende que o processo de tomada de consciência possibilita a mudança e a ruptura com esquemas fatalistas, sustentados pela ideologia e pela alienação. Logo, “Se está proponiendo que el quehacer del psicólogo busque la desalienación de las personas y grupos, que les ayude a lograr un saber crítico sobre sí mismas y sobre su realidad” (Martín-Baró, 1985/1990b, p. 62).

O mesmo significado de ideologia aparece em Martín-Baró (1985/1992), o qual destaca como a falsa consciência deve ser submetida a uma crítica desideologizadora. Os cientistas sociais devem assumir uma posição crítica, expressa pelo trabalho contínuo de desideologização, o que significa desmascarar as racionalizações que nutrem a falsa consciência coletiva e assumir o compromisso ético de investigação. Portanto, “si la crítica desideologizadora nos aleja de la falsa conciencia, el compromiso ético nos aparta del positivismo miope” (Martín-Baró, 1985/1992, p. 334).

Ideologia, em Martín-Baró (1985a), é falseamento e inversão. O foco da discussão gira em torno da superpopulação dos países ditos de terceiro mundo e da relação com o contexto social

e histórico. Assim, surge o tema da habitação, ideologizado em favor das classes dominantes: “esta ideologización del problema poblacional se ha dado tanto en el ámbito macrosocial como en el ámbito microsocial” (p. 32).

Em outro texto do mesmo ano, Martín-Baró (1985b) argumenta que a religião pode ser útil na luta política contra a oligarquia dominante ao enfrentar a ideologia, que aparece no mesmo sentido dos textos anteriores, como ideias ou valores falsos a favor da classe dominante: “como ocurre en todos los problemas ideológicos, el paso de lo general a lo concreto pone de manifiesto lo que de falso hay en muchas posturas globales de valor” (p. 80).

Martín-Baró (1985c, p. 6), discutindo valores, trata a ideologia como valores gerais de pessoas ou grupos, o que justifica suas ações: “el conocimiento de los valores permite identificar la ideología de alguien, es decir, las razones conscientes con las que justificará y articulará socialmente su proceder”. O objetivo do estudo é investigar os valores mais presentes entre os universitários ingressantes de El Salvador, utilizando uma escala para analisar a relação entre o partido político apoiado pelos estudantes e os valores considerados prioritários.

No último texto de 1985, o autor concebe a ideologia como concepções da classe dominante com a função de ocultar e manipular a realidade social: “La mentira social constituye la elaboración ideológica de la realidad en forma tal que sea compatible con los intereses de la clase dominante y se fijan así los límites en que se puede mover la conciencia colectiva” (Martín-Baró, 1985/2021, p. 163).

Acerca da natureza do debate sobre Psicologia e ideologia, o autor reflete como as enquetes podem ser úteis para trazer à tona o real anseio da população de forma geral, colaborando com o processo de desideologização ao deixar evidente o caráter ideológico e manipulador do discurso dominante.

Frente a este ambiente de mentira social, surge la necesidad de una tarea de desideologización conscientizadora a la que el psicólogo social puede y debe dar su

aporte. Se trata de introducir en el ámbito de la conciencia colectiva elementos y esquemas que permitan desmontar el discurso ideológico dominante y poner así en marcha los dinamismos de un proceso desalienador. Nosotros pensamos que la encuesta de opinión pública puede constituir un importante instrumento desideologizador. (Martín-Baró, 1985/2021, p. 164).

Martín-Baró (1986a) destaca a ideologia como ocultamento, mistificando as relações de opressão. Afirma, a partir de Didier Deleule, que a Psicologia continua dando base para o que chama de psicologismo cultural, servindo como uma “*ideología de recambio*”. Assim, “el psicologismo ha servido para fortalecer, directa o indirectamente, las estructuras opresivas al desviar la atención de ellas hacia los factores individuales y subjetivos” (p. 8). Sendo assim, aponta a necessidade de se construir uma nova Psicologia sendo uma das suas tarefas contribuir no processo de desideologização.

Conforme explica, “Lo que hace reaccionaria o progresista a una teoría no es tanto su lugar de origen cuanto su capacidad para explicar u ocultar la realidad y, sobre todo, para reforzar y transformar el orden social”. Além disso, “[...] con frecuencia la Psicología ha contribuido a obscurecer la relación entre enajenación personal y opresión social. (Martín-Baró, 1986a, pp. 10, 12).

Em outro artigo do mesmo ano, Martín-Baró (1986b) discute a ideologia como normas e valores. A questão central é entender qual ideologia está presente nas famílias de El Salvador, mais conservadora ou progressista. Para tanto, realizou uma pesquisa e chegou à seguinte conclusão: “cabe afirmar que los juicios de principio sobre la naturaleza y función de ‘la familia tienden a ser de carácter conservador, mientras que los juicios más concretos sobre el funcionamiento práctico de la familia tienden a ser más progresistas” (p. 301).

Cabe pensar entonces que este cambio denote que, como ha ocurrido ya en otros países (ver Skolnick y Skolnick, 1983), la forma tradicional de familia postulada por la

ideología dominante en El Salvador no sirva ya a las nuevas exigencias del sistema socioeconómico y, en definitiva, no responda adecuadamente a los intereses de las clases en el poder (ver Donzelot, 1979). No sería entonces necesariamente la familia salvadoreña la que se encuentra en crisis, sino la ideología hasta hoy imperante sobre la familia y su función social. (Martín-Baró, 1986b, p. 303).

Em Martín-Baró (1987a), o autor toma a ideologia como valores e ideias que cumprem função social dentro da sociedade, seja em favor da ordem social vigente, seja questionando-a. Em seguida, discute sobre a função da religiosidade, em especial, de El Salvador, apontando duas vertentes: religião a favor da ordem e religião subversiva. Também destaca como a religiosidade opera diferentes interesses sociais e cumpre funções políticas diversas frente à ordem social estabelecida: “la religión pueda desempeñar una función alienante o libertadora, servir al orden establecido o subvertirlo, significa que la naturaleza de la religión no implica necesariamente una determinada postura política, pero ofrece un valioso instrumento ideológico para la confrontación social” (p. 234).

O autor critica os manuais de Psicologia e sua ausência de reflexões sobre a religião, um poderoso elemento político e social:

Y que casi ni se la mencione como elemento importante en los textos y manuales de psicología social más en uso. Probablemente con ello se esté corroborando el poder ideológico de la religión, que no sólo se esconde y niega como poder político, sino que hasta se escurre como objeto apropiado de estudio. (Martín-Baró, 1987a, p. 237).

Em mais um texto, que trata de uma pesquisa de opinião pública sobre a realidade social e política de El Salvador entre 1986 e 1987, Martín-Baró (1987b) aborda a ideologia como a visão de mundo geral que os salvadorenos elaboram sobre sua própria realidade. As pesquisas de opinião pública, repletas de importância nos últimos anos da guerra civil do país, seriam,

segundo o autor, um emblema do envolvimento concreto da pessoa com o conflito do país na época.

Para Martín-Baró (1987/2017), a ideologia é o que permite um grupo impor seus interesses e transformar questões históricas em naturais. Em suas palavras:

A ideologia não é uma mera superestrutura que é somada às sociedades já constituídas, mas é um importante elemento na configuração social. Certamente, não são determinadas concepções que, em última instância, causam os processos de dominação, mas o que permite um grupo impor sua vontade e seus interesses sobre os demais é o poder adquirido por meio de relações sociais que efetivam a apropriação dos recursos mais necessários para a vida humana. (Martín-Baró, 1987/2017, p. 193).

Desse modo, a dominação só é possível quando se vincula à mentalidade das pessoas e dos grupos, de forma a naturalizar uma realidade histórica e contextual. Assim, como parte da ideologia do oprimido, está o fatalismo, que naturaliza a realidade e o sentimento de impossibilidade de modificá-la. “Se, com o fatalismo, as pessoas das classes oprimidas encontram um sentido para a sua vida, então é um valioso instrumento ideológico para as classes dominante”, isso porque “O fatalismo supõe a mistificação das forças históricas como natureza ou como Deus” (Martín-Baró, 1987/2017, p. 195).

Em Martín-Baró (1988/1990, p. 136), o autor traz o termo ideologia como ocultamento, distorção, posição relacionada às classes sociais, ou seja, “la obnubilación ideológica al servicio de unos intereses sociales”. Discute ao longo do texto acerca da ideologização da violência e afirma que esta tem um aspecto ideológico “(a) que expresa o canaliza unas fuerzas e intereses sociales concretos en el marco de un conflicto estructural de clases; y (b) que tiende a ocultar esas fuerzas e intereses que la determinan” (p. 130).

O autor critica as forças armadas de El Salvador por justificarem a violência quando é de interesse das forças dominantes e denunciarem quando a violência parte de seus opositores.

“La creación de la figura del enemigo, tanto si corresponde a alguien real como si no constituye uno de los resortes básicos para la ideologización de la violencia” (Martín-Baró, 1988/1990, p. 132).

En Centroamérica nos encontramos con una situación de violencia generalizada, que hunde sus raíces últimas en unas condiciones conflictivas de injusticia estructural, que se alimenta de justificaciones ideológicas y que se propaga y multiplica dada su utilidad para lograr aquellos objetivos que el sistema social no ofrece por otros conductos. (Martín-Baró, 1988/1990, p. 142).

Nessa publicação, apresenta a ideologia como falsidade, distorção e ideias políticas gerais. Sem uma concepção muito explícita, utiliza ao longo do texto a noção de distorção de ideias quando fala das classes dominantes. Afirma que “lamentablemente, esta imagen del país constituye una elaboración ideológica muy propia del gobierno de Reagan, pero que poco o nada refleja la situación real de El Salvador” (Martín-Baró, 1988, p. 124). Ao longo do texto, também avalia algumas ideias e posições políticas presentes no país defendendo que: “En El Salvador es necesario iniciar un intenso trabajo de despolarización, desideologización y desmilitarización que sanee las relaciones sociales y permita a las personas elaborar su historia en un contexto interpersonal diferente al actual” (p. 141).

Por fim, em um texto de 1989, traz a ideologia como aparato ideológico, falsa consciência, produto dos interesses de diversas forças sociais de uma dada sociedade. “Todo o aparato ideológico cumpre a função de alimentar uma falsa consciência das classes dominadas, com atrativos como a possibilidade de ascensão individual, as satisfações vicárias dadas pelo consumo suntuoso circunstancial e o valor gratificante do conformismo” (Martín-Baró, 1989/2014, p. 615).

O comportamento no trabalho aparece, assim, em sua dimensão ideológica, isto é, como produto, expressão e canalização dos interesses de diversas forças sociais que

constituem uma determinada sociedade. Somente quando a análise psicológica atenta para esta totalidade sociopolítica pode-se perceber o caráter alienador de muitas das condições de trabalho que, em si, parecem inócuas e mesmo desejáveis. (Martín-Baró, 1989/2014, p. 619).

Sendo assim, ao apresentar a proposta de uma Psicologia política do trabalho que leve em conta o contexto social e político com olhar para os marginalizados, utiliza a noção de ideologia para caracterizar a consciência dos dominados e dos trabalhadores.

Santelices, Brenes e Santiago (1980) também revelam alguma influência da tradição marxista ao apresentar categorias como dependência, classe, totalidade, transformação social, práxis e psicologia dialética. Os autores defendem uma concepção negativa de ideologia, compreendida como falseamento da realidade em favor das necessidades da classe dominante. Porém, o termo aparece de forma mais ampla, como visão de mundo vigente em um determinado período histórico:

Según lo entenderemos en este trabajo, la dimensión social del conocimiento psicológico presenta dos aspectos estrechamente interrelacionados: por una parte, no se trata tan sólo de un conocimiento ‘compartido’, supraindividual, sino que como todo conocimiento depende en su desarrollo y utilización de los esquemas ideológicos existentes en la sociedad misma. (Santelices, Brenes & Santiago, 1980, pp.11-12).

Ademais, conforme apontam, “La frecuente afirmación acerca del supuesto carácter neutral de la ciencia no pasa de ser, paradójicamente, una mistificación ideológica. Una falsedad útil para efectos de dominación y manipulación ideológica” (Santelices, Brenes & Santiago, 1980, p. 13).

Os autores criticam a Psicologia e a Psicologia social por serem instrumentos que favorecem a classe dominante e defendem sua utilização como ferramentas de mudanças sociais. Para tanto, defendem a construção de uma Psicologia dialética. No entanto,

compreendem que, por si só, a Psicologia, enquanto disciplina, não é capaz de promover mudanças, mas é necessário superar seu papel ideológico e orientá-la para os problemas sociais vivenciados pela classe trabalhadora.

El surgimiento o construcción de una Psicología Dialéctica – esto es, una cuyo eje explicativo sea la relación dialéctica entre el hombre concreto y su mundo real, natural y social – no resulta un camino sencillo, por lo que antes se comentara: va contra las corrientes ideológicas imperantes en nuestro medio. (Santelices, Brenes & Santiago, 1980, p. 17).

Diante do exposto, é importante destacar: “Y también que el psicólogo logre dar forma a su rol como planificador social, superando el encargo ideológico de dedicarse a atar los cabos sueltos de los problemas sufridos por los protagonistas de un sistema de relaciones sociales” (Santelices, Brenes & Santiago, 1980, p. 27). Os autores ainda defendem que os psicólogos mudem, na prática, o seu fazer, pois uma teoria que queira romper com a ideologia dominante sem que isso se transforme em prática acaba agindo em favor da dominação a qual se propõe romper:

[...] cuando dentro de una determinada psicología nacional se generan tendencias de investigación o de trabajo teórico con un contenido de ruptura ideológica, sin que estos productos intelectuales impliquen una transformación del quehacer psicológico global, se suscita la paradoja de que terminan operando como instrumento al servicio de la ideología que pretenden romper. (Santelices, Brenes & Santiago, 1980, p. 24).

Castro e Fergusson (1980) fazem uma resenha do livro *Ideologia y conducta*, de Alejandro Dorna e Hernán Méndez, publicado em 1979, sobre os problemas ideológicos do behaviorismo. No texto, revisam questões éticas, críticas e epistemológicas, tomando a ideologia como um conjunto de ideias que pode ser adequado ou não para uma ciência.

Por esto las personas que tienen que realizar investigaciones encuentran como primer y formidable obstáculo la falta de una ideología adecuada que sustente la problemática en sus aspectos social, metodológico y científico en el planteamiento del problema y en la discusión. (Castro & Fergusson, 1980, p. 529).

Os autores apontam, também, que o livro resenhado discute sobre ciência, ideologia e epistemologia para compreender a Análise do Comportamento.

Na resenha de Rico (1981) acerca do livro *Ideologia y conducta*, a ideologia é apontada como visão de mundo, projeto de sociedade, de grupos, como entendem os analistas do comportamento. Assim, “las implicaciones ideológicas del conductismo son discutidas por dos psicólogos chilenos” (p. 188). Vê-se que a ideologia é apontada para discutir epistemologia e ciência, em específico, do behaviorismo.

O behaviorismo representaria melhor o marco referencial epistemológico adequado para criar uma ponte entre os fatos históricos e os comportamentos humanos do que uma perspectiva mentalista e economicista. Seria essa uma forma diferente e alternativa de pensamento com melhores condições de propor novos mecanismos de controle, considerada, portanto, um progresso em direção a uma engenharia social capaz de lidar com as mudanças sociais e um passo em direção a uma relação social de “autogoverno”. Essa é a defesa de que o behaviorismo pode ser uma disciplina importante para realização de mudanças sociais (Rico, 1981).

Na dissertação de Soares (1980) sobre a relação entre ideologia e a Psicologia social, diversos autores que discutem o termo ideologia são estudados. Para o autor, os aspectos ideológicos da sociedade devem ser analisados a partir de instituições e aparelhos estatais, que expressam a forma como o homem em sociedade representa a realidade em que vive. No trabalho, há a defesa do sentido “neutro” de ideologia, ou seja, como um conjunto de ideias que representa uma determinada sociedade em um determinado momento histórico e que se expressa nas intuições sociais.

Definiremos também a partir de agora, inspirados na proposta marxista de Robert Fassaert, a instância ideológica como a análise do conjunto das práticas pelas quais aos homens em sociedade representam o mundo em que vivem (Fassaert, 1979 - pag 76) acrescentando que, por outro lado, visando clarificar tal proposta, não circunscreveremos a instância ideológica nos domínios nobres da fala e da escrita mas teremos em vista o conjunto dos domínios sociais em que de modo claro e consciente, como de modo tradicional e inconsciente, os homens em sociedade falam e agem ideologicamente. (Fassaert, R. 1919 - pag. 77). (Soares, 1980, p. 124).

Com a intenção de iniciar um campo novo de investigação na Psicologia social, o autor acrescenta que se pode começar estudando:

[...] o que Gramsci chamou de infra-estrutura material da ideologia, em outras palavras, pela análise da estrutura e funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado – usado aqui no sentido althusseriano, ou seja, significando um *certo número de realidades que se apresentam ao observar imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas*. (Althusser 1978 – pag. 43). (Soares, 1980, p. 124).

Soares (1980) ainda defende a ideologia como uma categoria essencial para pensar a Psicologia social, apresentando diversas críticas à disciplina por ser a-histórica, fragmentada e importadora de teóricos dos EUA e de estudos com foco em trabalhos de mensuração de objetos particionados. A categoria ideologia seria de grande importância para avançar na construção de uma Psicologia social crítica, que não se pretende neutra, pois parte de uma perspectiva histórica que leva em conta as classes sociais e a dinâmica social como um todo:

[...] a imediata consequência para a Psicologia Social é que aceitar a inserção do conceito de ideologia, sob a forma pela qual nós propomos, implicaria numa revisão global de interpretação de todas as áreas de estudo tradicionalmente afetas a esta disciplina tais como: Atitudes, Pensamento e Linguagem, Socialização, Percepção,

Atração Interpessoal, Motivação, Agressão e Violência, Conformismo, etc. (Soares, 1980, p. 126).

O texto propõe, ainda, a construção de uma psicologia do proletariado e afirma que o estudo da ideologia nos moldes apresentados pode servir para analisar os fenômenos de forma não reducionista, mas histórica, econômica e socialmente situada, sem deixar de lado o fator humano e o viés psicológico dos fenômenos.

Ramírez (1981) tem como concepção teórica a psicanálise e apresenta influências marxistas. Já no início do texto, há uma comparação entre o método de pesquisa de Marx e o método psicanalítico como se fossem equivalentes: o primeiro centrado na economia e o segundo no ambiente emocional. O principal teórico que guia sua concepção de ideologia é Althusser. Nesse texto, a categoria é entendida como representações, ideias ou conceitos que cumprem papel histórico em cada sociedade. Sendo assim, a psicanálise seria uma forma de ideologia. Por isso, o autor apresenta o conjunto de ideias essenciais da teoria psicanalítica e sua importância para a disciplina.

Guareschi (1982) discute de forma direta e sistemática a categoria ideologia em suas publicações. Nesse texto, nota-se a influência da teoria social marxista em defesa de uma teoria dialética que trabalhe com as contradições e seja orientada para mudança social. Além disso, a ideologia é apresentada como mistificação da realidade: “certas teorias ‘parcializam’ e dividem a realidade” (p. 6).

O autor abre o texto apontando a impossibilidade de neutralidade científica, principalmente nas ciências sociais, e busca evidenciar que as ciências “respondem a interesses, valores, ideologias, e a outras relações ainda mais escusas, como a dominação econômica e a dominação política” (Guareschi, 1982, p. 6). Todas as teorias apresentam visão de mundo, ética e epistemologia, daí surge a discussão e as análises sobre as funções das teorias e como algumas ocultam a realidade total.

Em seu estudo, apresenta três funções principais da ideologia: descrição da realidade, estabelecimento de relações e capacidade de possibilitar ou impedir mudanças sociais. Na discussão sobre este último ponto, cita, como exemplo, a forma como o funcionalismo e a teoria dialética abordam a classe social. O funcionalismo leva à impossibilidade de mudança social ao defender que, se alguém busca mudar de classe, é preciso um trabalho melhor, mais estudo etc. Esse é um discurso que corrobora o sistema. Já a teoria dialética defende a existência de uma classe opressora e uma oprimida. Assim, mudar de classe exige mudança no sistema (Guareschi, 1982).

No segundo momento do texto, o autor trata dos traços ideológicos de algumas “teorias em Psicologia Social, que tentaram explicar a problemática do desenvolvimento econômico” (Guareschi, 1982, p. 9). Citando o método psicológico comparativo (Hoselitz e Parsons), a teoria da aculturação (Lerner e Hagen e Hagen) e o enfoque psicológico (McClelland e Hagen), demonstra como cada uma dessas teorias impede a mudança e trabalha a favor das classes dominantes ou dos países desenvolvidos. Adiante, aponta a necessidade de estudos críticos: “Num estudo crítico de psicologia social e organizacional, onde novos espaços para a psicologia são buscados, é necessário e útil que se denunciem determinadas ideologias que subjazem às teorias e práticas dessas ciências (Guareschi, 1982, p. 15).

Em outro texto, Guareschi (1983) segue a mesma linha de discussão do trabalho anterior: defende uma postura histórico-crítica nas ciências e a utilização da pesquisa-ação como metodologia. Nesse escrito, a ideologia aparece como mistificação e ocultamento da realidade a favor da classe dominante e da manutenção do poder dominante. A ênfase se dá no debate acerca da ciência e da ideologia, em específico, das ciências que contribuem para permeância ou mudança das relações sociais.

Guareschi (1985) apresenta como proposta geral a discussão acerca do contexto social, político e religioso do período de publicação do artigo. Para tanto, contextualiza de maneira

geral a situação econômica, política, ideológica e cultural da América Latina, apontando os meios de comunicação como os principais veículos de propagação das ideologias de dominação. Além disso, faz uma avaliação das funções das novelas, da propaganda e das notícias e sobre como legitimam e justificam as classes dominantes.

O autor compreende a ideologia como um fenômeno cuja função é legitimar o sistema econômico e político dominante através dos meios de comunicação. Nas suas palavras, a ideologia “Exerce uma função legitimadora do sistema econômico e político, servindo como sustentação de todo o conjunto social. Isso se dá, principalmente, através dos meios de comunicação” (Guareschi, 1985, p. 37).

Campos (1983/2010) mostra as influências marxistas em seu trabalho, tendo como principal referência Antonio Gramsci. Nele, identificamos dois sentidos de ideologia: um mais geral, em que a ideologia é tomada como representações do mundo em um dado momento histórico; outro restrito à ideologia liberal, isto é, à ideologia capitalista dominante, que tem como característica fundamental o individualismo:

Esta ideologia – a ideologia liberal – construída sobre a noção da liberdade individual e da igualdade de oportunidades, só pode funcionar como produtora do consenso acerca da justiça do modelo de convivência social do capitalismo liberal na medida em que as desigualdades provocadas pela divisão em classes e pela propriedade privada são atribuídas à desigual distribuição de dons e aptidões pela natureza, ou à responsabilidade individual de cada um. (Campos, 1983/2010, p. 207).

Ao buscar compreender a função social do psicólogo a partir do seu contexto histórico de surgimento na sociedade capitalista, o autor destaca o papel das mediações ideológicas para compreender e criticar a função da Psicologia na nossa sociedade:

Psicologia Científica não construiu o conceito de inconsciente. Pelo contrário, a ela ficou reservado o espaço ideológico do desconhecimento da exploração, pois sua

função resultou em ser exatamente o lugar da elaboração das práticas destinadas a adaptar o homem a esta nova realidade do trabalho parcelado, no interior da divisão do trabalho em manual e intelectual. (Campos, 1983/2010, p. 209).

Esse estudo afirma que todas as ciências sociais, incluindo a Psicologia, se constituem em função e em decorrência da luta entre as principais classes sociais, burguesia e proletariado, em nível político, econômico e ideológico, e destaca que essa crítica da História da Psicologia não tem como intuito negá-la, mas transformá-la.

Lane (1983/2012a) apresenta a ideologia como representações elaboradas pelo homem acerca da realidade social, ou seja, como formas de representar aspectos da vida, carregados de valores sobre certo-errado ou verdadeiro-falso. Também aponta que as ideologias são mediadas pelas instituições e se expressam no nível individual. No seu entendimento, a ideologia dominante

se manifesta através de representações que o indivíduo elabora sobre o homem, a sociedade, a realidade, ou seja, sobre aqueles aspectos da sua vida a que, explícita ou implicitamente, são atribuídos valores de certo errado, bom-mau, de verdadeiro-falso. No plano superestrutural a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada indivíduo. (Lane, 1983/2012a, p. 41).

A autora afirma a relevância da vertente social ao investigar a ideologia, tendo como projeto a construção de uma Psicologia social historicamente situada e que assume o interesse da classe oprimida. Além disso, enfatiza que os estudos acerca dessa categoria são relevantes para compreensão de grupos e sujeitos. Nas suas palavras, “captar o *ideológico* e o nível de consciência de um indivíduo, num dado momento, apresenta se como problema fundamental

para pesquisa em Psicologia social, quando ela se propõe a conhecer o indivíduo como ser concreto, inserido numa totalidade histórico-social” (Lane, 1983/2012a, p. 44).

Conhecer a ideologia e o nível de consciência implica também estudar as relações grupais processadas desde a reprodução cristalizada de papéis e, como tal, a ideologia dominante, até o questionamento das relações de dominação e das contradições por elas geradas (Lane, 1983/2012a).

Em outro texto, Lane (1984/2012b) expressa como fundamento teórico o materialismo histórico e dialético. Aqui, a concepção de ideologia surge mais ou menos com o mesmo sentido do trabalho anterior: como uma visão distorcida da realidade que serve para manutenção e defesa da classe dominante, sendo sua existência mediada pelas instituições, reproduzoras da ideologia.

Na medida em que o conhecimento positivista descrevia comportamentos restritos no espaço e no tempo, sem considerar a inter-relação infra e superestrutural, estes comportamentos, mediados pelas instituições sociais, reproduziam a ideologia dominante, em termos de frequência observada, levando a considerá-los como ‘naturais’ e, muitas vezes, ‘universais’. A ideologia, como produto histórico que se cristaliza nas instituições, traz consigo uma concepção de homem necessária para reproduzir relações sociais, que por sua vez são fundamentais para a manutenção das relações de produção da vida material da sociedade como tal. (Lane, 1984/2012b, p. 13).

Em seu projeto de Psicologia social, busca criticar processos ideológicos dominantes, por isso, discute a crise dessa corrente e a importância de uma concepção histórico-social da realidade que possibilite analisar criticamente a reprodução da ideologia dominante na Psicologia, assim como o processo de conscientização. Desse modo, enfatiza a não neutralidade das ciências e a necessidade de criticar a Psicologia hegemônica.

Reis (1984) tem como influências teóricas o psicodrama e o materialismo dialético, em especial, os trabalhos de Louis Althusser, Karl Marx e Friedrich Engels. Defende a ideologia como representação ocultadora e naturalizante da classe dominante:

Os papéis sociais são engendrados pelas relações sociais e inseridos numa rede de significações. Por isso, não podem ser separados da ideologia dominante. Pode-se dizer que os papéis sociais, ao prescreverem formas rígidas de conduta como as únicas alternativas possíveis para um sujeito numa dada situação, são a própria ideologia corporificada. (Reis, 1984, p. 115).

Nesse capítulo, realiza uma análise das funções ideológicas da família, sendo as duas principais a econômica (reprodução de mão de obra) e a ideológica (meio eficaz de reprodução da ideologia dominante). Como sugere, a ideologia começa a operar na família pela ideologização do próprio núcleo familiar como algo natural e imutável naturalizando, em seguida, todas as relações sociais.

É claro que a família cumpre sua função ideológica em complementação a outros agentes sociais. Sua importância, às vezes relativizada no processo global da transmissão da ideologia dominante, não pode ser negada. Althusser, por exemplo, ao descrever as instituições usadas pelo Estado na manutenção da dominação política da burguesia, considera a família um importante aparelho ideológico, embora afirme ser a escola o aparelho ideológico mais utilizado. (Reis, 1984, p. 103).

O texto aponta ainda “um aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne a vida familiar” (Reis, 1984, p. 109).

Jiménez-Domínguez (1984/1990) cita Jürgen Habermas e Karl Marx como principais referências na discussão acerca da ideologia, considerada como mistificadora da realidade social e como inversão da realidade necessária para manutenção do *status quo*. Nesse sentido, traz a noção de ideologia de reconversão (*recambio*) da classe dominante: “Conjunto de ideias

mistificadas que permiten hacer ajustes para corregir los desequilibrios que enfrenta coyunturalmente el status-quo. Se trata en síntesis de contribuir con los cambios necesarios para que todo siga igual, pero evolucionando” (Jimenes-Dominguez, 1984/1990, p. 119).

O autor apresenta uma crítica ao caráter ideológico e mistificador da realidade em prol da justificação e da naturalização do modo de produção burguês nas psicologias hegemônicas, além de tecer julgamentos à psicanálise, à Análise do Comportamento e ao humanismo, haja vista que a Psicologia, nessas vertentes, tende a negar o político, o social e o histórico. Defende que Psicologia nunca se libertou da ideologia, pois cumpre a função de manutenção do *status quo*:

No se necesita leer a Freud para llegar a creer que las mujeres son inferiores a los hombres, que los hombres son por naturaleza competitivos y agresivos, que los homosexuales son enfermos mentales, o que la transformación de la sociedad es inútil porque la naturaleza humana básicamente es igual e incambiable. Ello forma parte de la ideología dominante en la que somos socializados. Pero, por la mistificación de creencias como éstas y similares, es indudable que el psicoanálisis ha cumplido un rol insuperable como ideología de recambio.

El rechazo al punto de vista crítico del marxismo en las ciencias sociales ha contribuido indudablemente a que lo psicológico pierda inteligibilidad social y se margine del plano político cotidiano para cumplir la función ideológica de contribuir a legitimar con su práctica un orden social que se toma por dado. (Jiménez-Dominguez, 1984/1990, pp.119-120).

Uma psicologia positivista, ainda segundo o autor, serve de mecanismo de fumaça para encobrir a sociedade capitalista tecnológica.

Jiménez-Domínguez (1985/1994) apresenta influências marxistas e define a ideologia como falseamento ou inversão da realidade em prol de uma política específica. Discute a

História da Psicologia na Rússia e como o marxismo foi cooptado pelo stalinismo, tornando-se uma ideologia mecanicista. Afirma que a Psicologia social pode superar o uso ideológico do marxismo e estabelecer uma ciência de fato crítica, contrapondo ideologia e ciência ou conhecimento:

el marxismo usado como sistema de justificación con respecto al poder del partido único y del grupo dirigente dentro del partido. La función eminentemente crítica del marxismo en su concepción científica, desaparece al ligarlo al ejercicio de un poder burocrático e ilegítimo. (Jiménez-Domínguez, 1985/1994, p. 16).

Sendo assim,

Es de esperar que el desarrollo más bien reciente de una psicología social, permita trascender el uso ideológico del marxismo y establecer una disciplina socio-histórica verdaderamente crítica, que, en consecuencia, como la lógica dialéctica del marxismo, no sirva sólo para justificar un sistema social. (Jiménez-Domínguez, 1985/1994, p. 25).

Montero (1984) exhibe algumas referências marxistas, porém não apresenta uma discussão específica sobre o termo ideologia, que aparece duas vezes: primeiro como umas das categorias de estudo de um dos campos teóricos da psicologia comunitária, o interacionismo simbólico; depois, quando descreve o aporte teórico de bases marxistas na psicologia comunitária, associando a ideologia a valores, premissas e metas de grupos.

Em outro trabalho, Montero (1984/1990) faz uma discussão mais elaborada, tomando a ideologia em uma concepção negativa, isto é, como ideias e valores que ocultam a realidade, impedindo o conhecimento e a consciência. Ideologia para ela é:

el conjunto de actitudes, valores y creencias que tratan de justificar a un sistema político y socioeconómico, distorsionando al hacerlo todo aquello que lo contradice. Este concepto está unido a las relaciones sociales de producción y a lo que se ha llamado falsa consciencia (Marx, Lukács, Kosík, Mannheim, Goldmann). Falsa en cuanto

encubre la verdad acerca de esas relaciones de producción y obstaculiza su conocimiento (Montero, 1984/1990, p. 66).

A autora afirma que a ideologia está presente tanto nos grupos dominantes como nos grupos que ocupam posições sociais inferiores. Além disso, ela possui dois níveis de conteúdo: um manifesto e outro latente. O primeiro aparece nos estereótipos e preconceitos. O latente não é uma resposta explícita à situação econômica e política, mas um processo cognitivo que conduz ao processo econômico e político. Portanto, a ideologia é “el bloqueo del conocimiento, de la conciencia, que opera sobre los procesos cognitivos del individuo, que conduce no sólo al desarrollo de una autopercepción nacional como grupo [...] sino también a la represión y negación de ciertos contenidos” (Montero, 1984/1990, p. 68).

Ao discutir a relação entre o comportamento de dependência em países mais pobres e a ideologia, a autora identifica a inferioridade como elemento da ideologia colonial que marca os países dependentes e atua alimentando a posição submissa e fatalista: “Creando una imagen que basa en los estereotipos negativos del colonizado, a quien se censura por poseerla, y cuyos rasgos se forman a partir de un modo de producción originado en la desigual relación entre la metrópolis y sus colonias” (Montero, 1984/1990, p. 68).

Em outro trabalho, Montero (1987) define a ideologia como mistificação, ocultamento e falseamento da realidade social em prol de um grupo dominante. Discutindo sobre a identidade nacional na América Latina e a consciência que o povo tem dela, identifica percepções distorcidas e errôneas da realidade que afetam o comportamento e a ação dos sujeitos construtores da realidade social. Para a autora, umas das características da identidade social e coletiva é que ela se expressa por meio do discurso, o que a vincula a um sistema de crenças com certa coerência e que responde a uma ideologia. Um dos núcleos da perda da identidade nacional é a dependência dos países latino-americanos colonizados, gerando um processo de

ideologização e alienação que transforma as pessoas não só em receptores, mas em atores de uma ideologia que mistifica a realidade social.

La mentalidad dependiente que establece una imagen positiva del país centro se complementa por su opuesto, la imagen negativa de la periferia, que se caracteriza por generar formas de altercentrismo referidas a ese centro, coexistiendo con sentimientos nacionales de carácter general, mistificadores y poco activantes del comportamiento. (Montero, 1987, p. 191).

Góis (1984) entende a ideologia como valores e crenças gerais e problematiza especificamente o que chama de ideologia de submissão/resignação nas comunidades pobres. No seu entendimento, tal ideologia deve ser criticada e rompida:

Defendemos o caminho da expressão do núcleo de vida do oprimido, através da restauração do valor pessoal e do poder pessoal, da eliminação ou redução da ideologia de submissão e resignação e do caráter oprimido. Para isso é preciso criar um clima psicossocial favorável ao crescimento pessoal e social, através dos pequenos grupos populares. (Góis, 1984, p. 104).

O autor convoca a necessidade de estudos específicos sobre ideologia de submissão e defende uma atuação psicossocial junto à classe oprimida para enfrentá-la. Na sua compreensão, para que ideologia de submissão deixe de fazer parte das práticas do oprimido, é necessário enfrentar elementos que estruturam seu psiquismo. “Para isso é preciso criar um clima psicossocial favorável ao crescimento pessoal e social, através dos pequenos grupos populares” (Góis, 1984, p. 104).

Em Patto (1984/2022), a ideologia surge como ideias, discursos que atuam em favor dos interesses da classe dominante distorcendo, encobrendo e invertendo a realidade. Nas palavras da autora, “o processo de ideologização é feito pelas e nas instituições culturais, entre as quais se encontra a escola” (p. 36). Assim, diferencia ideologia e ciência, colocando a primeira no

campo do falso/incorreto e a segunda no campo da verdade. Suas principais referências são Louis Althusser, Karl Marx e Marilena Chauí.

Considerando a Psicologia uma pseudociência por ser ideológica, busca realizar uma “crítica à psicologia científica, qual seja, a que configura uma tentativa de chegar à *zona ideológica* que fundamenta seu edifício” (Patto, 1984, p. 78). Essa “pseudociência seria a ‘ciência’ cujo conteúdo se esgota em sua determinação ideológica” (p. 85). Nesse sentido, o discurso ideológico traria o que é mais aparente na realidade social.

A característica distintiva do discurso ideológico, quando contraposto ao discurso científico, é o fato de ele discorrer sobre o aparecer, ou seja, sobre as representações ilusórias nas quais os fenômenos manifestos ocultam as estruturas latentes, de onde seu efeito de desconhecimento. Exatamente por discorrer sobre o aparecer, um de seus efeitos é o de reconhecimento. O discurso científico, por sua vez, refere-se a realidades que soam alheias à vida cotidiana, produz conhecimentos que rompem com a experiência e o senso comum, discorre sobre o ser. (Patto, 1984, p. 85).

O aspecto principal das ciências e de um saber científico é a capacidade de revelar o que está oculto no discurso ideológico. Porém, “a ciência não é neutra nem desinteressada; mas há interesses que facilitam o desvelamento da realidade e interesses que o dificultam” (Patto, 1984, p. 85). Os setores dominantes se utilizam, muitas vezes, de discursos pseudocientíficos que substituem o conhecimento científico: a “pseudociência limita-se a seus conteúdos ideológicos e colabora com a manutenção de uma determinada ordem social” (p. 112).

Na pesquisa apresentada por Gil (1985) que tem como referência principal Antonio Gramsci, aparecem três concepções de ideologia: como visão de mundo, ideologia burguesa/dominante, que tem como principal característica o individualismo, e ideologia política, representada na disputa entre socialismo versus capitalismo.

Com relação aos sistemas políticos, a maioria dos psicólogos mostra alguma simpatia pelo socialismo e faz críticas ao capitalismo. Entretanto, cerca de um terço dos pesquisados vê no capitalismo o regime que melhor garante as liberdades humanas e o socialismo como indesejável ou inviável.

Os dados referentes à ideologia ocupacional dos psicólogos expressam bastante distanciamento em relação ao pretendido quando da regulamentação da profissão. Isto porque a maioria dos psicólogos aceita o assalariamento como a forma de atuação mais coerente com o mundo contemporâneo e número significativo veria com bons olhos a ‘estatização’ dos serviços psicológicos. (Gil, 1985, p. 16).

Isso demonstra que “Essa atuação do psicólogo na área clínica deixa traduzir um forte conteúdo ideológico individualista e despreocupado com as instituições sociais” (Gil, 1985, p.17). A discussão segue abordando uma pesquisa empírica realizada com o objetivo de discutir a ideologia dos psicólogos e se estes podem ser considerados ideólogos orgânicos da burguesia.

Codo (1985), no pequeno fascículo intitulado *Ideologia: o ponto fundamental da discussão*, critica a defesa do Jacobo Varela sobre as tecnologias sociais, que têm como função manter o funcionamento capitalista de alienação em empresas. Argumenta que, se o mundo está carente da tecnologia social, não é para resolver questões pontuais administrativas, mas para instrumentalizar o cidadão em busca de sua própria cidadania. As tecnologias sociais propostas por Varela seriam ideológicas por favorecerem a dominação capitalista alienante.

Valdés-Faully e Molina (1986) apresentam como referências marxistas Vladimir Lenin, Karl Marx, Friedrich Engels, Lev Vigotski e Aleksei Leontiev e defendem a ideologia como ocultamento e parcialização da realidade e das ciências. Criticando a ideia de naturalidade das ciências e da Psicologia, afirma que “la relación psicológica-ideología es primaria e incuestionable” (p. 45).

Las tesis de la supuesta ‘neutralidad ideológica’ de la psicología son totalmente inaceptables y no soportan la crítica del propio devenir histórico de la ciencia psicológica. En este sentido cuando hablamos en los epígrafes anteriores de la parcialización por los modos de elaboración y por el predominio de concepciones internalistas o externalistas, la parcialización ideológica está presente y es-a nuestro juicio, determinante. (Valdés-Faully & Molina, 1986, p. 45).

Os autores também realizam uma crítica aos manuais de Psicologia que corroboram com as ideias burguesas e ignoram as influências marxistas na área. Afirmam que esses manuais omitem ou fragmentam os aportes teóricos dessa ciência em países socialistas e que essas omissões não são ingênuas, mas expressam um compromisso político e ideológico com a classe, que pretende fazer uma História da Psicologia baseada só nos Estados Unidos e na Europa. Dessa forma, defendem a necessidade de utilizar manuais de forma crítica na formação em Psicologia “poniendo en evidencia sus aciertos y sus deficiencias” (Valdés-Faully & Molina, 1986, p. 47).

No trabalho de Bernal e Isern (1986), a partir dos estudos de Edward Sampson, asseveram que a ideologia é compreendida por alguns autores como sistema de valores e crenças que orienta indivíduos e grupos com relação à realidade social em que vivem e que resulta das ações passadas e da sua história. Os sistemas de ideias são reflexo da realidade social e “corresponden al quehacer de un grupo de personas en un contexto y tiempo específicos”. (Bernal & Isern, 1986, pp.15-16).

Discutindo os problemas ideológicos que o campo da terapia familiar enfrenta, destacam que “en este momento histórico en que se aleja de su pasado radical y se transforma en un área institucionalizada del campo de salud mental” (Bernal & Isern, 1986, p. 15). Afirmam que a terapia familiar não estaria separada das forças sociais e que, na realidade, ela serve de instrumento ideológico nos processos sociais. Desse modo, consideram que “El segundo

elemento de la ideología de la terapia familiar estratégica es la redesignación y reenmarcamento de injusticia personal y explotación de términos ‘comunicativos’ o ‘jerárquicos’” (Bernal & Isern, 1986, p. 15).

Ademais, “La noción de que la familia nuclear es lo ideal y que las desviaciones o variaciones de ella son causadas por la familia (Poster, 1980) constituye el tercer elemento ideológico de la terapia de familia” (Bernal & Isern 1986, p.17). Além do estudo crítico da terapia familiar, há, nesse texto, uma análise de seus valores, das ideias e do contexto social com a finalidade de levar o campo para além da reprodução da ordem social vigente e contribuir para sua transformação.

Camino (1987) menciona Louis Althusser e Vladimir Lenin como referências para sua concepção de ideologia, que se dividiria entre ideologia dominante e ideologia proletária, sendo a primeira exercida por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado. “A ideologia existe sempre num aparelho ou instituição, mais especificamente nas suas práticas. Neste sentido, podemos considerar a Escola atual (entendida desde o maternal até o 3.º grau) como a instituição ideológica mais forte e universal do Estado Contemporâneo” (Camino, 1987, p. 23).

A Psicologia atual apresenta uma função ideológica que corrobora com a classe dominante, pois é “evidente que o projeto dos psicólogos, enquanto fração de classe, está ligado ao projeto da classe dominante, tanto no que se refere à Psicologia como ciência, cuja evidente função ideológica não pode ser tratada aqui” (Camino, 1987, p. 26). Por fim, o autor evidencia como proposta a libertação da ideologia dominante e a construção de uma ideologia do proletariado. Sendo assim, a educação popular teria aqui papel proeminente e a Psicologia poderia contribuir no processo de conscientização e na pesquisa de seus mecanismos.

Bonin (1987, p. 83) apresenta Serge Moscovici como referência para discussão sobre ideologia, tomando-a como um “sistema de representações falsas, baseadas na aparência para justificar o domínio de um grupo ou classe sobre o outro”. Afirma que os sistemas de

representações sociais são ideológicas quando se referem ao poder e à dominação. Além disso, destaca que “um sistema de representações sociais geralmente contém orientações ideológicas, produzidas pelo senso comum” (p. 84).

As representações sociais são uma categoria guarda-chuva, a qual abarca e se relaciona a outras categorias, como a ideologia. A partir de um estudo acerca das representações sociais das mães com relação a infância, Bonin (1987, p. 79) elabora questões “sobre a conceituação de representação social e o problema de como diferenciar e relacionar outros conceitos correlacionados como o de ideologia e o de atitudes”.

Yamamoto (1987) traz referências marxistas em seu livro, principalmente por meio de Georg Lukács e Karl Marx. Tomando a ideologia como função na realidade social, apresenta a Psicologia como a ideologia que constitui o capitalismo. “A Psicologia, concebida como uma ‘ciência autônoma’, compreende uma forma de saber e uma técnica – ou dito de outra forma, ideologia e prática” (p. 16). Ainda afirma que as três principais áreas da Psicologia hegemônica “desempenham a mesma função reguladora e adaptativa – portanto, ideológica” (p. 39).

Como a Psicologia nasce vinculada ao modo de produção do capital, suas raízes estão na própria produção e manutenção do capital. Assim, a unidade das psicologias é a ideologia. Com a divisão e a fragmentação da ciência no período de decadência ideológica da burguesia, a Psicologia nasce como mecanismo ideológico burguês (Yamamoto, 1987). O autor ainda critica aquelas psicologias que se denominam alternativas e faz críticas ao modelo hegemônico, concluindo que, na maioria das propostas, desenvolve-se uma argumentação apresentando todas as condições para se concluir pela impossibilidade de “salvar” a Psicologia, mas que, no último momento, aparece uma solução mágica de salvação. Isso seria assegurado pelo fato de a Psicologia não apenas ter uma ideologia, mas ser uma forma de manifestação da ideologia.

Situar historicamente a Psicologia, tornada ‘autônoma’, significa precisar as condições materiais que propiciaram o seu advento, dentro do movimento mais geral que

subordina a ciência ao Capital. Significa, ao mesmo tempo, caracterizá-la enquanto uma concepção do real conectada a esta formação social – ou dito de outra forma, enquanto ideologia. (Yamamoto, 1987, p. 14).

González Rey (1897) apresenta evidente defesa da teoria marxista, apesar de não ser possível saber com certeza qual referencial teórico sobre ideologia defende. Em seu texto, a ideologia é tratada como valores e ideias advindas das condições históricas e sociais da realidade e vinculadas a uma classe social. Nas suas palavras:

La ideología, como sistema de concepciones, ideas, valores y otras formas de su expresión individual y social, refleja directo o indirectamente las peculiaridades económicas y sociales de la sociedad, y expresa los intereses y objetivos de una clase social determinada, tendiendo siempre a la conservación o cambio del régimen existente. En este sentido, cada escuela del pensamiento psicológico expresa la ideología de su época, y de la sociedad en que se desarrolló. (González Rey, 1987, p. 110).

Ao discutir a relação entre Psicologia, ideologia e política, aponta duas análises. Uma afirma a necessidade de se analisar o caráter ideológico de tendências e escolas de pensamento da Psicologia, apontando a psicanálise e a Análise do Comportamento como contribuintes e influenciadas pela ideologia burguesa. A outra discussão trata da importância do estudo da personalidade na Psicologia para possibilitar a compreensão de como a ideologia se manifesta no nível psicológico.

El análisis de la relación entre psicología, ideología y política, impone un análisis del propio carácter ideológico de cada una de las escuelas y tendencias del pensamiento psicológico, pues cada corriente psicológica expresa una ideología bien definida, que de una u otra forma encuentra su expresión política. La ausencia de la categoría personalidad a su tratamiento inadecuado en las distintas corrientes del pensamiento

psicológico determinan la imposibilidad de explicar en el nivel psicológico fenómenos como la ideología, la conciencia política etc. (González Rey, 1987, pp.109-110).

Figueiredo (1989) expõe uma concepção marxista também inspirada em Karl Marx e Georg Lukács. Ao longo de seu livro, faz uma análise crítica do papel político da Psicologia e do psicólogo nas organizações industriais, partindo do pressuposto da decadência ideológica da burguesia, de Lukács, e da compreensão de que a Psicologia nasce já no seu período decadente como ciência fragmentada, com função na produção burguesa como “um instrumento de dominação de classes, com determinações externas ao próprio sistema” (p. 8).

A Psicologia é vista como “a própria manifestação da ideologia” (Figueiredo, 1989, p. 26). Destaca-se, ainda, a existência de uma ideologia da burguesia, isto é, de valores e concepções da “falsa consciência da burguesia”, cujo objetivo é a manutenção da sociedade capitalista. Para a burguesia, a consciência está ligada à manutenção do *status quo*, limitada à falsa consciência, pois não é capaz de alcançar os determinantes sociais dos fenômenos, coisificando-os e ocultando o que está no centro do modo de produção: a luta de classes.

Ideologia que se manifesta enquanto ‘falsa’ consciência, com plenos poderes para interferir no processo econômico da produção e que agora, como ‘falsidade’ de consciência, se incube de controlar a luta política no seio da sociedade. Se antes a psicologia, enquanto manifestação da ideologia na sua forma econômica, acreditava ainda no seu poder de interferir na produtividade, agora, enquanto ideologia pura tornada política pela oposição operaria, busca manter a sociedade capitalista. (Figueiredo, 1989, p. 90-91).

A discussão gira em torno da função da Psicologia dentro desse processo de produção na relação capital-trabalho. Assim, cabe compreender a Psicologia enquanto ciência e prática fragmentadas na realidade capitalista, entendendo que as ciências não são neutras e que as

ciências modernas, como a Psicologia, se constituem no interior do processo de decadência ideológica. Desse modo, o autor defende:

Não se pode dizer que a psicologia é ideológica. Ela é a própria manifestação da ideologia, não é um ‘corpo’ situado acima das relações sociais e econômicas, mas um ‘saber’ que tem suas origens nessas relações, que se manifesta através dos valores da ‘falsa’ consciência da burguesia. Dizer que a psicologia é ideológica é dar-lhe uma ‘identidade’ própria, uma certa autonomia para recuperar-se no processo revolucionário. É esquecer que, sendo a manifestação da ideologia, deverá ser demolida junto com o modo de produção capitalista e superada a partir das contradições do sistema a quem obedece com tanta subserviência. (Figueiredo, 1989, p. 26).

Ao tratar da Psicologia e da sua função, o autor explica que ela não está fora dos processos econômicos, políticos e sociais, pois surge tirando o foco de análise das relações humanas gerais, direcionando-o ao comportamento individual, tomado como leis próprias naturais e independentes do sujeito. Além disso, a divisão do trabalho e a fragmentação das ciências em especialidades particulares bloqueia o acesso à totalidade dessa disciplina. Desse modo, as ciências burguesas são criticadas por serem cada vez mais especializadas e buscarem leis cada vez mais particulares que não explicam a totalidade da realidade. Por fim, a defesa central do autor é pela negação política da Psicologia enquanto ciência burguesa e pela superação da sociedade burguesa como saída para a humanidade.

3.5.2.1 Presença de marxismo na década de 1980

Quadro 10

Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista 1980

Presença ou não de marxismo	Textos	N (%)
Apresentam influência marxistas	Satelices, Brenes e Reyes (1980), Soares (1980), Martín-Baró (1980, 1981, 1982, 1983/2017, 1985/1990a, 1985/1990b, 1985/1992, 1985a, 1985b, 1985c, 1985/2021, 1986a, 1986b, 1987a, 1987b, 1987/2017, 1988, 1988/1990a, 1989/2014), Ramírez (1981), Guareschi (1982, 1983, 1985), Campos (1983/2010), Lane (1983/2012, 1984/2012), Reis (1984), Jiménez-Domínguez (1984/1990, 1985/1994), Patto (1984), Góis (1984), Montero (1984/1990a, 1984/1990b, 1987), Gil (1985), Codo (1985), González Rey (1987), Camino (1987), Valdés-Faully e Molina (1986), Yamamoto (1987), Bonin (1987), Figueiredo (1989).	44 (93,62%)
Não tem influência marxistas	Bernal (1986), Castro & Fergusson (1980), Rico (1981)	3 (6,38%)

Encontramos textos que não apresentam uma definição explícita de teses marxistas, mas demonstram sua influência (Campos, 1983/2010; Codo, 1985; Figueiredo, 1989; Gil, 1985; González Rey, 1987; Guareschi, 1982, 1983; Jiménez-Domínguez, 1985/1994; Lane, 1983/2012; 1984/2012; Martín-Baró, 1983/2017; Montero, 1984/1990b; Patto, 1984; Satelices, Brenes & Reyes, 1980; Soares, 1980; Valdés-Faully & Molina, 1986; Yamamoto, 1987). Apesar disso, não é possível ter uma noção precisa sobre quais influências teóricas específicas abordam a ideologia.

A base marxista se revela apenas pelo apontamento geral sobre a relação da ideologia com os grupos dominantes (Martín-Baró, 1980; Castro & Fergusson, 1980; Martín-Baró, 1981; Rico, 1981; Martín-Baró, 1982; Montero, 1984/1990a; Góis, 1984; Martín-Baró, 1985/1990a, 1985/1990b, 1985/1992, 1985a, 1985b, 1985/2021; Guareschi, 1985; Martín-Baró, 1986b, 1987a, 1987/2017; Montero, 1987; Martín-Baró, 1988, 1988/1990, 1989/2014).

Com relação aos textos de Martín-Baró, o único que apresenta fundamentação explícita é o texto de 1983, muito influenciado por Althusser. Seus demais textos não trazem referências

diretas, ainda que descrevam a mesma concepção de ideologia. A presença de Louis Althusser é observada em vários outros trabalhos, sendo o autor marxista mais citado no período (Camino, 1987; Jiménez-Domínguez, 1985/1994; Martín-Baró, 1983/2017; Patto, 1984; Ramírez, 1981; Reis, 1984; Soares, 1980). Além desse teórico, os autores mais citados foram: Karl Marx e Friedrich Engels (Figueiredo, 1989; Jiménez-Domínguez, 1984/1990, 1985/1994; Montero, 1984/1990b; Reis, 1984; Valdés-Faully & Molina, 1986; Yamamoto, 1987), Antonio Gramsci (Campos, 1983/2010; Gil, 1985; Lane, 1983/2012; Montero, 1984/1990b; Soares, 1980), Georg Lukács (Figueiredo, 1989; Montero, 1984/1990b; Yamamoto, 1987) e Vladimir Lenin (Camino, 1987; Valdés-Faully & Molina, 1986). Autores citados em dois textos ou apenas uma vez foram Jürgen Habermas, Robert Fassaert, Marilena Chauí, Didier Deleule, Edward Sampson, Serge Moscovici.

Em uma síntese mais geral sobre as publicações da década de 1980, nota-se que os principais autores tidos como referência nos debates sobre ideologia são Louis Althusser, Karl Marx, Friedrich Engels e Antonio Gramsci. Os autores marxistas menos citados foram Vladimir Lenin e Georg Lukács. Nesse período, surge uma referência que se tornará muito importante no período seguinte: o trabalho de Chauí, comentadora de Marx na obra de introdução *O que é ideologia?*. Contudo, nota-se que a maioria dos textos não possuem referência explícita para fundamentos ou obras específicas que orientam a concepção de ideologia, sendo possível identificar influências marxistas em alguns casos, apesar de não existir a referência a um autor específico.

3.5.2.2 Natureza do debate Psicologia e ideologia na década de 1980

Quadro 11

Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia em 1980

Temática centrais		
Principais discussões	Textos	N (%)
A Análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência.	Santelices, Brenes e Santiago (1980), Castro e Fergunsson (1980), Soares (1980), Ramírez (1981), Rico (1981), Guareschi (1982, 1983), Martín-Baró (1983/2017, 1985/1990a, 1985/1990b, 1986a), Campos (1983/2010), Lane (1983/2012, 1984/2012), Montero (1984/1990a), Jiménez-Domínguez (1984/1990), Patto (1984), Gil (1985), Jiménez-Domínguez (1985/1994), Valdés-Faully e Molina (1986), Bernal e Isern (1986), Camino (1987), Yamamoto (1987), González Rey (1987), Figueiredo (1989).	25 (53,19%)
Análise de processos psicossociais	Martín-Baró (1980, 1981, 1982, 1985/1992, 1985a, 1985/2021, 1985b, 1985c, 1986a; 1987/2017, 1987a; 1987b, 1988/1990, 1988, 1989/2014), Reis (1984), Montero (1984/1990b), Góis (1984), Codo (1985), Guareschi, (1985), Bonin (1987).	22 (46,81%)

Com relação aos debates sobre ideologia e Psicologia há duas discussões mais gerais: 1) análise e/ou críticas à própria Psicologia e às ciências em geral; 2) análise ou crítica da sociedade ou de algum processo psíquico e sua relação com a ideologia. Nas análises ou críticas à própria Psicologia e às ciências há textos que apresentam avaliações da função da Psicologia, criticam as teses e os projetos hegemônicos da área, ou criticam teorias ou práticas específicas da Psicologia. Uma grande parte desses textos possui propostas de transformação da disciplina e da sociedade. Alguns avançam na perspectiva de negação da disciplina ou de teorias e práticas específicas.

Em geral, vemos análises epistemológicas que estabelecem críticas a partir da relação entre ciência e sociedade por meio de uma articulação entre ciência e ideologia (Santelices, Brenes & Santiago, 1980; Castro & Fergunsson, 1980; Soares, 1980; Rico, 1981; Ramírez, 1981; Guareschi, 1982, 1983; Martín-Baró, 1983/2017; Campos, 1983/2010; Lane, 1983/2012, 1984/2012; Jiménez-Domínguez, 1984/1990; Patto, 1984; Montero, 1994; Martín-Baró 1985/1990a; 1985/1990b; Gil, 1985; Jiménez-Domínguez, 1985/1994; Martín-Baró, 1986a;

Valdés-Faully & Molina, 1986; Bernal & Isern 1986; Camino, 1987; Yamamoto, 1987; González Rey, 1987; Figueiredo, 1989).

Nos trabalhos em que há 2) análise ou crítica de algum aspecto da sociedade ou psíquico em relação com à ideologia, encontramos análises da crítica ideológica de algum aspecto da sociedade como, por exemplo, família, trabalho, superlotação populacional, universidade, educação, comunicação, consciência social, violência, entre outras. A articulação entre esses processos sociais e a Psicologia se dá, justamente, por meio da categoria ideologia.

Também encontramos análises de aspectos do psiquismo, como emoções, consciência, categorias psicanalíticas etc. (Martín-Baró, 1980, 1981, 1982; Reis, 1984; Montero, 1984/1990b; Góis, 1984; Martín-Baró, 1985/1992, 1985a 1985/2021, 1985b, 1985c; Codo, 1985; Guareschi, 1985; Martín-Baró, 1986b; Bonin, 1987; Martín-Baró, 1987a, 1987b, 1987/2017; Montero, 1987; Martín-Baró, 1988, 1988/1990a, 1989/2014).

Também encontramos muitos textos que apontam a ideologia como categoria importante para construção de uma Psicologia social crítica que busca a transformação social e a crítica da realidade social existente (Soares, 1980; Martín-Baró, 1983/2017; Lane, 1983/2012; Montero, 1984), além de um texto sobre ideologia e Psicanálise, para pensar como as ideias têm papel histórico na sociedade (Ramírez, 1981).

Em resumo, é possível notar o predomínio de autores e autoras da Psicologia social no período, talvez a manifestação de efeitos da crise desse ramo ganhou força no Brasil, principalmente a partir da década de 1980. Como resposta cresceram debates sobre como a Psicologia social pode ser repensada a partir de propostas de transformação, tanto dessa corrente, quanto da sociedade em que ela se insere (Lacerda Jr., 2013; Silva, 2019). Isso confirma a defesa de que, no primeiro momento de expressão da crise na Psicologia social, alguns psicólogos afirmam a necessidade de se aproximar das grandes narrativas como marxismo e psicanálise, com objetivo de criar uma nova Psicologia social. Categorias

importantes nas correntes marxistas como luta de classe, alienação, ideologia, falsa consciência começaram a ser discutidas em alguns círculos de psicólogos (Lacerda Jr., 2010).

Nesse sentido, observa-se que, na década de 1980, predominaram debates de base marxista, com ênfase na importância da historicidade e da luta de classes para a construção de uma Psicologia crítica da sociedade com a finalidade de transformá-la. O tema da transformação social e da transformação da Psicologia muito presentes nesse período são predominantes na Psicologia social como área.

3.5.2.3 Concepções de ideologia na década de 1980

Quadro 12

Principais concepções de ideologia dos textos 1980

Concepção de ideologia	Textos
Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão	Rico (1981), Martín-Baró (1982, 1985/1990a, 1986b, 1987a, 1987b), Campos (1983/2010), Lane (1983/2012), Montero (1984), Góis (1984), Gil (1985), Bernal e Isern (1986), González Rey (1987).
Ideologia como falsa consciência	Martín-Baró (1980, 1981, 1983/2017, 1985/1990a, 1985/1990b, 1985/1992, 1985a, 1985b, 1985c, 1985/2021, 1986a; 1987/2017, 1988/1990a, 1988, 1989), Santelices, Brenes e Santiago (1980), Guareschi (1982, 1983, 1985), Lane (1983/2012, 1984/2012), Reis (1984), Jiménez-Domínguez (1984/1990), Montero (1984/1990b, 1987), Patto (1984), Codo (1985, Jiménez-Domínguez (1985/1994), Valdés-Faully e Molina (1986), Yamamoto (1987); Camino (1987), Bonin (1987), Yamamoto (1987), Figueiredo (1989).
Ideologia como dimensão da linguagem/comunicação	Guareschi (1985, Bonin (1987).
Conjunto de ideias e práticas que representam uma determinada sociedade em um momento histórico e tem sua expressão nas instituições sociais	Soares (1980), Ramírez (1981), Martín-Baró (1983/2017, 1989/2014), Lane (1984), Reis (1984), Patto (1984), Camino (1987).

Nesse período, predominaram três concepções de ideologia. Em primeiro lugar, permanece a concepção de ideologia como **1) sistema de pensamento, visão de mundo, conjunto de ideias que orientam grupos específicos** (Rico, 1981; Martín-Baró, 1982; Campos, 1983/2010;

Lane, 1983/2012; Montero, 1984; Góis, 1984; Martín-Baró, 1985/1990a; Gil, 1985; Martín-Baró, 1986b; Bernal & Isern, 1986; González Rey, 1987; Martín-Baró, 1987a, 1987b).

Em segundo lugar, aparece a concepção de ideologia como **2) ideias que mistificam, falseiam e ocultam a realidade em favor de uma classe social dominante ou de grupo específico**. Em meio a essa noção mais geral, uma diversidade de explicações sobre ideologia: ideias que desempenham função social na realidade; ideias que favorecem a dominação de um grupo; representações falsas que justificam o domínio de um grupo sobre outro (Martín-Baró, 1980; Santelices, Brenes & Santiago, 1980; Martín-Baró, 1981, 1982, 1983/2017; Guareschi, 1982, 1983; Lane, 1983/2012, 1984/2012; Reis, 1984; Jiménez-Domínguez, 1984/1990; Montero, 1984/1990b; Patto, 1984; Martín-Baró, 1985/1990a; 1985/1990b, 1985/1992, 1985a, 1985b, 1985/2021; Jiménez-Domínguez, 1985/1994; Martín-Baró, 1986a; Valdés-Faully & Molina, 1986; Yamamoto, 1987; Montero, 1987; Martín-Baró, 1988, 1988/1990a, 1989/2014; Yamamoto, 1987; Codo, 1985; Guareschi, 1985; Camino, 1987; Figueiredo, 1989; Bonin, 1987; Martín-Baró, 1987/2017).

Em seguida, surge com força a tese de que a ideologia é um **3) conjunto de ideias e práticas que representam uma determinada sociedade em um momento histórico e tem sua expressão nas instituições sociais**, concepção que ganha força nesse período principalmente devido à teoria althusseriana, que vincula diretamente a ideologia às instituições sociais (Soares, 1980; Ramírez, 1981; Martín-Baró, 1983/2017; Lane, 1984; Reis, 1984; Patto, 1984; Camino, 1987; Martín-Baró, 1989/2014). Também encontramos explicações mais específicas e pontuais, como conjunto de ideias adequados ou não para uma ciência (Castro & Fergunsson, 1980) e as noções de ideologia liberal (Campos, 1983/2010) e ideologia de submissão (Góis, 1984).

Dentre as principais definições de ideologia nas publicações do período, vemos a forte presença de uma concepção negativa, isto é, como mistificação da realidade, falsa consciência,

ocultamento etc. Também se vê, de maneira predominante, uma noção mais geral, ou seja, uma compreensão de ideologia como visão de mundo. Além disso, há significativa presença de definições em que a ideologia da classe dominante tende a falsear ou inverter a realidade. Outro ponto que se destaca é a crítica da ideologia que busca a desideologização e a conscientização da classe trabalhadora. Essa proposta crítica está presente nos trabalhos de Psicologia social de autores como Ignacio Martín-Baró, Silvia Lane e Martiza Montero. A tarefa dos psicólogos e psicólogas seria a conscientização ou desideologização da população para que ela possa tomar consciência da realidade social e da sua posição histórica, para, então, agir de forma coletiva em prol dos interesses das classes dominadas (Lane, 1983/2012; Montero, 1984/1990b; Martín-Baró, 1985/1990a).

Em síntese, é possível notar maior homogeneidade em relação às referências utilizadas e à hegemonia de teses marxistas. Identificamos a presença marcante de leituras dos trabalhos de Lois Althusser, Karl Marx e Antonio Gramsci. A maioria dos textos ressalta críticas à Psicologia como ciência ou então a teorias ou a campos específicos da área, e um pouco menos da metade discute acerca da relação da ideologia com aspectos da realidade e/ou do psiquismo/consciência. As definições de ideologia aparecem em parte nos textos com duplo significado: um mais geral, como ideias e valores, e um mais específico e em maior quantidade de textos, normalmente vinculado à classe dominante e à mistificação ou ao falseamento da realidade social.

3.5.3 Ideologia na Psicologia latino-americana da década de 1990

O terceiro período do levantamento é a década de 1990, que contempla os anos entre 1990 e 2000. Dentre os 58 textos selecionados, não conseguimos o acesso a 9.¹³ Portanto, foram analisados 49 escritos (quadro 13).

Quadro 13

Levantamento década de 1990 (textos analisados)

Ano	Título do texto	Autor	Tipo de texto
1990	<i>Recensiones – Psicología desde Centroamérica</i>	Joaquín Narváez	Resenha
1990	<i>A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica</i>	José Leon Crochík	Artigo
1990	<i>Ideology and psychosocial research in Third World Contexts</i>	Maritza Montero	
1991	<i>Escolarização e representação do trabalho: mitos sem nexos? Um estudo de caso</i>	Ederaldo Lopes e Maria Brun	Artigo
1991	<i>Una orientacion para la psicologia política en America Latina</i>	Maritza Montero	Artigo
1993	<i>Imagen, representacion e ideologia. El mundo visto desde la periferia</i>	Maritza Montero e Sánchez, M. S	Artigo
1993	<i>La psicología política: una disciplina en la encrucijada</i>	Maritza Montero e Alejandro Dorna	Artigo
1993	<i>Conductismo radical y realidades sociales</i>	Freddy Reyes	Artigo
1993	<i>Afectos, emociones y opinion politica</i>	María Dolores Souza e Fernando Salamanca	Artigo
1993	<i>Repensando a história da psicologia social</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1994	<i>Neo-pentecostalismo na America Latina: uma analise psicossocial</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1994	<i>Ressignificação histórica e psicologia social.</i>	Marcos Müller	Artigo
1994	<i>Una historia de la psicologia en Latinoamérica</i>	Hugo Alberto Klappenbach e Pablo Pavensi	Artigo
1994	<i>Una mirada dentro de la caja negra: la construcción psicológica de la ideología</i>	Martiza Montero	Cap. de livro
1994	<i>Estratégias discursivas ideológicas</i>	Martiza Montero	Cap. de livro

¹³ 1) Delahanty, G. (1993). La psicología política de Ignacio Martín-Baró. *Psicología iberoamericana*, 1(4), 47-58; 2) García Silberman, S. (1993). La salud mental y el cine: un estudio experimental sobre la modificación de las actitudes. *Revista mexicana de psicología*, 10(1), 37-48; 3) Cohen Shabat, M. (1993). Prejuicio étnico en estudiantes universitarios. *Revista Mexicana de Psicología*, 10(2), 37-48; 4) Zuniga, R. M. (1994). Malinche: un mito nacional. *Psicología Iberoamericana*, 2(3), 47-52; 5) Hernández, R. (1994). El mito del mestizaje. *Psicología Iberoamericana*, 2(3), 5-13; 6) Rage Atala, E. J. (1995). Hacia la integración de la pareja, según rollo may. un enfoque existencial. *Psicologia Iberoamericana*. 3(4), 52-59; 7) Guareschi, P. A., Oliveira, F., Abbad, A. P., Stenzel, L., Rizzolli, K. P., & Venzon, C. (1997). Representações sociais da política e ideologia. *Sociedade em Debate* (Ucpel), 3(3), 49-70; 8) Cruces, A. V. V. (2000). *Um pouco sobre a história das ideias psicológicas e sobre a formação do psicólogo no Brasil*. Encontro, Santo André, 5, 7-12; 9) Sampaio, T. O. (2000). Controle da subjetividade e as mudanças nas relações de trabalho no mundo contemporâneo. *Caderno de Debates Plural*, Belo Horizonte, IX(14), 48-56.

Ano	Título do texto	Autor	Tipo de texto
1994	<i>La personalidad como construcción ideológica</i>	Tod S. Sloan	Cap. de livro
1994	<i>Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos</i>	Bader Sawaia	Cap. de Livro
1994	<i>A mediação emocional na constituição do psiquismo humano</i>	Silvia Lane	Cap. de livro
1994	<i>Avanços da psicologia social na América Latina.</i>	Silvia Lane	Cap. de livro
1994	<i>As emoções no interjogo grupal</i>	Mónica H. Galano	Cap. de livro
1995	<i>Os domínios social e não-social da cognição e a "lógica" das representações ideológicas</i>	Cilene Ribeiro Chakur	Artigo
1995	<i>O espaço da ideologia na psicologia</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1996	<i>Ideologia: um terreno minando</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo
1996	<i>Los significados en toerno al trabajo</i>	Ana Maria Pérez	Artigo
1996	<i>Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira</i>	Oswaldo Yamamoto	Artigo
1996	<i>Theodoro Adorno e os conceitos de ideologia e tecnologia.</i>	Fernando Ari Maia	Cap. de Livro
1997	<i>Antonio Gomes Penna</i>	Antonio Gomes Penna	Entrevista
1997	<i>Para uma crítica da razão psicométrica</i>	Maria Helena S. Patto	Cap. de Livro
1998	<i>Drogas e adolescência: uma análise da ideologia presente na mídia escrita destinada ao grande público</i>	Tatiana Weiss Ribeiro, Nicolau Kuckartz Pergher, Sandra Djambolakdjian Torossian	Artigo
1998	<i>Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos.</i>	Tatiana Freitas Stockler das Neves et al.	Artigo
1998	<i>A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora</i>	Maria Joacineide de Macêdo Suerde Miranda de Oliveira Brito	Artigo
1998	<i>Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise</i>	Maria Lucia Boarini e Roselanea Borges	Artigo
1998	<i>Virada social na historiografia da psicologia e independência institucional da psicologia</i>	José Antonio D. Abib	Artigo
1999	<i>Neoliberalismo, política educacional e ideologia: as ilusões da neutralidade da pedagogia como técnica</i>	Marcelo Domingues Roman	Artigo
1999	<i>Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à psicologia social</i>	Martha Traverso-Yépez	Artigo
1999	<i>Mutações do cativo</i>	Maria Helena S. Patto	Cap. de Livro
1999	<i>Ideology and Consciousness</i>	Silvia T. M. Lane	Artigo
1999	<i>Marxism, Ideology and Psychology</i>	Ignacio Dobles	Artigo
2000	<i>Frente a la posmodernidad</i>	Guillermo José Fouce	Artigo
2000	<i>La ideología de las teorías psicológicas en la educación especial.</i>	José Antonio Castorina	Artigo
2000	<i>A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde</i>	Magda Dimenstein	Artigo
2000	<i>A ideologia liberal nas matrizes da psicologia</i>	Orivaldo Sales Filho	Artigo
2000	<i>Quais (im)posturas intelectuais? O erro de Darwin</i>	Pascal Mettens e Roland Gori	Artigo
2000	<i>Representações sociais e ideologia</i>	Pedrinho A. Guareschi	Artigo

Ano	Título do texto	Autor	Tipo de texto
2000	<i>Tecnología e individualismo: Um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade</i>	José Leon Crochík	Artigo
2000	<i>La psicología como “ideología exótica” en los oscuros años del proceso de desorganización nacional: 1975 - 1980</i>	Ramon Sanz Frramola	Artigo
2000	<i>Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática</i>	Juberg	Cap. Livro
2000	<i>El impacto de la cultura y de la formación profesional del psicólogo en el trabajo comunitario</i>	Maria Helena Zamora; Magda Dimenstein; Junia de Vilhena	Artigo
2001	<i>Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários</i>	Telma Regina de Paula Souza	Artigo

O primeiro texto da década de 1990 é uma resenha de livro *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamerica*, de Martín-Baró. Nessa síntese, Narváez (1990) reproduz a concepção presente na obra: a ideologia é a visão de mundo de determinada classe social e sua crítica contribui para “cuestionar la psicología social ‘tradicional’ (norteamericana) desde una perspectiva ideológica y comprometida con América Latina” (Narváez, 1990, p. 178). Por se tratar de uma resenha, possui uma apresentação breve do livro em questão sem uma discussão sobre o termo ideologia.

Crochík (1990), a partir da teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt, demonstra as influências teóricas da psicanálise e do marxismo. Nesse artigo, a ideologia é definida como valores e ideias que têm como função “encobrir as contradições” presentes nas relações de produção e de forças produtivas.

Originada nas condições concretas da vida social, a ideologia não é mero reflexo da aparência destas condições, mas criação ilusória sobre elas (Chauí, 1980). Neste sentido, ideologia guarda uma relativa autonomia dos processos de produção, mantendo com estes uma relação dialética, ao negarem-se e afirmarem-se simultaneamente, ou seja, ela não é somente reprodutiva, produz também: é justificativa da aparência. (Crochík, 1990, p. 143).

Ao longo do texto, o autor confronta a ideologia liberal com a ideologia da racionalidade tecnológica. Afirma, com base em Theodor Adorno e Max Horkheimer, que a primeira apresenta “elementos críticos, devido à sua relativa autonomia frente à realidade material” (Crochík, 1990, p. 143). Já a segunda evidencia uma “dependência total do *status-quo*”. Explica que a ideologia se modifica com as alterações da própria realidade, sendo assim, a essência do conceito poderia ser situado na teoria marxiana, mas tem seu sentido alterado a partir das próprias mudanças da realidade.

Segundo o autor, “a ideologia da racionalidade tecnológica, herdeira do Positivismo, tem características da estereotipia, tais como, divisão do mundo em categorias lógicas e uma suposta indiferença ao mundo externo” (Crochík, 1990, p. 146). Por guardar influências positivistas, a ideologia da racionalidade tecnológica reforça ideias e atitudes padronizadas e tem como fundamento a “eficácia sobre o meio” (p. 153). A temática central gira em torno da relação entre a ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista. Para tanto, parte da tese de Adorno de que a personalidade seria a mediação entre estrutura social e ideologia.

A estrutura social foi entendida dentro das relações entre capital e trabalho e a personalidade como um conjunto de forças psíquicas, que levam a característica de pensar e agir mais ou menos duradouras; já ideologia foi definida como um conjunto de ideias, pensamentos, opiniões. (Crochík, 1990, p. 143).

A ideologia da racionalidade tecnológica teria como efeito despolitizar a população geral, apresentando questões técnicas no lugar de questões políticas. Assim, “não se trata de modificar a sociedade, mas de aperfeiçoá-la” (Crochík, 1990, p. 153). A ideologia, ainda segundo o autor, revela-se como modelo de um todo totalitário e “constrói os espelhos para o narcisista se mirar” (p. 153), contribuindo com a manutenção do capitalismo.

A verdade da Personalidade Autoritária, assim como a verdade do Narcisista são expressas na ideologia da racionalidade tecnológica: a não-diferenciação do homem existente, em uma sociedade que espelhada na natureza só se repete recaiando na eterna mesmice. (Crochík, 1990, p. 154).

Montero (1990) apresenta dois significados de ideologia: o primeiro, mais geral, tem como ponto de partida Destutt de Tracy, para quem a ideologia é o conjunto de ideias compartilhadas por grupos sociais específicos. Assim sendo, trata-se de uma visão de mundo. O segundo significado é derivado de Marx e entende a ideologia como distorção, falsa consciência que mascara ou inverte as relações de exploração presentes na realidade social capitalista. O indivíduo recebe e produz essas ideias mistificadas.

This second approach does not exclude the concept of Weltanschauung (worldview) or the notion of ideology as a system of cognitive processes. It asserts that ideology consists of a system of social meanings and representations that are the outcome of a distorting, shadowing, and masking process produced in the confrontation between unequally powerful groups. Ideology is partially expressed through cognitive processes, but it cannot be reduced to a set of statements that define a particular worldview (Montero, 1990, p. 45-46).

Na discussão que realiza, defende a utilidade e a importância do estudo da ideologia na Psicologia como meio para entender e investigar de maneira mais ampla como, em diversas situações, pessoas não são capazes de entender sua realidade e certas contradições.

Considered as a psychosocial category, then, ideology permits a sociohistorical framing of what is usually dismissed as ‘confused’ or ‘contradictory’ behavior. It helps explain how a particular kind of ‘rationality’ overpowers alternative forms of reasoning, hiding and even contradicting the facts. (Montero, 1990, p. 54).

Em Montero (1991), a ideologia é tratada como mistificação e ocultamento da realidade. Na sua defesa, o psicólogo atua como possível agente de mudança, cujo objetivo é a desideologização. O termo ideologia é citado como um dos campos de investigação que surgem na Psicologia política com o estudo da alienação. Assim, afirma a importância de “estudiar la ideología para desvelar sus modos de operación” (p. 37).

Se estudian sus efectos distorsionantes y opacadores de la realidad y del sentido de la vida cotidiana, reductores de las posibilidades creativas y de la acción transformadora de los individuos y de los grupos, pero se estudia también los mecanismos por medio de los cuales esos individuos y grupos se convierten en generadores y reproductores de ambos fenómenos, y cómo todo ello se inserta en una lógica social, la lógica de formas de dominación específicas. (Montero, 1991, p. 38).

Em outro trabalho, Montero e Dorna (1993) apontam a ideologia como um dos pontos de discussão importantes na Psicologia política. De forma geral, apresentam as principais tendências desse campo interdisciplinar, dentre elas o estudo da ideologia. Apontam os estudos da “ideología, y en general, el estudio de los llamados procesos mediadores entre realidad, pensamiento y acción; y su correspondiente transformación” e a ideologia como “fenómeno político, instrumento y proceso de mediatización; con su correlato de alienación y sus efectos en sociedades e individuos” (p. 10). Como proposta de estudo:

La influencia de la ideología, ya asomada en el artículo de Souza y Salamanca, es planteada también por Montero quien presenta resultados de una investigación transcultural acerca de la percepción psicogeográfica del que mundo, en tanto producto una situación política, de un ser estar en de y la relación política internacional: el mundo visto desde la periferia, la peculiar visión que del mapamundi tienen sujetos colombianos venezolanos, y influencias que intervienen en su representación y

consiguiendo imágenes y lo que ello significa en cuanto a ideología resultante. (Montero & Dorna, 1993, p. 13).

Na pesquisa de Montero e Sánchez (1993), a ideologia é vista como impedimento ao conhecimento de acordo com os interesses socialmente dominantes, que submete os sujeitos ao processo de falseamento e distorção e os transforma em agentes de distorções dessa lógica que reproduzem e transmitem. “No se trata de un mecanismo cognoscitivo, sino de un complejo proceso que pone en marcha todos los aspectos cognoscitivos y que incorpora, integrándolos, opiniones, afectos o evaluaciones, cogniciones” (p. 88).

A ideologia naturaliza os aspectos que são de interesse das classes dominantes adaptando-se à cognição das pessoas e dos grupos, se adequando e tornando as ideias algo familiar. Dessa forma, a ideologia “rechaza y distorsiona, ocultando parcial o totalmente aspectos de la realidad que no convienen a los intereses dominantes en relaciones socialmente asimétricas” (Montero & Sánchez, 1993, p. 88).

O texto afirma, ainda, que as representações sociais estão dentro da ideologia. Ideologia, representação e imagem são processos constitutivos dos mapas cognitivos analisados nas pesquisas. A partir disso, avaliam os aspectos ideológicos presentes na forma como são construídos e ensinados os mapas que representam o mundo na escola. Ou seja, analisam de forma crítica as representações sociais vinculadas ao que se aprende na ensino sobre o mapa mundi.

Y así a la percepción generada a partir de las relaciones económicas, culturales y políticas, se une la visión que presenta la escuela, en claro ejercicio de una función ideológica, que en este caso genera inclusive plusvalía: se aprende que los continentes son más grandes hacia el norte y se aprende a la vez que los débiles están en el sur, o inclusive, no están. (Montero & Sánchez, 1993, p. 97).

No texto do ano seguinte, Montero (1994) define a ideologia como ocultamento de uma parte da realidade. Propõe que a Psicologia social e a Psicologia política retomem o conceito de ideologia como um processo de distorção e ocultamento da realidade, o que possibilita explicar não apenas porque as pessoas aceitam descrições distorcidas, como também reproduzem os meios de opressão e dominação.

En el campo de las ciencias sociales se suele definir la ideología como una forma de falsa conciencia, lo cual es correcto en la medida en que ella crea la ilusión de la racionalidad, basándose en ese raciocino mecánico, que útil para explicar ciertas relaciones inmediatas, es convertido en ley general del pensamiento y pasa a explicar cualquier conducta. (Montero, 1994, p. 144).

A autora discute como a necessidade de buscar transformação social e liberdade associa-se ao surgimento de estudos sobre ideologia como um fenômeno psicossocial na Psicologia social da América Latina. Em seguida, aponta algumas discussões do campo sobre atitudes, representações sociais e teorias sociocognitivas que não enxergam a ideologia por focarem questões individuais e não o contexto mais geral da formação de ideias e atitudes individuais. Ao inserir tais conceitos em um contexto psicossocial mais amplo, a Psicologia social pode estudar comportamentos que apresentam uma incorrência entre interesses e comportamentos do indivíduo ou de seu grupo. A proposta é revelar como a ideologia pode operar psicologicamente.

Montero (1994, p. 141) reforça “La necesidad de resaltar la búsqueda de la consistencia con marcos de referencias establecidos y de ocultar la incongruencia o la contradicción, configuran una clara definición operativa de la ideología en nivel psicológico y desde la perspectiva de la dominación”. Sendo assim, existe “La necesidad de que la psicología abandone el absolutismo de las explicaciones individualistas (p. 144).

Montero (1994/2006, p. 86) define “ideologia como uma forma de ocultação e distorção, destinada a manter a hegemonia de determinados interesses, que se manifestam através da linguagem”. A autora não apresenta uma cisão entre ciência e ideologia e afirma que a linguagem e o discurso, tanto científico como do senso comum, utilizam estratégias discursivas que apresentam como função ocultar e distorcer. No decorrer do artigo, apresenta oito estratégias discursivas pelas quais a ideologia atua por meio do discurso. Essas estratégias são utilizadas em situações particulares por pessoas ou grupos capazes de criar e absorver as ideologias na relação com a sociedade. De forma geral, compreende a ideologia no campo da linguagem e do discurso, argumentando que este é o caminho de análise para a Psicologia social.

Ao colocar a ideologia no âmbito da linguagem, onde se constrói a realidade, necessitamos desvelar o modo de construção empregado, para o qual a desconstrução do discurso pode tornar manifestas as vias utilizadas que dão coerência aos argumentos apresentados a fim de manter a hegemonia de alguns interesses sobre outros. (Montero, 1994/2006, p. 87).

Lopes e Bruns (1991) mostram a influência de Karl Marx e Friedrich Engels e a referência ao trabalho de Marilena Chauí. Nesse estudo, a ideologia é definida como ocultação do real ou mistificação:

faz-se mister considerar que nem todo pensamento ou nem toda representação mental (seja a ideologia ou outras formas de pensar) é ideológico. Nessa direção, é preciso denunciar a tendência a designar ideológico todo pensamento e, se é assim, a palavra ideologia vai ‘perdendo seu sentido originário de lógica da ocultação do real para tornar-se sinônimo de conjunto de idéias, confundindo-se, portanto, com toda atividade de pensamento’. (Lopes & Bruns, 1991, p. 36).

Debatendo sobre as representações de estudantes sobre o trabalho, as autoras argumentam que podem ser consideradas ideológicas por estarem a serviço da dominação. As conclusões foram feitas a partir de entrevistas realizadas com estudantes:

[...] uma vez que essa forma de conceber o mundo parece estar tão estruturada nas sociedades capitalistas a ponto de, talvez, fazer parte da própria cultura em que vivemos e mediar nossas relações com o mundo que nos rodeia. Desse modo, poder-se-ia dizer que formas ideologizadas de representar o trabalho fariam parte de programas mentais consubstanciados nessas sociedades. (Lopes & Bruns, 1991, p. 36).

Reyes (1993) entende ideologia como ideologia política definindo-a como sistema de crenças sobre um setor da sociedade compartilhado pelos membros de uma certa comunidade: “Las ideologías sociopolíticas se ocupan del mundo social y del lugar del individuo en él” (p. 185). O texto cita como referências os trabalhos de Mario Bunge e Burrhus F. Skinner. Em seu debate sobre ideologia e ciência, afirma que esta pode ajudar a avaliar a eficácia da implementação de determinados programas políticos de desenvolvimento social.

Como lo indica Bunge (1985), ‘la única manera en que una ideología puede coexistir con la ciencia y la tecnología es haciendo concesiones, debilitando los dogmas, o abandonándolos cada vez que entran en conflicto con los avances científicos y tecnológicos’ (p. 130), lo cual no puede aplicarse a una ideología sociopolítica fundamentalista ya que al cabo de un tiempo la doctrina misma perecería. (Reyes, 1993, p. 185).

O autor defende, ainda, que behavioristas radicais poderão aumentar a extensão da sua ciência ligando ideologia e empreendimento científico, colocando sua investigação aplicada e tecnológica disponível para os setores dominados pelo que chama de especulação mentalista. “[A] los investigadores en diversos sectores de psicología y a los filósofos de la psicología la

participación en la construcción de una ideología acorde a la *realidad científica* que compita con otras ideologías” (Reyes, 1993, p. 202).

Souza e Salamanca (1993) definem ideologia como a concepção geral dos indivíduos sobre a vida e propõem uma conotação de corrente ideológica política como conjunto de valores políticos.

Con esta base, se elaboraron los guiones ideológicos que sirven para determinar la visión general de un individuo respecto de lo que ‘debiera ser la vida’. Del mismo modo como cada persona tiene una posición (ideológica) ante la vida, las personas tienen la capacidad de adjudicarle a otros, una de estas posturas. (Souza & Salamanca, 1993, p. 42).

O texto apresenta uma investigação por meio do que chama de roteiro ideológico para compreender como as emoções influenciam os juízos das pessoas sobre os líderes políticos.

Guareschi, Bernardes e Maya (1993) discutem a História da Psicologia e afirmam que o positivismo seria uma ideologia do individualismo – representação coletiva que influenciou a História da Psicologia social, contribuindo para sua mistificação e distorção. Os autores abordam, a partir da crítica de Robert Farr, a problemática de como a História da Psicologia é contada. Começa apontando como o positivismo impôs uma concepção de ciência sobre a Psicologia e problematiza lacunas de seu desenvolvimento teórico em diferentes correntes. Falando do behaviorismo e da Gestalt afirmam que:

ambas são, entretanto, sustentadas pela mesma concepção individualista da Psicologia, uma poderosa ideologia subjacente à cultura americana. Conforme considera corretamente Farr, seria mesmo ingenuidade pretender que, sendo o individualismo uma representação coletiva tão poderosa, não tivesse ele uma influência decisiva na conformação da Psicologia Social nos Estados Unidos. (Guareschi, Bernardes & Maya, 1993, p. 90).

No texto de Guareschi (1994, p. 115), a ideologia é definida a partir de John Thompson como “o uso de formas simbólicas para criar e manter relações de dominação”. Em sua argumentação acerca da utilidade e da importância do conceito de ideologia nas ciências psicossociológicas, afirma:

o conceito de ideologia pode ser mudado para se compreender as maneiras em que o sentido serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – o que chamaremos de relações de dominação. Ideologia seria, pois, das maneiras complexas em que sentido é mobilizado para a manutenção de relações de dominação. (Guareschi, 1994, p. 119).

Na investigação sobre a comunicação de pastores e como ela atua como veículo de dominação ideológica por meio da manipulação da consciência e das emoções, nota práticas como coleta de doações para a igreja por meio de mecanismos de manipulação racional e emocional. É importante levar em consideração que normalmente os públicos dessas igrejas são pessoas mais pobres. Assim, “Inseridos numa sociedade capitalista, os fieis passam a assimilar o discurso capitalista, até mesmo com relação ao sagrado” (Guareschi, 1994, p. 126).

Relações de dominação são estabelecidas e mantidas através da manipulação racional, empregada pelo neopentecostalismo. Através de uma pregação as pessoas não se tornam conscientes das razões por que elas são pobres e oprimidas. Na realidade, sua pregação obscurece a verdade sobre sua realidade. (Guareschi, 1994, p. 134).

Guareschi (1995) defende a concepção de ideologia de John Thompson e seu enraizamento na concepção de Karl Marx. Nesse texto, a ideologia é definida em um sentido negativo, como falseamento que sustenta relações assimétricas de poder por meio das formas simbólicas, comunicações, falas, imagens, comunicação não verbal: “ideologia como o uso de formas simbólicas para criar e reproduzir relações de dominação” (Guareschi, 1995, p. 45).

Ao analisar o espaço que a ideologia ocupa na Psicologia social, afirma que ela encontra espaço importante na teoria das representações sociais e na teoria crítica da Escola de Frankfurt. Desse modo, a ideologia “tem dado conta de responder a diferentes problemas levantados tanto no campo da comunicação, como no campo das Representações Sociais” (Guareschi, 1995, p. 56).

Em outro artigo, Guareschi (1996) desenvolve uma linha argumentativa similar. Inicia contextualizando historicamente o desenvolvimento das discussões acerca da ideologia no campo do conhecimento e retoma a concepção negativa e prática proposta por Thompson. Essa definição possibilita a análise dos discursos e dos recursos simbólicos apresentados no dia a dia, bem como a avaliação de sua relação com a existência de relações de dominação:

um fenômeno ideológico só é ideológico se ele serve, em circunstâncias específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Isso quer dizer que os fenômenos não são ideológicos em si mesmos; não se pode retirar o caráter ideológico dos próprios fenômenos como tais, mas somente quando os situamos em contextos sócio-históricos onde eles passam a estabelecer e sustentar relações de dominação. (Guareschi, 1996, p. 87).

Para o autor, a análise da ideologia envolve compreender as estratégias utilizadas nas formas de comunicação e se elas estabelecem ou sustentam relações de dominação específicas. O interesse está em identificar como as pessoas são levadas a relações desiguais e injustas. A partir desse argumento, afirma: “com isso nosso trabalho poderá contribuir, de maneira iluminadora e emancipatória, na construção de uma sociedade economicamente justa, politicamente democrática, culturalmente plural, eticamente solidária” (Guareschi, 1996, p. 92).

Guareschi (2000) afirma a relevância de trabalhar com o conceito de ideologia no sentido de uma prática negativa que cria e mantém relações assimétricas de poder. Conforme explica,

a ideologia “trabalha no sentido de produzir, reproduzir e transformar subjetividades” (p.45). Assim como nos demais textos, mais uma vez, o autor defende a definição de J. Thompson. Também se propõe a discutir a relação entre ideologia e representações sociais. No primeiro momento, explica acerca da conceituação das representações sociais. No segundo momento, discute sobre ideologia para, depois, apresentar a relação entre as duas. Chega mesmo a dizer que a diferença entre representação social e ideologia está exatamente nesse aspecto:

ideologia, na definição de MOSCOVICI, é algo que se cristalizou, um conjunto de idéias destorcidas sim, mas estáticas, monolíticas e dificilmente modificáveis. Ao passo que as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas. (Guareschi, 2000, pp. 37-38).

Dando sequência à elaboração sobre essa relação entre o termo ideologia e as representações sociais, Guareschi (2000, p. 44) afirma:

um belo exemplo de emprego de formas simbólicas (palavras, conceitos etc.) para criar, ou reproduzir, relações assimétricas. Através da linguagem criam-se diferentes conotações para determinadas realidades que são colocadas como superiores, ou inferiores, conforme os interesses das pessoas em questão. Como explicita MOSCOVICI (1988: 379) ‘nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura’.

Müller (1994) mostra influências marxistas em seu texto ao discutir o termo ideologia a partir de Michael Löwy. Destaca como a ideologia dominante tem como função ocultamento e distorção da realidade. Critica a forma como a História da Psicologia é contada de forma linear, na perspectiva dos “vencedores”, e cita Silvia Lane, em sua afirmação de que a Psicologia social tem cumprido o papel de repositora da ideologia dominante, mostrando a necessidade de uma redefinição. Ao fazer uma crítica ao individualismo que adentra a Psicologia social,

aponta-a como ideologia da ideologia: “O individualismo, que se mostra superficialmente como incompatível de ser visto como uma ideologia, é em si tanto uma ideologia como a própria antítese de toda ideologia; podemos até chama-la de ideologia da ideologia. (Müller, 1994, p. 15).

No estudo de Klappenbach e Pavensi (1994), os autores não tratam diretamente do tema em análise, mas, quando usam o termo ideologia, este está vinculado a uma posição política. Discutem sobre a História da Psicologia latino-americana e apontam que os estudos psicológicos no início da Psicologia, aqui no Brasil, estavam vinculados à filosofia, em específico, à ciência da ideologia, no sentido do Iluminismo. Outro momento em que citam a palavra “ideologia” é quando afirmam que a Psicologia também pode servir de instrumento ideológico vinculado a posturas políticas: “hora bien, tal como se hará más evidente en el caso del positivismo. La misma psicología puede servir de instrumento ideológico o enunciarse paralelamente a posturas políticas disímiles u opuestas” (Klappenbach & Pavensi, 1994, p. 454).

Segundo os autores, “Si como ya señaláramos, buena parte de la psicología de la región se ha mantenido íntimamente unida a las consideraciones ideológico-políticas, en la psicología social, inclusive, tal tendencia ha posibilitado la fundamentación acerca de la elección del campo profesional” (Klappenbach & Pavensi, 1994, p. 474).

Já Sloan (1994), em seu trabalho sobre ideologia, é orientado pela teoria crítica, principalmente de Theodor Adorno. Em seu estudo, o termo é apresentado como um sistema de representações e práticas que sustentam relações sociais de injustiça e desigualdade.

Ideologizar, se trata de un análisis de los conceptos que obscurecen el objeto (como mucha teoría existencialista) o que reflejan los aspectos del objeto muy bien en el plano de la descripción, pero que ignoran las mediaciones sociohistóricas, que constituyen el objeto como tal (como hace la psicología social objetivista). (Sloan, 1994, p. 182).

Argumenta que os processos ideológicos são diversos e precisam ser estudados dentro dessa diversidade. Porém, podem ser feitas algumas generalizações, pois esses processos existem como resultado da mistificação da comunicação devido ao ocultamento. Ao criticar as ciências e a psicologia, defende uma nova discussão sobre a personalidade e a necessidade de um estudo crítico que tome o contexto social e histórico, possibilitando compreender a ideologia.

Si la personalidad comprende estilos de acción, de afectos, y de pensamiento que juegan un papel ideológico en la vida social ¿no sería esencial enfrentar y cambiar ese estilo? Se trata entonces de buscar teorías y prácticas que rompan el proceso ideológico en diversos sitios. La práctica adecuada para esta tarea depende del sitio en el cual domina el proceso ideológico. (Sloan, 1994, p. 184).

Segundo Sloan (1994), o principal efeito dos processos ideológicos é o afastamento dos sujeitos de lugares em que podem se expressar e satisfazer necessidades básicas. Sendo assim, a função principal do psicólogo social é restaurar e desocultar a subjetividade nesses vários lugares.

Sawaia (1994/2006) apresenta uma crítica ao materialismo histórico-dialético se apoiando em Agnes Heller, afirmando que a ideologia “reificou o homem e a sociedade em categorias generalizantes que se bastavam a si mesmas, anulando a necessidade de pesquisas” (p. 50). A autora traz uma concepção específica de ideologia e critica a utilização de categorias “generalizantes”, como a ideologia. Em seguida, argumenta sobre a necessidade de desfetichizar categorias, trabalhando com “ideias, sentimentos, motivações e necessidades individuais” (p. 50), sem generalizar a consciência humana como se fosse totalmente ideologizada. Por fim, expõe a necessidade de uma reflexão desfetichizante nas ciências humanas, estudando categorias sem cristalizá-las: “devolvendo-lhes vida e historicidade” (p. 50).

Lane (1994/2006a) trata da importância das emoções na constituição do psiquismo e foca em categorias como emoções, pensamento, identidade por meio de diversas referências: Lev Vigotski, Alexei Leontiev, Antonio Ciampa, Bader Sawaia, Silvia Friedman, Agnes Heller, Henri Wallon. A ideologia é relacionada a instituições e meios de comunicação e brevemente definida como processo que obscurece contradições e apresenta falsos significados.

Para finalizar, temos no âmbito da sociedade as instituições criadas historicamente, as quais, dentro da lógica do capitalismo, desenvolvem uma ideologia dominante constituída de representações de valores que são transmitidas simbolicamente, ou seja, por meio da linguagem com os seus significados afetivos e valorativos.

Sabemos que, neste contexto (sociedade capitalista), a ideologia dominante tem por função obscurecer as contradições sociais, justificando a opressão e a exploração de seres humanos como naturais e necessárias, visando à manutenção das relações de poder (Lane, 1994/2006a, p. 62).

Em outro texto do mesmo ano, Lane (1994/2006b) faz um balanço do desenvolvimento da Psicologia social na América Latina desde a década de 1980, após a chamada “crise da psicologia social”. Nesse texto, ao contrário do que apresenta em seus escritos da década de 1980, a ideologia aparece como coadjuvante na análise das emoções, da consciência, do discurso, da alienação mental, do sofrimento psicológico. A ideologia nesse texto ainda mantém seu sentido negativo, isto é, como fenômeno que fragmenta e oculta a realidade social, mas a ênfase recai na linguagem, nas emoções e na arte. Nas palavras da autora: “arte, como sabemos, tem o poder tanto para fazer avançar a nossa consciência, como para fragmentá-la com conteúdos ideológicos” (Lane, 1994/2006b, p. 79).

Lane (1999) cita J. Thompson como referência para discutir ideologia e afirma que essa categoria, na sociedade capitalista, tem como objetivo naturalizar situações de exploração, individualismo, dominação, submissão e competição para justificar a manutenção do *status*

quo. Assim, propõe que a Psicologia analise a linguagem e os discursos individuais. Além disso, aponta a relação inseparável entre ideologia e instituições sociais e a importância de analisar seus significados e as contradições na realidade cotidiana. Segundo a autora, “ideology, in hiding those contradictions, fragments our social representations and, consequently, our consciousness” (Lane, 1999, p. 372).

Ao apontar para a necessidade de se considerar a ideologia como produto de instituições sociais, assevera que a categoria aparecerá em um discurso individual como valores atribuídos por meio de adjetivos. As análises de códigos institucionais permitem detectar mensagens baseadas em símbolos, sons, cores e assim por diante, por meio de seus conteúdos emocionais. Por isso, defende que “Three concepts, ‘language’, ‘social representations’ and ‘ideology’, became crucial as the basis of what we developed as a critical social psychology” (Lane, 1999, p. 369).

Ignorar essas relações é fornecer apenas o conhecimento parcial da psique humana, o que consequentemente não contribui para práxis social. Sendo assim, partindo da ideia de que as conversas são construídas a partir das representações sociais sobre o mundo, é possível analisar o conteúdo ideológico do discurso, pois a “communication that construct ideological messages in order to justify the dominating power in our societies” (Lane, 1999, p. 375).

Galano (1994) busca compreender como se dão as relações grupais atravessadas por ideologia, poder, afeto, emoção e mito. Destaca a afetividade no grupo e o modo como vivencia as relações, o que é permitido e o que é proibido de forma consciente ou inconsciente: “não há objetividade sem uma subjetividade que a cria, que a produz, que a determina. A objetividade não existe em si mesma” (p. 148). Desse modo, as emoções teriam uma relação com ideologias e mitos: “Se a ideologia das Emoções comporta o lado racional (ou racionalizado) destas estratégias, o Mito comporta o seu lado mais inconsciente, coletivo, visceral” (Galano, 1994, p. 152).

Ainda sobre a relação entre ideologia e emoção em grupos, a autora aponta o seguinte: “Estudando grupos que tinham uma ideologia alternativa, libertária, em que a expressão da subjetividade não era somente permitida, mas, também, estimulada, constatamos que as expressões de tristeza e de angústia tendiam a ser generalizadas” (Galano, 1994, p. 152). Argumenta que outra maneira de estudar como os afetos são organizados no grupo é por meio da ideologia, por revelar “como são significados nos discursos os sentimentos” ou “quais os sentimentos deverão ser estimulados e quais não” (p. 154). Outro ponto destacado é que a ideologia está ligada aos mitos. Em resumo:

Poderíamos dizer que o tecido formado pelos afetos e pelas emoções, dispostos segundo a padronagem dada pelas ideologias, os mitos e as distribuições de poder, cria nos grupos um interessante desenho de linhas onde os nós são tão responsáveis pelo produto final, quanto seus buracos. (Galano, 1994, p. 155).

Chakur (1995) apresenta influências marxistas e não-marxistas em seu texto, destacando os autores Antonio Severino, Karl Marx, Jean Piaget e Marilena Chauí. Nesse texto, ideologia é entendida como valores e crenças que atuam como obstáculos ao conhecimento, fruto da relação entre as determinações sociais e culturais com a consciência. A ideologia é, portanto: “ao mesmo tempo uma representação – mediante significações valorativas”, constitui-se “de um conteúdo representativo, cognoscitivo, que se propõe explicativo da realidade e de uma percepção avaliativa, que se propõe caracterizar seu objeto como válido, apreciável e legítimo” (p. 67).

São características da ideologia: fundamento da realidade na aparência imediata; autonomia das ideias em face da sociedade e da história; ocultamento da divisão social e das relações de dominação e exploração; abstração que ignora a gênese do real, tomando-o como dado e acabado; ênfase em valores fixos e imutáveis; universalização de um ponto de vista particular. (Chakur, 1995, p. 67).

A autora também levanta a definição de Piaget acerca da ideologia afirmando sua proximidade com algumas concepções marxistas. Nas suas palavras:

Piaget define ideologia como ‘um simbolismo sociocêntrico, centrado não sobre a sociedade inteira, que está dividida e sujeita às oposições e à luta, mas sobre subcoletividades que são as classes sociais com seus interesses’ (p. 88). Considera, ainda, que a ideologia contrapõe-se tanto à ciência quanto à técnica. (Chakur, 1995, p. 67).

Ao longo do artigo, argumenta que as representações ideológicas são formadas desde a infância com “signos fixos e estereotipados” (Chakur, 1995, p. 71) que são obstáculos ao conhecimento da realidade:

Acrescentamos a função que Piaget e Garcia (1987) atribuem a ideologia: a de ‘obstáculo epistemológico’ na formação do conhecimento objetivo. Lembremos que a aquisição de representações ideológicas liga se ao processo de socialização de crianças e adolescentes, o que levanta o problema da doutrinação – muitas vezes implícita, velada, sutil, mas sempre presente – que permeia a prática educativa formal e informal. (Chakur, 1995, p. 71).

Pérez (1996) não apresenta diretamente uma noção de ideologia, mas, de acordo com o que é expresso no texto, a categoria se vincula às representações sociais, isto é, contém ideias e valores sobre determinado objeto. O objetivo principal desse texto é investigar as representações sociais de “trabalho” e, para tanto, recorre às ideias de Erick Fromm e Serge Moscovici: “El propósito fundamental de esta investigación es el estudio de las imágenes que diferentes grupos sociales organizan en torno al trabajo, es decir su representación social” (Pérez, 1996, p. 14). Sendo assim, com relação às representações, afirma que:

Su riqueza deriva del enfoque más estructural que realiza del campo cognitivo, porque integra en un mismo concepto elementos informativos, cognitivos, ideológicos,

normativos, creencias, valores, actitudes, opiniones, imágenes, etc. Estos elementos se organizan, siempre, bajo la forma de un saber que afirma algo acerca de la realidad. (Pérez, 1996, p. 14).

Na pesquisa elaborada, identifica diversos significados que os sujeitos formam acerca do trabalho a partir dos discursos das pessoas. Apresenta concepções que predominam e que são definidas como ideologias sobre o trabalho na cultura do individualismo, sendo este a característica principal do mundo atual. “Intenta esbozar un mapa cognitivo que ayude a entender los elementos esenciales del tema” (Pérez, 1996, p. 18).

Yamamoto (1996) trata especificamente da ideologia neoliberal e sua influência na atuação profissional no campo da Psicologia, além de manter uma afluência marxista em seus trabalhos. Com relação a ideologia neoliberal, afirma que: “Ideologia neoliberal é, fundamentalmente, um conjunto de proposições políticas conjugando, no plano conceitual, uma atualização do liberalismo como formulações mais propriamente conservadoras e oriundas do darwinismo social” (p. 16). Dando sequência à reflexão, explica que “As grandes premissas da ideologia neoliberal são o estabelecimento do mercado como instância mediadora fundamental e ideia do Estado minimalista como única alternativa para a democracia” (p. 17).

Após discorrer acerca das principais características do neoliberalismo, o autor exibe um quadro geral da Psicologia brasileira no que se refere aos principais locais de atuação e propõe, ao final, a necessidade de uma mudança no conjunto teórico-metodológico dessa ciência que, em suas práticas, têm “servido as parcelas privilegiadas”, para que atenda as necessidades dos “excluídos”. Portanto: “há necessidade de uma revisão dos arcabouços teóricos que nutrem a sua prática” (Yamamoto, 1996, p. 23).

Maia (2007)¹⁴, partindo das reflexões de Theodor Adorno acerca da ideologia, defende que a função, a forma e o conteúdo dessa categoria mudam ao longo do tempo e em cada contexto histórico. Afirma que a ideologia, como inversão da realidade social, era a ideologia presente no momento do capitalismo liberal, mas que, a partir do século XX, a realidade sofre mudanças e com a isso a ideologia também muda, ficando mais estreitamente vinculada à tecnologia.

Não se trata mais de tomar a ideologia como um discurso lacunar, como falsa autonomia do espírito que não reconhece suas determinações objetivas, ou como produto espiritual e fantasmagórico das relações sociais de produção, mas considerar que, embora a equivalência abstrata, típica do âmbito da troca de mercadorias, seja um aspecto essencial dessa nova ideologia, ela também pode ser identificada como um vasto conjunto de procedimentos técnicos de administração do psiquismo dos sujeitos, que visa reproduzir a aparência social sem deixar brechas para que se manifeste aquilo que escapa lógica da equivalência. (Maia, 2007, pp. 116-117).

A reprodução da ordem social se faz por meio da tecnologia e o conceito de ideologia é decisivo nisso: “A crítica à ideologia, então, implica refletir especificamente sobre algum nível – indivíduo cultura, arte, indústria cultural, filosofia – resgatando nele suas mediações negadas pela lógica da equivalência (Maia, 2007, p. 118). O autor analisa e pontua algumas questões importantes para a Psicologia:

O que temos, atualmente, é um espírito controlado tecnicamente, que se tornou tão mais servil e impotente quanto mais próprios os gritos de protesto são incorporados pela indústria cultural, que os vende, em embalagens brilhantes, para público seletivo. A isso, Adorno e Horkheimer chamaram ‘véu ideológico’. Daí a relação essencial entre ideologia e tecnologia em nossa sociedade. (Maia, 2007, p. 121).

¹⁴ O presente texto foi selecionado no período da década 1990, pois é uma síntese da dissertação de 1996 produzida pelo autor.

Ao final, afirma a importância da psicanálise, apesar de tecer algumas críticas. No seu entendimento, a ciência da Psicologia seria uma ciência esclarecedora, na medida em que possibilita realizar uma crítica profunda da sociedade e das relações de violência que os indivíduos estabelecem ao elaborarem mecanismos que evitam que essas violências se esfaleçam de forma ilimitada. Porém, salienta que “há também, na psicologia, elementos de ideologia, e somente por meio de uma crítica das teorias, técnicas e práticas que foram historicamente engendradas sob a rubrica dessa ciência podemos nos apropriar do seu potencial esclarecedor” (Maia, 2007, p. 126).

O trabalho a seguir refere-se a uma entrevista realizada com Antonio Penna pela professora Elza Dutra. Em uma das questões feitas acerca da origem da relação que comumente se faz entre as ideias de Marx e Freud, Penna (1997) aborda a questão da ideologia. Apesar de não responder de forma diferente à pergunta, refere-se à concepção de ideologia afirmando que Marx a compreende como falsa consciência:

Marx dizia que existe uma falsa consciência; mostrou que a consciência pode fraudar, errar. Ele trabalhou muito com o conceito de falsa consciência no sentido de que eu, por exemplo, não sei quais os motivos pelos quais possa agir desta ou daquela forma. O operariado usava motivos que não eram dele, motivos que eram exatamente da classe dominante. Aí está um exemplo de falsa consciência, de uma ideologia pejorativa, negativa, aquela que faz com que eu sustente como vantajoso, para mim, um determinado motivo que me leva a agir, e que, na verdade, é o motivo que só interessa àqueles que dominam a situação social. (Penna, 1997, p. 128).

A ideologia, segundo o autor, faz o trabalhador agir e defender situações que parecem vantajosas para ele, porém falseia a realidade e atende apenas aos interesses e à manutenção do grupo dominante. Trata, partindo de Marcuse, da perda da força revolucionária do operariado e da necessidade de se organizar um movimento revolucionário com pessoas que estejam de

fora do sistema, da cultura, “não contaminado pelas categorias ideológicas dominantes” (Penna, 1997, p. 128).

Em outro estudo, Patto (1997/2000) exhibe como referencial teórico o materialismo histórico e, a partir de Chauí e Adorno, argumenta que a ideologia é um processo de ocultação da totalidade do real, sendo o ocultamento necessário na sociedade.

É na discussão sobre o fetichismo da mercadoria que está a origem do conceito de ideologia como conjunto de ideias que, por se deterem nas camadas aparentes do real, obscurecem a percepção do modo de ser da sociedade capitalista e resultam em percepção lacunar do objeto sobre o qual versam. (Patto, 1997/2000, p. 78).

O texto gira em torno da crítica à avaliação psicométrica em crianças de acordo com o desempenho escolar. Com relação ao uso de testes, considera-os “Instrumento de hegemonia cultural, como procedimento de imposição da cultura dominante em detrimento das demais, como parte do autoritarismo das elites, como recurso poderoso de dominação de classe pela justificação ideológica da desigualdade social” (Patto, 1997/2000, p. 69). Segundo a autora, realizar críticas às teorias e às técnicas da Psicologia é importante para desvelar a lógica capitalista presente na disciplina. Com relação aos testes na área da educação, diz que os psicólogos realizam inversões ideológicas.

Por fim, Patto (1999/2000), seguindo teoricamente o materialismo histórico e dialético, apresenta como principais referências: Theodor Adorno, Eric Hobsbawm, Agnes Heller e Antonio Gramsci. Nessa publicação, ideologia é definida como conjunto de ideias que mascaram e ocultam a realidade. Na educação, a semiformação é a forma da ideologia: “semiformação é a educação que prepara para adesão ao que aí está, que converte as pessoas em ‘obedientes instrumentos da ordem vigente’” (p. 173).

Ideologia, é conjunto de ideias que mascaram o real ao referirem-se exclusivamente, e de modo convincente, às suas manifestações mais visíveis a olhos distraídos. Para

superá-la, é preciso uma atitude ‘negativa’ de recusa do existente, que vá buscar contato com a realidade fora de sua representação no mundo oficial. (Patto, 1999/2000, p. 173).

A autora critica a neuropsicologia e a sociobiologia, principalmente na área da Educação. Além disso, argumenta que o biologicismo e o psicologismo se estruturam em torno de análises a-históricas sobre as disputas de classes antagônicas presentes na sociedade capitalista. Sendo assim, as ciências não são imunes à ideologia. Desse modo, a educação seria ideológica se excluísse completamente o objetivo de adaptação e não preparasse os indivíduos para se adaptarem na realidade social, porém é igualmente ideológica se ficar reproduzindo somente o ajustamento de pessoas.

Ribeiro, Pergher e Torossian (1998) utilizam a teoria da Análise do Discurso para identificar o que está explícito e implícito nos textos. Segundo os autores, a teoria se baseia em três áreas: materialismo histórico, linguística e teoria do discurso. Os autores afirmam que a ideologia se constitui de forma inconsciente, o que dá a impressão de liberdade ou neutralidade:

Em sua dimensão do materialismo histórico, a análise compreende a teoria das ideologias, que afirma que um sujeito é sempre perpassado por uma ideologia. Esta última ‘...é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma’ (Pêcheux & Fuchs, 1993, p.177). O esquecimento desse ponto faz com que o sujeito tenha a impressão de uma liberdade falsa, ou seja, que se acredite livre de qualquer influência na sua ação. A ideologia é, segundo Orlandi (1996), influenciada pela relação entre o indivíduo e a língua e, ainda, ao seu momento histórico. (Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998, pp.3-4).

Em síntese, analisam produtos midiáticos sobre o uso de drogas na adolescência, buscando identificar aspectos ideológicos. A ênfase está na análise por meio da linguística. Sendo assim, analisam palavras e frases usadas nos textos veiculados acerca da temática do uso de drogas.

Todos os resultados apontam para uma ideologia de ‘combate as drogas’ (conforme Bucher & Oliveira, 1994) partindo da prevenção. Quando, por exemplo, os efeitos prazerosos são ocultados, ou quando palavras trágicas são relacionadas ao uso de drogas, essa ideologia faz-se presente.

De acordo com a Teoria da Análise do Discurso, o conteúdo ideológico tem um caráter inconsciente, donde podemos concluir que, ao escrever uma reportagem, o próprio autor está sendo influenciado, sem perceber, pela ideologia vigente. Da mesma forma, essa ideologia é transmitida e consumida pelos leitores de modo inconsciente. (Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998, p. 8).

Neves et al. (1998) afirmam a influência do método dialético e apresentam a definição de Marilena Chauí acerca da ideologia em Karl Marx, porém informam que a concepção de referência é a leitura que Pedrinho Guareschi faz da obra de John Thompson. Sendo assim, a ideologia sustenta relações de dominação por meio das formas simbólicas da realidade social e está situada em um contexto histórico e social.

Thompson (1995 conforme citado por Guareschi, 1996) concebe que um fenômeno só é ideológico quando situado em um contexto sócio-histórico no qual passa a estabelecer e sustentar relações de dominação através de formas simbólicas que circulam na vida social, direcionam as pessoas para determinados caminhos ou as expropriam de atitudes aversivas à dominação (Neves et al., 1998, p. 4). O objetivo central dos autores, é descrever e analisar os aspectos ideológicos presentes nas explicações acerca do motivo do desemprego entre metalúrgicos, ou seja, compreender como a ideologia se mostra no discurso desses trabalhadores. Sobre a escolha de analisar o discurso, explicam o seguinte:

O movimento de procurar o discurso como via de análise baseia-se no fato de que o movimento de expansão do domínio das ideias da mente do indivíduo para o mundo social implica pensar o cognitivo como sendo socialmente constituído, o que acaba nos

levando a valorizar os conteúdos do pensamento cotidiano. E é neste pensamento cotidiano que podemos encontrar conteúdos comuns, os quais nos permitem acreditar nas representações como campos socialmente estruturados. (Neves et al., 1998, p. 5).

Ao analisarem os discursos de seis metalúrgicos, chegam à conclusão de que há concepções contraditórias acerca do desemprego, o que abre caminhos para a possibilidade de ruptura e de uma ação crítica por parte dos trabalhadores.

Macêdo e Brito (1998) apresentam diversas concepções de ideologia, porém se apoiam na ideia de ideologia reconstrutora de Artur Ferrusi, que se baseia em Antonio Gramsci, Eliseo Verón e Jürgen Habermas. Além das concepções negativas de ideologia vinculadas ao processo de alienação, tem-se a concepção positiva que seria o ponto de vista da emancipação.

A ideologia, como razão que emancipa, reintegraria a consciência fragmentada do cotidiano. E, nesse caso, seria o que Ferrusi (1995) denomina de ideologia reconstrutora, isto é: ‘...uma interpretação global do mundo suficientemente relativa para ser pluralista – uma espécie de unidade do diverso’. (Macêdo & Brito, 1998, n.p.).

Para os autores, não existem interpretações universais que subordinem todos, dessa forma: “não ocorre, necessariamente, a passividade das classes subalternas as ideologias dominantes. E nem a participação política dos excluídos, como por exemplo através dos movimentos sociais, implica emancipação” (Macêdo & Brito, 1998, n.p.). O objetivo foi analisar os discursos de jovens que participam do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua para investigar se a ideologia do movimento transforma jovens em sujeitos políticos.

Constata-se que, além de receptores da ideologia do MNMMR, os meninos também receptam a ideologia dominante, uma vez que condicionam a melhoria de suas vidas ao estudo e ao trabalho, que se constituem nos meios de ascensão social mais propagados e aceitos pela sociedade.

A ideologia do MNMMR não pode ser considerada como uma forma de ocultação ou distorção, ou como algo que faz com que os meninos em situação de rua, a ele vinculados, sofram passivamente. Existe uma mobilização que implica a emancipação de uma população excluída, que busca justiça social, ou seja, a ideologia do MNMMR é uma ‘ideologia reconstrutora’. (Macêdo & Brito, 1998, n.p.).

Boarini e Borges (1998) trazem uma concepção de ideologia vinculada a interpretações marxianas dessa categoria ao afirmar que “a ideologia é uma mistificação da realidade e, por isso, insuficiente do ponto de vista da objetividade do fenômeno” (p. 92). A discussão gira em torno do problema da mistificação e da naturalização da infância, de uma infância burguesa considerada natural e imutável. Assim, entendem que “estender esse sentimento de infância a todas as crianças é tratar a infância como um dado universal, a-histórico e, portanto, ideologizado” (p. 91). Sendo assim, argumentam:

mais que reconhecer a falta de especificidade da criança que é apenas criança em dado momento histórico (identificado como a pré-modernidade) devemos perceber as nuances que permeiam as novas concepções de criança surgidas na Idade Moderna, quando se instalam, ‘dentro de um mesmo momento histórico, contornos diferentes em estratos diferentes da população de crianças’ (Oliveira, 1989, p. 96). (Boarini & Borges, 1998, p. 92).

Diante disso, insistimos nas pontuações de Oliveira (1989) de que ao tratarmos ideologicamente a infância estamos lidando com tal fenômeno sob a forma de generalidade esvaziada – não reconhecendo as rupturas ou cortes presentes na idéia de especificidade configurada para a criança (a infância). Torna-se, assim, inviável qualquer tentativa de transformar a situação crítica vivida permanentemente pela criança das classes populares e, mais modernamente, por todas as crianças, já que essa

crise se produz no interior e pelas relações estabelecidas socialmente e não externamente a elas. (Boarini & Borges, 1998, p. 101).

Abib (1998) trata do processo de institucionalização da Psicologia e de independência de outras disciplinas. Para isso, argumenta que essa ciência conseguiu seu reconhecimento institucional por seu forte vínculo com a ideologia do controle social.

Na verdade, a ideologia do controle social adquire uma fisionomia assustadora na análise de Marcuse (1964/1979), porque não se trata tão somente de ‘integração’ ou ajustamento e exclusão, mas exatamente de mímese ou *uma identificação imediata do indivíduo com a sua sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo* (p. 31). (Abib, 1998, p. 83).

Aponta que a Psicologia, como pesquisa tecnológica vinculada à ideologia do controle social, consegue reconhecimento institucional e como profissão independente nos Estados Unidos, mas, para tanto, “faltou crítica filosófica e, conseqüentemente, crítica política e social na pesquisa tecnológica da psicologia alinhada à ideologia do controle social” (Abib, 1998, p. 83).

No processo de legitimação social, política e cultural da disciplina, o papel da ciência foi relegado a um segundo plano, e em *mesalliance* com a ideologia do controle social a psicologia converteu-se numa disciplina independente com práticas de pesquisa tecnológica. Sugere-se que faltou crítica filosófica e social para romper as *mesalliances* da disciplina, bem como para desmontar, ou sequer iniciar, suas práticas de pesquisa tecnológica. (Abib, 1998, p. 77).

Roman (1999) utiliza o conceito materialista histórico de ideologia como principal referência para sua definição, além do livro de Chauí, *O que é ideologia?*. Dessa forma, entende a categoria como inversão que resulta de interesses de classes conflitantes marcados historicamente:

ideologia não é um bloco monolítico articulado meticolosa e maquiavelicamente por um conjunto de mentes perversas. Ela é um conjunto de discursos, resultantes das interações entre os conflituosos interesses dos grupos e tendências que compõem as classes, que, apesar de sua função reprodutora, traz a marca da historicidade dessas interações, tomando-se assim um conceito que abarca no movimento interno de seus significantes a dinamicidade que caracteriza o próprio movimento histórico. (Roman, 1999, p. 182).

A autora afirma a importância, para psicólogos escolares, da compreensão acerca dos processos ideológicos que “acompanham as reformulações político-econômicas através das quais o capitalismo enfrenta suas crises” (Roman, 1999, p. 153). Aponta, ainda, que a forma do capitalismo atual, marcado pelo neoliberalismo, se movimenta em duas frentes, a política e a econômica, por meio da ideologia.

Na educação, menciona o problema da assimilação dos discursos de esquerda por meio de uma reestruturação neoliberal. No entanto, defende que o discurso ideológico não é tão homogêneo quanto parece, ao contrário, é marcado por tensões, conflitos e contradições. Sendo assim, “não podemos nos deixar enganar pelo fenômeno que é uma das funções primordiais do discurso ideológico: parecer unitário, tal como a representação de sociedade que quer incutir” (Roman, 1999, p. 181).

Essa diversidade no discurso ideológico não vem somente de interesses contraditórios nas classes dominantes. Dos conflitos entre as classes dominantes e essas interações, também se organiza o discurso ideológico na sociedade. No seu ponto de vista, a saída e a resistência ao neoliberalismo está na “voz dos excluídos, implodindo a lógica lacunar do discurso ideológico” (Roman, 1999, p. 185).

Traverso-Yépez (1999) realiza uma discussão acerca da ideologia como discurso e propõe sua análise pela dimensão simbólica. Propondo uma psicologia “discursiva” sob uma

perspectiva transcultural, considera que a definição da categoria “mais útil para a Psicologia Social é aquela que a define, não como um tipo particular de mensagem ou uma classe de discurso social, mas como um nível de significação” (p. 50). Desse modo, entende que essas ideias e práticas simbólicas estão vinculadas à legitimação de relações assimétricas de poder e estão presentes na vida cotidiana e na sociedade de forma geral, tendendo à naturalização do *status quo*. Portanto, a linguagem, no sentido mais geral, seria um fenômeno ideológico em si.

Nas palavras da autora:

Considerando que todo ‘signo ideológico’, incluído o verbal, está determinado pelo contexto social de uma época dada e de um grupo social determinado, Voloshinov sugere como pautas metodológicas, até agora válidas: ‘1) não dissociar a ideologia da realidade material do signo (...); 2) não separar o signo das formas concretas de comunicação social (...); e 3) não separar as formas da comunicação de sua base material’ (p. 47). (Traverso-Yépez, 1999, p. 51).

A autora ainda defende a importância do estudo da ideologia na Psicologia social e fala da existência de um retorno ao estudo dessa categoria de forma renovada e enriquecida com reflexões acerca da linguagem:

através de uma aproximação discursiva que se pode apreender e compreender a funcionalidade do fenômeno ideológico. A linguagem como ação ou prática social precisa sempre do contexto e argumentações que indiquem o objetivo ou intencionalidade do discurso. Igualmente, esta abordagem está pendente do nível de racionalidade dos argumentos próprios e dos contrários, em oposição a uma concepção unívoca da verdade (Billig, 1987). A prática da pesquisa psicossocial ainda permite a possibilidade de abordar a forma e os meios como, ao mesmo tempo, os discursos se encontram e atuam, definindo e organizando novas possibilidades políticas de ação. (Traverso-Yépez, 1999, p. 54).

Dobles (1999) apresenta a ideologia através de um viés marxista, tendo como referência Karl Marx e as contribuições de Ignacio Martín-Baró, apontando-a como processo de ocultação das contradições sociais: “The concept of ideology, as an expression of social processes and the concealment of social contradictions and power, is of paramount importance to a critical social psychology that seeks to foster autonomy and the liberation of individuals and groups” (p. 407).

Afirma que o conceito de ideologia não pode ser reduzido a fatores cognitivos e nem ser compreendido referindo-se a processos cognitivos particulares. Assim, qualquer discussão sobre falsidade ou verdade numa visão individual perde a relevância social, pois não estabelece relações com as contradições sociais e as relações de poder. Critica a noção de ideologia como ponto de vista ou visão de mundo, pois “ignored the social roots of the phenomenon” (Dobles, 1999, p. 408).

Se a problemática gira em torno da ideologia como legitimadora e mistificadora das injustiças da ordem social atual, é necessário compreender que, em termos sociais e políticos, algo pode não ser verdadeiro, mas, ainda assim, tem um efeito profundo na realidade social. Assim, ideologia não é uma questão epistemológica, mas política: “in that sense the usefulness of the concept of ideology points at this unravelling of injustice and the legitimization of a social system which structurally reproduces it” (Dobles, 1999, p. 409).

Fouce (2000) defende a ideologia como produto do ser humano e fenômeno psicossocial, que é falseador e serve como mecanismo de ocultamento da realidade. Os autores de referência são Ignacio Martín-Baró, Fernando Jiménez Burillo e Francisco Javier Montero. Nas suas palavras: “la ideología como fenómeno humano y producto psicossocial debe tenerse en cuenta como fenómeno importante del estudio psicológico, ideología como falseadora, deformadora, ocultadora de la realidad” (p. 75).

O autor realiza ao longo do texto uma crítica às teorias pós-modernas, especialmente àquelas que apresentam todos os discursos como igualmente válidos e afirmam a morte da ideologia na história. Sendo assim, propõe a possibilidade de construção de uma psicologia da resistência que vá contra essas tendências pós-modernas.

Además, la postmodernidad, nos propone desconfiar de todos los discursos, con lo que la política, sea está de derechas o de izquierdas, es indiferente, todas las políticas y discursos son iguales, las ideologías han muerto. (Foucault, 2000, p. 65).

Contextualizar supone, también, tener en cuenta la ideología como sistema de valores legitimador y ocultador y tener en cuenta los intereses a los que pueden responder las conductas o interpretaciones. La ideología, el poder, deben tenerse en cuenta, su presencia garantiza la capacidad de resistencia, la posibilidad de construir una psicología de la resistencia. (Foucault, 2000, p. 75).

Castorina (2000) apresenta duas concepções principais de ideologia: no sentido negativo, isto é, como mecanismo naturalizador que falseia a realidade; e em sentido neutro, ou seja, como valores e projetos de sociedade defendidos por certos grupos. As principais referências são Marx e Engels e os autores da Escola de Frankfurt.

En los momentos históricos en que los sostenedores de un estado de cosas exigen su aceptación hay un orden de la sociedad que podría no ser aceptable para gran parte de sus integrantes. Únicamente entonces se produce la falsedad de la ideología. Es decir, cuando se tiende a identificar los valores con la realidad o cuando se cree que la sociedad realiza efectivamente los valores. (Castorina, 2000, p. 87).

De modo explicativo, mostra a

diferencia entre la versión ‘negativa’ y la versión ‘positiva’ de la ideología. Para la primera se podía salir de lo ideológico, aunque sea parcialmente, es clareciendo las condiciones de producción de las ideas o tomando conciencia de la ilusión; para la

segunda no hay que salir de lo ‘ideológico’, sino afirmar con fuerza las ilusiones prospectivas. Es decir, insistir en los contrastes entre los valores que se defienden y la realidad social, con el fin de transformarla. (Castorina, 2000, p. 88).

De forma a geral, a autora parte da ideologia no sentido negativo para analisar as teorias psicológicas que naturalizam a inteligência, sendo a discussão direcionada especificamente à educação especial com crianças surdas:

el ocultamiento de las condiciones sociales del rendimiento intelectual del niño sordo deja en las sombras la intervención de la cultura y las interacciones sociales en su desarrollo. Cada vez que identificamos en una teorización psicológica zonas de cosificación de la vida psicológica, y que por eso mismo hay un ocultamiento de significados sociales, estamos en condiciones de hablar de un registro ideológico. (Castorina, 2000, p. 82).

Dimenstein (2000) trabalha com as ideias de “ideologia do individualismo” e “ideologia dominante” como mecanismos auxiliares na manutenção do *status quo* e da legitimação social. Nas palavras da autora, a ideologia do individualismo

Representa um sistema de idéias, ou como disse Duarte (1988), uma tendência, uma corrente, um fluxo localizado de idéias e valores presente nos segmentos letrados e intelectualizados das classes médias das sociedades modernas, cujo acento recai sobre a categoria ‘indivíduo’, não no sentido do agente empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade, mas enquanto valor moral e jurídico (da cidadania, dos direitos e deveres universais), enquanto configuração abstrata calcada em valores como liberdade e igualdade. (Dimenstein, 2000, p. 97).

A autora pensa a Psicologia e o psicólogo brasileiro estabelecendo relações com “a crescente hegemonização da ideologia individualista vivida em nosso país desde os anos 60”. (Dimenstein, 2000, p. 96). Afirma que a Psicologia surge e se desenvolve comprometida com

o capital e se ampara nas ideologias dominantes, o que auxilia “na perpetuação do *status quo* ao longo do seu percurso de legitimação social” (p. 101).

Este ideário, por sua vez, foi o que possibilitou a emergência de um campo de saberes psi e, conseqüentemente de um tipo de subjetividade específica dentro das sociedades modernas, ou pelo menos, em um dos seus segmentos, a classe média urbana. (Dimenstein, 2000, p. 98).

Sales Filho (2000), partindo de Luís Cláudio Figueiredo e Ana Mercês Bock, trata especificamente da ideologia liberal como conjunto de teorias e práticas profissionais que, no caso da Psicologia, corroboram com a manutenção do sistema dominante vigente. Ao identificar a ideologia como aquilo que é aparente, que está na superfície, julga necessário identificar as ideologias presentes nas correntes de pensamento para ir além das aparências.

Desse modo, propõe investigar de forma crítica a Psicologia e identificar como as ideologias embasam suas diversas matrizes de pensamento. Em sua análise, afirma que muitas teorias e técnicas corroboram com o sistema opressor que vivemos. Segundo Sales Filho (2000, p. 128) “estamos ajudando a sustentar a ordem vigente em nossa sociedade”.

Se analisarmos a Psicologia com mais profundidade, será possível identificar as ideologias que embasam tanto as matrizes românticas e pós-românticas quanto as científicas. Nas duas primeiras, ‘(...) essas ideologias legitimam o retraimento do sujeito sobre si mesmo (...)’ (Figueiredo, 1991, p. 38); na última, a Psicologia deve ser útil aos esquemas de controle social. (Sales Filho, 2000, pp.127-128).

Por fim, o autor defende a necessidade de modificar os padrões atuais da Psicologia propondo uma disciplina “comprometida com a transformação social e humana” (Sales Filho, 2000, p. 129).

Mettens e Gori (2000, p. 46) definem a ideologia como ocultamento e mistificação da realidade, afirmando que pretendem “mostrar como e por que um ocultamento da questão do

sujeito incessantemente retorna e conduz às piores derivações ideológicas”. Discutem, ao longo do texto, sobre epistemologia e ciência e buscam uma teorização do sujeito a partir da psicanálise, do estruturalismo e da noção de pós-modernidade.

Crochík (2000, p. 530) caracteriza, ao longo do texto, o que chama de ideologia da racionalidade tecnológica, a qual tem como marco o mascaramento da realidade “possibilitado pela aplicação da tecnologia”. Como referência dos teóricos da Escola de Frankfurt e autores ligados à psicanálise, cita Sigmund Freud, Wilhelm Reich, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Afirma que a ideologia da racionalidade tecnológica se caracteriza “pelo pragmatismo, pela normalização dos comportamentos individuais, pela crítica às falhas sistemáticas das instituições, pela aparência e pelo moralismo” (p. 538).

Ainda, assegura que, “para a ideologia da racionalidade tecnológica, só são passíveis de aperfeiçoamento técnico, mas não de alterações substanciais, o que caracteriza, segundo Adorno (1995a), a consciência reificada, resultante da introjeção individual dessa ideologia”. (Crochík, 2000, p. 530). A discussão gira em torno de saber se a ideologia da racionalidade tecnológica está relacionada com a personalidade narcisista.

Como a ideologia, segundo Horkheimer e Adorno (1978), e a constituição da personalidade, conforme Adorno (1991), são variáveis que mudam ao longo do tempo, e não obstante a atualidade do estudo sobre a personalidade autoritária, há que se supor, nos nossos dias, a relação entre outro tipo de ideologia e outro tipo de configuração psíquica. (Crochík, 2000, p. 530).

Sendo assim, “Se a ideologia básica se alterou, a configuração básica de personalidade que lhe dá sustentação individual também deve ter se alterado, e é hipótese deste trabalho que se calca em características narcisistas, mais fortemente do que no passado” (Crochík, 2000, p. 531). Dessa forma, entende-se que “quanto maior a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica, maior o número de características narcisistas de personalidade e vice-versa”, logo,

“podemos pressupor que a ideologia da racionalidade tecnológica se associa mais com tendências psíquicas regredidas do que a ideologia política conservadora” (p. 541).

Ferramola (2000) trata da ideologia como como visão de mundo ou ideias que compõem um determinado grupo social. “En este trabajo partimos de la idea de que la filosofía, y por lo tanto la ética, no es ajena a lo ideológico” (p. 32). Discute como na Argentina, com os governos conversadores a partir de 1976, a Psicologia foi criminalizada e entendida como o que chama de ideologia exótica, devido as suas teorias que pesavam a sociedade e a mudança social.

Juberg (2000) discute sobre o desenvolvimento da Psicologia social e a influência de teorias positivistas com foco individualista e o desenvolvimento na década de 1980 de teorias marxistas e teoria crítica, entre outras, que buscavam uma nova forma de discutir e entender essa vertente. Nessa discussão, a ideologia não é o foco, porém aparece no sentido de ideias gerais que permitem ou não o conhecimento. O autor exhibe uma discussão sobre ideologia dominante que tem como objetivo manter *status quo* e cita como principais referências Henri Tajfel e Serge Moscovici.

O processo pelo qual reproduzimos uma visão de mundo que baseia seus pressupostos na certeza – ou, pelo menos, na certeza de alcançá-la – não pode deixar espaço à dúvida. É preciso categorizar, comparar, diferenciar nossos semelhantes, para que tenhamos a ilusão de que, assim, os conheceremos melhor. É como se a ideologia dominante, que defende o determinismo, a busca de relações de causa e efeito, o raciocínio analógico, nos tivesse impregnado, impedindo que nossa atenção pudesse se dirigir à multidiversidade de possibilidades, dentro do complexo emaranhado que engendra a rede social, repleta de múltiplas interações de variáveis. Uma ideologia que justifica-se pela necessidade de explicar, prever e controlar, de promover desenvolvimentos tecnológicos que assegurem uma qualidade de vida com mais conforto, mas que não cede lugar à compreensão e ao respeito as diferenças. (Juberg, 2000, p. 136).

Juberg (2000, p. 135) destaca a função dos conteúdos ideológicos no desenvolvimento da Psicologia social, permeando a escolha dos objetos de pesquisa, da concepção, de teóricos, métodos e “fornecendo subsídios para analisar sua implicação”. Assim, afirma:

há que se levar em conta os fenômenos ligados à ideologia, ressaltados pelo autor, os quais constroem sistemas de representações e de atitudes construídos por indivíduos e por grupos, com a finalidade de interação social, garantindo o agir e o comunicar. Nesse sentido, vai-se compondo esta realidade ‘meio física e meio imaginária’ que é a realidade social. (Juberg, 2000, p. 138).

Zamora, Dimenstein e Vilhena (2000) tomam como referências Karl Marx e Pedrinho Guareschi. Nesse texto, ideologia é entendida em um sentido negativo, como ocultação e naturalização da realidade burguesa que toma os indivíduos de forma abstrata e histórica. As autoras defendem a ideologia segundo a definição dada por Guareschi, a partir de J. Thompson: “al uso, empleo de formas simbólicas (significados y sentidos) para crear, sustentar y reproducir determinados tipos de relaciones” (p. 6). Afirmam que:

La ideología libero-burguesa, a como observa Marx, propició las condiciones para la creación de una ética del capitalismo, condiciones juridico-políticas para la expropiación de los trabajadores y para la reproducción de cierta orden social. En la ideología individualista existe, por lo tanto, una idea y un modelo psicológicos de ‘individuo’. El ‘sujeto psicológico’, aceptado como natural y aplicable a todas las personas. (Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000, p. 3).

Ao fazerem uma crítica à prática da Psicologia, guiada pela ideologia individualista e burguesa, apontam a problemática dessas práticas junto a comunidades e tratam do trabalho de psicólogos em favelas do Rio de Janeiro, guiados por vínculos de solidariedade, aspetos culturais e valores diferentes:

tenemos por objetivo reflexionar acerca del impacto de la diversidad entre los valores que perfilan la cultura, práctica y formación profesional del psicólogo y los presentes en sujetos de los sectores más pobres de la población, blanco de los trabajos comunitarios que se desarrollan actualmente en el Brasil. Con este fin, vamos retratar algunos aspectos de la vida cotidiana de una comunidad favelada de Rio de Janeiro, resaltando su *modus vivendi*, marcado por la construcción de redes solidarias de convivencia y de apoyo mutuo, y señalar el ideario individualista pregonante entre las clases media y alta, de donde viene la mayoría absoluta de los psicólogos brasileños. (Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000, p. 2).

Ao final, as autoras afirmam que o surgimento da Psicologia foi possibilitado justamente pelo ideário individualista que corrobora com os valores e as necessidades do sistema burguês.

Souza (2001) entra neste levantamento, pois o estudo do artigo selecionado foi realizado em 1998. Nesse texto, ideologia tem a definição vinculada à linguagem e à comunicação, “razões argumentativas que orientam as ações políticas” dos indivíduos (p.103). Para tratar do assunto, faz uma análise acerca da ideologia, que aparece como fundamento para as narrativas de homens vinculados a grupos de extrema direita ligados ao fascismo, ao nazismo e a totalitarismos, ideologia denominada pela autora de autoritária.

Em sua defesa, é preciso sair do que chama de “visão clássica de autoritarismo para apresentá-lo em versão psicossociológica” (Souza, 2001, p. 104). Identificando no discurso de cada indivíduo aspectos autoritários, a autora buscou, através da análise das narrativas dessas entrevistas, fazer uma reflexão sobre seu conteúdo ideológico, tratando principalmente de um tipo de ideologia: a ideologia autoritária. O trabalho tem como referência Mario Stoppino, que defende uma análise vinculada à comunicação e às narrativas.

3.5.3.1 Presença de marxismo na década de 1990

Quadro 14

Porcentagem de textos que apresentam ou não influência marxista 1990

Presença ou não de marxismo	Textos	N (%)
Apresentam influência marxistas	Crochík (1990, 2000), Montero (1990, 1991, 1994, 1994/2006), Lopes e Bruns (1991), Guareschi (1994, 1995, 1996, 2000), Müller (1994), Lane (1994/2006a, 1994/2006b), Sloan (1994), Chakur (1995), Maia (2007), Yamamoto (1996), Penna (1997), Macêdo e Brito (1998), Boarini e Borges (1998), Ribeiro, Pergher e Torossian (1998), Abib (1998), Roman (1999), Dobles (1999), Lane (1999), Fouce (2000), Castorina (2000), Patto (1997/2000, 1999/2000), Zamora, Dimenstein e Vilhena (2000).	31 (63,27%)
Não tem influência marxistas	Narváez (1990), Reyes (1993), Montero e Dorna (1993), Montero e Sánchez (1993), Guareschi, Bernardes & Maya (1993), Souza e Salamanca (1993), Sawaia (1994/2006), Klappenbach e Pavensi (1994), Galano (1994), Pérez (1996), Neves et al. (1998), Traverso-Yépez (1999), Dimenstein (2000), Juberg (2000), Sales Filho (2000), Mettens e Gori (2000), Ferramola (2000), Souza (2001).	18 (36,73%)

Com relação aos autores de referência utilizados na década de 1990, é possível identificar uma diversificação de autores e concepções, inclusive, em um mesmo texto, encontramos referências diversas. Os autores mais citados são da Escola de Frankfurt ou da teoria crítica, principalmente Theodor Adorno (Crochík, 1990; Sloan, 1994; Patto, 1997/2000; Abib, 1998; Patto, 1999/2000; Maia, 2007; Castorina, 2000; Crochík, 2000). Depois os autores da teoria crítica, John B. Thompson (Guareschi, 1994, 1995, 1996; Neves et al., 1998; Traverso-Yépez, 1999; Lane, 1999; Guareschi, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000). A presença de Chauí, em especial, na obra *O que é ideologia?*, é marcante em diferentes trabalhos (Crochík, 1990; Lopes & Bruns, 1991; Chakur, 1995; Patto, 1997/2000; Neves et al., 1998; Roman, 1999).

Karl Marx e Friedrich Engels aparecem como referência direta em sete textos (Yamamoto, 1996; Penna, 1997; Boarini & Borges, 1998; Dobles, 1999; Fouce, 2000; Castorina, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000). Agnes Heller aparece em três textos (Sawaia, 1994; Lane, 1994/2006b; Patto, 1999/2000). Aparecendo apenas uma vez, temos os seguintes

teóricos: Mario Burge, Burrhus Skinner, Silvan Solomon Tomkins, Robert Farr, Michael Löwy, Silvia Lane, Jean Piaget, Moscovici, Erich Fromm, Antonio Gramsci, Artur Ferrusi, Ignacio Martín-Baró. Dez textos não apresentam referências específicas para fundamentar o conceito de ideologia utilizado (Montero, 1991; Montero & Dorna, 1993; Montero & Sánchez, 1993; Klappenbach & Pavensi, 1994; Montero, 1994; Montero, 1994/2006; Galano, 1994; Dimenstein, 2000; Mattens & Gori, 2000; Ferramola, 2000).

O primeiro ponto que se destaca nesse período acerca da influência ou não de marxistas é que a porcentagem de textos com influência marxistas é quase a mesma dos trabalhos que não apresentam essa influência. Diferentemente do período anterior, em que a esmagadora maioria traz explicitamente uma base marxista, vemos, aqui, textos mais ecléticos ou mais distantes de referenciais marxistas. Uma hipótese para isso é o próprio contexto social e político desse período, caracterizado pelo processo de estabelecimento da democracia burguesa e de hegemonia neoliberal, com crises do capital, a ideia de uma vitória do capitalismo e do fim da história e o abandono de algumas categorias centrais da teoria social marxiana (Lacerda Jr., 2010, 2013).

Outro ponto a se destacar é que cresce a quantidade de textos que apresentam referências marxistas sucedidas por “complementos” necessários para superar deficiências ou lacunas da teoria marxista. Assim, vemos “complementações” com a teoria das representações sociais, Análise do Discurso, psicanálise, entre outros. Além disso, nesse período, os textos citam mais autores da Psicologia para estudar ideologia. Na década de 1980, existe uma grande maioria de referências de autores de fora da Psicologia para discutir acerca da ideologia, como Louis Althusser, Karl Marx e Friedrich Engels, Antonio Gramsci. Na década de 1990, aumentam as referências a autores da própria Psicologia, como Ignacio Martín-Baró, Martiza Montero, Serge Moscovici, Jean Piaget, entre outros.

3.5.3.2 Natureza do debate *Psicologia e ideologia na década de 1990*

Quadro 15

Principais categorias de debates relacionando Psicologia e ideologia 1990

Temática centrais		
Principais discussões	Textos	N (%)
Análise e/ou crítica da Psicologia enquanto ciência.	Reyes (1993), Guareschi, Bernardes e Maya (1993), Müller (1994), Klappenbach e Pavensi (1994), Sloan (1994), Sawaia (1994), Montero (1994), Patto (1997), Boarini e Borges (1998), Abib (1998), Patto (1999), Fouce (2000), Castorina (2000), Dimenstein (2000), Sales Filho (2000), Mettens e Gori (2000), Ferramola, (2000), Juberg (2000), Zamora, Dimenstein e Vilhena (2000).	19 (38,78%)
Análise de processos psicossociais	Crochík (1990), Lopes e Brun (1991), Souza e Salamanca (1993), Montero e Sánchez (1993), Guareschi (1994), Galano (1994), Chakur (1995), Lane (1994/2006a), Lane (1994/2006b), Pérez (1996), Yamamoto (1996), Ribeiro, Pergher e Torossian (1998), Neves et al. (1998), Macêdo e Brito (1998), Roman (1999), Guareschi (2000), Crochík (2000), Maia (2007), Souza (2001).	19 (38,78%)
Ideologia como uma categoria importante para a Psicologia social e/ou apontam como a ideologia deve ser utilizada no campo Psicologia social/política	Montero (1990), Montero (1991), Montero e Dorna (1993), Montero (1994/2006b), Guareschi (1995), Guareschi (1996), Traverso-Yépez (1999), Lane (1999), Dobles (1999)	9 (18,37%)
Outros	Narváez (1990); Penna (1997)	2 (4,09%)

Vemos, em primeiro lugar, **textos que abordam de forma crítica a História da Psicologia ou algum aspecto da Psicologia enquanto ciência**. Nesses trabalhos, além de uma análise da Psicologia como ciência, há debates sobre a relação entre ciência e ideologia. Assim como no período anterior, na década de 1990, encontramos muitos textos que também apresentam discussões epistemológicas com o objetivo de realizar a análise dessa ciência de forma mais geral ou de campos específicos. Nesses debates, notamos críticas à Psicologia social, propostas de utilização de novas categorias, críticas à avaliação psicométrica, à Psicologia como reprodutora de uma ideologia neoliberal e à história tradicional da Psicologia (Reyes, 1993; Guareschi, Bernardes & Maya, 1993; Müller, 1994; Klappenbach & Pavensi, 1994; Sloan, 1994; Montero, 1994; Sawaia, 1994; Patto, 1997; Boarini & Borges, 1998; Abib,

1998; Patto, 1999; Fouce, 2000; Castorina, 2000; Dimenstein, 2000; Sales Filho, 2000; Mettens & Gori, 2000; Ferramola, 2000; Juberg, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000).

Em segundo lugar, identificamos **2) textos que utilizam a categoria ideologia para analisar algum aspecto específico da realidade social ou do psiquismo**. Assim como nos períodos anteriores, foram selecionados os textos que demonstram a análise de algum aspecto da sociedade, ou então da ideologia vinculada a aspectos do psiquismo. Os trabalhos sobre ideologia e psicologia buscaram compreender representações ideológicas de temas específicos como trabalho, geografia, etc. Além disso, percebemos debates sobre a relação entre ideologia e afetos, emoções, poder, narcisismo. Entre processos psicossociais articulados com a ideologia, vemos mitos, neopentecostalismo, dominação, poder, processos grupais, e outros (Lopes & Bruns, 1991; Montero & Sánchez, 1993; Souza & Salamanca, 1993; Guareschi, 1994; Galano, 1994; Chakur, 1995; Crochík, 1990; Lane, 1994/2006a; Pérez, 1996; Yamamoto, 1996; Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998; Neves et al., 1998; Macêdo & Brito, 1998; Roman, 1999, 2000; Crochík, 2000; Souza, 2001; Maia, 2007).

Por último, analisamos **3) textos que discutem a ideologia como categoria importante para Psicologia social e/ou apontam como a ideologia deve ser utilizada no campo da Psicologia social/política**. São estudos que apresentam mudanças principalmente no campo da Psicologia social e da Psicologia política, apontando as novas tendências para a década em articulação com a categoria ideologia. Vemos muitos trabalhos vinculados ao campo da Análise do Discurso e da comunicação (Montero, 1991; Montero & Dorna, 1993; Montero, 1994/2006b; Guareschi, 1995, 1996; Traverso-Yépez, 1999; Lane, 1999; Dobles, 1999). Ainda, inserimos nesse contexto dois textos que não entram em nenhum desses eixos, considerados como “outros” (Narváez, 1990; Penna, 1997).

3.5.3.3 Concepções de ideologia na década de 1990

Quadro 16

Principais concepções de ideologia dos textos 1990

Concepção de ideologia	Textos
Ideologia como visão de mundo ou cosmovisão	Joaquín Narváez (1990), Montero (1990), Reyes (1993), Souza e Salamanca (1993), Klappenbach e Pavensi (1994), Galano (1994), Pérez (1996), Macêdo e Brito (1998), Dimenstein (2000), Juberg (2000), Ferramola (2000).
Ideologia como falsa consciência	Crochík (1990), Montero (1990), Lopes e Brun (1991), Montero (1991), Montero e Dorna (1993), Montero e Sánchez. (1993), Guareschi, Bernardes, e Maya (1993), Müller (1994), Montero (1994), Montero (1994/2006); Lane (1994/2006a), Sloan (1994), Guareschi (1994), Guareschi (1995), Chakur (1995), Maia (2007), Guareschi (1996), Penna (1997), Boarini e Borges (1998), Neves et al. (1998), Abib (1998), Roman (1999), Traverso-Yépez (1999), Dobles (1999), Lane (1999), Fouce (2000), Castorina (2000), Patto (1999/2000), Patto (2000), Sales Filho (2000), Mettens e Gori (2000), Guareschi (2000), Crochík (2000), Zamora, Dimenstein e Vilhena (2000), Souza (2001).
Ideologia como dimensão da linguagem/comunicação e emoção	Lopes e Brun (1991), Montero (1994/2006), Lane (1994/2006a), Galano (1994), Sawaia (1994), Souza e Salamanca (1993), Lane (1994/2006b), Sloan (1994), Guareschi (1994), Guareschi (1995), Pérez (1996), Guareschi (1996), Neves et al. (1998), Ribeiro, Perghe e Torossian (1998), Traverso-Yépez, (1999), Lane (1999), Guareschi (2000), Zamora, Dimenstein e Vilhena (2000), Souza (2001).
Outros	Sawaia (1994), Yamamoto (1996).

Com relação às concepções de ideologia também apresenta-se uma diversidade maior em relação aos períodos anteriores. Como eixos mais gerais, encontramos o predomínio da concepção de ideologia como: **1) visão de mundo ou sistema de crenças de determinada classe social ou grupo da sociedade** (Joaquín Narváez, 1990; Reyes, 1993; Souza & Salamanca, 1993; Klappenbach & Pavensi, 1994; Pérez, 1996; Ribeiro, Perghe & Torossian, 1998; Dimenstein, 2000; Juberg, 2000; Ferramola, 2000); **2) ideias que têm como função ocultar e mistificar as contradições da sociedade capitalista, da classe dominante ou de um setor da sociedade ou ainda o uso de formas simbólicas para criar e manter relações de dominação** (Crochík, 1990; Lopes & Brun, 1991; Montero, 1991; Montero & Dorna, 1993; Müller, 1994; Montero, 1994; 1994/2006; Sloan, 1994; Lane, 1994/2006a; Chakur, 1995; Penna, 1997; Patto, 1997; Boarini & Borges, 1998; Roman, 1999; Patto, 1999/2000;

Guareschi, 1994, 1995, 1996; Neves et al., 1998; Traverso-Yépez, 1999, Lane, 1999; Dobles, 1999; Fouce, 2000; Castorina, 2000; Sales Filho, 2000; Mettens & Gori, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000; Guareschi, 2000; Crochík, 2000, Souza, 2001); e, ainda, **3) ideologia como dimensão da linguagem/comunicação**, em que o ideológico aparece como falsa consciência ou legitimação de relações de dominação (Montero, 1994/2006; Lane, 1994/2006a; Galano, 1994; Sawaia, 1994; Souza & Salamanca, 1993; Lane, 1994/2006b; Sloan, 1994; Guareschi, 1994, 1995; Pérez, 1996; Guareschi, 1996; Neves et al., 1998; Ribeiro, Perghe & Torossian, 1998; Traverso-Yépez, 1999; Lane, 1999; Guareschi, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000, Souza, 2001).

Ainda, verificamos definições pontuais nas quais a ideologia é definida como **processo de mediação entre pensamento, ação e realidade** (Montero & Sánchez, 1993); **racionalização de ideais, valores e afetos de um grupo** (Galano, 1994); **ideologia da racionalidade tecnológica, ideologia do individualismo, ideologia neoliberal, ideologia reconstrutora, ideologia do controle social** (Crochík, 1990; Guareschi, Bernardes & Maya 1993; Yamamoto, 1996; Macêdo & Brito, 1998; Abib, 1998; Maia, 2007), que também estão relacionadas a uma concepção negativa de ideologia.

Dentre essas definições mais gerais, há concepções com diferentes focos e objetivos, contudo, é possível notar maior adesão à noção de ideologia como falseamento ou mistificação da realidade. Mas, diferentemente das críticas das décadas anteriores, o processo ideológico é estreitamente vinculado à linguagem ou aos signos. Nesse período, a linguagem se torna o locus, por excelência, da ideologia. Preserva-se uma concepção negativa de ideologia, mas remete-se, cada vez mais, ao plano simbólico. As discussões sobre ideologia vinculam-se, progressivamente, à subjetividade e aos aspectos psíquicos como, por exemplo, a relação entre narcisismo e ideologia (Crochík, 1990, 2000), subjetividade e emoções (Souza & Salamanca, 1993; Lane, 1994/2006a, 1994/2006b; Galano, 1994; Sloan, 1994; Lane, 1999).

Porém, permanecem algumas explicações de ideologia como mistificação, que tem raízes na materialidade e nas contradições sociais (Montero, 1990; Müller, 1994; Yamamoto, 1996; Boarini & Borges, 1998; Romam, 1999; Dobles, 1999; Fouce, 2000; Castorina, 2000; Dimenstein, 2000; Patto, 2000, 1999/2000; Sales Filho, 2000; Zamora, Dimenstein & Vilhena, 2000). Vale lembrar que a grande maioria dos textos que relacionam a ideologia com as contradições sociais e a materialidade histórica e social provém de trabalhos que estão estudando a ideologia na Psicologia, isto é, suas teorias e campos. Em outras palavras, não são análises de processos sociais particulares.

Em resumo, nesse período há o aparecimento de novos campos teóricos para discussão sobre ideologia, como a Teoria Crítica, principalmente a obra de Adorno e os debates sobre ideologia da racionalidade tecnológica, assim como a vinculação entre categorias da psicanálise e a crítica da ideologia. Vemos a forte presença da obra de J. Thompson, quem define a ideologia como ideias instrumentais para a manutenção e as reproduções de relações de dominação.

Também notamos o crescimento de debates sobre ideologias específicas e não ideologia em geral, ou seja, textos discutindo ideologia do individualismo, ideologia neoliberal, ideologia da racionalidade tecnológica, ideologia exótica. A ideologia aparece não apenas como objeto de estudo da Psicologia social, mas também da Psicologia política, Psicologia do desenvolvimento e Psicologia da educação. Vemos de forma especial um crescimento das discussões na Psicologia política e a manutenção do predomínio de debates na Psicologia social. Porém, verificamos uma mudança significativa na forma como a ideologia é estudada, em especial, sua crescente associação às emoções, à linguagem, à comunicação e a outras categorias que buscam superar o suposto objetivismo que marcou debates precedentes sobre ideologia.

Em geral, vê-se que a ideia de ideologia como falsa consciência predomina nos três períodos, porém o que se pode notar no levantamento da década de 1970 e, principalmente na década de 1980, é uma hegemonia de teses e referenciais clássicos marxianos e marxistas. Entretanto, na década de 1990, as discussões sobre ideologia são feitas apresentando influência menor de teorias marxistas, cuja fundamentação em boa parte se ancora na própria Psicologia, com vínculo menor a autores clássicos. Outro ponto que destacamos é que existe uma quantidade maior de debates que fazem críticas à Psicologia e à defesa da transformação da disciplina e da sociedade nas duas primeiras décadas. Já na última década analisada, fica evidente o início do giro para a subjetividade, com destaque para aspectos como comunicação, linguagem, signos, representações sociais, priorizando aspectos mais subjetivos e individualizados.

Sendo assim, algumas hipóteses são lançadas para explicar essas mudanças, de uma aproximação ao marxismo, principalmente a partir de 1980, e o início de um afastamento na década de 1990. Na década de 1980, existe uma gama de movimentos de combate à ditadura militar, à entrada e ao desenvolvimento da teoria marxista na sociologia latino-americana, combate à aproximação da Psicologia, a estratégias de combate à pobreza, além de outros fatores que vão provocar as ciências psicológicas, levando-as a questionar sua relevância social e a chamada crise da Psicologia.

Na década de 1990, a gente vê o esvaziamento do debate político, a ofensiva neoliberal e a cooptação do pensamento dos movimentos de esquerda, a explosão de um relativismo do irracionalismo (Eagleton, 1997; Lacerda Jr., 2010, 2013), o que pode justificar esse direcionamento do estudo próximo à subjetividade.

4 Considerações Finais: Ideologia na Psicologia ao Longo de Trinta Anos

Neste capítulo, apresentamos uma breve síntese da pesquisa realizada até aqui, resultado do estudo iniciado na graduação, quando foi realizada uma investigação acerca de como a Psicologia brasileira debate a categoria ideologia em produções publicadas entre 1980 e 2019. Analisamos as concepções de ideologia apropriadas pela Psicologia, identificamos os principais autores de referência nas publicações, observamos a relação entre Psicologia e ideologia e encontramos tendências predominantes nos diferentes períodos estudados.

Detectamos um movimento de aproximação da Psicologia com as teorias marxistas da ideologia na década de 1980 e o início de um processo de abrandamento da influência de teorias marxistas a partir da década de 1990. Com o aparecimento de noções subjetivistas de ideologia com centralidade na linguagem, na comunicação, nos signos, sobretudo a partir da virada do século, essa tendência se estabeleceu até 2019. Assim, foi possível ver um pequeno grupo de pesquisadores que vão retomar a discussão sobre ideologia vinculada à tradição marxista a partir da segunda década do século XXI.

Nesse estudo, encontramos pequeno número de textos em bases de dados on-line, principalmente na década de 1990, quando foram encontrados apenas quatro textos e referências de livros, sendo que nenhum estava disponível on-line. No presente trabalho, pretendeu-se ampliar a busca sobre o processo de apropriação da categoria ideologia, realizada pela Psicologia, no sentido de buscar compreender como esse processo de apropriação se deu não só no Brasil, mas na América Latina de modo geral. Sendo assim, expandimos os mecanismos de busca para outras bases e locais.

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi explorar como a categoria ideologia foi apropriada e estudada pela Psicologia latino-americana, entre 1969 e 2000. Investigamos, dentro desse recorte temporal, a existência de influências marxianas e/ou marxistas entre as concepções de ideologias apropriadas pela Psicologia, identificamos as definições de ideologia e os autores

de referência utilizados na produção encontrada e sistematizamos os principais debates sobre ideologia e Psicologia.

Iniciamos o trabalho com a fundamentação teórica, retomando o processo de surgimento e desenvolvimento da categoria ideologia no campo do conhecimento, que se deu de duas formas: 1) por meio de debates sobre ideologia antes do surgimento do termo, tendo como principal representante Bacon e sua teoria dos ídolos; e 2) com base no surgimento do termo ideologia com Destutt de Tracy e seu grupo de ideólogos muito influenciados pela razão iluminista, Revolução Francesa e pela luta contra o Antigo Regime. Em síntese, o debate e o termo ideologia surgem nas discussões filosóficas, em um momento de mudanças na sociedade que vai demandar, em primeiro momento, a valorização da razão e do conhecimento e a contraposição ao Antigo Regime.

O termo ideologia surge relacionado a debates sobre como conhecer a verdade em oposição à falsidade ou à mistificação do conhecimento. Posteriormente ao debate acerca desse primeiro momento de desenvolvimento da categoria ideologia no campo do conhecimento, realizamos o estudo sobre ideologia em Marx, em especial, na obra *A ideologia alemã*, visto que, a partir de seus estudos, essa categoria toma novos rumos. Uma das principais contribuições é resgatar a ideologia das discussões idealistas e demonstrar seu vínculo essencial com a historicidade e a materialidade da vida social.

Após essas explicações, passamos por algumas contribuições posteriores a Marx que trataram, modificaram ou ampliaram a concepção marxiana de ideologia, com ênfase nos debates que abordaram a relação entre ciência, conhecimento e ideologia. O objetivo foi citar as principais tendências que marcaram o debate sobre ideologia no contexto de desenvolvimento do marxismo nos períodos da Segunda Internacional, da Terceira Internacional e do marxismo ocidental. Por fim, buscamos identificar a influência de Marx na Psicologia e se a situação da Psicologia expressou as principais tendências mencionadas no

período pós-morte de Marx. Por meio do levantamento realizado, estudou-se textos da Psicologia latino-americana que tratam da categoria ideologia.

Em síntese, após a análise de 108 textos publicados entre 1969 e 2000, foi possível realizar alguns apontamentos sobre como a Psicologia latino-americana estudou a categoria ideologia. No quadro 16, há uma apresentação sintética sobre concepções, temáticas e autores que predominaram em cada período analisado.

Os textos da década de 1970 são marcados por uma maioria de trabalhos com influências marxistas, fundamentados em clássicos do marxismo, principalmente Marx e Engels. Porém, nesse período, vemos que os escritos selecionados articulam o debate sobre ideologia com discussões sobre outras teorias, entre elas, a psicanálise, a educação popular de Freire, a Análise do Discurso de Peirce, a teoria das representações sociais de Moscovici e a Análise do Comportamento de Skinner. Além disso, notamos que a discussão sobre ideologia está presente em vários campos: História da Psicologia, Psicologia social, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da educação.

Na década de 1980, a presença do marxismo cresce significativamente. No entanto, a maioria dos textos se apoia em leituras que ultrapassam a presença de Marx e Engels. Destacam-se referências importantes do marxismo ocidental como Althusser, Gramsci e Lukács. Além deles, também houve referência à concepção de Lenin. A categoria ideologia é discutida com outras categorias da teoria social marxiana, como classe social, transformação social, alienação, e outras. As críticas à Psicologia remetem ao seu solo social, isto é, ao fato de ser caracterizada como ciência burguesa que trabalha para adaptação em favor de uma classe dominante.

Na década de 1980, há marcante predomínio no campo da Psicologia social, o que possivelmente resulta das importantes alternativas que surgiram a partir dos questionamentos que se manifestaram no processo da chamada “crise na Psicologia social”. O levantamento

revelou que autores e autoras da Psicologia social buscaram construir uma nova corrente, orientada para a crítica da realidade social e a busca da transformação social. Para tanto, deram centralidade à categoria ideologia, seja para elaborar uma crítica da Psicologia social, seja para criticar a realidade existente.

Já na década de 1990, há uma redução significativa de textos de base marxista. Nesse período, grande parte dos escritos apoia-se em comentaristas do marxismo – como Chauí e Löwy – ou em referências da própria Psicologia – como Lane, Martín-Baró, Guareschi, Moscovici, Piaget, Skinner, Freud, entre outros. Nessa época, as discussões no campo da Psicologia social ainda se destacam, mas passam a ser acompanhadas por textos de Psicologia política, Psicologia do desenvolvimento e Psicologia da educação.

Em síntese, nas décadas de 1970 e 1980, encontramos a hegemonia de teses e referenciais clássicos do marxismo. Já na década de 1990, o estudo da ideologia é realizado em textos menos influenciados pelo marxismo, mais fundamentados na própria Psicologia e menos vinculados aos autores clássicos. Vemos a forte presença de obras introdutórias escritas por intérpretes, em especial, Chauí e Löwy. Identificamos também que psicólogos como Lane, Martín-Baró, Guareschi, Piaget, Moscovici e outros se tornam referências importantes.

A psicanálise aparece de forma residual na década de 1970, mas sua presença vai se afirmando, gradativamente, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Com relação aos debates articulando ideologia e Psicologia, verificamos diferenças em cada período. Na década de 1970, metade dos trabalhos encontrados faz discussões epistemológicas e utiliza a categoria ideologia para realizar críticas à Psicologia enquanto ciência, identificando seu solo social. A outra metade apresenta discussões relacionando ideologia a processos sociais ou psíquicos, estabelecendo discussões sobre ideologia e psicanálise ou sobre ideologia e classe social, valores ou atitudes.

Na década de 1980, os debates críticos à Psicologia enquanto ciência e a denúncia do seu caráter ideológico aumentam (53, 19%). Nas discussões desse período, encontramos a ênfase na historicidade e na luta de classes e sua relação com a Psicologia. Os debates apresentam críticas à disciplina e apontam o caráter ideológico e falseador da realidade, atuando em favor da manutenção da classe dominante.

A apropriação da categoria ideologia está associada ao esforço de contribuir em um processo crítico de transformação ou negação da Psicologia e da sociedade burguesa. A temática da transformação social de forma ampla está muito presente nos trabalhos desse período. Espera-se que psicólogos e psicólogas realizem a crítica da ideologia para contribuírem em processos de desideologização da classe trabalhadora e de conscientização, vistos como necessários para que seja possível a movimentação coletiva em prol da transformação social objetiva.

Já na década de 1990, vê-se a diminuição dos textos que apresentam críticas à Psicologia como ciência, assim como dos estudos de processos psicossociais. Encontramos publicações que apresentam a categoria ideologia como central para campos como a Psicologia política e a Psicologia social. Outras enfatizam que a apreensão da ideologia é necessária para analisar os conteúdos da realidade. A análise da ideologia para estudar processos psicossociais é associada aos estudos sobre Análise do Discurso, da comunicação, dos signos etc.

De forma geral, nos debates realizados nesse período, aparece a ênfase nas emoções, na linguagem e na comunicação, isto é, na subjetividade. As discussões sobre ideologia surgem como complementares a aspectos subjetivos. Há crescente preocupação com a relação da ideologia com a vida individual, a relação com as emoções, os signos, as representações de grupos específico, entre outros.

Pode-se perceber que, nas décadas de 1970 e 1980, há maior quantidade de debates com críticas à Psicologia, além da ênfase na necessidade de transformação da disciplina e da

sociedade de forma mais ampla. Na década de 1990, nota-se o início do giro em direção à subjetividade, com ênfase em aspectos como linguagem, comunicação, representações sociais, signos e ideologia. Em outras palavras, há ênfase em aspectos mais individualizados ou subjetivos, em oposição ao suposto objetivismo dos períodos anteriores. Há, ainda, outra especificidade das publicações da década de 1990: nesse período houve um crescimento de estudos empíricos (Lopes & Brun, 1991; Souza & Salamanca, 1993; Guareschi, 1994; Chakur, 1995; Perez, 1996; Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998; Neves et al., 1998; Macedo & Brito, 1998; Souza, 2001). No período anterior, foram encontradas apenas quatro pesquisas empíricas (Martín-Baró, 1985c, 1987b; Gil, 1985; Bonin, 1987).

No debate sobre as concepções dominantes de ideologia, identificamos também diferenças importantes. Os textos da década de 1970 giram em torno de noções de ideologia como visão de mundo e falsa consciência. De forma geral, a maioria dos textos apresenta concepção de ideologia como falsa consciência em oposição à ciência verdadeira ou ao conhecimento.

Na década de 1980, a concepção de ideologia como falsa consciência ou mistificação da realidade segue predominando, mas também convivendo com a noção de ideologia como visão de mundo mais geral, assim como no período anterior. A defesa da crítica da ideologia pela linguagem ou pela comunicação aparece em apenas dois textos. O que temos de novidade é a definição de ideologia no sentido negativo e sua vinculação com instituições sociais específicas. Essa mudança é reflexo da influência da teoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Na década de 1990, aparecem novas concepções, influenciadas principalmente por teóricos: 1) da Teoria Crítica e 2) pela obra do neomarxista J. Thompson. Na Teoria Crítica, vemos a articulação de conceitos do marxismo e da psicanálise, focando, na crítica da ideologia da racionalidade tecnológica. Já a obra de Thompson é usada para defender a concepção de ideologia como conjunto de ideias que sustentam relações de poder e dominação. Assim, a

crítica da ideologia exige a análise da ideologia em signos, processos de comunicação e outras manifestações da linguagem. Contudo, apesar do surgimento de novas concepções, ainda há o predomínio de noções de ideologia como mistificação e distorção da realidade, mas também há uma mudança. Ao invés de uma análise do processo geral e objetivo de mistificação, há análises de ideologias específicas: ideologia do individualismo, ideologia neoliberal, ideologia da racionalidade tecnológica, ideologia exótica.

Outro ponto de destaque contrário ao que foi identificado na pesquisa anterior (Machado & Lacerda Jr., no prelo) é a existência de uma produção significativa na década de 1990. Sendo assim, as hipóteses lançadas na pesquisa anterior se confirmaram: a produção acadêmica em Psicologia sobre ideologia é atravessada por uma ênfase no plano simbólico, discursivo e subjetivo e marcada por defesas de revisão do marxismo e abrandamento da influência marxista.

Esse abrandamento na defesa da teoria social de Marx e a revisão de teses marxistas sobre ideologia, em especial sua ancoragem na realidade material, é acompanhada pela defesa de noções de ideologia mais vinculadas a processos subjetivos como cognição, análise do discurso e linguagem. Essa é uma tendência constatada na pesquisa anterior (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

O início de um afastamento ou abrandamento do marxismo como um dos principais pilares nas análises sobre ideologia a partir da década de 1990 corrobora com o que foi estabelecido em outras pesquisas sobre a relação do marxismo com a Psicologia brasileira (Lacerda, Jr., 2013; Carvalho, 2014; Boerchat, 2017; Baima, 2019). Neste trabalho, observa-se esse movimento na Psicologia latino-americana principalmente a partir da década de 1990, pelo menos nas discussões sobre ideologia.

Outro tema importante é o predomínio da noção de ideologia como falsa consciência, a qual se deu em todos os períodos. A definição da ideologia como conjunto de ideias que

impedem ou mistificam o conhecimento da realidade, atuando em favor de uma determinada classe dominante, foi marcante na história do marxismo. Nessa concepção, a ideologia é compreendida como aquilo que deforma o conhecimento. Portanto, na linha do que afirma Vaisman (2010), é uma concepção influenciada por interpretações gnosiológicas da obra de Marx.¹⁵

Essa perspectiva é acompanhada pela contraposição entre ideologia e ciência ou ideologia e verdade. Assim, há uma classificação gnosiológica de verdade ou falsidade no debate sobre ideologia. A epistemologia (ou gnosiologia) é o estudo da ciência que toma como objeto a própria ciência, sua preocupação é a produção do saber e as condições do processo de conhecimento. A questão para epistemologia é entender como funciona o conhecimento e os produtos dos saberes. Nesse tipo de abordagem, a ideologia aparece como o contraponto do conhecimento.

Boa parte das discussões sobre ideologia estão no campo do conhecimento. Mesmo no campo do marxismo, grande parte das discussões sobre ideologia é marcada por uma perspectiva gnosiológica, que opõe ideologia ao conhecimento científico, ou seja, há contraposição entre verdadeiro e falso, ou ainda um conjunto de ideais gerais desvinculadas de categorias da realidade social (Vaisman, 2010). Sendo assim, a tarefa essencial numa posição gnosiológica seria identificar os limites entre ciência e ideologia e a rejeição de ideias apontadas como ideológicas. Essa foi a tendência de grande parte dos textos analisados nesta pesquisa.

Este levantamento também identificou mudanças nas concepções de autores que publicaram entre as décadas de 1980 e 1990. Autoras como Silvia Lane e Maritza Montero, as quais publicaram nas duas décadas, mudaram suas concepções, girando gradativamente para a subjetividade. Os debates sobre ideologia continuaram aparecendo na Psicologia na década de

¹⁵ Viés cuja preocupação central está em como conhecer, como atingir a verdade e evitar ideias falsas.

1990, mas cada vez menos articulados com outras categorias marxistas como classes sociais, divisão social do trabalho, alienação, exploração etc. As contradições sociais que a ideologia oculta aparecem sem uma precisão sobre seu solo social. A ocultação ou mistificação aparece associada a relações de poder ou de dominação, mas sem remissão à sociedade de classes. No lugar, aparece a preocupação com a linguagem, a comunicação, as emoções, os valores, as representações sociais e outros conceitos considerados complementos necessários para compreender a ideologia na esfera da subjetividade.

A introdução de conceitos desvinculados das bases econômicas da materialidade histórica e social expressam o fortalecimento de uma concepção de ideologia que, em última análise, perde seus fundamentos ontológicos, isto é, perde a vinculação da ideologia com o momento predominante da vida social (o trabalho) e, portanto, sua ancoragem no modo de produzir a vida. Sem sua base ontológica, a ideologia se restringe à produção simbólica das pessoas, como erro cognitivo ou incapacidade individual de conhecer a realidade.

Segundo Lukács (1958), a exclusão ou o abrandamento do ponto de vista econômico e, por consequência, de classe na análise da ideologia é uma característica da filosofia burguesa. Desconsiderar as bases materiais do ser social significa perder de vista o modo como a vida é produzida historicamente nessa sociedade e, por consequência, a luta de classes, o que resulta em uma crítica incapaz de apreender o movimento do real.

A ideologia, apesar de ser apontada como importante para a Psicologia na década de 1990, surge como uma categoria afastada dos pressupostos do materialismo histórico e dialético. O marxismo passa a ser referencial complementar em parte dos textos. Isso confirma a tendência hipotetizada na pesquisa, que também detectou o afastamento das teorias de base marxistas e uma tendência a compreender a ideologia por meio da comunicação, de relações subjetivistas e valores (Machado & Lacerda Jr., no prelo).

Neste trabalho, defende-se uma postura ontológica presente na teoria social marxiana e discutida por Lukács. Para um conjunto de ideias ser ideológico, é preciso desempenhar função social nas disputas sociais em dado momento histórico. Assim, o problema da ideologia só é compreendido partindo da análise do ser social e da função social que certas ideias desempenham na sociedade de classes (Costa, 2006).

Na ontologia marxiana, é necessária a compressão de que a ideologia está vinculada à forma pela qual produzimos a nossa vida social. Nesse sentido, como na sociedade burguesa, vivemos atravessados pela divisão da sociedade em classes sociais, isso porque as ciências estão vinculadas à luta de classes.

Como explica Vaisman (2010), uma grande quantidade de correntes e teóricos têm discutido a ideologia a partir de um viés gnosiológico, estabelecendo uma relação entre ideologia e o problema do conhecimento. As discussões acerca do conhecimento e da ideologia surgem, como explicado no segundo capítulo deste trabalho, em um momento histórico específico, no qual a busca por conhecimento verdadeiro se torna primordial em determinados grupos da sociedade. Sendo assim, desde Bacon, passando por Destutt de Tracy até alguns pensadores marxistas contemporâneos, a questão da ideologia esteve intimamente relacionada à problemática da veracidade ou da falsidade de determinadas ideias.

A gnosiologia, de modo geral, costuma canonizar acriticamente as formas metodológicas momentaneamente dominantes das ciências de sua época e, por conseguinte, simula modalidades do ser – como fundamento de sua crítica do conhecimento – que poderiam ser apropriadas para conferir uma base ontológica ao modo canonizado do conhecimento. (Lukács, 2013, p. 455).

Portanto, para uma crítica ontológica da ideologia, é necessário retomar o projeto ontológico da teoria marxiana. A tese de que a ideologia é definida pela função social que as ideias/ciências desempenham liga a ideologia aos conflitos sociais de classe. “A ideologia é

um meio de luta social, que caracteriza toda a sociedade, pelo menos as da pré-história da humanidade” (Lukács, 2013, p. 465).

A divisão de classes intensifica as lutas de classes, e a ideologia é definida pelas respostas dada aos conflitos sociais. São ideias que influenciam as decisões e as alternativas em um momento histórico determinado (Vaisman, 2010). Nesse sentido, o ideológico é constitutivo de todas as ciências sociais, pois o que está na essência dessas ciências é provocar mudanças nos comportamentos humanos, reforçando a impossibilidade de separação entre ideologia e ciência.

A questão é compreender qual função, qual projeto político e qual classe social são favorecidos ou não pelas teorias das ciências sociais. Portanto, é errôneo imaginar que seja possível eliminar o fator ideológico de teorias e ideias das ciências sociais, de modo que não se pode realizar oposição rígida entre cientificidade e ideologia. Apesar de não podermos falar em identidade, as duas se articulam ontologicamente, a despeito das posições gnosiológicas (Vaisman, 2010).

É possível tirar duas conclusões genéricas acerca dessas três décadas de discussão acerca da ideologia na Psicologia. Em primeiro lugar, existe, de fato, influência marxista em boa parte dos textos ao longo de todo o período. Porém, na década de 1990, ela aparece de forma mais branda e vinculada a outras teorias. Ainda que essa característica marque parte da produção na década de 1970, as publicações na década 1990 se distinguem por enfatizarem temas como cognição, linguagem e subjetividade. A presença da tradição marxista foi mais intensa na década de 1980, quando a esmagadora maioria dos textos defendia, de uma forma ou de outra, análises fundadas na teoria marxiana da realidade social.

Em segundo lugar, foi possível identificar o predomínio de concepções de ideologia que são negativas e associam a ideologia à mistificação da realidade. Assim, o centro dos debates, quase sempre foi sobre a oposição entre ciência e ideologia, conhecimento e ideologia.

Como boa parte das pesquisas, este estudo não se encerra aqui. Este levantamento abre espaço para diversas análises que podem ser aprofundadas e sugerir novas perguntas: Como a noção de transformação social que aparece nos textos se articula à concepção de ideologia vigente neles? Que críticas podem ser dirigidas ao marxismo presente nos textos analisados? Além dessas questões, sabemos que é possível fazer uma comparação mais profunda entre os autores da Psicologia que produziram nas diferentes décadas analisadas nesse período e interpretar as mudanças teóricas à luz das mudanças sociais e históricas ocorridas na América Latina.

Finalmente, faltou explorar a produção acadêmica sobre ideologia após o ano 2000. Nesse sentido, pretende-se dar continuidade a esta pesquisa no doutorado. Espera-se explorar perguntas abertas e ampliar a busca a fim de analisar produções da Psicologia a partir do século XXI. Ao final, entendemos que este estudo é uma contribuição para o estudo da ideologia na Psicologia, na História da Psicologia e na compreensão da complexa relação entre ela e o marxismo.

Referências

- Abib, J. A. D. (1998). Virada social na historiografia da psicologia e independência institucional da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14(1), 77-84.
- Anderson, P. (1976). *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Edições Afrontamento.
- Bacon, F. (2000/2003). *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. (Tradução: José Aluysio Reis de Andrade), Minas Gerais: Virtual Books Online M&M Editores Ltda.
- Baima, L. S. (2019). *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária*. (Tese de Doutorado, PUC-Campinas), Campinas.
- Bernal, G., & Isern, E. (1986). La terapia familiar y la ideología. *Revista Cubana de Psicología* 3(2), p. 15-19.
- Bernal, J. D. (1939). A função social da ciência. (Tradução Reinaldo Pedreira Cerqueira da Silva). Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/bernal/works/1930s/socialscience.htm>.
- Boarini, M. L., & Borges, R. F. (1998). Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 83-108.
- Bonin, L. F. R. (1987). Representações sociais das mães a respeito da criança. *Psicologia Argumento*, 6(7), 79-96.
- Braunstein, N. A., Pasternac, M., Benedito, G., & Saal, F. (1975). *Psicología: ideología y ciencia*. Siglo veintiuno editores.
- Camino, L. (1987). Psicologia e educação popular. *Rev. de Psicologia*, 5(2), 21-28.
- Campos, R. H. F. (1983/2010). A função social do psicólogo. In Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal, RN: EDUFERN, 203-214.
- Carli, R. (2007). O conceito de ideologia no último Lukács. *Novos Rumos*, 22(47). Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2104>.
- Caruso, I. A. (1969). A psicanálise entre a ideologia e a crítica da ideologia. *Estudos de Psicanálise*, 1(1), 11-23.
- Carvalho, B. P. (2014.) *A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético*. (Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Castorina, J. A. (2000). La ideología de las teorías psicológicas en la educación especial. *Perfiles Educativos*, 22(89/90), 77-91.

- Castro, M. C., & Fergusson, F. (1980). Recesiones. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 12(3), 529.
- Chakur, C. R. S. L. (1995). Os domínios social e não-social da cognição e a “lógica” das representações ideológicas. *Cadernos de Pesquisa* (95), 63-72.
- Chauí, M. de S. (1980). *O que é ideologia?* São Paulo: Editora brasiliense.
- Chomsky, N. (1979). Psicologia e ideologia. *Rev. Fac. Educ*, 5(1/2), 9-54.
- Codo, W. (1985). Ideologia: o ponto fundamental da discussão. *Psicol. Cienc. Prof.*, 5(1), 21.
- Copit, M. S. (1977). Algumas questões para a reflexão do psicólogo escolar relativas à psicologia do desenvolvimento. *Psicologia*, São Paulo, 3(2), 29-38.
- Costa, G. M. (2006). Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Revista Urutágua*, 9,1-13. Disponível em: <https://shre.ink/xLYk>.
- Coutinho, C. N. (1972/2010). *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular.
- Crochík, J. L. (1990). A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. *Psicologia-USP*, 1(2), 141-154.
- Crochík, J. L. (2000). Tecnologia e individualismo: um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. *Análise Psicológica*, 4(18), 529-543.
- Dimenstein, M. (2000) A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121.
- Dobles, I. (1999). Marxism, ideology and psychology. *Theory & Psychology*, 9(3), 407-410.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Editora Boitempo.
- Escala, M. J., & Sánchez, J. C. (1977). Analisis conductual aplicado a la educacion: Liberacion o domesticacion? *Revista Latinoamericana de Psicología*, 2(3), 397-407.
- Kennedy, E. (1979). “Ideology” from Destutt de Tracy to Marx. *Journal of the History of Ideas*, 40(3), 353-368.
- Ferramola, R. S. (2000). La psicología como “ideología exótica” en los oscuros años del proceso de *desorganización* nacional: 1975 -1980. *Fundamentos en Humanidades*, 1(2), 32-45.
- Figueiredo, M. A. de C. (1989). *O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. São Paulo: EDICON.

- Fouce, J. G. (2000). Frente a la posmodernidad. *Fundamentos en Humanidades*, 1(2), 55-77.
- Galano, M. H. (1994). As emoções no interjogo grupal. In Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp.147-156). Brasiliense.
- Gil, A. C. (1985). O psicólogo e sua ideologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 5(1), 12-17.
- Góis, C. W. L. (1984). Proposta de um caminho para a psicologia junto à classe oprimida por uma psicologia popular. *Rev. de Psicologia*, 2(1), 87-122.
- Gottheld, R. (1969). Historia de la psicología en la Argentina. Parte 1°. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 1(1), 13-33.
- Guareschi, P. A. (1982). Teoria e ideologia em psicologia. *Psico* (PUCRS), 5(2), 5-17.
- Guareschi, P. A. (1983). Algumas considerações sobre epistemologia e pesquisa. *Psico* (PUCRS), 6(2), 76-87.
- Guareschi, P. A. (1985). Contexto sociopolítico-ideológico da comunicação na América Latina. *Cultura Vozes*, LXXIX (4), 31-40.
- Guareschi, P. A. (1994). Neopentecostalismo na América Latina: uma análise psicossocial. *PSICO* (PUCRS), 25(1), 115-136.
- Guareschi, P. A. (1995). O espaço da ideologia na psicologia. *Psico* (PUCRS), 26(2), 45-64.
- Guareschi, P. A. (1996). A ideologia: um terreno minado. *Psicologia & Sociedade*, 8(2), 82-94.
- Guareschi, P. A. (2000). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, 33-46.
- Guareschi, P. A. (2013). Ideologia. In Marlene Neves Strey et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. A., Bernardes, J. S., & Maya, P. V. (1993). Repensando a história da Psicologia Social – comentários ao curso de Robert M. Farr. *Psico* (PUCRS), 24(2), 75-91.
- González Rey, F. L. (1987). Psicología, ideología y política un marco conceptual para su analisis en America Latina. In Montero, M. (Coord.). *Psicologia política latinoamericana* (pp.105-130). Panapo.
- Jiménez-Domínguez, B. (1984/1990). Psi-Pol: notas críticas sobre la psicología dominante. In Jimenes-Dominguez, B. (Org.) *Aportes críticos de la psicología en Latinoamerica*. Mexico, Ed: Universidad de Guadalajara, 122-138.
- Jiménez-Dominguez, B. (1985/1994). Cambios sociopolíticos y desarrollos históricos en psicología. In Montero, M. (Coord.). *Construcción y crítica de la psicología social* (pp. 11-25). Anthropos.

- Juberg, M. B. (2000). Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática. In Campos, R. H. F., & Guareschi, P. A. (Orgs.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. São Paulo: Vozes.
- Klappenbach, H. A., & Pavensi, P. (1994). Una historia de la psicología en Latinoamérica. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 26(3), 445-481.
- Konder, L. (2020). *A questão da ideologia*. Expressão popular.
- Lacerda Jr., F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos Psi*. (Tese de Doutorado, PUC-Campinas).
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología* 3, 216-263.
- Lacerda Jr., F. (2019). (no prelo). *Teorias, práticas profissionais e conflitos sociais: análise da presença de projetos societários na psicologia*. Goiânia: UFG, Educação.
- Lane, S. T. M. (1983/2012a). Consciência/alienação a ideologia no nível individual. In Lane, S. T. M., & Codo, W. *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 40-48). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984/2012b). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M. A., & Codo, W. *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1994/2006a). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp.45-54). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1994/2006b). Avanços da psicologia social na América Latina. In Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (Org.). *Novas veredas da psicologia social* (pp.67-81). São Paulo: Editora Brasiliense; Educ.
- Lane, S. T. M. (1999). Ideology and consciousness. *Theory & Psychology*, 9(3), 367-378.
- Larraín, J. (1988). Ideologia. In Bottomore, *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Larraín, J. (2007). *El concepto de ideología*, vol. 1. (Tradução Carlos Marx). Lom Ediciones
- Lara, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica burguesa. *R. Katál*, 16(1), 91-100, jan./jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>.
- Larraín, J. (2008). *El concepto de ideología*, vol. 2. El marxismo posterior a Marx. Chile: Lom Ediciones.
- Larraín, J. (2009). *El concepto de ideología*, vol. 3. Irracionalismo. Historicismo y positivismo: Nietzsche, Mannheim y Durkheim. Chile: Lom Ediciones.

- Lima, T. C., & Miotto, R. C. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, 37-45.
- Lopes, E. J., & Bruns, M. A. T. (1991). Escolarização e representação do trabalho mitos sem nexos? Um estudo de caso. *Paidéia*, Ribeirão Preto, s/v (1), 31-38.
- Löwy, M. (1978). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Löwy, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Editora Cortez.
- Lukács, G. (1958). *La crises de la filosofía burguesa*. Editorial Siglo Veinte.
- Lukács, G. (1968/2010). *Marxismo e teoria da literatura* (Tradução de Carlos Nelson Coutinho da 2ª ed.). São Paulo: Expressão popular.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II* (Tradução de Schneider, N., Tonet, I., Fortes, R. V.). São Paulo: Boitempo.
- Macêdo, M. J., & Brito, S. M. O. (1998). A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos de Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(3).
- Machado, G. P. (2021). *Decadência ideológica, ideologia e psicologia: uma breve investigação no campo da psicologia*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás), Goiânia.
- Machado, G. P., & Lacerda Jr., F. (2020). Ideologia, projetos societários e psicologia: uma investigação a partir da teoria lukacsiana. In Borges, L. J., & Sousa, L. M. (Coord.). *Anais 17º congresso de pesquisa, ensino e extensão (CONPPEX): Inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira*. Goiânia: Cegraf UFG. Disponível em: <https://anaisconpeex.ciar.ufg.br/edicoes/17/index.html>.
- Machado, G. P., & Lacerda Jr., F. (2021). Decadência ideológica burguesa: a problemática da psicologia e seu nascimento. *Anais do 18º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONPEEX): a transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta*, [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Goiás. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura et al. Goiânia: Cegraf UFG. Disponível em: <https://anaisconpeex.ciar.ufg.br/edicoes/18/index.html>.
- Machado, G. P., & Lacerda Jr., F. (2022). Marxismo e psicologia comunitária: uma relação presente na psicologia brasileira? *Arq. Bras. Psicol.* 74, 1-21.
- Machado, G. P., & Lacerda Jr., F. (no prelo). A categoria ideologia na psicologia brasileira: aproximação, distanciamento e retorno à Marx.
- Machado, G. P., & Soares, R. L. (2017). As manifestações psicanalíticas no período de modernização do Brasil e seus desdobramentos no campo da cultura e da prática psicanalítica: um estudo bibliográfico realizado na revista *Percurso* (1988-2015) a

- partir da história da implantação da psicanálise no Brasil. In *14º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão CONPEEX: PIVIC*. p. 405.
- Maia, A. F. (2007). Theodoro Adorno e os conceitos de ideologia e tecnologia. In Crochík, J. L. (Orgs.). *Teoria crítica e formação do indivíduo*. Casa do Psicólogo, 115-128.
- Mandel, E. (1982). *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Editora Movimento.
- Martín-Baró, I. (1971/2015). Del pensamiento alienado al pensamiento creativo. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 457-486.
- Martín-Baró, I. (1974). Elementos de conscientización socio-política en los currícula de las universidades. *ECA*, 2(313-314), 765-783. Disponível em: <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/elementos-de-consciencitizacion-socio-politica-en-los-curricula-de-las-universidades/>.
- Martín-Baró, I. (1980). Fantasmas sobre un gobierno popular en El Salvador. *Estudios Centroamericanos*, 35(377-378), I, 277-290.
- Martín-Baró, I. (1981). El liderazgo de Monseñor Romero (una análise psico-social). *ECA*, 36(389), 151-172.
- Martín-Baró, I. (1982). El llamado de la extrema derecha. *Estudios Centroamericanos*, 37(403-404), 453-466.
- Martín-Baró, I. (1983/2017). Entre o indivíduo e a sociedade. In Lacerda Júnior, F. (Org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161).
- Martín-Baró, I. (1985/1990a). La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Iztapalapa*, 10(20), 101-108.
- Martín-Baró, I. (1985/1990b). El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(35), 53-70.
- Martín-Baró, I. (1985/1992). Conflicto social e ideología científica: de Chile a El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 11(46), 317-338.
- Martín-Baró, I. (1985a). El hacinamiento residencial: ideologización y veracidad de un problema real. *Revista de Psicología Social*, Universidad Autónoma de Madrid (s/n), 31-50.
- Martín-Baró, I. (1985b). De la conciencia religiosa a la conciencia política. *Boletín de Psicología de El Salvador*, 4(16), 72-82.
- Martín-Baró, I. (1985c). Valores del universitario salvadoreño de primer ingreso. *Boletín de Psicología de El Salvador*, 4(15), 5-12.
- Martín-Baró, I. (1985/2021). La encuesta de opinión pública como instrumento de desideologizador. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 16(30), 161-171.

- Martín-Baró, I. (1986a). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología de El Salvador*, 5(22), 219-231.
- Martín-Baró, I. (1986b). La ideología familiar en El Salvador. *Estudios Centroamericanos*, 41(450), 291-304.
- Martín-Baró, I. (1987a). Del opio religioso a la fe libertadora. In Montero, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana* (p. 229-263).
- Martín-Baró, I. (1987b). *Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987)*. UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1987/2017). El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano In Lacerda Júnior, F. (Org). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp.173-203).
- Martín-Baró, I. (1988). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en el salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7(28), 123-141.
- Martín-Baró, I. (1988/1990), La violencia en centroamerica: una vison psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(36), 123-146.
- Martín-Baró, I. (1989/2014). Psicologia política do trabalho na América Latina. *Psicologia Política*, 14(31), 609-624.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular.
- Mendonça, G. S. (2017). O conceito de ideologia em Martín-Baró: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético. (Dissertação de mestrado, PUC-Campinas).
- Mettens, P., & Gori, R. (2000). Quais (im)posturas intelectuais? O erro de Darwin. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 3(3), 46-72.
- Montero, M. (1979). La classe social: sus derivaciones psicosociales. In Salazar, J. M., Montero, M., Muñoz, C. C., Sánchez, E., Santoro, E., & Villegas, J. F. *Psicología Social* (pp.295-329). México: Trillas.
- Montero, M. (1984). La psicología comunitária: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.
- Montero, M. (1984/1990). La psicología de la dependencia: de la ideología a la alienacion. In Jiménez-Domínguez, B. *Aportes críticos a la psicología en Latinoamérica* (pp.52-76). México: Ed: Universidad de Guadalajara.
- Montero, M. (1987). A Traves del espejo: una aproximación teórica al estudio de la conciencia social en América Latina. In Montero, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana* (pp.163-202). Panapo.

- Montero, M. (1990). Ideology and psychosocial research in Third World contexts. *Journal of Social Issues*, 46(3), 43-55.
- Montero, M. (1991). Una orientación para la psicología política en América Latina. *Psicología Política*, s/v (3), 27-43.
- Montero, M., & Dorna, A. (1993). La psicología política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latino-Americana de Psicología*, 25(1), 7-15.
- Montero, M., & Sánchez, M. S. (1993). Imagem, representación e ideología. El mundo visto desde la periferia. *Revista Latino-Americana de Psicología*, 25(1), 85-103.
- Montero, M. (1994). Una mirada dentro de la *caja negra*: la construcción psicológica de la ideología. In Montero, M. (Coord.). *Construcción y crítica de la psicología social* (pp. 127-147). Anthropos.
- Montero, M. (1994/2006). Estratégias discursivas e ideológicas. In Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp.83-96). São Paulo: Brasiliense.
- Montero, M. (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: una respuesta latinoamericana. *PSYKHE*, 13(2), 17-28.
- Müller, M. O. (1994). Ressignificação histórica e psicologia social. *Psicologia Argumento*, 12(15), 11-18.
- Narváez, J. (1990). Recensiones. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 22(1), 177-178.
- Netto, J. P. (2006). *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Netto, J. P. (2009). A construção do projeto ético-político do serviço social. In A. E. Mota, M. I., Bravo, R., Uchôa, V., Nogueira, R., Marsiglia, L., Gomes, & amp, M. Teixeira. *serviço social e saúde: formação e trabalho profissional* (pp.1-22). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2020). A ideologia alemã. In Netto, J. P. *Karl Marx: uma biografia* (pp. 151-171). São Paulo: Boitempo.
- Neves, T. F. S., Ortega, C. A., Barreto, R. A., Müller, E., Kim, C.; Costa, R. B., Massola, G. M., Dadico, L., Barros, L. H., Lopes, P. S., Amêndola, M. F., & Pires, T. A. A. (1998). Desemprego e ideologia: as explicações da causa do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1(1), 1-13.
- Parker, I. (2014). *Revolução na psicologia: da alienação à emancipação* (1ª ed.) Campinas: Alínea.
- Patto, M. H. S. (1984/2022). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. Instituto de Psicologia – USP.

- Patto, M. H. S. (1997/2000). Para uma crítica da razão psicométrica. In Patto, M. H. S. *Mutações do cativo: escritos de psicologia e político* (pp. 65-83), São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (1999/2000). Mutações de cativo (caminhos da semiformação). In Patto, M. H. S. *Mutações do cativo: escritos de psicologia e político* (pp. 157-185). São Paulo: Hacker.
- Penna, A. G. (1997). Antonio Gomes Penna (Entrevista concedida à Elza Dutra). *Estudos de Psicologia*, 2(1), 109-134.
- Pérez, A. M. (1996). Los significados sociales en torno al Trabajo. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 28(1), 13-30.
- Pinho, M. T. B. (2013). *Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Meszárós*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará).
- Ramírez, S. (1981). El psicoanálisis y su ideología. *Acta Psicológica Mexicana*, 1(1), 19-24.
- Reis, J. R. T. (1984). Família, emoção e ideologia. In Lane, S. T. M. A., & Codo, W. *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 99-124) São Paulo: Editora Brasiliense.
- Reyes, F. D. (1993). Conductismo radical y realidades sociales. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(2), 181-203.
- Ribeiro, T. W., Pergher, N. K., & Torossian, S. D. (1998). Drogas e adolescência: uma análise da ideologia presente na mídia escrita destinada ao grande público. *Psicol. Reflex. Crit.*, 11(3), 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300003>.
- Ribes, E. (1978). Recesiones. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 10(2), 277-279.
- Rico, J. A. (1981). Ideologia y conducta. *Enseñanza e investigación en psicología*, México, (71) Ene-Jun, 188-189.
- Roman, M. D. (1999). Neoliberalismo, política educacional e ideologia, as ilusões da neutralidade da pedagogia como técnica. *Psicologia USP*, 10(2), 153-187.
- Sader, E. (2007). Introdução. In Marx, K., & Engels, F. *A ideologia alemã* (pp. 9-15). São Paulo: Boitempo.
- Salazar, J. M. (1979). Valores y motivaciones sociales. In Salazar, J. M., Montero, M., Muñoz, C. C., Sánchez, E., Santoro, E., & Villegas, J. F. *Psicología social* (pp. 110-139). México: Trillas.
- Sales Filho, O. F. (2000). A ideologia liberal nas matrizes da psicologia. *Psicologia em Estudo*, 5(2), 127-129.

- Santelices, A. C., Brenes, A., & Santiago, Q. R. (1980). Crisis, dependencia y contradicciones de la psicología en América Latina. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 12(1), 11-27.
- Sawaia, B. B. (1994/2006). Psicología social: aspectos epistemológicos e éticos. In Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp.45-54). São Paulo: Brasiliense.
- Silva, G. A. M. (2019). A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 71(3), 48-63.
- Sloan, T. S. (1994). La personalidad como construcción ideológica. In Montero, M. (Coord.), *Construcción y crítica de la psicología social* (pp.177-188). Anthropos.
- Soares, J. C. (1980). *Psicologia social e ideologia: a inserção de um novo/velho conceito e suas consequências para análise dos fenômenos psico-sociais*. (Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas). Repositório da FGV. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9618/000015234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Souza, T. R. de P. (2001). Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 101-125.
- Souza, M. D., & Salamanca, F. (1993) Afectos, emociones y opinion politica. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 25(1), 35-49.
- Tonet, I. (2018). *Método científico: uma abordagem ontológica*. Maceió: Coletivo Veredas.
- Traverso-Yépez, M. (1999). Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 39-59.
- Vaisman, E. (1996). *A determinação marxiana da ideologia* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais).
- Vaisman, E. (2010). A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio*, 12, 40-64. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>.
- Valdés-Faully, M. C., & Molina, C. T. (1986). La historia de la psicología en sus manuales de estudio. *Revista Cubana de Psicología*, 3(1), 41-49.
- Verón, E. (1971). Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política. In V. V. A. A., *Lenguaje y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: EDICON.
- Yamamoto, O. H. (1994). *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes.
- Yamamoto, O. H. (1996) O neoliberalismo e as políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira. *Psic. Rev. São Paulo* (2), 13-26.

- Yamamoto, O. H. (2016). A atualidade do método de Marx. In Oliveira, I. F. de., Paiva, I. L. de., Costa, A. L. F. C., Lima, F. C., & Amorim, K. *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 25-42). São Paulo: Outras expressões.
- Zamora, M. H., Dimenstein, M., & Vilhena, J. (2000). El Impacto de la cultura y de la formación profesional del psicólogo en el trabajo comunitario. *Revista de Psicología*, 9(1), 1-11.

Apêndice A - Roteiro de Leitura

Referência:
Tipo de texto:
Ano:
Periódico/local:
País do periódico:
País de filiação institucional do autor:
O texto apresenta influências marxistas: não () sim () Citações:
O autor tem outro texto neste levantamento: não () sim () a) Referência:
Concepção de ideologia defendida: Citações:
Natureza do debate psicologia e ideologia: Citações:
Autores que embasam a concepção defendida de ideologia:
Observações: